



Camille Roberta Ivantes Braz
Denise Salim Santos
Tania Maria Nunes de Lima Camara
Organizadoras

VIVÊNCIAS EM LÍNGUA PORTUGUESA

palavra, discurso e ensino



Camille Roberta Ivantes Braz
Denise Salim Santos
Tania Maria Nunes Lima Camara
(Organizadores)

VIVÊNCIAS EM LÍNGUA PORTUGUESA:
PALAVRA, DISCURSO E ENSINO



2023



REITOR

Mario Sergio Alves Carneiro

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PR1

Lincoln Tavares Silva

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PR2

Luis Antonio Campinho Pereira da Mota

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA – PR3

Cláudia Gonçalves de Lima

PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIS – PR4

Catia Antonia da Silva

PRÓ-REITORIA DE SAÚDE – PR5

Rogério Lopes Rufino Alves

DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

Bruno Rego Deusdará Rodrigues

DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Janaína da Silva Cardoso

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Naira de Almeida Vellozo

COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Carlos Eduardo Soares da Cruz.

VICE-COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Andreia Alves Monteiro de Castro

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Denise Salim Santos (Presidência)

Alexandre do Amaral Ribeiro

Flávio de Aguiar Barbosa

PREPARAÇÃO DE TEXTOS

Camille Roberta Ivantes Braz

CAPA | FECHAMENTO

Alexandre do Amaral Ribeiro

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adriana Leite do Prado Rebello (UFF)

Alexandre do Amaral Ribeiro (UERJ)

Ana Cristina dos Santos Malfacini (UERJ)

André Crim Valente (UERJ)

André Nemi Conforte (UERJ)

Angela Baalbaki (UERJ)

Aytel Marcelo T. da Fonseca (CEFET-RJ)

Camille Roberta Ivantes Braz (UERJ)

Ceres Carneiro (UERJ)

Charleston de Carvalho Chaves (UERJ)

Claudia Moura da Rocha (UERJ)

Claudio Cezar Henriques (UERJ)

Cynthia Elias Leles Vilaça (UERJ)

Darcilia Marindir Pinto Simões (UERJ)

Denise Salim Santos (UERJ)

Edila Vianna da Silva (UFF)

Fábio André Cardoso Coelho (UFF)

Flávio de Aguiar Barbosa (UERJ)

Glicia Marili A. de Medeiros Tinoco (UFRN)

Helênio Fonseca de Oliveira (UERJ)

Ivo da Costa do Rosário (UFF)

Janine Maria Rocha da Silva (UFF)

Jefferson Evaristo (UERJ)

José Carlos Santos de Azeredo (UERJ)

Laila Hamdan (UEMG)

Laura Aparecida Ferreira do Carmo (FCRB)

Lucia Deborah Araújo (CPIL)

Luiz Antônio Simas (UFRJ)

Magda Bahia Schlee (UERJ)

Marcela Melo Martins Fraguas (FFP)

Marcelo Gomes Beauclair (UERJ)

Marcelo Moraes Caetano (UERJ)

Maria Helena de Moura Neves (UNESP)

Maria Teresa Gonçalves Pereira (UERJ)

Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu (UERJ)

Michelle Gomes Alonso Dominguez (UERJ)

Naira de Almeida Vellozo (UERJ)

Oscar Meléndez Robles (UPC- Peru)

Roberto Borges (CEFET-RJ)

Samuel Oliveira (CEFET-RJ)

Sandra Pereira Bernardo (UERJ)

Sheila Mejlachowicz (PUC-Rio)

Tania Maria Nunes de Lima Camara (UERJ)

Thaís de Araújo da Costa (UERJ)

Vânia Lúcia Rodrigues Dutra (UERJ)

Vanise Gomes Medeiros (UFF)

Verônica Palmira Salme de Aragão

***As ideias e opiniões expressas nos
textos deste livro são de exclusiva
responsabilidade dos seus autores***

Vivências em língua portuguesa [livro eletrônico]
: palavra, discurso e ensino / organização
Camille Roberta Ivantes Braz, Denise Salim
Santos, Tania Maria Nunes de Lima Camara.
-- Rio de Janeiro : Programa de Pós-Graduação em
Letras - UERJ, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-87939-10-0

1. Análise de discurso 2. Língua portuguesa -
Estudo e ensino 3. Linguística 4. Palavras
(Linguística) I. Braz, Camille Roberta Ivantes.
II. Santos, Denise Salim. III. Camara, Tania Maria
Nunes de Lima.

SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Apontamentos sobre o léxico afro-brasileiro no século XIX: Renato Mendonça e a resistência - Clara Bastos FAUSTINO; Gabriella de Macedo Pires PEREIRA; Vanise Gomes de MEDEIROS.....	7
Canta, ó musa da guiné: o léxico-discurso da beleza da mulher negra na poesia de Luiz Gama - Darville LIZIS.....	15
Produtividade lexical em tempos de crise sanitária: um estudo sobre cruzamentos vocabulares ligados à pandemia – Jairo da SILVA.....	23
Em busca da data perdida: o labor filológico e a questão da datação - Julia Araujo BORGES; Soraia Farias REOLON.....	31
Análise do uso dos verbos modais ‘poder’, ‘ter que’ e ‘dever’ na fase de aquisição da linguagem - Thamiris S. Halasz de FARIAS.....	40
Morfema -inho: “ê... Sufixozinho volúvel” - Flávio de Aguiar BARBOSA; Denise Salim SANTOS.....	46
Análise estilística da canção “Banditismo por uma questão de classe”, de Chico Science & Nação Zumbi - Caroline FERNANDES; André CONFORTE.....	57
O falatório poético de Stella do Patrocínio analisado pelo processo de palavra-puxa-palavra - Lilian Cruz da SILVA; André Nemi CONFORTE.....	65
A relação entre efeitos estilísticos e significados possíveis em Monte Castelo - Karina Seferian VENTURA.....	77
“Coro” de um lobo solitário? Comemoração imbrochável do bicentenário da independência do Brasil: os efeitos de sentidos de uma autoafirmação do comandante do Poder Executivo federal brasileiro - Plínio Machado VIEIRA JUNIOR	87
Natureza e religião na construção das metáforas em um defeito de cor - Renata Oliveira CARVALHO.....	95
O emprego do termo vocabular na estruturação composicional do texto monotemático em cordel - Tânia Regina dos Santos FERNANDES.....	104
O rap e argumentação: como um gênero musical pode representar uma marcação de identidade e estilo - Vanderson Manoel Soares da SILVA.....	112
O ethos da governadora Fátima Bezerra: uma proposta de análise da política de gênero no Brasil - Adriano Menino de MACÊDO JÚNIOR; Verônica Palmira Salme de ARAGÃO.....	122
Um comentário sobre o direito à fala no contrato de comunicação em ambiente sociointerativo digital - Alexandre Henrique dos Santos MONTEIRO.....	132
Estratégias do risível no humor negro - Alexandre Henrique dos Santos MONTEIRO.....	140

Do cabresto às redes sociais: as eleições nacionais como objeto do discurso chargístico - Eveline Coelho CARDOSO; Rafael Guimarães NOGUEIRA.....	149
“Tá tudo caro e a culpa é do Bolsonaro” – será? – um estudo acerca das estratégias argumentativas utilizadas em manchetes de jornais - Hellen dos Santos LIRA.....	168
A argumentação como estratégia linguístico, discursiva e imagética na mídia impressa - Luciana da Silva GOMES.....	177
Comentário, boato e fake news no discurso sobre a vacinação contra a covid-19 - Maraline Aparecida SOARES; Hélio Ferreira MENDES JUNIOR; Silvia Regina NUNES.....	186
Segurança de urnas eletrônicas: análise do discurso jornalístico em portais de notícia - Miguel RODRIGUES NETTO.....	194
A constituição identitária dos sujeitos manifestantes: recursos linguísticos como ferramentas de agir social - Paula Pereira Soares da SILVA; Michelle Gomes Alonso DOMINGUEZ.....	204
A representação linguístico-discursiva do assassinato de líderes indígenas em diferentes notícias de jornal: uma experiência analítica para a educação antirracista pelo viés da referência - Silvia Adélia Henrique GUIMARÃES.....	217
Em nome de Deus, eu político: o atravessamento do discurso bíblico no político - Suellen Moutinho da Silva de OLIVEIRA.....	229
Trajeto temático e a produção de sentidos: análise da seção de avaliações da página do facebook de uma igreja inclusiva - Dilermando M. COSTA	238
O manifesto do futurismo italiano e o discurso midiático no jornal Le Fígaro - Iuri PAVAN.....	246
Análise de discurso e audiodescrição para sujeitos cegos: reflexões sobre a produção de sentidos - Ana Paula Lima SANTOS	258
O português, o “pretuguês” e o ensino de língua no Brasil: uma proposta de atividades para a educação básica - Janara Puchulate de MORAES; Andréa RODRIGUES.....	266

APRESENTAÇÃO

Na tela do dispositivo que você está usando neste momento, encontra-se um dos quatro livros digitais que reúne textos de trabalhos apresentados no XIV Fórum de Estudos Linguísticos (FELIN) e no II Congresso Internacional de Língua Portuguesa (CILP). Conforme os seus dedos correm sobre a tela e movem o presente livro digital, intitulado "Vivências em Língua Portuguesa: palavra, discurso e ensino", você tem acesso não somente às vivências dos autores em língua portuguesa. Tenha a certeza de que vinte e cinco anos de dedicação à pesquisa e ao ensino de língua portuguesa vibram em suas mãos.

É nesse sentido que o XIV FELIN e o II CILP propuseram como tema "Quando penso no futuro, não esqueço meu passado: retrospectiva". É certo que há nessa escolha inspiração na música "Dança da Solidão" de Paulinho da Viola. Embora se assuma esta dimensão hipertextual, a trajetória do evento está longe de ter sido uma dança solitária. O conselho de não se apegar para que a caminhada para o futuro não seja impedida é aqui redimensionado. É na preservação da memória que desenvolvemos a gratidão e o reconhecimento necessários para impulsionar com sabedoria e respeito o futuro. A retrospectiva, longe de saudosismo, é movimento que impulsiona para novas vivências.

São vinte e cinco anos de dedicação e empenho de muitos da equipe de Língua Portuguesa, desde a sua primeira edição em 1996 cujo tema foi "Língua e Linguagem em Questão". A partir de então, treze edições deram continuidade ao evento: "Língua, Linguística e Literatura: uma integração para o ensino"; "Aulas de Português: perspectivas inovadoras"; "Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino"; "Letras e Comunicação: uma parceria no ensino da Língua Portuguesa"; "Língua Portuguesa em visão transdisciplinar: rumos, conexões, sentidos"; "Língua Portuguesa & Cidadania"; "Língua Portuguesa e identidade: marcas culturais"; "Língua Portuguesa: educação e mudança"; "Língua Portuguesa: descrição e ensino"; "Língua Portuguesa: a unidade, a variação e suas representações", "Língua Portuguesa: tradições e modernidade", "O Português daqui, dali e de lá: por uma língua que nos una".

Em 2017, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto de Letras e seu Programa de Pós-Graduação em Letras (Especialidade em Língua Portuguesa), por ocasião do XIII FELIN, reconheceram o caráter internacional que marca a história do FELIN, realizando simultaneamente o Primeiro Congresso Internacional de Língua Portuguesa (I CILP). Dessa forma, docentes e discentes de Instituições brasileiras e estrangeiras, bem como profissionais de áreas afins, que têm a palavra como principal instrumento de trabalho, tiveram ampliado espaço para trocas de ideias e experiências.

Este livro oferece ao leitor textos que apresentam resultados de pesquisa, reflexões e vivências que, tendo como escopo a Língua Portuguesa, ocupam-se da palavra, do discurso e do ensino. Desejamos aos leitores uma leitura agradável, produtiva e inspiradora de novos caminhos que, ao valorizarem o passado, constroem um presente e um futuro brilhantes.

Cordialmente,
Comissão Executiva

APONTAMENTOS SOBRE O LÉXICO AFRO-BRASILEIRO NO SÉCULO XIX: RENATO MENDONÇA E A RESISTÊNCIA

Clara Bastos FAUSTINO (UFF/FAPERJ)

Gabriella de Macedo Pires PEREIRA (UFF/FAPERJ)

Vanise Gomes de MEDEIROS (UFF/FAPERJ/CNPq)

Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.
(Auroux, *A revolução tecnológica da gramatização*, 1992)

Introdução

Neste trabalho, propomos um movimento de análise de quatro verbetes: jimbo, mandinga, manipanso e mucama, e, para esse estudo, estão sendo consideradas as definições do *Vocabulário Africano* da obra *A Influência Africana no Português do Brasil* ([1933] 2012), de Renato Mendonça, publicado pela primeira vez no ano de 1933. Estes verbetes foram selecionados por meio do mapeamento das notas de rodapé e glossários de dois romances literários do século XIX, sendo eles: a primeira edição de *Inocência* (1872) do autor Visconde de Taunay, e a segunda edição de *A Carne* (1888) do autor Júlio Ribeiro. Feito este recorte, encontramos apenas 4 verbetes de origem africana nos dois romances em foco para esta análise: jimbo foi encontrado em *Inocência*, e mandinga, manipanso e mucama foram encontrados em *A Carne*. Assim, considerando a comparação com o *Vocabulário Africano* de Renato Mendonça, o recorte de apenas quatro verbetes em comum com os romances analisados constitui um mapeamento estreito do léxico africano, especificamente neste movimento de confronto com Mendonça. A partir desse recorte, tentamos entender o funcionamento destes verbetes selecionados.

É necessário situar estes romances dentro da questão da racialização nestas obras. Tanto *Inocência*, de Visconde de Taunay, quanto *A Carne*, de Júlio Ribeiro, são dois romances do século XIX em que a questão racial no que tange à escravidão e à população negra não é protagonista tampouco o foco da narrativa, ao contrário, figura apenas ao fundo. Um exemplo é a presença de personagens negros escravizados, como a Maria Conga em *Inocência* e a mucama sem nome em *A Carne*, que, no entanto, não são personagens centrais. É importante ressaltar que os dois romances destacados foram publicados em meio a um contexto histórico abolicionista e não deixam, portanto, de ser discursos racializados. Utilizamos aqui a concepção de Rogério Modesto sobre discursos racializados. O autor, partindo dos estudos de Cestari (2017), afirma:

se é possível pensar os efeitos da colonização patriarcal, capitalista e racista nas condições de produção dos discursos; então, talvez seja possível dizer que, de certo modo, os discursos constituídos e formulados nas condições de produção da formação social brasileira ressoam contundentemente questões de raça, classe e gênero, ainda que não produzam ou façam circular imagens de raça, classe e gênero (ou seja, ainda que não sejam discursos de ou sobre). [CESTARI (2017) apud MODESTO (2021)].

Dessa forma, tomando por exemplo *Inocência*, apesar de consistir em um romance predominantemente branco e rural, constitui um discurso que aponta para sentidos de raça e classe, em razão das suas condições de produção, mesmo que não tematize sobre o assunto. Já com *A Carne*, de Júlio Ribeiro, a escravidão comparece em personagens nomeados com problemáticas com destaque, como é caso de Joaquim Cambinda, e verbetes registram sua

presença e língua (MEDEIROS, 2019). No entanto, tal como em *Inocência*, não são protagonistas.

É importante ressaltar que a obra de Renato Mendonça foi considerada para essa pesquisa visto que ela constrói um estudo de referência na área de pesquisa afrolinguística. Segundo Castro (2012), com a contribuição de Mendonça, houve uma legitimação da participação dos falantes negroafricanos na história do português brasileiro, algo que encontrava – e ainda encontra – certa relutância por parte de filólogos e linguistas brasileiros. Esse aporte é importante porque, a partir dele, entendemos como o livro de Mendonça foi um discurso inaugural de dicionarização do léxico de matriz africana.

1. Situando o Arcabouço Teórico

Antes de adentrar à análise, precisamos entender a base teórica para a pesquisa, que se deu na articulação entre Análise do Discurso e História das Ideias Linguísticas. É interessante lembrar as reflexões de Pêcheux (1997), na obra *Semântica e Discurso*, em que o autor explica que não há, no processo de interpelação ideológica do sujeito, uma condição de assujeitamento pleno, pois, enquanto ritual, a interpelação ideológica está sujeita a falhas e à contradições. Na análise da historicidade da língua portuguesa, uma das falhas está no processo de dizer sobre a língua em solo brasileiro, uma vez que o léxico de matriz africana não comparece e é excluído. Além disso, ao dizer, o sujeito significa impelido pela língua, pelo mundo, por suas experiências, por uma memória discursiva e por saberes inscritos em formações discursivas que representam posições ideológicas (ORLANDI, 2015, p. 50-51). Cabe notar, os sujeitos não reproduzem simplesmente as relações de produção da classe dominante, mas podem transformá-las e resistir a elas.

Considerando que as formações discursivas dizem respeito a matrizes de sentido, àquilo que pode e deve ser dito em determinada conjuntura sócio-histórica-ideológica, é possível afirmar que os sentidos serão produzidos de acordo com o modo como as diferentes posições sujeito se inscrevem nas formações discursivas. Assim, sabendo que os sentidos que constituem os discursos decorrem da inscrição do sujeito em uma formação discursiva e não em outra, podemos concluir que a impossibilidade de um assujeitamento pleno pode provocar deslizamentos ou rupturas com a formação discursiva em que o sujeito está inserido, e isto gera, dentro da própria tentativa de dominação e interpelação ideológica, a possibilidade da resistência.

Ainda segundo Pêcheux, "não há dominação sem resistência: [este é o] primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”." (PÊCHEUX, 1997, p. 304). Nesse sentido, esse movimento de registro do vocabulário africano pode ser lido como uma forma de resistência em relação aos estudiosos da língua em solo brasileiro que não investigaram a etimologia africana. Segundo Castro:

o largo intervalo entre as poucas publicações que abordam o tema tem servido de motivo para muitos pesquisadores encontrarem uma desculpa para justificar a falta de interesse em estudar as línguas africanas e sua influência no Brasil, sob o pretexto declarado de que não valeria mais a pena voltar a investigar o assunto, uma vez que esse já havia sido esgotado por Jacques Raimundo e Renato Mendonça na primeira metade dos anos 1930. (CASTRO, 2012, p. 21).

É interessante ainda refletir sobre a noção de relações de força, pela qual o lugar a partir do qual um sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Na constituição dos dizeres estão em jogo as imagens. Funcionam, no discurso, as imagens que resultam em projeções, e não

os sujeitos físicos e seus lugares empíricos. Por meio dessas projeções, passa-se de situações empíricas (lugares) a posições sujeitos nos discursos. Considerando que a sociedade é formada por relações hierarquizadas, as relações de força sustentam-se nesses diferentes lugares sociais que funcionam também como diferentes posições nos discursos.

Portanto, é possível dizer que o registro feito por Renato Mendonça produz sentidos dentro de uma relação de forças discursiva: os sentidos não repousam nas palavras, mas nas condições de produção, na memória discursiva e nas formações discursivas que constituem o processo discursivo. Neste processo, as imagens e projeções dos sujeitos empíricos irão significar em um contexto sócio-histórico-ideológico, considerando também o já-dito, e irão indicar diferentes posições e relações de poder na sociedade.

2. De Olho nos Verbetes

Os verbetes a serem analisados, como já dito, são, respectivamente, *jimbo*, *mandinga*, *manipanso* e *mucama*. Antes de prosseguir ao gesto analítico de cada verbete, apresentamos as tabelas que constituem a comparação entre as obras. Começamos por *jimbo/jimbo*.

Tabela 1.
Arquivo de comparação entre as notas de *Inocência* (Taunay, 1872)
e o Vocabulário Africano (Mendonça, 2012)

	<i>Inocência</i> (Taunay)	Vocabulário Africano (Mendonça)
Verbetes em comum nas obras:	Gimbo "(2) Quantia."	JIMBO: sm.: dinheiro e primitivamente um marisco com valor de moeda entre os negros. ETIM.: Macedo Soares deriva erradamente de zimbu (Revista Brasileira, 1880). O verdadeiro étimo é njimbu, búzio em quimbundo. Há também a forma zimbo. ABON.: "Ambicioso avarento, Dás próprias negras amigo, Só por levar a gaudere O que aos outros custa jimbo".

Dos quatro verbetes selecionados, *jimbo* sofre uma mudança ortográfica: em *Inocência* (1872), a palavra aparece iniciada pela letra "g", mas comparece no *Vocabulário Africano* de Renato Mendonça ([1933] 2012) com a letra "j". Sabendo que, para a Análise de Discurso, a língua se inscreve na história (ORLANDI, 1999), diremos que essa mudança ortográfica já aponta para um percurso de mudança linguística forte que aconteceu no Brasil, em que certas palavras de origem africana perdem sua forma inicial, mas não desaparecem da língua. Porém, essa mudança linguística também é acompanhada por um movimento sócio-histórico, na qual certos vocábulos circulam em sociedade, são ditos pela população, enquanto outros não. A não indicação de se tratar de um léxico de origem africana nos permite tecer observações sobre o lugar de línguas africanas no léxico brasileiro. Posto de

outro modo, aqui, já observamos uma das primeiras indicações de que as africanias linguísticas sofreram um processo de silenciamento ao longo dos séculos.

Ao observarmos a etimologia do verbete, percebemos que Mendonça destaca que Macedo Soares "deriva esse termo erradamente de *zimbu*". A correção feita pelo autor aponta para um sentido em que a origem de palavras africanas era desconhecida, sentido este que ainda se perpetua. Esse conflito nos mostra que, apesar de *jimbo* fazer parte do léxico brasileiro, muita informação se encontra perdida por conta da falta de conhecimento acerca da cultura africana. Assim, a questão da derivação etimológica aponta para um sentido de incerteza, dado que a língua africana – e seus sujeitos falantes – sofreram um silenciamento ao longo da história da língua brasileira.

Os próximos verbetes a serem analisados advêm da obra de Júlio Ribeiro, a saber, *A Carne*.

Tabela 2.
Arquivo de comparação entre as notas de *A Carne* (Ribeiro, 1888)
e o Vocabulário Africano (Mendonça, [1933] 2012)

	<i>A Carne</i> (Ribeiro)	Vocabulário Africano (Mendonça)
Verbetes em comum nas obras:	Mandinga Feitiço. É vocábulo africano	MANDINGA: sm.: feitiço, talismã para “fechar” o corpo. ETIM.: provém do nome geográfico Mandinga, na Guiné, lugar onde havia insígnies feiticeiros. Houve a extensão do sentido e o termo passou de “terra do feitiço” ao próprio “feitiço”. Há o adj.: mandigueiro. Ar. geog.: é termo pan-americano: Cuba, Costa Rica, Venezuela, Peru, Chile, Argentina, Brasil. ABON.: é comum dizer-se que “uma coisa tem mandinga”.
	Manipango Ídolo africano; fetiche. O original da minha referencia está no Museu Sertorio, nesta capital. Foi achado em um quilombo no município de Sorocaba.	MANIPANSO: sm.: ídolo. ETIM.: termo africano segundo C. Figueiredo (Novo Dicionário). ABON.: “...os moleques que lhe saíam à frente com ar idiota, maltrapilhos e sujos, ramelentos, estendendo a mão magra em gesto simiesco com o corpo gizado a arranhaduras, como manipansos de basalto lanhados a buril” (C. Neto, 1926, p. 10).

	Mucama escrava affecta ao serviço das senhoras, criada grave de côr preta.	MUCAMA: sf.: escrava predileta que servia a senhora. ETIM.: Beaurepaire-Rohan deriva com dúvida do tupi mocambuara, ama de leite e como a mucama não era ama de leite, ladeia a dificuldade com “uma degeneração de sentido” (Dic. de Voc., 1889). Paulino Nogueira deriva mucama do “abaneenga mokamby, a que mostra a mama que dá leite” (Vocabulário Indígena). Amadeu Amaral pergunta se é o tipo mocambuara, ama de leite, ou o bundo mim-banda, mulher? (O dialeto caipira, p. 173). Quintino do Vale, cautelosamente (“segundo todas as probabilidades”), vai mais longe: o étimo está em “mbo, prefixo formador de verbos + cam”, peito, que dá “mbocam, donde mocama ou mucama, perfeitamente de acordo com a fonética” (Da influência do tupi no português, 1926, p. 71). Ladeiam todos a ignorância do étimo ou com formas hipotéticas ou com explicações absurdas. O termo é simplesmente o quimbundo mukama, escrava amásia de seu senhor e muito conhecido em Angola, formado de mu, prefixo da primeira classe + kama, que é um radical bantu. O cafretetense possui kama, verbo tr., ordenhar, mungir. Há ainda as formas camba e mucamba (Cordeiro da Mata, Pereira do Nascimento, Dicionários).
--	--	---

Começemos por *mandinga*. Sua etimologia, em Mendonça, aponta para uma origem geográfica em Guiné, onde havia “insignes feiticeiros”. É interessante observar a designação feiticeiros. Em relação à cultura religiosa africana, Castro (2012, p. 24) nos chama a atenção para o capítulo VII da obra de Mendonça, chamado *Folclore*, que, segundo ela, “estão arraigados das teorias preconceituosas e europeizantes vigentes à época e devem ser vistos como “lugares de memória” dos estudos afro-brasileiros” (aspas do autor). Pensar nesses lugares de memória, para a Análise do Discurso, corresponde a pensar nos efeitos de sentido que a memória discursiva desse verbete nos traz. O termo *mandinga*, então, se encontra numa rede de sentidos já dita – e já esquecida (ORLANDI, 2020, p. 32), que remete tal vocábulo a feiticeiros, com sua leitura europeizante, como nos fala Castro. Não se pode deixar de notar que esses sentidos, inseridos nas redes discursivas, fazem parte de formações discursivas inseridas numa classe dominante, cuja intolerância religiosa e racismo ainda são muito presentes.

Ainda no verbete *mandinga*, percebemos uma abonação interessante: é comum dizer-se que “uma coisa tem mandinga”. Essa afirmação de que “é comum” nos aponta para uma

instância de existência que se propaga através de um uso popular e, não apenas isso, aponta para uma marca de interdiscurso; algo já sabido por todos. Nesse sentido, a circulação social desse termo indica a força da existência da matriz africana na língua, algo crucial para a resistência linguística. Esta força se faz notar em Ribeiro, afinal, diferentemente de Taunay, o autor de *A Carne* indica se tratar de “vocabulo africano”.

No verbete *manipanso*, novamente se encontra em Ribeiro, a indicação que remete para cultura africana: *Ídolo africano; fetiche*. Em Mendonça, também se encontra a definição ídolo e a remissão a termo africano. Diferentemente dos outros verbetes selecionados, é proposta, em Mendonça, uma abonação proveniente de um autor popularmente conhecido: Coelho Neto. Esse autor é conhecido pelo seu romance nacional *Rei negro* (1914), obra que focaliza a vida africana no Brasil numa das regiões em que ela foi mais intensa: nas fazendas do Rio de Janeiro. O elemento negro na literatura, segundo Mendonça, “nunca chegou, a exemplo do índio, a determinar uma corrente literária. Nada que se pareça com indianismo” (MENDONÇA, 2012, p. 112). Porém, a representação literária negroafricana também já começa a ser difundida a partir do século XIX por diversos autores, incluindo Coelho Neto. Ao se utilizar como abonação uma passagem literária, se produz um efeito histórico de retomada àquele tempo, sobrepondo tanto o linguístico quanto os sujeitos históricos falantes negroafricanos envolvidos nesse percurso. Nesse percurso, aliam-se língua, literatura e história.

Por fim, o verbete *mucama*. Este é um verbete sobre o qual já nos debruçamos em nossos estudos (Faustino, Barros, Medeiros). Em análises anteriores, nos atentamos à definição de *mucama* no glossário de *A Carne*, de Ribeiro, como “escrava affecta ao serviço das senhoras, criada grave de côr preta” (RIBEIRO, 1888). Esta acepção remete ao trabalho doméstico que envolvia cuidar da roupa e da cozinha. Além disso, “criada grave de côr preta” sugere uma alteração de sentido: não mais escrava, mas criada. A adjetivação com “grave” qualifica a criada e aponta a sua importância a partir da relação que estabelece com as senhoras, indicando uma posição inferior ou subalterna. Além disso, “de cor preta” é um sintagma marcador da cor, reiterando que somente o feminino negro precisa de um reforço de cor. (FAUSTINO; BARROS; MEDEIROS, 2022). Ainda segundo Faustino, Barros e Medeiros (2022), os sentidos do verbete *mucama* em *A Carne* (1888) se inscrevem em uma formação discursiva que faz significar a figura da mulher negra em espaços ligados ao trabalho manual e/ou de servidão, que infelizmente perpetua-se ainda hoje.

Sobre o verbete *mucama* no confronto realizado com Mendonça, o que pretendemos aqui destacar é a incerteza sobre sua origem. Mendonça menciona três pesquisadores anteriores a ele (Beaurepaire-Rohan, Paulino Nogueira e Quintino do Vale) que derivam o verbete de línguas indígenas, principalmente focado na língua tupi. É interessante perceber que, no todo, os quatro pesquisadores mencionados por Mendonça trazem, entre si, definições que não convergem e que expressam incertezas e imprecisões, e isso revela um aspecto já mencionado: existem ainda muitos resquícios de dúvida e desconhecimento acerca da etimologia africana no português brasileiro. Essa incerteza é tão nebulosa que tenta, por vezes, aproximar duas culturas extremamente diferentes: a africana e a indígena. Tal incerteza aponta para o desconhecimento das origens das línguas africanas e dos sujeitos envolvidos, bem como indicam um apagamento e silenciamento em relação à língua e a história da população negra. Por fim, após este longo percurso, o autor apresenta a derivação vinda da língua quimbundo, proveniente da Angola, com a definição de “escrava amásia de seu senhor”.

O termo *mucama* merece uma atenção especial não apenas em relação a sua existência histórica, mas também no que tange a sua memória discursiva. Segundo Castro: *mucama* já é um termo de aspecto arcaizante, “por estar associado ao tempo da escravidão, mas que também denuncia a antiguidade do povo banto no Brasil, tese defendida por Mendonça e reconhecida por parte dos pesquisadores que se dedicam a estudar as marcas de africania no português brasileiro” (CASTRO, 2012, p. 25).

A associação à escravidão aponta para uma memória discursiva sobre a imagem que o feminino negro possui no Brasil. Segundo Barros, Faustino e Medeiros (2022, p. 11), há uma formação discursiva sobre o verbo *mucama* que inscreve, ainda hoje, a mulher negra como sendo vista como figura inferior, e esta é uma memória discursiva herdada do período colonial.

Considerações Finais: Por um Ponto e Vírgula

A obra de Renato Mendonça consistiu em um estudo importante para entendermos a relação entre línguas africanas e o português que vai se tecendo no solo brasileiro, principalmente por legitimar a participação da cultura africana na história da língua portuguesa. Mendonça nos mostra que, apesar de haver aproximadamente quatro milhões de negros escravizados no decorrer de três séculos consecutivos, configurando, assim, um elemento ativo na formação da cultura e da língua brasileira, as vozes e línguas desses homens e mulheres muitas vezes foram apagadas ou silenciadas, principalmente na literatura.

Uma prova desse silenciamento encontra-se no mapeamento dos verbetes dos romances oitocentistas *Inocência* (1872) e *A Carne* (1888), em que se percebeu que somente quatro verbetes de origem africana comparecem, ou seja, menos de 5% do *corpus* de notas analisadas. Além disso, vimos que, apesar de a questão racial no que se refere à escravidão e à população negra não constituir o foco norteador das narrativas de ambas as obras, há a presença de personagens negras que são objetificadas por suas condições de escravidão, por exemplo. Assim, o recorte de apenas quatro verbetes resultantes da comparação entre o *Vocabulário Africano* de Renato Mendonça (2012) e os glossários e notas de rodapé dos romances *Inocência* (1872), de Taunay e *A Carne* (1888), de Ribeiro, constitui um resultado estreito obtido do léxico africano. Estes resultados estreitos, especificamente neste movimento de confronto entre Mendonça e as obras analisadas, são reveladores da ausência ou do silenciamento desse léxico africano.

Por fim, este estudo voltado à análise de verbetes consiste também em um gesto de resistência face aos sentidos de ausência encontrados e demonstra-se importante para ampliar o estudo linguístico afro-brasileiro e revelar os contínuos atos de luta e resistência da cultura africana.

Referências

ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra: 2021. 264 p. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 2021. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 21/03/2022.

FAUSTINO, Clara Bastos; BARROS, Leatrice Cristine da Silva; MEDEIROS, Vanise. **“Toda sinhá tem sua mucama”: o feminino e a racialização em dois romances do século**

XIX. In: FERNANDES, Celia Bassuma; GARCIA, Dantielli Assumpção (org.). *Materialidades E(m) Discurso*. 1. ed. [S. l.]: Pontes, 2022.

MEDEIROS, Vanise. “**A Carne e a Carniça: língua em exposição, língua e silêncio**”. In: GARCIA, Dantielli, SOARES, Alexandre, *De 1969 a 2019: um percurso da/na Análise de Discurso*, Campinas: Pontes, 2019.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.

MODESTO, Rogério. **Os discursos racializados**. Revista da Abralín, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12a Edição, Pontes Editores, Campinas, SP. 2015.

ORLANDI, Eni. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6a Edição, Editora da Unicamp, Campinas, SP. 2007.

PÊCHEUX, M. **Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação**. In: _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, Anexo III, p. 293-307. Edição original: 1978.

RIBEIRO, Júlio. **A Carne**. 2. ed. Rio de Janeiro, Empresa Nacional do Diário, 1888.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Innocencia**. 1. ed. [S. l.]: Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1872.

CANTA, Ó MUSA DA GUINÉ: O LÉXICO-DISCURSO DA BELEZA DA MULHER NEGRA NA POESIA DE LUIZ GAMA

Darville LIZIS (UERJ)

Introdução

Os caminhos labirínticos dos sentidos na literatura são construídos por meio da palavra. Através dela, ainda que de maneira opaca, atribuímos sentidos, criamos e recriamos eventos. Não há escrita neutra ideologicamente. Parâmetros constituídos no tempo-espaço interpelam a escolha do léxico para nomearmos o mundo, os seres e as coisas. Na tessitura do corpus escolhido, delinearemos o *modus faciendi* discursivo e lexical da beleza de mulher negra.

Para tanto, ao lermos um texto do século XIX, devemos sublinhar alguns pontos relativos ao ambiente enunciativo. As circunstâncias do discurso (CHARAUDEAU, 2008) definem, no ato da comunicação, um conjunto de saberes partilhados consciente ou inconscientemente, de forma que, na interação, mobilizamos, além de duas instâncias de saberes supostos: i) “a respeito do mundo: as práticas sociais partilhadas” e ii) “sobre os pontos de vista recíprocos dos protagonistas do ato de linguagem: os filtros construtores de sentido” (Idem, p. 32). Firma-se um contrato tácito entre os interlocutores no qual “se supõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas sociais” (Idem, p. 56).

A seleção lexical depende de fatores sociais, psicológicos e estilísticos (CRESSOT, 1980). O enunciador, dentre um universo simbólico amplo, elege a palavra ideal mirando determinada expressividade. Múltiplos aspectos intencionais ou não, mas sempre ideológicos, regem a escolha. Não apenas a presença de determinado léxico tem significado na tessitura, os vazios, as ausências e os silêncios também nos oferecem pistas de caráter analítico-ideológico. O silêncio é elemento fundante do significado em um continuum absoluto (ORLANDI, 1992). Os espaços vazios significam; as ausências nos trazem vieses importantes no ato da enunciação.

Ressaltemos dois pontos, deveras importantes: o primeiro consiste na compreensão da íntima aproximação dos atos de descrever e argumentar, pois “são atividades estreitamente ligadas, na medida em que a primeira toma emprestado ao segundo um certo número de operações lógicas para classificar os seres (...), e a segunda só pode exercer-se a respeito de seres que têm uma certa identidade e qualificação (CHARAUDEAU, 2008, p. 112). O segundo ponto repousa na subjetividade do narrador demonstrando o seu envolvimento emocional ao transparecer o seu páthos por meio “do léxico ou de determinadas construções de figuras” (MARTINS, 1989, p. 236). A subjetividade é amplificada através do uso, no texto, de perspectivas axiológicas ou apreciativas nas quais os sentidos da beleza da mulher negra são ressignificados.

Os significados da palavra advêm do tempo-espaço. Localizar o tempo da enunciação, o século XIX e o seu espaço, compreendido aqui como o gênero textual poema e, além disso, observar a posição social-histórica do enunciador, nos conduz a uma percepção circunstanciada dos sentidos. As mesmas palavras utilizadas hoje, muito provavelmente, não teriam o mesmo impacto.

O ínfimo acesso à educação formal impossibilitava a maior parte dos brasileiros no século XIX a consumirem livros, a ler poesia. Os livros, objetos de consumo restrito, como o é até hoje, circulavam em espaços exíguos. Presumivelmente, a maior parte dos leitores consistiam em homens, brancos, intelectuais ou pertencentes a um círculo social de leitores e urbanos. Imaginar o impacto/ a recepção da leitura dos poemas de Luiz Gama, é um exercício, deveras, interessante.

O Poeta da Raça

A autoria do texto, localizada do tempo-espaço, encaminha nossas interpretações. O poeta, Luiz Gama, merece, em brevíssimas linhas, ter a sua biografia evidenciada. Nascido na Bahia, em 1830, filho de uma africana livre, de nome Luiza Mahin, Gama, aos dez anos de idade, é vendido como escravo pelo pai. É levado para o Rio e, posteriormente, se estabelece em São Paulo, cidade onde constitui família. Aprende a ler e escrever no início da vida adulta, estuda algum tempo direito, não conclui o bacharelado, mas passa a trabalhar como rábula. Faz da sua vida um campo de batalha contra a escravidão, clamando para que a Lei Feijó, de 1831, fosse, de fato, posta a termo. Consegue, nos tribunais, libertar mais de 500 cativos escravizados ilegalmente.

Gama escreve a partir de um lugar social específico: um homem negro outrora escravizado, filho de uma africana que nasceu e viveu em um país onde a escravidão, protegida legalmente pelo Estado brasileiro, preponderava. Uma sociedade na qual a questão do “elemento servil” era debatida através da ótica do direito à propriedade privada, ou seja, considerava-se pessoas escravizadas propriedade de outras pessoas. Se o escravismo nos legou, terrivelmente, 134 anos após do seu término, uma herança atroz para a população afrodescendente, durante a vida de Luiz Gama, a escravidão não era uma questão do passado, mas do presente.

Luiz Gama lançou os poemas analisados entre as décadas de 1850 e 1860. Período no qual o tráfico havia sido proibido, permanentemente, através da Lei Eusébio de Queirós. O Império do Brasil precisava resolver a questão da escravidão. No auge do movimento romântico brasileiro, os literatos buscavam encontrar, ou melhor, criar uma imagem de país. Encontraram no índio edênico um protagonista, o outro, no “desbravador” europeu cujo encontro com o nativo criaria uma “raça” original. O negro e a negra não estavam no ideário nacional. Ao figurar a mulher negra ressaltando a beleza e comparando-a a ícones míticos do belo, o “Orfeu de carapinha”, no mínimo, inovou, rasurando as fronteiras estéticas impostas/sobrepostas sobre o corpo negro.

A Bela Mulher Negra em dois Poemas

Nosso corpus é composto de dois poemas – “A cativa” e “Meus amores” – o primeiro, do único livro de poesia de Luiz Gama, *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, lançado em 1859; o segundo, publicado no folhetim Diabo Coxo, em 1865. Antes, portanto, dos fervorosos movimentos pela Abolição que marcariam as décadas de 70 e 80. Poema escritos em um momento no qual o Brasil buscava encontrar-se/compreender-se como país/povo/nação. Do índio do passado ao branco desbravador, o negro/a negra estavam fora do projeto de país. Em uma espécie de transtorno, o Brasil que se via pelo espelho buscava uma miragem.

Toni Morrison (2019) nos diz que a literatura Outromiza, ou seja, através do Outro, do não-Eu, o poder hegemônico se autoafirma, se constitui. No caso da poesia de Luiz Gama,

há uma autoapresentação. O poeta se constrói, não como ente ameaçador o qual, urge destruir, expurgar, cometendo, segundo Achille Mbembe (2018), alterocídio. O eu-lírico não se autoafirma destruindo o Outro, mas aproveitando-se da diferença imposta pelo poder no Brasil oitocentista, para afirmar o Eu, rompendo as fronteiras demarcadas por um país dividido, dentre tantas outras divisões, entre pessoas reduzidas à escravidão e pessoas inimputáveis ao cativo (brancas). Por mais que um contingente cada vez maior de pretos e pardos sejam livres, a cor preta/parda era o traço da escravidão, uma marca no corpo que, poderia, em última instância, ser brutalizado/escravizado.

Se a imagem do corpo negro costumeiramente é dada/percebida através da imagem do outro (NOGUEIRA, 2021), um homem negro figura uma mulher negra, realocando-a no cenário. Um semelhante, ainda que de gênero distinto, representa poeticamente personagem marginalizada na literatura. Gama subverte, pois, a ordem. Temos um negro, outrora escravizado, poetizando a mulher negra. Evocando uma Musa da Guiné para que cantasse a beleza da raça.

A Bela Cativa

Transcreveremos a integralidade do poema “A cativa” no corpo do texto para que, ao longo da leitura, os leitores/as leitoras possam acompanhar com minudências as estruturas do texto.

A cativa

*Uma graça viva
Nos olhos lhe mora,
Para ser senhora
De quem é cativa.
(Camões)*

Como era linda, meu Deus!
Não tinha da neve a cor,
Mas no moreno semblante
Brilhavam raios de amor.

Ledo o rosto, o mais formoso,
De trigueira coralina,
De Anjo à boca, os lábios breves
Cor de pálida cravina.

Em carmim rubro engastados
Tinha os dentes cristalinos;
Doce a voz, qual nunca ouvira,
Dúlios bardos matutinos.

Seus ingênuos pensamentos
São de amor juras constantes;
Entre a nuvem das pestanas
Tinha dois astros brilhantes.

As madeixas crespas, negras,
Sobre o seio lhe pendiam,

Onde os castos pomos de ouro
Amorosos se escondiam.

Tinha o colo acetinado
– Era o corpo uma pintura –
E no peito palpitante
Um sacrário de ternura.

Límpida alma, flor singela
Pelas brisas embaladas,
Ao dormir d'alvas estrelas,
As nascer da madrugada.

Quis beijar-lhe as mãos divinas,
Afastou-m'as – não consente;
A seus pés de rojo pus-me
– Tanto pode o amor ardente!

Não te afastes, lhe suplico,
És do meu peito rainha;
Não te afastes, neste peito
Tens um trono, mulatinha!...

Vi-lhe as pálpebras tremerem,
Como treme a flor louçã,
Embalando as néveas gotas
Dos orvalhos da manhã.

Qual na rama enlanguecida
Pudibunda sensitiva,
Suspirando ela murmura;
Ai, senhor, eu sou cativa!...

Deu-me as costas, foi-se embora
Qual da tarde do arrebol
Foge a sombra de uma nuvem
Ao cair da luz do sol.
(GAMA, 2011, p. 78-79)

A epígrafe do poema traz versos de Camões: “Uma graça viva/Nos olhos lhe mora,/Para ser senhora/De quem é cativa”. O uso das palavras cativa e senhora, inscrito no poema pelo *Orfeu de carapinha*, rompe o sentido proposto pelo poeta português. Apenas a investigação assentada no tempo e no espaço nos permite entrever a mudança de sentido empreendida no poema. Se Camões utilizou cativa em sentido metafórico, Luiz Gama a ressignifica: a cativa é realmente escrava. Através dos versos do poeta português, Luiz Gama submerge a ordem estabelecida. A graça viva nos olhos da escravizada, um elemento abstrato, bastaria para transformá-la em senhora. A alteração do sentido metafórico para o concreto subverte-se.

Ao longo do poema, a dama do eu-lírico carrega em si características físicas e espirituais que merecem ser destacadas. Nas primeiras seis estrofes, o autor ocupa-se em descrever o corpo da mulher negra. Inicialmente, recai sobre a musa de Gama uma ausência: a cor branca marcada por uma adversão: mas. A quebra de expectativa assinalada pela ausência da cor branca poderia, apressadamente, nos indicar uma hierarquização. Ao longo

dos versos, entretanto, reverte-se o sentido esperado. Afirmar-se a cor através da negação, da ausência: falta-lhe a brancura da neve. Ao mesmo tempo, uma hierarquização absoluta marca a protagonista/musa do poema: a personagem tem o rosto “o mais formoso”. Note-se que a referência direta à cor, restringe-se, nas seis primeiras estrofes, a três versos: “Mas no moreno semblante” e “De trigueira coralina” e “Cor de pálida cravina” e, indiretamente, a um verso: “Não tinha da neve a cor”.

As descrições da mulher inspiração de Gama bifurcam-se em caminhos estanques, no entanto, complementares. As características físicas da cativa, ressaltadas pelo uso de fartos superlativos, aliam-se à delicadeza espiritual/comportamental. Não há beleza sem nobreza d’alma. Moreno semblante, ledo rosto, o mais formoso, trigueira coralina, boca de anjo, voz doce, olhos astros brilhantes, madeixas crespas negras, mãos divinas, dentes cristalinos, os seios castos e amorosos, pomo de ouro, colo acetinado, o corpo, uma pintura: misturam-se os sentidos, traços abstratos, metafóricos por excelência, concretizam a beleza da mulher negra.

O uso de palavras referentes a dois polos distintos preto-branco/claro-escuro inova por não se colocarem de lados contraditórios. De um lado, trigueira, moreno, carmim, rubro, negras, mulatinha, sombra, cativa; de outro, neve, pálida, cristalinos, brilhantes, ouro, alvas, louça, nívea, manhã, luz, sol. A ambivalência de sentidos nos conduz a concepções, à época, inovadoras. Se ao belo atribuem-se características da brancura, a negritude poderia, igualmente, ser também associada à beleza. Rompe-se, em Gama, a intransponibilidade essencialista delimitadora do Eu-Outro.

Os traços de comportamento da personagem poética, paralelamente aos do corpo, mantêm os caracteres delicados: se a voz era doce e os peitos castos pomos amorosos; os pensamentos, ingênuos; os seios, abrigo sagrado de ternura. A separação do corpo-alma é desfeita. Ambos são mesclados. O corpo, considerado pintura, abriga uma alma límpida, clara, diametralmente à cor preta. Meio a ambiguidades das palavras, o poeta borra as fronteiras criadas pelo imaginário. Enceta um belo corpo negro e uma alma delicada.

O corpo negro, comumente ultrajado pelo estigma escravidão, residia, compulsoriamente, na esfera da brutalidade/do estranho. O comportamento da cativa, focalizado da oitava estrofe em diante, compõe um quadro disruptivo. Uma dama recatada surge diferente da hipersexualização imposta ao corpo negro ao longo dos séculos. A mulher preta, sexualmente disponível, propriedade de outrem, cede lugar, nos versos de Gama a uma bela e recatada dama. Não assente sequer que lhe beijem as mãos. Transformada em rainha do peito enamorado, baldadas as súplicas do enamorado, que lhe oferece o coração: “Não te afastes deste peito/Tens um trono, mulatinha!...”. A palavra mulatinha, no século XIX, carrega um sentido adverso. O pedido delicado de amor feito à uma mulatinha revolve o senso comum. Lembremos, estamos, no poema, em 1859. A motivo da recusa da personagem por ser cativa, à época, não interditava a posse do corpo, legalmente, ele pertencia ao escravizador/escravizadora. O sufixo -inha associado ao termo mulata, suaviza a palavra doando-lhe um sentido de afeição, de carinho. Sublinhemos que o sentido pejorativo e ofensivo associado à palavra mulata adveio com o fortalecimento, já no século XX, dos movimentos negros. À época da escrita do poema, a mulatinha não trazia consigo carga semântica puramente ofensiva.

No poema “Cativa”, o eu-lírico revolve os sentidos cristalizados por uma sociedade imersa no escravismo. A beleza cabia também à mulher negra. Ser bela não cabia somente à branquitude. Os modelos estéticos, ainda que europeizados, sofreriam, em Gama, reajustes/expansões para abarcarem a mulher negra. As ressignificações sobre os corpos

negros não se circunscrevem ao físico, à superficialidade concreta, transbordam-se para a alma, realocando-os em um lugar onírico, feito de sonho, de beleza e de desejo.

Dos Amores Negros e Belos

Diferentemente do poema anterior, não o reproduziremos em sua integralidade. Citaremos apenas trechos específicos e nos ateremos à descrição e à concepção do corpo/alma da negra-musa do eu-lírico e nas maneiras pelas quais o corpo da mulher negra é (re)significado.

Novamente, Camões nos aparece na epígrafe do poema: “Pretidão de amor,/Tão leda a figura/Que a neve lhe jura,/Que mudara de cor (GAMA, p. 80). O poema aproveita-se dos versos do autor de *Os Lusíadas* para ressaltar, semelhante a um jogo de claro-escuro, a imensidão da cor preta levando a neve (brancura) jurar que transmutara a cor. A começar pelos versos de Gama, o poeta, logo no início nos diz: “Meus amores são lindos, cor da noite” (p.80), denotando-nos a cor das suas paixões: negra, preta. A seguir palavras relativas ao mundo branco/claro – estrelas, astros, pérolas, alvas, cintilantes - surgem, espalhadas no poema.

O conjunto de palavras, ao longo do poema, que se referem ou sugerem a cor de sua musa: cor da noite, negra, formosa crioula, núbia trunfa, pernas cor de ébano dividem espaço com um amplo leque de referências ao panteão greco-romano: Tétis, Vênus, Jove, Marte, Euros, Uranus, Cupido. No verso “Tão formosa ceroula, ou Tétis negra (p. 80)”, o autor imagina uma Tétis, a mais bela ninfa do mar, negra. A mistura de elementos clássicas com a cor preta atravessa o poema.

A descrição do corpo da “formosa creoula” utiliza um universo lexical típico da poesia romântica. Metáforas abundantes, copiosas hipérboles líricas passeiam ao lado de comparações abstratas: a boca, roxo lírio; os seios, globos a saltar; dentes, pérolas mimosas; as pernas, de ébano luzidas, os olhos dois astros cintilantes; o colo de veludo. A “Tétis negra” esbanja sensualidade, prostando o apaixonado admirador. Ele confessa a impossibilidade de traduzir em palavras o espetáculo de corpo “- É coisa de sentir, não de contar” (p. 81).

Imagens que atravessariam os séculos e nos legariam representações coletivas até hoje cultivadas, aparecem na poesia de Gama. Citemos dois exemplos:

Santo embora, o mortal que a encontra
Pára;
Da cabeça lhe foge o bento riso;
Nervosa comoção as bragas rompe-lhe
E fica como Adão do paraíso
(p. 82)

A irresistibilidade à mulher negra, onde quaisquer homens santos perderiam a cabeça rendidos ao corpo sedutor da mulher. Da impossibilidade do tempo exequível para amá-la, o ardor consumira ao poeta: ela, a mulher preta, fogareiro, ele, homem enamorado, feito em brasa. Levando ao exagero, em versos posteriores, a desejar comer com colher a terra na qual os pés mimosos de sua enamorada pisassem, calçada em chinelas de cetim. Ou seja, provavelmente, a musa de Gama é uma negra livre, já que se restringia o uso de calçados aos cativos. Note-se que o jogo entre claro-escuro, branco-preto, atravessa o poema: pés pretos calçam chinelas de cetim brancas.

O desejo do homem pelo corpo da mulher negra espraia-se para além do imaginado. A sedução assenta-se no concreto, naquilo visível e não imaginado. A natureza intervém, doando ao expectador um momento de enlevo.

A associação da mulher negra ao fogo que consome, dois pecados capitais aparecem nos versos: luxúria e cobiça (inveja). O desejo ardoroso e desmedido a um corpo sedutor e lascivo, capaz de desvairar “bentos homens”. No entanto, o belo e ardente corpo da mulher negra no poema, é interditado pela impossibilidade de amá-lo em plenitude ante a escassez do tempo, a eternidade seria pouco.

O amplo uso de palavras relacionadas a um universo estético clássico, em um primeiro momento, desagrega o corpo negro e um ideal de beleza estranho a ele, já que oriundo de um mundo adverso. O eu-lírico, porém hierarquiza, as concepções de belo:

O colo de veludo Vênus bela
Trocara pelo seu, de inveja morta;
Da cintura nos quebros há luxúria
Que a filha de Cíneas não suporta.
(p. 81)

O corpo negro causa inveja. O colo de Vênus, deusa-símbolo da formosura, prefere, “de inveja morta”, o da mulher negra. A vaidosa Esmirna, filha do rei Cíneas, rival em beleza de Vênus, padece diante da presença inebriante da “formosa ceroula” de Gama. Símbolos máximos do belo clássico se dobram frente ao sublime negro. A negritude emerge e suplanta os atributos do mundo branco.

Palavras de um universo estético clássico, europeu orbitam a bela negra do poema. Ao invés de categorizar os corpos, Luiz Gama suplanta uma possível inferiorização: a beleza preta. Exceder representações cristalizadas à época, valorizar/idealizar o talhe de um corpo passível de ser escravizado, eleva o poema de Gama a um patamar, no mínimo, interessante e necessário.

Considerações Finais

Luiz Gama, através do léxico, espiritualiza o corpo negro, dotando-lhe de características incomuns à época. A beleza negra, nos poemas “A cativa” e “Meus amores”, contrapõe-se ao imaginário posto relativo à mulher preta, inclusive, projetando-o, para o futuro. De corpo escravizado abjeto à sexualmente disponível, o abolicionista baiano, em meados do século XIX, desloca, pioneiramente, a mulher negra para um lugar de beleza, de delicadeza, de humanidade. No universo poético de Luiz Gama, a negritude não apenas ocupa o lugar do belo, mas o suplanta.

Escolhemos os dois poemas, especificamente, pois ambos retratam a beleza da mulher negra de maneiras distintas. No primeiro, “A cativa”, preponderam as características espirituais; no segundo, “Meus amores”, valoriza-se o corpo ombreando-o aos padrões clássicos. Não temos uma mulher negra outomizada, pelo menos em relação à cor, um homem negro canta mulheres negras. Retirando-as da redução do tronco e da senzala para colocá-las na boca das Musas, não daquelas europeias que cantaram as aventuras de Ulisses e de Odisseu, o automeado “Orfeu de carapinha” evoca as Musas da Guiné, Musas que presenciaram o tráfico atlântico, a escravidão. Musas que, em meados do século XIX, testemunharam a vida do implacável Luiz Gama

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Angela Corrêa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- CRESSOT, Michel. *O estilo e as suas técnicas*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- GAMA, Luiz. “A cativa” e “Meus amores”. In: FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra Luiz Gama*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: USP, 1989.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1, 2018
- MORRISON, Toni. *A origem dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

PRODUTIVIDADE LEXICAL EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE CRUZAMENTOS VOCABULARES LIGADOS À PANDEMIA

Jairo da SILVA (UERJ)

Introdução

Um léxico é, em sentido amplo, um conjunto de vocábulos de que dispõe uma língua. Visto que ele é parte da cultura de um povo e, ao mesmo tempo, o principal veículo de expressão dessa cultura, sua composição é tão dinâmica quanto as demais construções sociais. Como muda a sociedade – sua ciência, tecnologia, política etc. – muda também o seu léxico. Se um costume típico, em determinado período histórico, extingue-se, o vocábulo que o designava cai em desuso e seu significado desaparece do conhecimento popular. Se, por outro lado, uma mudança social dá origem a uma nova atividade; junto com ela, surgem vocábulos destinados a nomear tudo o que a ela esteja relacionado. O léxico constitui, portanto, um registro da cultura de um povo em determinada época.

É mister ressaltar que o léxico é mais do que um catálogo de palavras prontas que se amplia com insumos externos. O léxico oferece unidades para a formação de palavras potenciais das quais o falante se serve quando surge uma necessidade. Ou seja, as criações absolutamente novas, independentes do sistema, embora existam, são muito raras. A criação de um neologismo, em geral, não ocorre aleatoriamente. Eles são formados seguindo regras previstas no próprio sistema linguístico ou, mesmo quando a formação é idiossincrática, é baseada em elementos pré-existentes. Nesse sentido, “o léxico corresponde não apenas às palavras que o falante conhece, mas também ao conhecimento de padrões gerais de estruturação, que permitem a interpretação ou produção de novas formas.” (BASÍLIO, 2004, p. 10).

Os mecanismos de formação de palavras são tão naturais que muitas vezes não nos damos conta de que uma dada forma que empregamos não estava disponível para uso, mas veio à existência justamente no momento em que a formamos. De maneira similar, ao fazer a leitura de um texto, interpretamos sem muita dificuldade palavras que não faziam parte do nosso vocabulário. A explicação para isso está precisamente no fato de que os falantes de um idioma dispõem do mesmo conhecimento dos princípios de formação de novos itens lexicais.

Reconhecer o caráter coletivo do léxico, contudo, não equivale a dizer que existe uniformidade na realização das formações que o sistema da língua permite. O uso do léxico é orientado por outros fatores além da gramática internalizada. O enunciador escolhe, dentre um rol de possibilidades, aquela que melhor atende ao domínio discursivo, ao gênero textual, a suas intenções na situação de comunicação, a função social dos participantes do ato comunicativo etc. Pode-se dizer, assim, que o léxico detém uma face coletiva e outra individual, a qual o enunciador explora para imprimir no discurso as marcas de sua identidade.

Evidentemente, em determinados domínios discursivos, em que a padronização e a objetividade são obrigatórias, a possibilidade de dar vazão ao estilo individual e à inovação é bem reduzida. Em outros, porém, encontra-se um terreno fértil para o uso expressivo da linguagem. Valente (1994, p. 221) identifica como principais fontes de enriquecimento do léxico o jornalismo, a inventividade popular e a informática. Azeredo (2008, p. 402) também contribui para a questão, dizendo que os neologismos são mais comuns em determinados

domínios discursivos da língua, a saber, a literatura, a publicidade e o humor, em que se faz uso artístico expressivo da linguagem, e a ciência, a religião e o esporte, campos passíveis de regular inovação conceitual ou técnica. Por esse motivo, portanto, os neologismos são mais recorrentes em determinados gêneros textuais que em outros.

Outro fator que interfere diretamente no permanente processo de renovação lexical das línguas, acelerando-o, são as transformações sociais. Isso ficou claro durante a recente crise sanitária mundial. A pandemia da covid-19, assim como as medidas de isolamento físico que ela provocou, colocou, de uma hora para outra, a sociedade mundial em uma nova realidade, apelidada de “novo normal”. Junto com ela, um vocabulário até então restrito a determinados contextos passou a fazer parte das comunicações cotidianas. Algumas palavras deixaram de ser empregadas apenas por profissionais da saúde e entraram para o vocabulário leigo. Outras palavras vieram nomear conceitos emergidos da nova realidade. Ainda outras surgiram da inventividade popular construídas com finalidade humorística ou crítica. Em pouco tempo, dezenas de inovações fizeram-se presentes em texto jornalísticos e nas redes sociais. Tudo isso resultou em uma ampliação lexical atípica, quando comparamos com outras épocas.

Neste trabalho, analisaremos neologismos formados por cruzamento vocabular colhidos da mídia jornalística e das redes sociais, no contexto da pandemia da covid-19. Nosso objetivo é ilustrar a produtividade dessas formações e identificar nelas aspectos recorrentes que permitem considerar esse processo como sistemático. O artigo encontra-se dividido da seguinte maneira: inicialmente, comentamos a descrição do cruzamento vocabular nos estudos tradicionais. A seguir, apresentamos a tipologia dos cruzamentos vocabulares conforme exposta por Andrade (2008) e Gonçalves (2005), aplicando-a ao nosso *corpus* de pesquisa. Finalmente, tecemos considerações sobre a importância do estudo dessas formações sob uma perspectiva semântico-discursiva.

A Composição por Cruzamento Vocabular

O processo de formação com o qual ora nos ocupamos se refere à fusão de seções iniciais ou finais de dois ou mais lexemas que resulta em um terceiro, como ocorre, por exemplo, com *portunhol*, *pagofunk*, *apartamento*, *crionça*, entre muitos outros. Esse processo vem recebendo variadas designações – palavra-valise (ALVES, 1990), *portmanteau* (ARAÚJO, 2000), amálgama (MONTEIRO, 2002), *blend* (GONÇALVES, 2003) amálgama lexical (AZEREDO, 2004), mistura (SÂNDALO, 2005), fusão vocabular (BASÍLIO, 2005) e cruzamento vocabular (HENRIQUES, 2007) – e já é conhecido pelos estudos lexicais a bastante tempo. Para se ter uma boa noção disso, é suficiente lembrar que um dos primeiros a teorizar sobre o tema foi Lewis Carroll, em sua obra *Alice: Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do Espelho*: “Bem, ‘lubriciosos’ significa lubrificados que é o mesmo que escorregadios e operosos, ágeis. Entende, é uma palavra-valise... há dois sentidos embalados numa palavra só” (CARROL, Lewis, 1872).

Apesar disso, o processo que aqui designaremos cruzamento vocabular (doravante CV) tem sido evitado pela descrição tradicional ou, quando abordado, recebe um tratamento sumário. O motivo disso se relaciona a fatores fonológicos, morfossintáticos e semântico-discursivos, característicos do processo, que o situariam no campo da criatividade lexical, legando-o, portanto, aos estudos estilísticos. É possível notar, pelo menos, quatro argumentos empregados na literatura que justificariam deixar o cruzamento vocabular fora dos estudos linguísticos *stricto sensu*: 1) o caráter idiossincrático das formações; 2) o *status* de vocábulo

expressivo, linguisticamente marcado; 3) a limitação de emprego a determinados domínios discursivos, e 4) a não integração ao léxico comum do idioma.

O primeiro fator observado é o aspecto aparentemente idiossincrático das formações. Azeredo, por exemplo, descreve o processo assim: “Chama-se amálgama lexical ao tipo de composição em que se misturam de forma *arbitrária* e *imprevista* dois ou mais lexemas” (AZEREDO, 2004, p. 103, grifos nossos). Com efeito, embora o cruzamento vocabular se aproxime da composição por aglutinação por relacionar em único vocábulo dois radicais, resultando em um lexema com apenas um eixo acentual, ele se distingue pela maneira como essa combinação acontece. Na aglutinação, em geral, ocorre a elisão (ou crase) da vogal átona final do primeiro elemento antes que esse se agregue ao segundo, como ocorre com planalto (< plano + alto) e aguardente (< água + ardente). Em outras palavras, trata-se de um processo sistemático, absolutamente previsível na lógica da língua. O CV, por outro lado, não parece seguir qualquer regularidade, o que tornaria inviável formular uma regra que previsse formações virtualmente possíveis.

A imprevisibilidade das formações por CV tem um efeito de caráter comunicacional: os itens formados soam sempre criativos, inusitados e, muitas vezes, cômicos. Esse fator faz com que as formações resultantes de cruzamento vocabular sejam linguisticamente marcadas. A esse respeito, Alves (1990, p. 70) observa que “A *sátira* e a *ironia* (...) podem ser suscitadas pelo encontro entre certos elementos” (grifos nossos). Nessa lógica, o emprego de muitas dessas formações impossibilitaria a construção da neutralidade e da objetividade nos discursos.

Como consequência disso, os CVs são considerados menos produtivos que outros processos, limitando-se a determinados domínios discursivos, tais como o literário, o humorístico-satírico e o comercial-publicitário. Para Azeredo (2004, p. 104), “o amálgama lexical constitui um recurso da função poética da linguagem quase sempre com finalidade expressiva particular e circunstancial (...)”. Dentro dessa perspectiva, passada a circunstância em que são produzidos, a maioria dos CVs cai em desuso, não chegando a integrar o vocabulário corrente.

A integração ao léxico da língua, etapa final do percurso de um neologismo, ocorre quando uma palavra nova passa a figurar no vocabulário corrente, deixando de ser percebida pelos falantes como elemento novo. A criação de um neologismo, entretanto, nem sempre pressupõe sua assimilação pelo idioma. A esse respeito, Alves se manifesta, assim:

Entretanto, sabemos que a existência de um neologismo é ratificada pela aceitação da sociedade em que ele está inserido, pelo seu uso efetivo nessa comunidade. E não podemos, a priori, determinar a possibilidade que tem uma unidade lexical neológica de ser aceita e de ser realmente integrada ao código da língua. (ALVES, 1984, p. 125)

Aparentemente, a maioria dos CVs jamais atinge esse ponto, o que faz com que soem eternamente como neologismo.

Em vista do exposto, questiona-se a validade de incluir-se o fenômeno do CV entre os processos morfológicos, concluindo-se que pertenceria ao campo da estilística lexical. Uma análise das formações por CV em português, entretanto, demonstra que elas não são arbitrárias, uma vez que estão subordinadas a condições específicas, de modo que são passíveis de sistematização.

Tipologia dos Cruzamentos Vocabulares

Segundo Andrade (2008), os CVs apresentam, ao menos, três tipos diferentes de formação:

- 1) Por interposição (ou entranhamento ou impregnação lexical): as duas bases compartilham material fonológico, fenômeno conhecido como ambimorfemia, que acontece quando há reciprocidade de um ou mais elementos entre as formas-base e forma cruzada. As formas sobrepõem-se por partilharem porções fonológicas (segmentos, traços, sílabas) entre as bases. São exemplos: *apertamento* (*apertado* + *apartamento*), *namorido* (*namorado* + *marido*) e *burrocracia* (*burro* + *burocracia*).
- 2) Por combinação truncada: esta se assemelha a composição, pois não envolve compartilhamento de material fonológico. Mas envolve perda de massa fônica e sobreposição no ponto de fusão. Podem ser exemplificados com *flaflu* (*flamengo* + *fluminense*), *chocotone* (*chocolate* + *panetone*) e *forrogo* (*forró* + *pagode*).
- 3) Por substituição sublexical (ou reanálise ou analogia): uma unidade não morfêmica de uma palavra é reinterpretada como unidade significativa e substituída por outra, como ocorre com *bebemorar*, em que a primeira parte de *comemorar* é associada a comer e substituída por *bebe*, e *boadrasta*, em que a sílaba *ma* de *madrasta* é interpretada como o adjetivo *má* e substituída pelo antônimo.

Descrição do Corpus

Os dados aqui analisados foram retirados do *corpus* de nossa pesquisa, ainda em desenvolvimento, sobre os neologismos associados à pandemia da covid-19, coletados entre 2020 e 2022 da mídia jornalística, de fontes variadas, e das redes sociais. O *corpus* total é constituído de 110 vocábulos novos. Dentre estes, 17 são formações por CV.

No que diz respeito à extensão silábica das unidades envolvidas no CV, elas são, em geral, metricamente desiguais. A palavra mais curta aparece representada o mais inalterada possível e a palavra com mais sílabas sofre perda segmental. Entretanto, é ela que determina a métrica e a distribuição acentual da palavra resultante, de modo que ela terá o mesmo número de sílabas e a mesma posição da sílaba tônica da palavra-base maior, como ocorre em *coronaro* (< *corona* + *bolsonaro*), *carentena* (< *carente* + *quarentena*), *pãodemia* (< *pão* + *pandemia*), *covidiente* (< *covid* + *obediente*), *quarentini* (< *quarentena* + *martini*), *quarentino* (< *quarentena* + *nordestino*) e *quarentreino* (< *quarentena* + *treino*).

A formação mascne (acne provocada pelo uso contínuo de máscara) parece não seguir esse parâmetro, se considerarmos as bases vernáculas *máscara* e *acne*. Contudo, o CV mascne é um estrangeirismo. Trata-se de um decalque do inglês maskne (< *mask* + *acne*) e, nesse idioma, ocorre justamente o descrito acima.

O mecanismo caracterizado pela interposição lexical mostrou ser o mais representativo, sendo responsável por 76,5% das formações (13 palavras). Esse dado confirma os resultados obtidos por Gonçalves (2005, p.17), que constatou que “80% dos cruzamentos vocabulares do português brasileiro são caracterizados pelo aproveitamento de pelo menos um segmento comum às palavras-matrizes”.

O traço formal dos CVs do tipo 1 que o distingue dos demais é a semelhança fônica entre as palavras combinadas. Essa semelhança pode corresponder a segmentos silábicos

(*carentena*), sílabas (*coronaro*), fonemas (*covidengue*), e/ou elementos suprasegmentais como pauta acentual e timbre vocálico (*pãodemia*). A ruptura (e fusão) ocorre na sílaba ou letra coincidente, como em *covidelírio*, e *quarentreino*.

O fenômeno da ambimorfia fica evidente no exemplo *carentena*, em que a base menor, *carente*, tem todos os fonemas representados na forma cruzada, uma vez que eles também são elementos da base maior.

O segundo tipo de cruzamento, por combinação truncada, demonstrou ser menos produtivo, representando 11,7% dos casos (2 palavras). Neste tipo de formação, não há necessariamente elementos coincidentes. Em *esquizocovidfrenia* (< *esquizofrenia* + *covid*), a base menor introduz-se no ponto de junção dos radicais esquizo e frenia, numa espécie de “ensanduichamento”, um procedimento bastante raro em português. Já em *confinastê* (< *confinado* + *namastê*), as duas bases são encurtadas e, apesar da sílaba coincidente, a ruptura não ocorre nela.

O terceiro tipo, a substituição sublexical, correspondeu também a 11,8 % do *corpus*. As palavras constantes deste grupo nem sempre são consideradas como cruzamentos vocabulares, uma vez que não ocorre propriamente a fusão de duas bases, mas apenas uma base que tem um de seus elementos reinterpretado e substituído. Frequentemente, essa substituição é baseada na ressignificação do elemento substituído e na intenção de se opor a ele. A formação *ovulário* (evento acadêmico promovido por mulheres) ilustra bem este tipo. Ela resulta da interpretação de que, na palavra *seminário*, o emprego do elemento *semin* alude necessariamente ao homem. Por isso, ele é substituído por outro mais adequado para designar o evento cujas palestrantes sejam predominante ou exclusivamente mulheres. Tem explicação semelhante *webnário*, em que ocorre uma especialização de sentido. O termo *webnário* designa um seminário realizado em ambiente virtual.

Aspectos Semântico-Discursivos

O estudo dos CVs sob uma perspectiva semântico-discursiva pode ser muito enriquecedor. As formações por CV revelam muito mais do que a intenção de renovar o léxico em virtude de uma necessidade linguística. O novo item lexical não se destina, necessariamente, a nomear um objeto ou conceito inédito. Em vez disso, é formado para atender a vontade expressiva e estilística do enunciador. No exemplo abaixo, o CV combina *Corona* + *Bolsonaro*. O ponto de semelhança entre os dois vocábulos, a sílaba “na”, reforça a relação entre as palavras. A significação básica do texto não seria perdida caso se prescindisse do neologismo. Contudo, haveria grande perda em expressividade, característica muito cara ao gênero textual *tweet*. O vocábulo criado, que faz o presidente levar o vírus no nome, remete a atitudes do mandatário, que teriam favorecido a propagação do vírus.

Todos contra Coronaro !!!!! (Twitter, 24/04/2020)

Jair Coronaro foi pra padaria, farmácia, praia, fez churrasco... e testou 3 vezes negativo para o covid19 (@JoaquimTeixeira, Twitter, 13/05/2020)

Ademais, por se observar o aspecto semântico dessas formações, percebe-se que elas não são tão aleatórias como se costuma alegar. As palavras relacionadas em um CV, em geral, já são semanticamente vinculadas. A relação pode ser representada pelo pertencimento ao mesmo campo semântico ou domínio discursivo, pela relação entre um objeto e uma característica, pela correlação temporal, pelo valor de causa e consequência entre outros. Seguem alguns exemplos:

Campo Semântico ou Domínio Discursivo

“Delcídio apresenta melhoras da 'covidengue' e faz até política ao falar da doença.” (topmedianews, 30/07/2020)

As duas palavras que se relacionam na formação são designativas de doenças.

Relação do Objeto e uma Característica

Um evento feminista em Jacobina, na Bahia, que poderia ser chamado de "seminário" - foi batizado pelas organizadoras de ovulário. (revistaoeste 11/08/2020)

A palavra *ovulário* designa um seminário que têm como característica ser promovido por mulheres.

Relação de Causa-Consequência

A famosa carência, que no isolamento social ganhou o nome de "carentena", faz com que aumente a biscoitagem nas redes sociais, as conversas em apps de paquera e postagens nostálgicas com a hashtag "#tbt". (uol.com, 22/07/2020)

Combinação de carente + quarentena, a *carentena* é a carência provocada pelo isolamento social. Também apresentam relação de causa e consequência *covidelírio*, *covidivórcio*, *mascne* e *esquizocovidfrenia*.

Correlação Temporal

Em meio às gírias e expressões do momento, que brotam da necessidade de os grupos tentarem criar um código, geralmente em tom jocoso, surgiu ainda um "confinastê", primo torto da saudação hindu, adotada pela turma do paz e amor no mundo virtual. (vejario.abril.com, acesso em 02/04/2021)

A saudação *confinastê* funcionaria enquanto durasse o confinamento. Também é formado levando em conta a correlação temporal *quarentini*, o martini tomado em reuniões sociais mediadas por aplicativos de reunião durante a quarentena.

Considerações Finais

Da análise aqui feita, constatamos que o cruzamento vocabular é um processo de formação de palavras bastante produtivo no português brasileiro, sobretudo, quando consideramos situações informais de comunicação e os domínios literário, jornalístico e humorístico. Os neologismos formados por cruzamento vocabular constituíram 15,5% do total de 110 vocábulos novos contabilizados durante nossa pesquisa. Desse modo, o fato de ele não constituir um recurso da comunicação formal padronizada não justifica sua posição, nos estudos tradicionais, de processo pouco produtivo.

Além disso, sob a aparente idiossincrasia do processo, pudemos encontrar regularidades, tal como a coincidência formal entre as bases que se combinam. Sendo assim,

trata-se de um processo que merece maior atenção por parte dos estudiosos de modo a tornar abrangente a descrição dos processos de formação de palavras.

Finalmente, a alegação de que as formações por CV não seriam objeto da linguística propriamente dita revela uma concepção de língua segundo a qual o sistema abstrato e tudo o que nele é universal teria prevalência sobre a realização da língua por meio da fala e o seu funcionamento em textos escritos. Visto que a exploração inovadora de cargas semânticas é justamente uma das mais importantes características dos CVs, essa visão apenas resulta na redução do fenômeno linguístico. Fica claro, por tudo isso, que o fenômeno da formação de palavras, em geral, e, em particular, o dos cruzamentos vocabulares requer uma abordagem que contenha, além do aspecto linguístico gramatical, o histórico-etimológico, o textual-discursivo e o semântico-pragmático.

Referências

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios, 191).

_____. A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português. In: *Alfa*, São Paulo, 28 (supl.): 119-1126, 1984.

ANDRADE, Katia Emmerick. Uma Análise Otimalista Unificada para as Mesclas Lexicais do Português do Brasil. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa (Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2008. Disponível em <http://www.letas.ufrj.br/posverna/mestrado/AndradeKE.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

ANDRADE, K. E., & RONDININI, R. B. Cruzamento vocabular: um subtipo da composição?. In: *DELTA: Documentação E Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada*, 32(4), 2017. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/27231>. Acesso em: 3 out. 2022.

ARAÚJO, Gabriel Antunes. Morfologia não-concatenativa: os portmanteaus. Campinas: Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 39, 2000. Disponível em <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/2711>. Acesso em: 3 out. 2022.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos da gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1991 (Série Princípios, 88).

_____. Fusão Vocabular como Processo de Formação de Palavras. Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN, 2005.

CARROLL, L. *Alice: Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do Espelho*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 206, 2002 (1872).

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Cruzamento vocabular em português: a questão das fronteiras com outros processos e formação. In: MOLLICA, Maria Cecília Magalhães; RONCARATI, Claudia (org.). *Anais do III Congresso da Abralín*. Niterói: UFF – Centro de Estudos Gerais, v. 1, p. 824-831, 2003.

_____. Blends lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. Veredas (UFJF), Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 16-35, 2005.

HENRIQUES, Claudio César. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4ª edição revista e ampliada. Campinas: Pontes, 2002.

SÂNDALO, Maria Filomena Spatti. Morfologia. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2005, p. 181-206.

VALENTE, André. *A Linguagem nossa de cada dia*. Rio de Janeiro: Leviatã publicações, 1994.

EM BUSCA DA DATA PERDIDA: O LABOR FILOLÓGICO E A QUESTÃO DA DATAÇÃO

Julia Araujo BORGES (UFF)
Soraia Farias REOLON (FCRB)

Introdução

No seu livro *Textkritik*, o filólogo alemão Paul Maas dá-nos uma definição que já é clássica para o conceito de crítica textual – o objetivo da crítica do texto é a restituição de um texto ao mais próximo possível do original, da vontade do autor. Depois de ter caracterizado a problemática do crítico perante o seu objeto histórico, o filólogo encerra a sua obra com uma afirmação que aumenta ainda mais a discussão sobre a insegurança que o crítico sente perante o seu trabalho, dado que não se pode ter a certeza de ter reconstituído corretamente o texto original: “Quem tiver medo de fornecer um texto inseguro, melhor será que se ocupe apenas de autógrafos”. (1957, p. 23)

Spina (2003, p.34) ensina que, quando trabalhamos com documentação manuscrita, devemos ter também um comportamento crítico perante os mesmos documentos, analisando seus aspectos externos, ou seja, sua autenticidade e originalidade, como também os seus aspectos internos, isto é, devemos nos situar na época do texto, impregnarmo-nos do espírito daquele momento e do meio em que ele foi escrito, para o compreendermos na sua profundidade. Determinar a data, o ano ou pelo menos a época em que o documento foi escrito pode ser muito útil para a compreensão de seus conteúdos, de sua forma, e de outros aspectos, já que um escrito, de uma forma ou de outra, é um reflexo de sua época. Em Spina (1977), o autor já dividira em três as funções da atividade filológica: função substantiva, função adjetiva e função transcendente. A função adjetiva “deduz, do texto, aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como a sua avaliação estética (valorização)”.

Pelo exposto, cabe ressaltar que a proposta desta comunicação está relacionada à citada função adjetiva e se resume em trazer, à luz dos critérios ecdóticos, a questão da busca da datação da conferência “A imprensa e o dever da verdade”, escrita por Rui Barbosa, mas nunca pronunciada por ele. Serão expostas as dificuldades encontradas por nós no percurso do labor filológico e os caminhos tomados para o encontro de uma solução mais adequada possível, quando da edição da citada conferência, uma das atividades do projeto de pesquisa “Edição das Obras Completas de Rui Barbosa”, durante os anos de 2021 e 2022.

Obras Completas de Rui Barbosa (OCRB)

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) é uma instituição pública federal de pesquisa e ensino. Seu Centro de Pesquisas desenvolve investigações científicas nos setores de Direito, Filologia, História, Políticas Culturais e Ruiano, as quais resultam em diversas publicações, eventos, seminários e cursos.

Publicar a coleção Obras Completas de Rui Barbosa tem sido preocupação da FCRB desde sua fundação. A coleção foi organizada em 50 volumes, divididos em 169 tomos. É uma compilação que reúne a produção intelectual de Rui Barbosa em seus diferentes campos de atuação como advogado, jurisconsulto, jornalista e político.

Em 1974, foi publicado o *Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa*, organizado por Américo Jacobina Lacombe, que apresenta um levantamento dos trabalhos de cada volume e tomo, indicando fontes e suas localizações.

O trabalho de edição das obras de Rui Barbosa, realizado pelas pesquisadoras do Setor Ruiano e suas bolsistas, exige uma disposição conjunta, e, para tanto, deve ser feita em etapas, sendo necessário primeiramente ocorrer a escolha de um volume e tomo das OCRB a ser trabalhado. Para cada texto do tomo escolhido, deve-se realizar:

1) Pesquisa de Fonte, Escolha dos Textos-Fonte e Transcrição

Esta etapa inicial da produção consiste em localizar as fontes dos textos que compõem o tomo de um volume e transcrevê-los respeitando os critérios de edição previamente estabelecidos. Há cerca de seis anos, a pesquisadora da FCRB Laura do Carmo dedicou-se à criação do projeto de pesquisa “Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa (OCRB)”. A partir do que foi estabelecido no *Roteiro* de Lacombe (1974), acrescido das anotações manuscritas a lápis feitas pela pesquisadora Rejane M. M. de Almeida Magalhães (até 2015) nos seus dois volumes do *Roteiro*, ao longo de quatro décadas, e mais as buscas da atual equipe coordenada por Laura do Carmo, Laura e bolsistas produzem um novo e mais completo roteiro para cada tomo ainda a ser publicado, com todas essas informações sobre as fontes. E passam-no para a equipe de edição: a do projeto “Edição das Obras Completas de Rui Barbosa”, composta por nós: pesquisadora Soraia Farias Reolon e bolsista de pesquisa Julia Araujo Borges. É preciso ler o novo roteiro, compreendê-lo, verificar as fontes de cada texto que compõe o tomo e confirmar (ou não) a anterior definição do texto-fonte. A partir daí, pode-se iniciar o cotejo para cada texto, um de cada vez.

2) Cotejo

O cotejo é uma primeira etapa de conhecimento e conferência do texto. Consiste na comparação do texto-fonte com o texto transcrito digitado, com o objetivo de localizar e retificar possíveis lapsos que podem ter ocorrido na etapa anterior de transcrição e também realizar a atualização ortográfica, observar se há a necessidade de notas e de mais pesquisa. Há total respeito em relação ao texto-fonte quanto à paragrafação, à pontuação, ao emprego de reduções, citações. As notas originais de Rui Barbosa e suas referências são complementadas quando necessário. (MAGALHÃES, Rejane M. M. de A.; PEREIRA, Soraia Farias Reolon, 2012, nota editorial)

3) Elaboração de Notas de Rodapé

Quando o texto de Rui Barbosa é corrigido pela existência de um erro do autor, o que rarissimamente ocorre, o fato é registrado em nota de rodapé. Deve-se anotar que houve a mudança do texto original, e é fundamental explicar o porquê da alteração. Também é preciso pesquisar muito para a feitura de outras notas: notas de referências bibliográficas, notas históricas, literárias, linguísticas (notas acerca de sintaxe, léxico, pontuação, coesão, até mesmo traduções necessárias).

4) Revisão do Texto

Quando todo o processo anterior já foi feito, é necessário deixar passar algum tempo e depois fazer uma nova leitura, a fim de se realizar uma revisão final. Apesar de a maioria

dos erros terem sido corrigidos durante o cotejo e a feitura de notas, ao longo da revisão ainda é possível encontrar alguns lapsos.

“A Imprensa e o Dever da Verdade”: Contexto Histórico-Político

“A verdade antes de tudo, senhores” — isto é o que pedia Rui Barbosa na conferência “A Imprensa e o Dever da Verdade”, cujo objetivo principal era o de atacar a corrupção que dominava a imprensa e fazer um chamamento aos princípios éticos que devem sempre nortear a vida do jornalista. Vale ressaltar que Rui era jornalista também, e que muito se orgulhava dessa profissão. Por isto, fundamentado na sua longa experiência de articulista do jornal *A Imprensa*, Rui não cessaria de lutar pela independência do jornalismo frente ao Governo Federal e outros poderosos. Por isto, escreve que para o jornalista o princípio fundamental, e do qual não pode abrir mão, é o que chama de “amor da verdade”.

Portanto, a explicação para a escrita desta conferência foi justamente essa busca incansável de Rui Barbosa pela verdade, na sociedade, na justiça, na política e na imprensa. Essa última foi motivo de destaque em virtude dos acontecimentos políticos na Bahia em fins de 1919, início de 1920. Rui apoiara Paulo Fontes nas eleições estaduais, candidato da oposição. Diante da vitória fraudulenta de José Joaquim Seabra, da situação, forças sertanejas partem para Salvador, a fim de garantir a posse de Fontes considerado eleito. Tal fato fez com que o governo baiano requisitasse a intervenção federal. Seis mil homens são enviados para esmagar o movimento e empossar no governo o candidato derrotado J. J. Seabra. Indignado, Rui interpela o presidente Epitácio Pessoa em uma série de artigos que depois seriam publicados nas OCB com o título de *O artigo 6º da Constituição e a intervenção de 1920 na Bahia*. À época, os jornais baianos, que recebiam dinheiro do governo, não queriam publicar e Rui precisou pagar a seção de anúncios para que seus textos se tornassem públicos. Publica em outros estados também.

Segundo escreve Christian Edward Cyril Lynch no segundo prefácio da publicação do texto “A imprensa e o dever da verdade” pelo Senado Federal (2019):

[...] uma imprensa livre, que prevalecia em países democráticos como a Grã-Bretanha e os Estados, era o pesadelo de autocratas como Bonaparte e Bismarck, que a queriam ‘deteriorada, servilizada ou mercantilizada’. Livre durante a monarquia, a imprensa se corrompera juntamente com o regime republicano. O mal das repúblicas latino-americanas residia no fato de que suas elites não as conseguiam praticar sinceramente. A degeneração da república brasileira ficava patente, justamente, pela prática da compra dos jornais pelos governos. O caso sempre lembrado era o do presidente Campos Sales, um dos ícones do conservadorismo oligárquico, que confessara a prática em suas memórias, sob o eufemismo de “subvenção à imprensa”. Isso era péssimo para a democracia brasileira, porque em um país de jornalistas vendidos não era possível auscultar o sentimento da nação, nem fazer prevalecer a verdade política.

Freitas Nobre em seu prefácio da edição da referida conferência de Rui pela USP (2009), ressaltava que, para Rui, “a advocacia e a imprensa foram seus principais instrumentos de luta contra o arbítrio, a injustiça, a corrupção”.

“A Imprensa e o Dever da Verdade”: a Busca pela Datação

No texto que serve de caso analisado – “A imprensa e o dever da verdade” –, o cuidado começou já com a questão da datação, porque nem sempre o acesso a alguma fonte primária e às edições anteriores é o suficiente para essa tomada de decisão. No novo roteiro com o levantamento de fontes realizado pela pesquisadora Laura do Carmo e suas bolsistas para o volume 47, tomo 1, 1920, das OCRB, a conferência aparecia como “texto zero”, ou seja, o texto não estava indicado no *Roteiro* de Lacombe como sendo do tomo 1. Havia no novo roteiro também o registro dos apontamentos da pesquisadora Rejane Magalhães. Fora encontrada uma folhinha anexada ao seu exemplar do *Roteiro* na parte referente ao volume 47, 1920, tomo 2, com uma nota manuscrita que dizia:

A imprensa e o dever da verdade. ver v. 49, 1922, t. 1. Trabalhos jurídicos e literários [que passou a Diversos]. Disse-me dr. Lacombe, a 16/2/78, que, a rigor, este trabalho deve entrar em 1923,* pois RB não terminou de redigir a conferência, e os originais estavam sobre sua mesa de trabalho quando de sua morte, interrompidos em trecho no qual Rui escrevia sob paralisia bulbar. Foi lida posteriormente por João Mangabeira. A publicação com data de 1920 está evidentemente errada.

*Obs.: Rui deve ter começado a escrever a conferência em 1920. Veja-se o início do 23º parágrafo: “Se, daqui a dois anos, ao celebrar o nosso centenário nacional...”. Logo, deve estar em 1920.

Pelo exposto, o embate inicia com as divergências de datas entre Jacobina Lacombe, que acreditava que a publicação da conferência deveria ser em volume relativo a 1923; e a pesquisadora Rejane que tinha o ano de 1920 como ano correto para a inclusão do texto. O trabalho de pesquisa realizado, porém, constatou que no *Roteiro* de Lacombe não havia nenhuma menção ao texto no ano de 1923, todavia aparecia na obra de Jacobina no ano de 1922, para nosso espanto. Isso mostra que Lacombe teria reformulado seu posicionamento alguns poucos anos após a publicação do seu *Roteiro*.

Diante da imprecisão acerca das datas, o trabalho de pesquisa foi recorrer aos originais e procurar recuperar o que estaria sobre a mesa de trabalho de Rui na casa de Petrópolis quando de seu falecimento. Há no Arquivo Histórico e Institucional da FCRB algumas cópias (iguais) do datiloscrito (com 79 páginas). Era praxe após a feitura do manuscrito autógrafo, Rui passá-lo ao seu secretário, que datilografava a partir do manuscrito e devolvia-lhe esses documentos. E há no Arquivo também um manuscrito que foi arquivado junto ao datiloscrito: trata-se de seis páginas com anotações de citações e referências bibliográficas. Como essas páginas manuscritas não foram datilografadas, conclui-se que foram feitas depois, provavelmente era o que Rui fazia em 1923. Verificamos que a FCRB não tem mais o manuscrito da conferência. Por quê?

Procuramos pesquisar a história editorial da conferência e também os paratextos que ajudam a compreender os acontecimentos que envolvem não só o conteúdo do texto, mas também os fatos sociais que permeiam o escritor e os editores de determinada publicação. A então bolsista Carolina Machado localizou uma resenha de José Marques de Melo (2007) à conferência de Rui, no *site Brazilian Journalisme Research*, e a dissertação de mestrado de Renilson Miranda Paciência, defendida em Salvador, em 2019, na Universidade do Estado da Bahia. E a pesquisadora Laura do Carmo localizou algumas fontes secundárias: cinco

cartas de Raimundo Frexeiras para Rui Barbosa de 1919 a 1921. Nós da equipe de edição passamos a examinar todo esse material.

Além do que fora indicado por Lacombe e Rejane Magalhães, continuamos a busca por novas fontes secundárias:

- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1990. 98p. 4. ed., 2009. 88p.
- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Ed. Papagaio, 2004. 128 p.
- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Montecristo, 2018.
- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. 101 p.

Dito isso, no prefácio à edição da Edusp (2009) consta que o texto “A imprensa e o dever da verdade” foi escrito por Rui em 1920 para ser lido em conferência no Abrigo dos Filhos do Povo. Impedido de proferi-la devido a problemas de saúde, Rui autorizou a publicação do texto para que a renda obtida com a venda dos exemplares fosse doada ao Abrigo. Percebe-se que a primeira edição apresentou muitos erros e foi feita a partir do manuscrito (que a FCRB não possui em seu Arquivo...):

A primeira edição da conferência apresentou numerosos erros, alguns deles crassos, obrigando a uma Errata no final do volume, com a explicação de que “o Conselheiro Rui Barbosa não pôde corrigir esta conferência no autógrafo, impedido pela moléstia e pelas agitações que intraquilizaram os últimos anos de sua vida”.

Conhecendo a preocupação de Rui relativamente à impressão do texto corretamente, a diretoria da entidade beneficiada procurou explicar as numerosas falhas: “Também a urgência reclamada pela instituição a que a conferência vai beneficiar, justifica a impossibilidade de uma rigorosa revisão pelas pessoas encarregadas desse trabalho”.

No prefácio da ed. do Senado (2019), Christian Lynch chama a atenção para aspectos muito importantes da conferência, inclusive seu aspecto inacabado (observação convergente com a fala do dr. Lacombe anotada por Rejane Magalhães):

Senador da República e mais famoso advogado do Brasil, Rui considerava-se, antes de tudo, jornalista. A razão era simples: ele considerava o jornalismo como a atividade primária a partir da qual, pela veiculação de suas ideais liberais, era possível sustentar sua ação política e forense em prol da consolidação do Estado de direito no Brasil. [...]

O testamento de Rui Barbosa como jornalista foi “A imprensa e o dever da verdade”, conferência que ele redigiu no ano de 1920 para proferir na Bahia, em evento que não se realizou em razão de seu estado de saúde. Seu texto costuma ser apresentado quase sempre acompanhado de “Oração aos moços”, outra conferência escrita à mesma época e que também não foi proferida, por idêntico motivo. Olhando de perto, porém, há diferenças significativas entre os dois textos. Mestre da oratória clássica, Rui elaborava suas conferências seguindo as regras de Cícero e Quintiliano, que as dividiam em exórdio, enunciação, exposição, confirmação e peroração. Verdadeira obra-prima do gênero, a “Oração aos moços” apresenta todos aqueles momentos, ao passo que “A imprensa” parece ter sido publicada inacabada, no meio da exposição. Além disso, ao contrário da “Oração”,

redigida à juventude em um tranquilo tom confessional, quase de pai experiente para o filho que vai começar a vida adulta, “A imprensa e o dever da verdade” é principalmente um requisitório indignado – às vezes furibundo – contra o processo de corrupção pelo governo da imprensa e uma defesa apaixonada da ética que deveria prevalecer na atividade jornalística.

A citada resenha de José Marques de Melo confirma a ideia da edição de 1920 e acrescenta uma informação, sem dar fonte, de ter existido uma segunda edição financiada pelo jornal *A Tarde*, em 1924, após a morte de Rui Barbosa:

A primeira edição circulou em 1920 com o objetivo de arrecadar fundos para o Abrigo das Crianças do Povo de Salvador. Reproduzindo o manuscrito do autor que devido à sua debilidade física não conseguiu corrigir, esta edição original continha vários erros de revisão. Por isso, foi inserida uma errata na segunda edição, supostamente impressa a expensas do jornal *A Tarde* para comemorar a visita de seu redator-chefe, Armando de Campos, ao Abrigo de Crianças do Povo (1924), logo após a morte do autor. (MELO, 2007, tradução nossa)

Enfim, até o momento podíamos concluir que “A imprensa e o dever da verdade” foi redigida com uma dupla proposição: exprimir um protesto de Rui Barbosa contra a imprensa que se vendia ao governo e angariar fundos (por meio do pronunciamento de sua conferência) para o Abrigo dos Filhos do Povo, instituição benemérita para crianças pobres estudarem, localizada em Salvador, tendo como diretor técnico Raimundo Frexeiras. Por intermédio de cartas trocadas entre Rui e o diretor (de 4/4 e 23/11/1919, 16/1 e 8/8/1920 e 5/10/1921), pudemos saber que Rui Barbosa também ajudou financeiramente, com 1 conto de réis, depois da visita que fez à instituição (a convite de Frexeiras) em 15 de janeiro de 1920, quando prometera destinar-lhe um discurso seu para arrecadação de verba. Por conta de seu adoecimento e posterior falecimento em 1º março de 1923, Rui não chegou a pronunciá-la. Importante destacar que Frexeiras não comenta nem agradece a Rui em carta a edição do discurso em 1920 (a “1ª edição”), fato realmente muito estranho...

Bem, diante de posições discordantes e suspeitas, a pesquisadora e também orientadora do projeto de Edição das OCRB, Soraia Reolon, foi ver a primeira edição dita de 1920. Na própria Biblioteca da FCRB o livro encontra-se catalogado como de 1920. Além de seu texto, verificou a existência de anexos ao final do livro: texto explicativo; fotografias datadas de 1924 das crianças do Abrigo e dos professores; fac-símiles de documentos importantes: primeira e última página do manuscrito (provando que o Abrigo tivera acesso ao manuscrito); autógrafo de Rui no envelope onde guardava os papéis onde redigira a conferência; impressões de Rui após a visita à instituição; e uma carta de Maria Augusta datada de 28 de agosto de 1924 cedendo os direitos autorais ao Abrigo. Se alguns desses documentos eram de 1924 e constavam no livro, aquela não poderia ser edição de 1920... Mas era o que aparecia na folha de rosto: “Conferência por pronunciar em benefício do Abrigo do Povo. Bahia, 1920.” Concluiu que essa indicação errada da data de publicação levou a erro os prefaciadores e editores das edições seguintes... provavelmente reproduziram o texto da primeira edição (alguns consultaram a errata, também precária) e chamaram-na “de 1920”, sem atentar para os anexos ao livro, sem buscar os paratextos... Até esse momento de preparação da edição do texto “A imprensa e o dever da verdade” para figurar futuramente em um tomo das OCRB, toda a tradição impressa até 2019 repetira um erro: não atentou para

os anexos ao livro da 1ª edição, não buscou paratextos... E de quando seria exatamente a primeira edição?

Segundo Paciência (2019), Frexeiras e sua esposa (Joventina Frexeiras) foram ao Rio de Janeiro em dezembro de 1923 visitar dona Maria Augusta:

[O Abrigo] oferecia às crianças o material escolar, a alimentação, o vestuário. O ensino das letras era complementado pelo ensino religioso. [Frexeiras] Desejava fazer mais garantindo a instalação das oficinas, por isso estava no Rio em busca de recursos para essa realização e a construção do prédio definitivo.

Antes da partida, o diretor técnico tentou obter do presidente do Abrigo, Ernesto de Sá Bittencourt Câmara, uma procuração para tratar das subvenções federais bloqueadas. Partiu sem o aval, sabendo que não resolveria o embaraço burocrático. Tinha outro objetivo em mente. Até a morte, Rui Barbosa manifestou apreço pelo Abrigo, desejando ainda lhe oferecer algum benefício. Neste intuito, Raimundo e Joventina Frexeiras se encontraram com a viúva Maria Augusta Rui Barbosa, em São Clemente. Essa conversa culminou com o cumprimento da vontade do falecido: a cessão dos direitos sobre a conferência *A Imprensa e o Dever da Verdade*. O casal retornou a Salvador com o manuscrito.

O resultado proveitoso foi revelado na primeira página do *A Tarde* de 26 de janeiro de 1924. Com o título “Os herdeiros de Ruy Barbosa protegem uma instituição baiana – Um precioso legado do grande brasileiro ao Abrigo dos Filhos do Povo” [...]

Então, o manuscrito foi levado para Salvador e não retornou mais à rua São Clemente, 134 – Botafogo. Segundo Paciência (2019), a conferência só foi pronunciada em 1924, primeiro por João Mangabeira a 5 de abril; três meses depois por Hildegardo Erudilho no Politeama em Salvador; e a segunda leitura arrecadou a quantia de 4 contos e 750 mil réis para a instituição. E em 28 de agosto de 1924, dona Maria Augusta escreve a Frexeiras cedendo os direitos autorais para o Abrigo. Paciência (2019) informa que:

Desfrutando dos direitos autorais sobre *A Imprensa e o Dever da Verdade*, a instituição mandou imprimir 1000 exemplares para a distribuição entre aqueles que, em troca, fizessem contribuições em dinheiro para o financiamento das obras de construção do prédio de oficinas. [...]

Através desses balanços periódicos publicados nos vários jornais, podem ser conhecidos alguns detalhes de quem se envolveu nessa mobilização que transbordou os limites da Bahia dos últimos meses de 1925 até o fim do ano seguinte. [...]

Até novembro de 1926, a arrecadação informada pelo *Diário de Notícias* era de 48:659\$100, valor superior ao orçamento do primeiro pavilhão calculado em 45:000\$000.

Pelo que já foi apresentado, conclui-se que a existência do manuscrito é certa. E que o ano do livro dito editado em 1920 não pode ser realmente 1920, já que a essa época Frexeiras não tinha ainda recebido o manuscrito, e a edição foi feita a partir dele. Enfim, o livro só poderia ter sido publicado a partir de 1924... Ele foi negociado de 1925 até fim de 1926. Então a edição ocorreu em fins de 1924 ou em 1925 mesmo. Não se sabe se, em posse dos direitos autorais, o Abrigo teria promovido outras edições do discurso quando necessário

arrecadar dinheiro para a instituição. Paciência (2019), que estudou toda a história do Abrigo, não comentou sobre essa possibilidade. Também não se sabe se essas possíveis edições seguintes teriam sido corrigidas a partir do cotejo com o manuscrito e revisadas ou teriam mantido o texto original da primeira publicação.

Posteriormente, “A imprensa e o dever da verdade” foi publicado em parte no volume *Lições de Rui*, em 1949, numa iniciativa do diretor da Imprensa Oficial da Bahia, e nas demais edições que já foram citadas. Embora todas as edições, a cujo *pdf* ou texto impresso tivemos acesso, mencionem os erros de revisão da primeira publicação do texto, nenhuma delas cita qual texto foi utilizado como texto-fonte para sua edição.

Hoje em dia o Abrigo dos Filhos do Povo funciona como uma instituição pública de ensino (Escola Municipal Abrigo dos Filhos do Povo) em Salvador, e inúmeras foram as tentativas de contato a fim de localizar o manuscrito, mas até o momento não tivemos nenhum retorno.

O manuscrito e o datiloscrito de “A imprensa e o dever da verdade” são de 1920. Na primeira folha do datiloscrito, existe a anotação manuscrita de Rui: “Não foi pronunciada – 1920”. Esta foi a data da escrita e não de publicação, mas que pode também ter contribuído para gerar a confusão na datação. Analisando o que de novidade foi encontrado na mesa de trabalho de Rui em sua casa em Petrópolis, as seis páginas manuscritas autógrafas de Rui, nós verificamos que são anotações de referências bibliográficas, com páginas. Os livros foram localizados por Julia Araujo e os trechos das citações estavam marcados com lápis azul ou vermelho, como costumava fazer Rui Barbosa. Todos os trechos foram digitados e muitos (em inglês) também foram traduzidos. Conferimos as anotações manuscritas de Rui com o datiloscrito. O discurso de Rui é dividido em partes, com subtítulos. Poucas destas citações já estavam no discurso; a maioria não está. Essas seis páginas manuscritas por Rui em 1923 começam com o título “A corrupção nos Estados Unidos. Descoberta e perseguida.” Concluimos que as anotações se referem à última parte do datiloscrito, que tem o subtítulo “O exemplo norte-americano” (são as últimas 26 páginas que compõem o datiloscrito, de um total de 79 páginas). Como disse Christian Lynch no prefácio da edição do Senado (2019), o discurso está incompleto, parou na exposição, e provavelmente Rui estava fazendo uma revisão bibliográfica e levantamento de citações que confirmassem sua opinião de que nos EUA também havia corrupção, porém era severamente combatida e punida. Acreditamos que as anotações seriam um estudo para possível posterior complementação da conferência. Rui escreveu a conferência em 1920 e decide aumentá-la com mais informações em 1923, entretanto não consegue fazê-lo, devido ao seu precário estado de saúde e consequente falecimento em 1º de março de 1923. Então, o texto como o conhecemos é de 1920.

Considerações Finais

A conferência foi considerada como redigida em 1920 e por isso figurará no tomo 1 do volume 47, 1920, das OCRB. A primeira publicação foi em 1924 ou 1925.

Concluimos que é função do crítico textual ir além da aparente estabilidade do texto impresso, isto é, investigar a sua tradição impressa, verificar todas as fontes primárias como manuscritos e datiloscritos, identificar as relações entre os diferentes testemunhos, também procurar paratextos (quando necessário), selecionar o modelo mais adequado para a sua fixação, a fim de editar um texto que melhor comunique a forma originária ou a vontade autoral com o intuito de resgatá-lo ou resguardá-lo do esquecimento.

Muitas vezes, como no caso exposto, a dificuldade já começa pela questão da datação correta do texto, e mesmo com alguns aparatos de raízes históricas e biográficas, às vezes fica impossível determinar com total precisão a data correta de um determinado manuscrito. Entretanto, se a exatidão não pode ser encontrada em alguns cenários específicos, o trabalho editorial traz em si a constante busca pela fidedignidade em seu produto final, por meio de incansáveis pesquisas.

O caso em questão reflete a importância do contexto no qual a conferência foi escrita, dos textos secundários e dos livros nos quais houve a publicação, demonstrando a complexa rede de pesquisas que é necessária para a edição de textos e que contribui para estar sempre vivo o trabalho de grandes mestres, tal como foi Rui Barbosa.

Referências

- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1990. 98p. 4. ed. 2009. 88p.
- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. 101p. Prefácio de Christian Lynch. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/564683/imprensa.pdf>
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1974. 2 v.
- MAAS, Paul. *Textkritik: verbesserte und vermehrte Auflage*. B. G. Teubner Verlagsgesellschaft, Leipzig, 1957.
- MAGALHÃES, Rejane M. M. de A.; PEREIRA, Soraia Farias Reolon (Org.). *Campanha Civilista: correspondência e estudos*. Rio de Janeiro: FCRB, 2012.
- MELO, J. M. de. (2007). A imprensa e o dever da verdade. *Brazilian Journalism Research*, 3(2), 171–174. <https://doi.org/10.25200/BJR.v3n2.2007.126>. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/126>.
- PACIÊNCIA, Renilson Miranda. *O Abrigo dos Filhos do Povo: entre os labirintos do arquivo e da sala de aula*. Salvador, 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado da Bahia.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- SPINA, Segismundo. *Normas gerais para os trabalhos de grau – um breviário para o estudante de pós-graduação*. 4. ed. revisada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANÁLISE DO USO DOS VERBOS MODAIS ‘PODER’, ‘TER QUE’ E ‘DEVER’ NA FASE DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Thamiris S. Halasz de FARIAS (UERJ)

Introdução

É de grande importância para a pesquisa em aquisição da linguagem a observação de dados de fala infantis em desenvolvimento linguístico. Nesta pesquisa, tem-se como objetivo analisar o uso de verbos modais ‘poder’, ‘ter que’ e ‘dever’ na fase de aquisição da linguagem de uma determinada criança, por meio de dados longitudinais. Para isso, foi realizada a constituição de um *corpus* longitudinal de falas espontâneas da criança atualmente vinculada ao projeto a partir de gravações quinzenais de sua fala e correspondente transcrição, seguindo o modelo adotado pela Plataforma CHILDES (www.childes.psy.cmu.edu) (MacWhinney, 2000).

No que se refere à definição de modalidade, esta remete à categoria de expressões da língua com a finalidade de transmitir possibilidade ou necessidade. Este estudo segue a perspectiva da Semântica Formal (KRATZER, 2012), que afirma que a análise semântica depende de um contexto para compor o seu significado.

Nesta pesquisa, será realizada uma análise do uso dos verbos modais ‘poder’, ‘ter que’ e ‘dever’ de uma criança de 1;11 a 4;1 anos de idade, levando em consideração os fatores extralingüísticos e a natureza multissignificativa dos verbos modais, observando não apenas potenciais significados lexicais, mas também fatores extra-oracionais na construção de sentido desses modais. Além disso, devemos considerar que o contexto é um elemento fluido e dinâmico na composição dos significados dos enunciados com verbos modais, por isso, é difícil classificar com precisão quantas serão as interpretações. Adicionalmente, estabelece-se um diálogo com Lunguinho (2014), o qual apresenta dados longitudinais do desenvolvimento do uso de verbos modais por duas crianças de 1 a 4 anos no PB.

Assim, é de interesse dos estudos sobre aquisição lexical verificar se os verbos modais emergem em um mesmo momento ou se há uma ordem de emergência desses verbos, assim como analisar que tipo de modalidade está associada a cada uso, em cada etapa da aquisição. Para isso, como mencionado, foi realizado um estudo longitudinal de uma criança vinculada ao projeto, cobrindo o período de 1;11 a 4;1 anos de idade.

Definindo Modalidade

No que se refere à definição de modalidade, esta remete à categoria de expressões da língua com a finalidade de transmitir possibilidade ou necessidade e, como já mencionado, adota-se a perspectiva da Semântica Formal (KRATZER, 2012), que afirma que a análise semântica depende de um contexto para compor o seu significado.

Para realizar o estudo dos verbos modais devem-se considerar os fatores extralingüísticos e a natureza multissignificativa desses verbos (COMPARINI, 2008). Para Comparini (2008) é preciso levar em consideração a análise de relação do sujeito da enunciação e o seu enunciado, a fim de compor um quadro semântico dos verbos modais.

Além disso, seguindo os passos de Pessoto (2014), pode-se afirmar que o contexto é um elemento fluido e dinâmico, por isso, é difícil classificar com precisão quantas serão as interpretações possíveis. Por esse motivo, o fundo conversacional fica restrito à abstração, a

fim de se considerarem cenários possíveis para uma determinada sentença (PESSOTO, 2018).

O uso dos verbos modais permite que o falante modalize e pondere sua comunicação, evitando o uso de generalizações e falas que expressem uma “verdade absoluta”. E esta capacidade de compreensão e produção da linguagem, no que se refere à modalidade, está interligada diretamente com a capacidade cognitiva das crianças, pelo fato delas estarem diariamente em situações de permissão, desejo, habilidade, etc.

Para realizar o estudo longitudinal, este trabalho foi baseado na pesquisa de Lunguinho (2014), que faz uma análise longitudinal do desenvolvimento do uso modal do verbo por crianças de 1 a 4 anos, na aquisição do PB, concentrando-se nas interpretações deôntica e epistêmica. De acordo com este estudo, pode-se definir os verbos modais sob investigação da seguinte maneira:

- 'poder' deôntico /raiz (permissão);
- 'ter que' deôntico/raiz (obrigação);
- 'dever' deôntico/raiz (obrigação);
- 'poder' epistêmico (possibilidade);
- 'dever' epistêmico (probabilidade).

Sua análise verifica se as crianças usam primeiro os modais deônticos e estabelece a ordem em que cada verbo e suas respectivas interpretações são empregados pelas crianças: O primeiro modal a ser usado é o deôntico ‘poder’, seguido do deôntico ‘ter que’ e, finalmente, o ‘dever’ epistêmico, que aparece por volta dos 3 anos, mais ou menos na mesma idade do ‘poder’ epistêmico. Lunguinho não verifica a ocorrência de um ‘dever’ deôntico até os 4 anos de idade. Segundo o autor, isso pode se dar porque a leitura de necessidade deôntica já está ativa em ‘ter que’, portanto, não há necessidade de outro modal com o mesmo significado. Por este motivo, ‘dever’ parece preencher o vazio para a interpretação epistêmica da probabilidade que ainda estaria ausente nos sistemas modais gramaticais das crianças. Além disso, o autor observa que não há sobreposição de interpretação nos sistemas das crianças analisadas, ou seja, existe apenas um modal para cada interpretação: ‘poder’ deôntico (permissão); ‘ter que’ deôntico (obrigação); ‘dever’ epistêmico (probabilidade) e ‘poder’ epistêmico (possibilidade).

No que se refere aos verbos modais e suas categorias epistêmicas e deônticas, Pessoto (2014) afirma que a interpretação epistêmica de ‘ter que’ ocorre em contextos muito delimitados. Para isso, a autora segue os trabalhos de Pires de Oliveira e Scarduelli (2008), que consideram que o verbo ‘dever’ soa “mais fraco” que o verbo ‘ter que’ em um mesmo fundo conversacional. Logo, haverá a preferência pelo uso do modal ‘ter que’ para modalidades deônticas/raiz com sentido de “obrigação”. Outra questão importante a ser comentada nos estudos de Pessotto é sobre como ‘poder’ e ‘ter que’ possuem um paradigma de conjugação completo, podendo ser flexionados tanto nos modos indicativo como no subjuntivo e em todos os tempos; e ao fazer uma comparação destes dois modais, observa-se a interpretação de possibilidade/necessidade. No que se refere ao modal ‘dever’, este se difere de ‘poder’ e ‘ter que’ por se tratar de um verbo defectivo, não permitindo tempos compostos de modo indicativo. Além disso, trata-se do modal preferido para expressar significado epistêmico que, diferentemente de ‘ter que’, não pode ser proferido adequadamente diante da falta de evidência disponível.

No que diz respeito à força modal, Pessotto (2014) afirma que as interpretações de ‘dever’ soam “mais forte” do que as interpretações de ‘poder’ e “mais fraco” do que as interpretações de ‘ter que’, sugerindo então que ‘dever’ é um modal sem dualidade, enquanto ‘poder’ e ‘ter que’ figuram como a possibilidade tradicional de necessidade.

Metodologia

A coleta longitudinal é uma metodologia bastante utilizada para o estudo da aquisição da linguagem. Após se estabelecer o contato com a criança e seus responsáveis, inicia-se a etapa de gravação, sendo realizada durante interações naturais entre criança e outros interlocutores (responsáveis, irmãos, o próprio investigador) por cerca de 15 a 30 minutos em sessões quinzenais. Essa gravação deve então ser transcrita. A transcrição de dados segue o modelo do CHILDES, plataforma de banco de dados infantis que apresenta uma proposta específica para a transcrição dos dados de fala infantil (The CHAT Transcription <http://chilides.psy.cmu.edu/manuals/CHAT.pdf>). Simultaneamente, realiza-se a análise do material linguístico transcrito no que se refere ao uso dos verbos modais ‘poder’, ‘ter que’ e ‘dever’ em cada contexto e etapa.

No que se refere ao estudo aqui reportado, as gravações dessa criança acontecem em sua casa e apresentam, na maior parte das vezes, interações entre o pai da criança e a criança e, em alguns momentos, interagem também a mãe e os irmãos. A criança se mostra bastante confortável e há contextos distintos de interação, durante o lanche, em brincadeiras com jogos, brinquedos, contando coisas que aconteceram na escola, etc. Uma vez transcritas as falas dos envolvidos na interação, procede-se à análise dos tipos de modais produzidos pela criança.

Primeiros Resultados

Neste estudo, especificamente, foi analisado o uso dos verbos modais ‘poder’, ‘ter que’ e ‘dever’, a partir da coleta de 50 sessões de interação espontânea criança-adulto, gravadas e transcritas, cobrindo o período de 1;1 a 4;1 anos de idade. O Gráfico 1 em que constam os dados gerais do uso desses verbos:

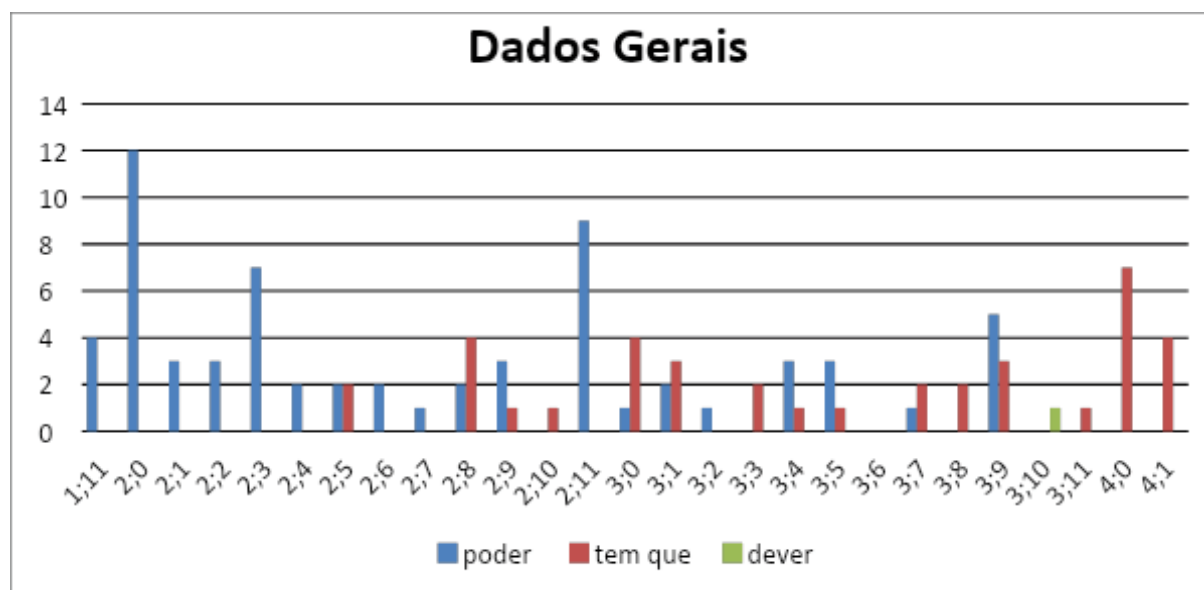


Gráfico 1: Distribuição dos dados em função da idade

Já no Gráfico 2, é apresentado o uso das diferentes modalidades em cada etapa da vida da criança. E o que pode se observar é a escolha predominante do uso de ‘poder deôntico’ até os 2;4 de idade; a partir de 2;5 de idade, foram coletadas expressões “tem que”; com 2;11 de idade já é identificado o uso do poder epistêmico; e por fim, aos 3;10 de idade, identifica-se a emergência de dever deôntico.

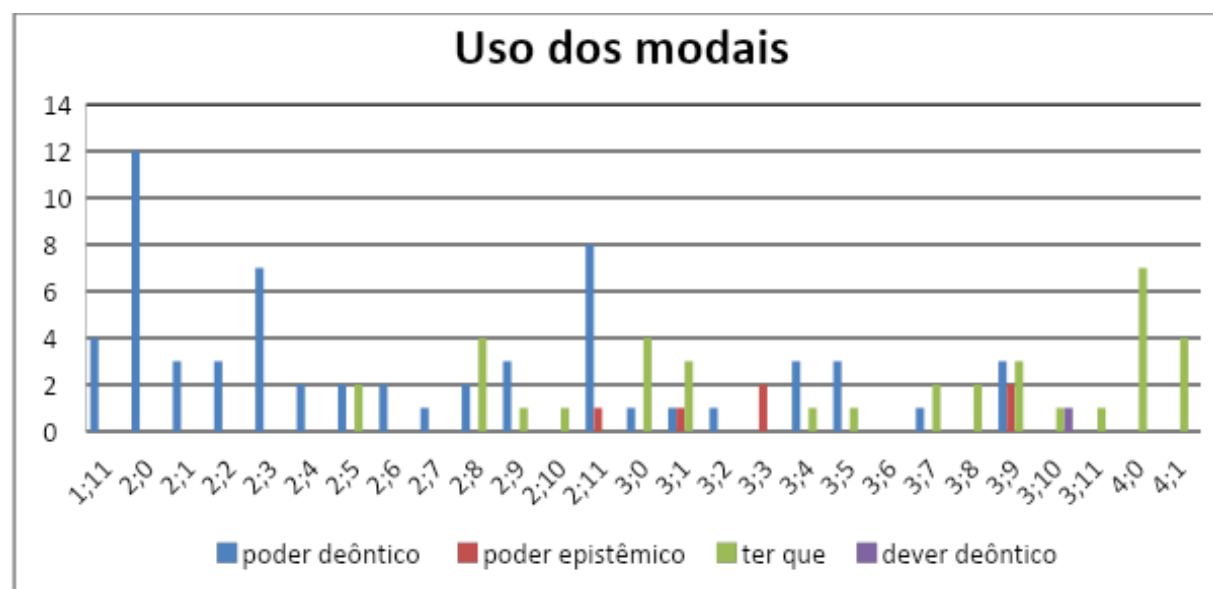


Gráfico 2: Identificação das interpretações dos verbos modais coletados

Como forma de elucidar as informações coletadas acima, constam abaixo alguns exemplos do uso desses verbos em diferentes etapas e modalidades:

MODALIDADE DEÔNTICA – permissão, obrigação e necessidade dado fatores externos ao indivíduo.

Poder deôntico:	*JAO:	vô (...) podi batê?
	*RJL:	pode (1;11 de idade)
	*JAO:	pega, podi pegá (2;7 de idade)
	*JAO: *MON:	a gente pode ser (.) pode ser bicho? pode? que bicho você quer ser? (2;8 de idade)
Ter que deôntico:	*JAO:	u Dathi Vader tem tomar
	%com:	o Darth Vader tem que comprar (2;5 de idade)
	*JAO:	oh, você tem que segurar na só na capa deles
	*RJL:	tá bem (3;1 de idade)

MODALIDADE EPISTÊMICA - possibilidade e necessidade com base nas evidências.

Poder epistêmico: RJL: não pode jogar lixo na praia né?

JAO: os peixinhos também **podem** acabar comendo lixo e não pode (2;11 anos de idade)

*JAO: você **pode** ser a xxx que tá (.) falando que não pode soltar na pista (3;9 de idade)

A única ocorrência de “dever” se dá aos 3;10 em uma situação em que a criança está remontando um brinquedo feito de lego que havia desmontado anteriormente.

Dever: *JAO: + vagões (.) **devem** (.) tá (.) ser (.) ti (.) as (.) as (.) os primeiros

%com: os vagões devem ser os primeiros (3;10 de idade)

Acredita-se que a interpretação desse uso não é tão consensual. Vale a pena ressaltar que a criança demonstra certa dificuldade, inclusive, para formar seu enunciado, o que parece indicar que ela esteja mesmo testando ainda o uso do modal “dever”. Como ela está se referindo, possivelmente, a uma organização característica do brinquedo sendo montado, ou seja, poderíamos considerar que há evidências para que ela proponha essa solução, estaríamos diante de uma leitura epistêmica. Por outro lado, pode estar sendo expressa apenas a necessidade, obrigatória, de que “os vagões venham primeiro”, o que indicaria uma interpretação deontica.

Assim, nossos dados parecem estar confirmando o obtido por Lunguinho, o qual afirma que o uso do “dever” epistêmico (probabilidade) se dá primeiro pelo fato de a criança já ter presente em seu vocabulário o verbo modal “ter que” (obrigação) e a criança estaria privilegiando usar cada item lexical com uma interpretação apenas. No entanto, não podemos descartar a possibilidade do uso do “dever” deontico ou epistêmico anteriormente, fora dos momentos de gravação. Além disso, também podemos considerar de acordo com as análises de Pires de Oliveira e Scarduelli (2008) que *dever* expressa necessidade fraca, pois deixa espaço para alternativas, enquanto *ter que* expressa necessidade forte, pois não deixa espaço para alternativas. Logo, o uso do *dever*, neste caso, não pode ser substituído pelo *ter que* em virtude da sua força modal e o sentido com o qual é utilizado.

Em suma, de acordo com os primeiros dados coletados, podemos confirmar que a criança, primeiramente, adquire o que chamamos de modalidade deontica, que está relacionada com os termos de permissão e obrigação, já que suas respostas de interação verbal estão relacionadas com pedidos e obediência.

Considerações Finais

Neste estudo, o principal objetivo foi realizar uma análise inicial dos verbos modais ‘poder’, ‘dever’ e ‘ter que’ na fase de aquisição da linguagem, utilizando a metodologia de coleta longitudinal de falas espontâneas a partir de gravações quinzenais, seguindo o modelo adotado pela Plataforma CHILDES (www.childes.psy.cmu.edu) (MacWhinney, 2000).

Remeteu-se a estudiosos como Kratzer (2012), Comparini (2008) e Pessoto (2014), considerando-se a perspectiva da Semântica Formal, que afirma que a análise semântica depende de um contexto para compor o seu significado, adotando-se, assim, a ideia de uma natureza multissignificativa dos verbos modais, não considerando apenas potenciais significados lexicais, mas também fatores extra-oracionais na construção de sentido desses modais, sem deixar de levar em conta o fundo conversacional e o fato de o contexto poder ser um elemento fluido e dinâmico.

Para a análise do estudo longitudinal, teve-se como aporte teórico a pesquisa de aquisição com Lunguinho (2014), que traz dados longitudinais do desenvolvimento do uso de verbos modais em crianças de 1 a 4 anos no PB, conversando com os nossos primeiros resultados de dados longitudinais de uma criança de 1;1 a 4;1 anos de idade, com 50 sessões de interação espontânea criança-adulto, confirmando que a modalidade deôntica é adquirida antes da modalidade epistêmica.

Sendo assim, neste trabalho, com base nos dados coletados, confirmam-se os dados da literatura de Lunguinho (2014) no que se refere ao uso do ‘poder’ e do ‘ter que’ deônticos antes do ‘poder’ epistêmico. Salienta-se ainda que o único uso do ‘dever’ pela criança participante apresenta uma força modal fraca, não substituindo o uso do ‘ter que’, sugerindo que se trata de uma interpretação epistêmica.

Referências

- COMPARINI, Ana Maria Paulino. *A natureza multissignificativa dos verbos modais: uma análise da língua falada no Brasil. Diálogos Pertinentes* – Revista Científica de Letras, Franca(SP), v.4, n.4, p.31-46, 2008.
- KRATZER, A. (2012) *Modals and Conditionals*. NewYork: Oxford University Press.
- LUNGUINHO, M. V. (2014). *On the acquisition of root and epistemic modals in Brazilian Portuguese*. In: Revel - Revista Virtual de Estudos da Linguagem, [s.l.], v. 12, n. 8, p.131-159, nov.2014.
- PESSOTTO, Ana Lucia. *Epistemic and gradable modality in Brazilian Portuguese: a comparative analysis of ‘poder’, ‘dever’ and ‘ter que’*. ReVEL, special issue 8, 2014. [www.revel.inf.br/eng].
- PESSOTTO, A. L. *Força e evidência: uma análise teórico experimental da semântica de ‘pode’, ‘deve’ e ‘tem que’*. Tese de Doutorado (UFSC): Florianópolis. 2015.
- PIRES DE OLIVEIRA, R.; SCARDUELLI, J. *Explicando as diferenças semânticas entre ‘ter que’ e ‘deve’: uma proposta em semântica de mundos possíveis*. Alfa Revista de linguística. v. 52, p. 215-236, 2008.

MORFEMA -INHO: “Ê... SUFIXOZINHO VOLÚVEL”

Flávio de Aguiar BARBOSA (UERJ)

Denise Salim SANTOS (UERJ)

Introdução

Já é fartamente sabido que o léxico de uma língua é o lugar em que mais imediatamente se observa a fixação de novas unidades como consequência das novidades que envolvem o mundo extralinguístico. A partir de variados processos derivacionais e composicionais, além da construção de onomatopéias e da adoção de empréstimos, amplia-se o acervo lexical.

Este estudo tem por objetivo observar um recurso significativamente versátil de enriquecimento lexical: o uso do sufixo *-inho* na formação, principalmente, de nomes com variadas dimensões léxico-semânticas e também pragmático-discursivas, que contribuem para o comportamento complexo do morfema.

Ao longo da análise, pretendemos demonstrar o desenvolvimento histórico dos comportamentos morfológicos e semânticos desse segmento, com atenção à produtividade de processos de lexicalização, especialmente em usos informais ou populares.

Verificaremos, ainda, a dicionarização das ocorrências de lexicalização em obras como Houaiss (2001), Caldas Aulete (2008) e Michaelis (s/d), numa atestação de até que ponto já foram consagradas pelo uso.

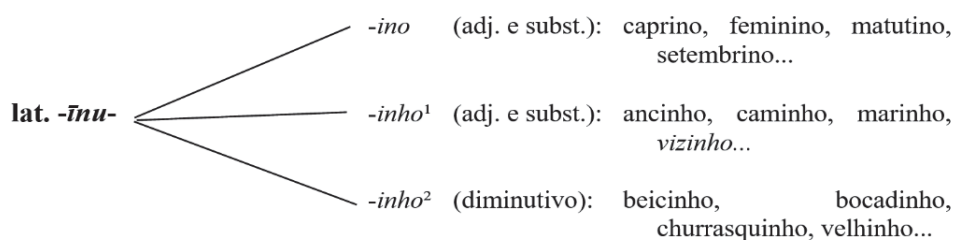
1. Dimensões do Morfema *-inho*

Nesta seção, trataremos de diferentes processos que afetaram o morfema *-inho*, ocasionando tão grande versatilidade morfológica, semântica e pragmático-discursiva.

1.1. Homonímia

Observemos a seguinte esquematização, que será comentada em seguida:

Desenvolvimento da Homonímia de *-inho*



+ terminação nominal *-inha* [← *-inhar* < *-inare*]: *adivinha*;

+ terminações verbais *-inha* [< *-īia* < *-ēia* < *-enia* < *-enēbam*; *-enībam*]:
tinha, *vinha* e seus derivados;

+ terminação pronominal de *minha* [< *mia* < **mea* < *mēam*].

Fonte: os próprios autores.

A primeira observação, de perspectiva diacrônica, é relativa aos processos que determinaram a homonímia entre segmentos *-inho*. Segundo Houaiss (2001), a origem dos elementos nominais está no sufixo culto *-ino*, no latim. Esse morfema formava principalmente adjetivos a partir de substantivos – por exemplo, *caprino* e *setembrino*; com o tempo, entretanto, ocorreu uma divergência nos usos populares do latim, com palatalização e surgimento da forma *-inho*, ainda formadora de adjetivos e também, com certa frequência, presente em formas substantivas – *ancinho* e *caminho*, por exemplo.

A próxima etapa para construção da homonímia ocorre com a gramaticalização desse elemento, mantendo o comportamento anterior, mas ainda passou por especialização como sufixo para expressão da noção de diminutivo (por exemplo, em *beicinho* e *bocadinho*).

A gramaticalização fez do segmento *-inho* a alternativa preferencial para expressão do diminutivo em português, mais comum do que a solução analítica (*mesa pequena* / *mesinha*) e que outros elementos correspondentes, em formações diminutivas já em latim ou no próprio português – *-ito/a* (*cabrito*), *-ol/a* (*bandeiriola*), *-ete/a* (*maleta*), *-ilho/a* (*sapatilha*) etc. [ALI, 2001 [1921], p. 48; HOUAISS, 2001, s.v. *-ilho*]. Essa expressão de diminutivo se tornou popularíssima, principalmente no português do Brasil, conforme atesta Bassetto (2010, p. 220):

O port[uguês] do Brasil usa mais *-inho*; o cast[elhano] *-ito* e *-uelo*; o gasc[ão] *-at* (lat. *-attus*), *-et*, *-it* (< lat[im] *-ittus*, cast[elhano] *-ito*), *-oû* (< lat[im] *-one* (*ouzeroû*, “passarinho”); o prov[ençal] e o fr[ancês] *-et* e *-ot*; o it[aliano], *-inol*, *-etto* e *-ello*; o vegl[ioto] *-cal* (< lat[im] *-icellus*), o rom[eno] *-aş* (*copilaş*), *-uşor* (*drăcurşor*), *-ţel*, (*băieţel*), *-şel*, (*frumoşel*).

Além de muito usuais em português, os diminutivos em *-inho* também são muito antigos – estão nas origens de nossa língua e foram vencendo a concorrência com outras formas de expressão, inclusive com possibilidades de sobreposição, seja por intensificação, seja por apagamento da carga semântica das concorrentes. É o que se pode perceber a partir do registro de Haury (2008, p. 63):

O sufixo *-inho*, que é mais geral e frequentemente usado pela língua atual para a formação dos diminutivos, era também já conhecido do português arcaico; por vezes até, como ainda hoje sucede, de um diminutivo já se fazia outro, pela adjunção do sufixo *-inho*:

diminutivos		
dona	donzela	donzelinha
moço	*mocel ou *mocelo	mocelinho
manso	*mansel ou *manselo	manselinho

Some-se a todos esses processos a convergência de uma série de segmentos pronominais e verbais – já listados e cuja origem está registrada na esquematização anterior – e teremos um fator que requer discernimento do estudante de língua portuguesa, para que sejam adequadamente diferenciados.

1.2. Derivação Sufixal

Com a função de marca de diminutivo, o morfema *-inho* desenvolve, desde cedo, dimensões semânticas amplas, partindo de um sentido mais descritivo, dimensivo, e se expandindo para sentidos conexos à ideia de ‘tamanho pequeno’. Essa gama de cargas semânticas costuma ser tratada nos melhores dicionários e gramáticas, e apresentamos a seguir uma esquematização deles:

- a) Descrição: sentido dimensivo – *bocadinho, bolsinho, martelinho, quartinho, passarinho, pratinho*.
- b) Valoração
- pejoratividade: *povinho, gentinha, guardinha, professorzinho, futebolzinho, vitoriazinha, projetinho*;
 - melhoratividade/afetividade: *cervejinha, barzinho, princesinha, direitinho, velhinho, filhinho*;
 - eufemização: *rapidinho, minutinho, pouquinho, jeitinho, probleminha, gordinho, baixinho, pilequinho*;
 - intensificação: *perdidinho, azulzinho, agorinha, cedinho, fresquinho, sequinho, novinho*.

1.3. Lexicalização

Antes de tratar das modalidades de lexicalização de palavras e expressões que contêm o morfema *-inho*, citaremos algumas conceituações desse processo semântico-lexical, para contarmos com uma base para desenvolvimento das análises:

- Processo segundo o qual uma forma linguística se torna lexical, isto é, passa a pertencer ao inventário de uma língua, tornando-se holística. [BARRETO, 2012]
- Processo de expansão de semas que permite aumentar as funções de referência no âmbito do léxico. [COELHO, 2010]
- Criação de palavras em que expressamos categorias e subcategorias cognitivas e seus traços semânticos, transformando impulsos mentais em ondas sonoras, num mecanismo ainda bastante obscuro. [CASTILHO, 2010]
- Processo pelo qual uma sequência de morfemas (um sintagma) torna-se uma unidade léxica. Charles Bally considera a lexicalização um processo de “desgramaticalização”, um processo que favorece o léxico às custas da gramática. [DUBOIS, 1973]

Neste estudo, interessa-nos mais de perto observar a lexicalização como processo de adoção de determinadas unidades formais da língua em seu léxico, oriundas dos processos de formação de palavras, pondo em foco a derivação em *-inho*.

Nos exemplos subsequentes teremos casos nos quais a construção com o morfema *-inho* tem esvaziada sua carga semântica mais esperada (conforme já se estabeleceu na seção anterior) para se tornar mais holística, com sentidos menos previsíveis pela lógica componencial, derivacional, da articulação entre uma base e um sufixo diminutivo.

Também conforme essas citações, o processo favorece a criatividade lexical – os próprios dicionários que, por economia, não registram todas as construções em *-inho*, dão preferência à inclusão dessas unidades, pela imprevisibilidade de suas cargas semânticas. Entretanto, tais processos neológicos são tão produtivos e populares que, frequentemente, a dicionarização não acompanha seu ritmo – isso é um dos objetos da verificação que se segue.

1.3.1. Fossilização

O Primeiro tipo de lexicalização é menos versátil do que os demais. Trata-se de casos nos quais as referências da construção diminutiva se tornam muito estereotipadas e, por vezes, restritas a expressões idiomáticas. Eis alguns exemplos:

Armarinho, por exemplo, é uma unidade institucionalizada, que diz respeito a um estabelecimento comercial. Dificilmente alguém percebe que se trata do diminutivo de *armário*.

Já *carochinha* é palavra praticamente restrita a expressões como “conto da carochinha”. A expressão idiomática refere-se ao gênero conto infantil, ou a um conto específico, da baratinha que deseja se casar e recebe pretendentes em sua casa. Para desvendar a razão do diminutivo, é preciso recuperar as informações (HOUAISS, 2001, s.v. *carocha*) de que *carocha* era um chapéu de papelão, com pinturas fortes e extravagantes, usado pelos condenados por bruxaria, nos tribunais da inquisição – passando, metonimicamente, a ser entendido como um signo de bruxaria. A indumentária foi adaptada, nas escolas tradicionais, como o chapéu também alongado usado por alunos castigados por mau comportamento, ou por rendimento acadêmico insuficiente. Essa palavra marcada negativamente estende-se semanticamente, servindo a nomear besouros que, segundo Houaiss, “possuem característica coloração viva e quando manipulados desprendem odor desagradável”. Os fundamentos da metáfora parecem originar-se da coloração forte e do odor desagradável que dele emana.

Topônimos com marca de diminutivo são outro caso de fossilização. Em nomes como, por exemplo, *Alagoinha* e *Varginha*, temos unidades holísticas, que porventura teriam a razão do diminutivo justificada a partir de uma pesquisa etimológica, mas cujo uso cotidiano costuma apagar o valor diminutivo da construção.

1.3.2. Casos Gerais de Lexicalização

A frequência com que nos deparamos com unidades lexicais terminadas em *-inho/-inha* na mídia impressa, geralmente em enunciados que tendem ao menos formal, levou-nos a dicionários impressos e *on-line* para conferir se, tendo a dicionarização como referência, podemos considerar que essas formas estão estabelecidas no léxico da língua.

Vocábulos selecionados em textos jornalísticos

Altinha; bandeirinha; boquinha; branquinha; cafezinho; caixinha; camisinha; canhotinha; carioquinha; chuveirinho; coxinha; carrinho; cavadinha; dobradinha; flanelinha; fominha; gorduchinha; jatinho; jeitinho; lanterninha; laranjinha; palinha; panelinha; paradinha; passinho; pegadinha; peixinho; puxadinho; quentinha; rapidinha; raspadinha; saidinha; sombrinha; totozinho; trombadinha; vaquinha; vassourinha.

Verificamos que, dos 37 itens elencados, 59,6% já estão registrados em dicionários gerais impressos ou *on-line* e ainda não há registro para 39,6 %. Por exemplo, termos como *altinha*, *canhotinha*, *cavadinha*, *paradinha* e *totozinho* pertencem ao universo discursivo do esporte, não apresentando ainda a frequência de *bandeirinha*, *chuveirinho*, *carrinho*, também pertencentes a esse universo e já devidamente dicionarizados.

Ainda à guisa de exemplificação, apresentaremos a seguir algumas dessas ocorrências, com o registro lexicográfico correspondente.

Autor de 'ponte criativa' para ajudar idosa a cruzar rua alagada diz que ela agradeceu e deu '**caixinha**' [Nicolás Satriano e Marcos Serra Lima. <https://g1.globo.com/>, 10 ago. 2019]

Ex-governador Sérgio Cabral diz que **caixinha** da Fetranspor surgiu nos anos 80 [Juliana Castro. <https://extra.globo.com/>, 05 abr. 2019]

.....
caixinha

substantivo feminino

1 caixa pequena

2 B; infrm. coleta de dinheiro para diversos objetivos «vamos fazer uma c. para a festa de Natal»

2.1 B; infrm., pej. coleta de dinheiro entre interessados em determinado favor comum destinada a subornar quem é capaz de obtê-lo «para conseguir as licenças, é preciso fazer uma c. para os fiscais»

3 B; infrm. reunião das gorjetas recebidas por empregados de bares, restaurantes etc. «a c. hoje foi boa» [Dicionário Houaiss *on-line*]

No primeiro exemplo, *caixinha* é empregado no sentido de ‘premiação, recompensa por gesto de gentileza’. Já no segundo traz o acréscimo semântico de suborno. Ambos, porém se afastam discursivamente do valor dimensivo de caixa.

Jovem de projeto social faz **vaquinha** e vende doces para cantar no Rock in Rio [Karen Garcia. <https://oglobo.globo.com/>, 29 set. 2019]

‘**Vaquinha**’ online ajuda a revelar histórias e talentos pelo Rio. [Lucas Altino e Giulia Costa. <https://oglobo.globo.com/>, 28 set. 2019]

.....
vaquinha

substantivo feminino

1 vaca nova ou pequena

2 B; infrm. coleta de dinheiro por um grupo de pessoas para o pagamento de uma despesa comum, para ajudar alguém, para a compra de um presente coletivo etc. vaca. [Dicionário Houaiss *on-line*]

A expressão *fazer vaquinha* aparentemente surge na década de 1920 como forma de remuneração de jogadores de futebol, estabelecendo relação entre o valor a ser recebido por eles e os animais do jogo do bicho. A maior delas era de 25 mil rés associados a vaca, número 25, no referido jogo.

Hoje é possível “fazer uma vaquinha” *on-line* (vaquinha.com). Existem *sites* onde se pode realizar um cadastro, informar de quanto se precisa e depois entrar em contato com grupos em rede para que contribuam.

Tal como caso anterior (*caixinha*), o item lexical **vaquinha** já mereceu uma entrada específica nos dicionários.

Empresário doa **quentinhas** para funcionários da Saúde do Rio

Um empresário doou **quentinhas** para os funcionários da Coordenação de Emergência Regional do Leblon, anexa ao hospital Miguel Couto. Funcionários estão sem salários. [Bom-dia Rio. <https://g1.globo.com/>, 26 out. 2018]

.....
quentinha

substantivo feminino

1 embalagem, ger. de alumínio ou isopor, para transportar e conservar quentes os alimentos em viagem.

2 p.met. o alimento contido nessa embalagem. [Dicionário Houaiss *on-line*]

A partir de um processo metonímico, surge o nome de uma embalagem de alimentos que conserva sua temperatura. O termo também já está como entrada em dicionários gerais.

“Lei do **puxadinho**” é suspensa em Marília

A lei que dá isenção para moradores de bairros populares de Marília legalizarem na prefeitura as construções feitas sem planta está suspensa. [http://g1.globo.com/, jul. 2017]

Comerciante que usava canteiro de avenida como '**puxadinho**' da sua conveniência é autuado em Campo Grande

Comerciante estava usando irregularmente o canteiro central da avenida Conde de Boa Vista, no bairro Tijuca [G1MS – Campo Grande. https://g1.globo.com/, 17 set. 2019]

Câmara de Vereadores discute lei que regulariza '**puxadinhos**' na capital

A prefeitura estima mais de 150 mil imóveis irregulares na capital. Um projeto de lei que está para passar em segunda votação na Câmara pode regularizar os 'puxadinhos'. [Globo/SP1. https://globoplay.globo.com/, 18 set. 2019]

.....
puxadinho

substantivo masculino

[...] **2** puxado (no sentido de 'acréscimo') pequeno [Dicionário Houaiss *on-line*]

O caso de *puxadinho* apresenta alguma distinção, pois o dicionário Houaiss registra a entrada, apresenta a acepção “acréscimo pequeno”, mas não faz referência ao tipo de construção, quase sempre irregular. Já o dicionário *on-line* Priberam especializa o termo como dependência anexa a outra já existente, um “anexo”:

pu·xa·di·nho

(puxado + -inho)

adjetivo e substantivo masculino

1. [Informal] Que ou aquele que é muito esmerado no modo de vestir. = JANOTA

adjetivo

2. [Informal] Que é muito puxado ou muito caro (ex.: preço puxadinho).

substantivo masculino

3. [Regionalismo] Pequena dependência contígua a uma casa. = ANEXO
[DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA (em linha), 2008-2013]

1.3.3. Fórmula de Rotina

A expressão que serve de subtítulo a este texto é mais um caso de lexicalização em que tomam parte formas de diminutivo em *-inho*. Essa fórmula estereotipada pode apresentar valores apreciativo ou intensivo, conforme o contexto.

Sua constituição pode ser esquematizada assim:

[que/ê/ô] [subst. + -inho] [mais] [adj.]

Percebe-se, portanto, que costuma haver uma exclamação enfática introduzindo a expressão. Em seguida, registra-se o tópico em questão, com a marca de diminutivo e, então, segue-se um qualificador, geralmente negativo e, por vezes, intensificado por *mais*.

Eis alguns exemplos de usos marcados pela informalidade, recolhidos de uma carta de Drummond e de uma coluna sobre assuntos televisivos publicada no Correio da Manhã.

A sensação que experimento, ao ver esse livro concluído, é de alívio. Sim senhor! **Que coisinha mais difícil de parir**. Sinto que me libertei de alguma coisa incômoda, que me aporrinhava silenciosamente. [ABL, *Centenário do nascimento de Carlos Drummond de Andrade*, out. 2002]

Quando me lembro do equilíbrio e da serena perfeição com que as câmaras na Europa mostram cenas e pessoas, não posso impedir-me de manifestar certa apreensão quanto a essa tendência a um “**confusionamentozinho mais intrapaído**” exprimido por muitos de nossos “cameramen”. Com a voz, enfim, pode-se fazer umas tantas estrepolias. [Lasinha Luís Carlos. “Câmaras abstracionistas”. *Correio da Manhã*, 15 fev. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1963_21433.pdf>]

1.4. Especificidades Pragmático-Discursivas

Há efeitos de sentido envolvidos no uso dessas formações com *-inho* que são menos previsíveis do que aquelas sistematizadas na seção que tratou de derivação sufixal. Eis algumas possibilidades:

- a) ironia, intensidade emocional, ou outro efeito de afetividade: *queridinho*;
- b) envolvimento amoroso: *benzinho*, *mozinho*;
- c) restrições de uso conforme a identidade do enunciador: *amiguinho*, *corpinho*.

Neste primeiro exemplo, o uso repetido de diminutivos como *queridinho* e *amadinho* são marcas de ansiedade e envolvimento emocional. Evidentemente, esse não é o único elemento que veicula tal efeito de sentido: ainda é preciso mencionar as próprias repetições, as sequências de verbos no imperativo, as orações curtas e coordenadas.

— Vai, meu **queridinho**, chuta, meu **queridinho**. Vai, amado, cruza, cruza, **amadinho**. [O Globo. “Sangue!”, 20 set. 09]

No próximo caso, temos uma restrição de uso determinada pela identidade do falante: a forma *amiguinho* costuma ser privativa da linguagem infantil, seja em falas de crianças, seja em enunciados com essa perspectiva discursiva. Salvo em casos de expressividade individual, não se espera que um adulto se refira a pessoas como “amiguinhos”.

Bárbara da Silva Leôncio, moradora de Curicica, tinha 9 anos quando conheceu Paulo Servo. Como gostava de correr pelas ruas do bairro, uma **amiguinha** perguntou se não queria participar do projeto de atletismo desenvolvido pelo professor de Educação Física. Ao aceitar a sugestão, Bárbara não imaginava o rumo que sua vida tomaria. [O Globo, “Esporte para vencer as dificuldades”, 02 ago. 09]

No caso seguinte, a restrição é de gênero. Danielle Winits afirma que é preciso estudar, pois o *corpinho* é algo que não dura a vida toda. Além da carga claramente melhorativa do diminutivo, percebe-se que a forma é mais característica do discurso feminino. A não ser que haja uma intenção expressiva de justamente incluir esse elemento na fala, geralmente não se espera que homens lancem mão dessa palavra.

É para esse lado sensual que vão me colocar. Mas meu sonho é fazer faculdade. Daqui a pouco o **corpinho** cai e quero estar preparada para ter outra profissão. (O Globo, 16 ago. 09)

A especificidade, no caso seguinte, diz respeito à construção de um personagem humorístico de Chico Anysio com o nome no diminutivo, *painho*. Essa forma, variante de

paizinho, é característica de falares nordestinos – principalmente o baiano – e ajuda a caracterizar o personagem, que tem essa identidade regional.

Professor Raimundo, segundo Chico, irá contracenar com Azambuja (um malandro carioca, ex-jogador de futebol), Bento Carneiro (o vampiro brasileiro), Coalhada (boleiro perna-de-pau de cabeleira encaracolada), Gastão (produtor de TV pão-duro), Haroldo (para os íntimos, Luana, que vive tentando esconder sua homossexualidade), Justo Veríssimo (político corrupto que odeia pobres), Quem-Quem (garçom fanho), **Painho** (pai de santo gay), Pantaleão (do bordão "É mentira, Terta?") e Salomé (a gaúcha que falava com o então presidente, João Baptista Figueiredo, nos anos 1980).

A ideia do especial de Chico Anysio partiu de Manoel Martins, diretor-geral de entretenimento da Globo. Será uma homenagem ao artista.

[Daniel Castro. "Chico Anysio terá especial de fim de ano histórico na Globo". Folha de São Paulo, set. 2009]

Considerações Finais

A homonímia está na origem da complexidade das estruturas terminadas em *-inho*; sua "conturbada" história já ocasiona diversidade de comportamentos funcionais. Temos, além disso, a polissemia do sufixo diminutivo e o recurso da lexicalização, que apaga a lógica componencial, gerando novos sentidos para unidades específicas. Por fim, eventualidades pragmático-discursivas podem criar efeitos e restrições imprevisíveis, que só serão conhecidos à custa de uma vivência linguístico-cultural mais intensa em determinada comunidade de falantes.

Certamente, essas possibilidades se apresentam em outros casos, mas nos parece que a observação do segmento *-inho* é uma oportunidade privilegiada para estudar complexidades envolvidas na morfologia derivacional. Problemas como esses representam desafios para nossos alunos de Língua Portuguesa – especialmente para aqueles que a aprendem como língua estrangeira – e justificam nossa atenção um tantinho mais detida a tais fatos de língua, em sala de aula.

Referências

ALI, M. Said. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: EdUNnB, 2001 [1.ed.: 1921]. p. 48-49.

BARRETO, Terezinha. Lexicalização e gramaticalização: processos independentes ou complementares? In: LOBO, Tania; SOLEDADE, Juliana et al. (Org.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: UFBA, 2012. p. 407-416.

BASSETTO, Bruno. **Elementos de filologia românica**: vol. II, história interna. São Paulo: EdUSP, 2010.

CASTILHO, Ataliba de. **Gramática do português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 110.

COELHO, Sueli. Expansão gramatical e expansão lexical: dois processos linguísticos paralelos. In VITRAL, Lorenzo e COELHO, Sueli (org.). **Estudos de processos de gramaticalização em português**: metodologias e aplicações. Campinas/SP: 2010. p. 333-346.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Vocabulário histórico-cronológico do português medieval**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/puxadinho>. Consulta em set. 2019.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

HAUY, Amini Boainai. Séculos XII, XIII e XIV. In: Segismundo Spina (Org.). **História da língua portuguesa**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. **Grande dicionário Houaiss**. Disponível em: houaiss.uol.com.br. Acesso em abr. 2019.

MICHAELIS *ON-LINE*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Consulta em set. 2019.

WILLIAMS, Edwin B. **Do latim ao português**. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

ANALISE ESTILÍSTICA DA CANÇÃO “BANDITISMO POR UMA QUESTÃO DE CLASSE”, DE CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI

Caroline FERNANDES (UERJ)
André Nemi CONFORTE (UERJ)

Introdução

Segundo Josué de Castro (1952), em 1990, por meio de estudos demográficos elaborados no Laboratório de Estatística, do IBGE, é possível verificar a informação de que entre o período de 1890 e 1950, o crescimento geográfico do Nordeste foi menor do que em outras regiões brasileiras. Ainda em 1990, no Brasil, houve uma queda no nível de pobreza e, apesar de declinar em nível a proporção da população pobre, – de 64% a 52% - o Nordeste ainda ocupava lugares de pouco crescimento na linha de desenvolvimento econômico - e por consequência intransponível, social e cultural brasileiro. É durante este recorte histórico que Recife foi “agraciada” (TELES, 2000, p. 15) como a 4ª pior cidade do mundo, de acordo com a Population Crisis Committee, de Washington D.C..

Nesse panorama de luta contra a pobreza e em um contexto de ofensiva economia neoliberal, surge o Primeiro Manifesto Manguê – Caranguejos com cérebro e a banda Chico Science & Nação Zumbi, oriundo da cena Manguê. “Emergência! Um choque rápido ou o Recife morre de infarto”: No texto-manifesto, Fred Zero Quatro descreve a urgência na desobstrução das veias que faziam a cidade permanecer à margem do investimento cultural, que era direcionado aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os artistas traziam consigo o desejo coletivo de elaborar um choque cultural capaz de representar e, simultaneamente, modernizar a região da qual faziam parte.

Rejane Sá Markman (2007), socióloga também interessada pelos estudos do Manguêbit, nome dado posteriormente ao referido manifesto, ensina que a cultura representa um significativo sentido de mediação entre o meio ambiente e as pessoas, que emite sinais de referências concretas, emocionais e psicológicas e, por isso, são “indispensáveis à inserção do indivíduo no seu contexto social” (p. 24). Apreendem-se, a partir dessa constatação, portanto, dois fatores importantes para a elaboração do presente estudo: a) o apagamento, à época, da produção cultural de regiões para além das grandes metrópoles tem como objetivo/consequência a desconsideração do modo de existir dessas populações e b) a análise de uma produção musical traz consigo a possibilidade de analisar também o contexto histórico-social do momento dessa produção. É, sobretudo, nesse segundo fator em que se apoia a pesquisa.

Propomos, então, buscar entender de que forma a cidade de Recife é representada através da canção e apreender o significado desse texto, para além da superfície textual. Em relação à busca de significação, para Dámaso Alonso (1960), o significado é complexo e, por isso, há dentro dele, outros significados parciais. Portanto, buscamos trilhar esse caminho silogístico, com o objetivo de praticar o exercício da análise estilística, que funciona como uma ferramenta para o trabalho interpretativo de textos que tem como objetivo principal afastar-se da leitura comum.

Para tanto, o nosso trabalho será dividido em duas partes. Na primeira, pretendemos apresentar o resultado de uma pesquisa, que será feita de forma bibliográfica, com objetivo de entender sobre o que é, de fato, a área da Estilística, quais são as suas funções e as suas possibilidades como ferramenta analítica, de forma breve. Na segunda, partiremos para a

parte prática, o cerne da questão, na qual analisaremos a canção “Banditismo por uma questão de classe”, da banda Chico Science & Nação Zumbi, sob o prisma teórico de autores relacionados à área.

1. Do que se Trata a Estilística?

No primeiro semestre de 2022, participei de um curso intitulado “Princípios de análise estilística e de comentário de texto: o emprego de ferramentas linguístico-gramaticais a serviço da literatura”, ministrado pelo professor dr. André Conforte, oferecido pelo programa de pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Durante os encontros, dentre outros eixos, fomos expostos à área da Estilística, conhecendo as suas ferramentas de análise e a sua aplicação. O presente trabalho nasce, então, como a conclusão do referido curso e trouxe a necessidade de elencar prioridades no que diz respeito à sua elaboração: entendemos que seria elementar buscar, inicialmente, aprender como essa ciência surge e de que forma ela é compreendida por autores da área para, enfim, debruçarmo-nos no campo da aplicabilidade.

Para entender o que, de fato, é a Estilística, estudamos a obra “Introdução à Estilística”, de Nilce Sant’anna Martins. Depois de elaborar uma espécie de estado da arte sobre o assunto, Martins (2000) ensina-nos sobre os tipos de Estilística que surgiram com a evolução do estudo sobre a disciplina. A primeira a ser apresentada é a Estilística da Língua: ela é pensada, inicialmente, por Charles Bally, volta-se para os aspectos afetivos da língua falada, da língua viva, gramaticalizada, lexicalizada e que tem como função utilizar o sistema descritivo da língua como ferramenta analítica; na sequência, a autora ensina sobre a perspectiva Estilística na área da sociolinguística: nela, a preocupação é pautada, sobretudo, na observação das variações linguísticas de uma língua.

A Estilística Literária aparece como sendo elaborada por Leo Spitzer, que dizia que o estilo do escritor reflete o seu mundo interior, desse modo, as análises estilísticas permitem que a intenção comunicativa do autor torne-se encontrável. Há, por fim, mais duas subáreas dentro do estudo: a Estilística Funcional e Estrutural e a Estilística Retórica. Erigidos por Jakobson (1896-1983), os dois conceitos que circundam a Estilística Funcional e Estrutural distinguem-se de forma simples: a primeira diz respeito aos estudos estilísticos que se orientam a partir das funções da linguagem (são, por sua vez, ideias caríssimas aos estudos linguísticos mesmo nos dias hodiernos) e a segunda ocupa-se de analisar os elementos do próprio texto.

A nível de curiosidade, os termos Estilística e Estilo foram negados pelo linguista russo, que os substituiu por Poética e Função Poética, devido à imprecisão e aos usos diversos que foram impregnados aos termos. Em Jakobson, a explicação da função poética é dada por meio da estruturação da frase e do texto, que diz respeito à Estilística Estrutural, que tem como base analítica dois eixos: o paradigmático, que envolve o estágio de seleção verbal para a construção frasal e o sintagmático, que envolve o estágio de combinação dos elementos escolhidos pelo enunciador. A função poética classifica-se como sendo a equivalência entre os dois paradigmas. Portanto, aqui se encontram congruências teóricas entre Jakobson e Dámaso Alonso: para ambos os autores, a análise da mensagem não deve dispensar a análise do sistema.

Há autores que se encaixam exclusivamente na Estilística Estrutural, como Riffaterre e Samuel Levin. O primeiro opta por uma hermenêutica mais simplificada e, segundo Martins (2000), por isso, contestável. Para ele, os estudos estilísticos incidem sobre a forma da

mensagem e, para tanto, há dois procedimentos: a convergência entre os termos escolhidos para a construção textual e o contraste dos signos – esse segundo procedimento, aliás, aproxima-se da atualização dos conceitos de significado e significante saussuriano elaborada por Dámaso Alonso, que desfaz a arbitrariedade desses pares quando constrói a reflexão de que os significantes transmitem delicados complexos funcionais e não são só responsáveis por representar conceitos construídos de forma puramente social.

Já o segundo autor, Samuel Levin, utiliza-se das funções da linguagem de Jakobson e a sua análise tem como base principal a estrutura textual, a qual ele dá o nome de *coupling*, que consiste em trabalhar com duas equivalências: uma de posição e outra de natureza (fonética ou semântica). Essas equivalências são responsáveis por enriquecer “o poder sugestivo das palavras” (MARTINS, p.17). Diferentemente de Riffaterre, que negava a estilística do sistema com fins analíticos, Levin afirma que posição e natureza são igualmente importantes porque são responsáveis pelo efeito do processo de *coupling* – ou acoplamento.

A última Estilística a ser ensinada é a Retórica. Neste momento, Martins (2000) torna a afirmar que esta área é construída de forma “mais ou menos científica” (p. 17) e sem a intenção de construir normas para quem fala ou escreve. Contudo, a autora pontua a importância de retomar estudos retrospectivos sobre a Retórica, já que ela foi um dos primeiros registros de ciência que propôs o estudo da linguagem como forma de construção discursiva persuasiva e artística.

Pierre Guiraud (s/d, apud Martins, 2000) traz uma definição que atende ao que aqui se pretende entender: “A Retórica é a Estilística dos antigos; é uma ciência do Estilo” (p. 20). Ainda segundo ele, essa área ocupa-se do estudo sistemático dos recursos linguísticos e tem como ferramenta alguns pontos de observação – que parecem ingênuos, mas não o são – como a amplidão das observações, a sutileza das da análise, a precisão das definições e o rigor das classificações. Esses pontos são, para o autor, o que define, enfim, a Estilística como ciência.

A Estilística com a qual trabalhamos hoje tem o seu campo alargado em relação ao que foi construído na Retórica, porque não se limita ao trabalho com a linguagem com fins exclusivamente literários. Atualmente, fatores como as funções da linguagem, investigação da poeticidade, apreensão da estrutura textual, determinação das peculiaridades da linguagem e consideração de fatores psicológicos e sociais são objetos analíticos de igual relevância. Por fim, sobre as várias teorias supracitadas, Martins considera que:

“(...) cada qual com a sua contribuição, podem ser compreendidas em dois grupos: as que consideram o fenômeno estilístico como objeto de pesquisa em si mesmo, e as que consideram como o meio privilegiado de acesso à interioridade do escritor. A primeira é a Estilística de expressão ou linguística, a segunda, a do indivíduo, a literária. Em ambos os casos se reconhece na linguagem uma função representativa (intelectiva, referencial, denotativa), que diz respeito a um conteúdo objetivo, nocional, e uma função expressiva, apoiada na primeira, que diz respeito a um conteúdo subjetivo, o qual constitui o fato estilístico, atingindo sua intensidade máxima na língua literária.” (2000, p. 22).

2. O Cerne da Questão

“A linguagem cria o texto”; “a metalinguagem o examina e o recria” (Gilberto Mendonça Teles, 1976, p. 64).

Desde o período de colonização, Recife tem em sua história marcas de destruição daquilo que existia para a reconstrução de uma cidade mais moderna – através de modelos de urbanização parisienses - que atendesse à classe média e à burguesia. Diferentemente de outras capitais, o crescimento da região não se dá pela oferta de empregos àqueles que ali residiam, mas sim, da expulsão dos camponeses pelo latifúndio.

É nesse contexto que acontece o aterramento das áreas de manguezais, que se transformam em regiões habitáveis pelas mãos do próprio povo. Gilberto Freyre registra o século XVIII como o momento no qual a luta contra os grandes proprietários começa e apresenta como consequência a intensificação da estratificação social por classes. As regiões de Recife são ocupadas através dessa dinâmica.

Em 1913, registrava-se o número de 20.000 mocambos, representando 43% das habitações locais de Recife à época. Mocambo é uma palavra de origem africana, segundo José Carlos de Azeredo (2021), e era o nome dado às habitações construídas nos manguezais, significando esconderijo. Sendo as palavras que escolhemos representações que constroem a realidade, através desse vocábulo, temos acesso à forma como esse grupo social enxergava-se dentro deste contexto.

Na década de 90, os artistas recifenses constroem o Manguebit. A cena mangue surge como uma elaboração metafórica que representa a fonte de subsistência do povo recifense e também representa a diversidade de ritmos regionais. Segundo Lorena Calábria (2019), a pluralidade de espécies, a fertilidade dos manguezais e o ciclo do caranguejo (criado por Josué de Castro e compreendido como uma teoria fundamental para análise histórico-social de Recife à época) são os fatores determinantes para a criação desse movimento artístico.

Em 16 de abril de 1994, Chico Science & Nação Zumbi gravaram o primeiro disco – no Rio de Janeiro - intitulado Da Lama ao Caos, que se tornou um ícone dentro do movimento. Com uma proposta de mesclar os ritmos regionais e internacionais, o grupo buscou resgatar elementos do folclore brasileiro para misturá-los com batidas eletrônicas, batuques africanos, tecnologia, hip hop, distorções de guitarras, tudo isso agregado a composições que teciam críticas à desigualdade social que assolava o país. Embora tenham se passado 28 anos desde o lançamento do disco, ele continua contemporâneo e as temáticas das suas canções ainda são capazes de desenhar o cenário em que vivemos.

Todos esses elementos que existem em torno dos textos escolhidos para análise já fazem parte da própria análise. Alonso (1960) diz que, quando intuímos uma realidade qualquer, nossa querença está implícita em nossa compreensão e ela é, em si mesma, certa maneira de compreender. A escolha daquilo que é selecionado para o trabalho com a análise estilística já faz parte da etapa inicial de interpretação e carrega consigo aquilo que Staiger (s/d, apud. Dámaso Alonso, 1960, p.16) aponta como necessário para o conhecimento adequado de um texto: “prazer e emoção”.

Antônio Cândido (1996) divide o trabalho de interpretação textual em dois momentos. A primeira apresenta os comentários, que trazem apontamentos filológicos e dados históricos e fazem parte de dados exteriores à emoção poética. A segunda apresenta a análise e a interpretação, que aponta elementos internos do poema, como construções semânticas e

fônicas. Seguindo essa indicação, será trazida, inicialmente, a interpretação da canção “Banditismo por uma questão de classe”.

Banditismo por uma questão de classe
(Chico Science & Nação Zumbi)

Há um tempo atrás se falava em bandidos
Há um tempo atrás se falava em solução
Há um tempo atrás se falava em progresso
Há um tempo atrás que eu via televisão
Galeguinho do Coque não tinha medo, não tinha
Não tinha medo da perna cabeluda
Biu do olho verde fazia sexo, fazia
Fazia sexo com seu alicate
Sobe morro, ladeira córrego, beco, favela
A polícia atrás deles e eles no rabo dela
Acontece hoje e acontecia no sertão
Quando um bando de macaco perseguia Lampião
E o que ele falava outros hoje ainda falam
"Eu carrego comigo: coragem, dinheiro e bala"
Em cada morro uma história diferente
Que a polícia mata gente inocente
E quem era inocente hoje já virou bandido
Pra poder comer um pedaço de pão todo fodido
Banditismo por pura maldade
Banditismo por necessidade
Banditismo por uma questão de classe.

O título costuma ser o primeiro contato com os textos. “Banditismo por uma questão de classe” sugere a questão do banditismo como consequência da estratificação social, visualizada em Recife à época, mas presente desde o período colonial, como mencionado anteriormente ainda no levantamento histórico. O sufixo –ismo – de origem grega- propõe, dentre outros significados, a ideia de sistemas políticos. Política é um conceito que admite alguns significados e, nesse caso, ela estaria relacionada à ideia de organização de modo de vida. Ao escolher o sufixo –ismo (banditismo) no lugar de –agem (bandidagem), por exemplo, que é utilizado para indicar ações, percebe-se que os autores escolhem entender a questão como um fenômeno social já enraizado socialmente e não apenas como uma ação isolada.

Os versos iniciais repetem-se, numa espécie de eufonia, promovendo o que Grammont (apud Antônio Candido, 1996, p. 53) chama de “acontecimentos em sequência rápida”, em que uma frase depende da outra para que o sentido seja decodificado. Martins (2008) também enriquece a análise quando propõe que a vogal “a” – que se repete 11 vezes nos 4 versos – pode indicar risadas, o som de vozes altas e/ou animadas, tagarelices e batidas. As vogais repetidas encontram-se a todo o momento em que os versos são recitados, junto com as batidas das alfaías, que também se repetem durante a música e se assemelham às de baques de Maracatu Nação, aliás, gênero que teve origem em Pernambuco no século XIII.

Por meio das repetições, construídas através de um paralelismo sintático e de um pleonismo, é possível perceber a construção de uma sequência semântica. A gradação é elaborada a partir das palavras: 1) “bandido” 2) “solução” 3) “progresso” 4) “televisão”. Inicialmente, fala-se em bandido; depois, em solução (para o referido problema) que tem, como consequência, um progresso. Todavia, há uma quebra de expectativa na conclusão dessa gradação no verso “há um tempo atrás que eu via televisão”: aqui, a ideia da solução para a questão do banditismo é colocada como mais uma das ideias veiculadas nos meios informativos e não como um fato consumado.

A televisão, por sua vez, costuma ser objeto de críticas em canções brasileiras, como na música homônima “Televisão”, escrita em 1967 por Chico Buarque e em outra, com o mesmo título, mas escrita pelos Titãs, em 1985, por exemplo. Há outros registros de canções que abordam o tema e a crítica costuma ser erigida na ideia de que esse meio de comunicação tornou-se o pivô do fenômeno de massificação crescente na história das sociedades. Dessa forma, é possível inferir que a presença da televisão alocada no último verso, com o intuito de concluir a ideia, elimina a possibilidade de qualquer solução e progresso para a questão dos “bandidos”, palavra que aparece no primeiro verso, como a abertura do discurso; apresentação do problema.

Nos versos seguintes, os compositores trazem elementos regionais como “Galeguinho do coque”, “Biu do olho verde” e “Perna cabeluda”. Há registros que contam que esses personagens foram marginais que tiveram suas histórias popularizadas pelos telejornais recifenses, mas alguns detalhes dessas narrativas podem não passar de criações folclóricas, segundo Calábria (2019). Como uma espécie de Robin Hood, Galeguinho cometia assaltos e distribuía as mercadorias para os moradores da comunidade onde vivia. Biu do olho verde era reconhecido pela cor dos olhos, tinha fama de sedutor e, como contavam, ameaçava as suas vítimas com um alicate. A perna cabeluda foi, de fato, uma lenda urbana, disseminada na região na década de 70: dizia-se que a perna atacava com chutes e fugia aos saltos pela cidade.

Após citar as referências dos contos populares regionais, no verso seguinte, aparece a enumeração de substantivos que são os nomes responsáveis por criar construções imagéticas de um ambiente particular na mente de quem ouve os ouve. “Morro”, “ladeira”, “córrego”, “beco” e “favela” fazem parte de um mesmo campo semântico, que faz referência aos espaços geográficos das favelas, de onde vêm, por exemplo, as figuras populares mencionadas nos versos anteriores. Nesse momento, a melodia é acelerada e é mencionado que, no espaço imagético criado, estão “a polícia atrás deles e eles no rabo dela”: cria-se um filme de ação, construindo o efeito de perseguição; de movimento. Mais uma vez, a melodia acompanha a narrativa criada, reforçando o tema através da sonoridade. Posteriormente, encontramos:

Acontece hoje – quando um bando de macaco perseguia lampião

Acontecia no sertão – nos dias de hoje, ainda há perseguição

A presença da repetição de dois verbos utilizados em tempos diferentes demonstra que a problemática que se desenrola é comum aos dias hodiernos, mas foi contemporânea à época do aparecimento dos bandidos (que viraram personagens de contos populares) e também no sertão, nas décadas de 20 e 30, momento em que Lampião fazia parte da história da região. Em “um bando de macaco”, temos algumas ideias que podem ser inferidas: macaco é uma gíria para representar os policiais; o substantivo coletivo bando também é utilizado

para referenciar um grupo de animais. Portanto, constrói-se uma representação metafórica animalesca e desumanizadora da figura policial.

Essa qualificação é justificada nos versos seguintes: “a polícia mata gente inocente”. Esse fato faz crescer um ciclo, demonstrado através da seguinte construção: “E quem era inocente hoje já virou bandido”. Essa construção evoca uma espécie de ciclo social, que não finda em “a polícia mata gente inocente, por isso, quem era inocente hoje já virou bandido”. Além de ter indivíduos inocentes tendo as suas vidas dizimadas por policiais, ele escolhe ser bandido para ter acesso a pouquíssimo daquilo que lhe é fornecido, apenas para “poder comer um pedaço de pão todo fodido”. Tanto o verbo “comer” quanto o substantivo “pão” podem ser aceitos em sentido metafóricos: essas palavras não assumem apenas o sentido de alimentar-se fisiologicamente, mas sim, a representação de ter acesso aos seus direitos, sem viver com base na sobrevivência.

Considerações Finais

A música inicia-se com a voz de um indivíduo que afirma ter se desiludido com a ideia de solução vendida pela televisão. Nos momentos seguintes, o título é esmiuçado através da narração sobre a história de personagens do crime na cena recifense que nos fazem entender que essa dinâmica sempre existiu na região. A figura animalesca da polícia também é trazida e representa uma crítica ao seu modo de operação, que permanece igual, independentemente do passar dos anos. Para além disso, sendo a polícia uma instituição estatal, a crítica também é direcionada ao Estado. Os três últimos versos trazem levantamentos de justificativas para a escolha pela vida do crime: seria “por pura maldade”, “por necessidade” ou “por uma questão de classe?”

Sobre essa reflexão, Lorena Calábria (2019) traz mais uma informação interessante à análise. Tanto “Galeguinho do coque”, “Biu do olho verde”, “Perna cabeluda” como Lamião “são figuras controversas” (p. 127) e podem ser entendidas tanto como vilões quanto como vítimas. A resposta que sintetiza o problema trazido como temática está de fato no último verso e no próprio título, ideia inicial e justificativa final: banditismo por uma questão de classe! A música permanece tão atual que, no Carnaval de Recife de 2020, a banda Janete Saiu Para Beber foi proibida de cantá-la por policiais que supostamente fariam a segurança do show.

Referências

- ALONSO, Dámaso. *Poesia espanhola: ensaio de métodos e limites estilísticos*. MEC/INC, 1960.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2021.
- AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2018.
- CALÁBRIA, Lorena. *O livro do disco: Chico Science & Nação Zumbi, da lama ao caos*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- CANDIDO, Antônio. *O estudo analítico do poema*. São Paulo: Humanitas, p. 87-100, 1996.
- DE CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. Casa do Estudante do Brasil, 1952.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. Vol. 71. Edusp, 2008.

MARKMAN, Rejane Sá. *Música e Simbolização*. Mangubeat: contracultura em versão cabocla. São Paulo: Annablume, 2007.

SANT'ANNA MARTINS, Nilce. *Introdução à estilística*. São Paulo: T.A. Queirozz, 2000.

TELES, José. *Do frevo ao mangubeat*. São Paulo: Editora 34, 2000.

O FALATÓRIO POÉTICO DE STELLA DO PATROCÍNIO ANALISADO PELO PROCESSO DE PALAVRA-PUXA-PALAVRA

Lilian Cruz da SILVA (UERJ)
André Nemi CONFORTE (UERJ)

Introdução

O presente trabalho visa analisar, à luz do método conhecido como palavra-puxa-palavra (GARCIA, 1996), poemas de Stella do Patrocínio (1941-1992), interna da Colônia Juliano Moreira, instituição manicomial do Rio de Janeiro. Aos 21 anos, é internada em um manicômio do Rio de Janeiro, sendo transferida posteriormente para a Colônia Juliano Moreira, onde passou o resto da vida. Lá, participou do projeto *Livre Expressão Artística*, que visava humanizar o tratamento dos pacientes psiquiátricos, proporcionando a integração do indivíduo psiquiatrizado à sociedade.

Nesse momento, tem a oportunidade de expressar-se por meio de seu “falatório” carregado de afetividade. Dessa forma, sua fala é gravada, transcrita e publicada em forma de poesia no livro *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*, organizado por Viviane Mosé. Nossa proposta é analisar sua fala poética num aspecto particular ligado à estilística lexical, o chamado *palavra-puxa-palavra*, apresentado por Othon Moacyr Garcia em 1955. Para tanto, primeiramente, o trabalho abordará resumidamente a concepção de esquizofrenia na sua relação com a linguagem. Posteriormente, fará uso de referencial teórico baseado na Estilística Lexical, ramo em que se baseia o método desenvolvido por Garcia.

Os textos retirados do livro foram produzidos oralmente, fruto de conversas gravadas entre Stella e integrantes da equipe de psicólogos e artistas plásticos que atuavam na Colônia Juliano Moreira. No livro há, portanto, inevitavelmente, uma perda da expressividade marcada pela entoação dada pela autora. Viviane Mosé ressalta que Stella “falava de uma forma muito própria; suas palavras, extremamente bem pronunciadas, eram carregadas de muita emoção” (MOSÉ, 2001, p. 19-20). Esta pesquisa explorará, porém, trechos dos áudios registrados e preservados pela artista plástica Carla Guagliardi, estagiária integrante, à época da internação de Stella, do projeto realizado na Colônia, tendo sido a responsável pelo registro desses áudios.

1. *Corpus da Pesquisa*

Reino dos bichos e dos animais é o meu nome revela não só o cotidiano de uma paciente interna de um hospital psiquiátrico como também promove reflexões existenciais pelo olhar subjetivo de Stella do Patrocínio: mulher negra, portadora de transtorno mental, diagnosticada aos 21 anos de idade com esquizofrenia.

Em relação à sua construção, *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*, que conta com 78 poemas, é composto não apenas pelas gravações produzidas por Carla Guagliardi no final da década de 1980, mas também é constituído pelas transcrições de Mônica Ribeiro de Souza, estagiária de Psicologia durante o período de internação de Stella do Patrocínio. Assim como Carla, Mônica também registrou em fitas cassete alguns áudios de Stella, no período em que estagiou na Colônia Juliano Moreira, no início da década de 1990. Esse material, no entanto, se perdeu, restando somente as transcrições feitas pela própria estagiária, que resultaram em um livro de poesias não publicado, batizado de VERSOS, REVERSOS, PENSAMENTOS e algo mais... A obra é, portanto, a reunião desse material,

editado por Mosé, que suprimiu as falas das interlocutoras de Stella que, sem dúvida, mediavam “o falatório” da poeta.

Na primeira parte, intitulada *Um homem chamado cavalo é o meu nome*, Stella relata sua condição como interna de um asilo. É também nesse momento que narra o evento que culmina na sua internação compulsória e o seu sentimento sobre o fato. Na segunda parte, *Eu sou Stella do Patrocínio, muito bem patrocinada*, a autora se define, distinguindo-se dos demais internos do hospital, a despeito da lógica de uniformização em que se organiza a forma de tratamento da instituição psiquiátrica. Em *Nos gases eu me formei, tomei cor* e em *Eu enxergo o mundo*, terceira e quarta partes da obra, respectivamente, Stella reflete sobre sua vida e sobre o ato de existir no mundo, lançando um olhar sobre a existência, como se estivesse fora dela. Já na quinta parte, *A parede ainda não era pintada de tinta azul*, Stella se dedica a contar sua história. Nessa história, observam-se os seguintes temas, identificados por Mosé: a alimentação, o sexo e a maternidade. A sexta parte, *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*, é destinada à atribuição de uma nova identidade a autora, identidade essa ligada aos animais. Na sétima parte, *Botando o mundo inteiro pra gozar e sem gozo nenhum*, é possível identificar uma certa melancolia e abolição do eu poético diante da sua realidade de vida. Dessa forma, nota-se nesse momento a presença de vocábulos de valor disfórico nos poemas. A oitava parte, enfim, *Procurando falatório*, “traz a consciência que Stella tinha de sua palavra, momentos em que falava sobre o falar” (MOSÉ, 2001, p. 23). Nesse sentido, a última parte de *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome* promove uma atividade metalinguística.

É importante reconhecer o teor lírico da obra de Stella. À luz das formulações teóricas de Jean Cohen (1974), pode-se afirmar que seu falatório tem, sim, caráter poético, uma vez que esse texto viola o código da linguagem dita normal. Cohen ressalta, porém, que “não basta violar o código para escrever um poema. O estilo é erro, mas nem todo erro é estilo (...)” (1974, p. 162). Será estilo, então, o desvio proposital, isto é, “o erro cometido de propósito para obter sua própria correção” (1974, p. 163). A correção do desvio na poética de Stella do Patrocínio se dá na medida em que a autora lança mão da sua fala desconcertante, utilizando construções sintáticas e semânticas atípicas, associadas a elementos sonoros expressivos, para manifestar o seu “estado d’alma”; alma afetada pelo tratamento dado por estruturas psiquiátricas a indivíduos como Stella, fragilizados por sua condição psíquica. Assim, é por meio do estilo próprio de Stella que a autora reconstrói os sentidos das figuras empregadas em seus poemas, visando expressar-se em meio a uma lógica de tratamento que silencia o paciente com transtornos mentais e visando distinguir-se em meio a uma tentativa de uniformização do sujeito.

2. Nise da Silveira e a Criação do Museu de Imagens do Inconsciente

O Museu de Imagens do Inconsciente representa um novo olhar sobre as formas de tratamento do indivíduo com transtorno mental, efeito do movimento da reforma psiquiátrica realizada no Brasil. Sem dúvida, a criação de um espaço para exposição de obras artísticas de pacientes psiquiátricos muda o olhar que se dirige a esses sujeitos, reduzidos unicamente a doentes mentais, e reforça as suas potencialidades, valorizando-as.

A história da psiquiatria, vinculada à história manicomial, revela uma realidade de maus-tratos e práticas desumanas, embora desde o final do século XIX tivessem existido tentativas reformistas, segundo Amarante (1994), pouco disseminadas. O autor apresenta

exemplos de implantação de novos modelos de intervenção psiquiátrica, já em meados do século XX:

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, surgem também variadas experiências de reformas psiquiátricas, dentre as quais destacam-se as de comunidades terapêuticas, de psicoterapia institucional, de psiquiatria de setor, de psiquiatria preventiva e comunitária, de antipsiquiatria, de psiquiatria democrática, para ficar apenas nas mais importantes. Uma característica comum a todas estas experiências no Brasil é a sua marginalidade (AMARANTE, 1994, p. 79).

Nesse contexto, a psiquiatra Nise da Silveira, ao negar-se a praticar métodos agressivos de terapêutica psiquiátrica em seus pacientes, adota a Terapêutica Ocupacional, no Centro Psiquiátrico de Engenho de Dentro, Rio de Janeiro. A despeito do descrédito de boa parte do corpo médico, que privilegiava choques elétricos e psicotrópicos, o trabalho no ateliê montado para o desenvolvimento da atividade terapêutica com arte mostrou resultados positivos rapidamente. Então, “da Seção de Terapêutica Ocupacional nasceu o Museu de Imagens do Inconsciente, inaugurado em 20 de maio de 1952, numa pequena sala. Vinculado aos ateliês de pintura e modelagem, o museu não cessou de crescer” (SILVEIRA, 1992, p. 17). De fato, esse trabalho expandiu-se, ecoando no projeto realizado no núcleo Teixeira Brandão, na Colônia Juliano Moreira, onde Stella do Patrocínio se encontrava. Stella, entretanto, amante da palavra – do falatório – rechaça a expressão pela pintura, pelo desenho ou pela escultura, dando preferência à linguagem verbal.

3. Esquizofrenia e Linguagem

3.1. Pelo Viés da Psiquiatria

O uso da linguagem assume um lugar de destaque na identificação da esquizofrenia. Isso se dá devido ao reconhecimento do quadro se basear na escuta do paciente e/ou dos seus familiares. Assim, “como não há uma lesão orgânica que venha corroborar os sintomas, o diagnóstico é estabelecido a partir do relato queixoso da própria família e também da própria fala do indivíduo” (BRITO; CAVALCANTE, 2012, p. 16). A respeito desses relatos, vale ressaltar que Brito e Cavalcante citam Novaes (2000), que aponta problemas no curso das entrevistas realizadas pelo psiquiatra para a investigação dos sintomas do paciente, ao procurar o que vem preconizado nos manuais diagnósticos como manifestações típicas da doença, concentrando-se nos sintomas em lugar de concentrar-se no paciente.

Tendo em vista o papel da linguagem no diagnóstico da esquizofrenia, a psiquiatria se vale de conceitos da Linguística, a fim de “buscar nas teorias da linguagem certa autoridade científica para o seu discurso” (BRITO E CAVALCANTE, 2012, p. 67). Dessa forma, é possível encontrar explicações linguísticas, originárias de correntes variadas, para a compreensão da “linguagem esquizofrênica”.

Deve-se ressaltar que o uso insólito da linguagem entre esquizofrênicos pode ocorrer sempre, eventualmente ou mesmo raramente. Portanto, essa característica linguística não será condição precípua para a existência de esquizofrenia. Vale também destacar que o reconhecimento de uma “linguagem esquizofrênica”, em vez de provocar a identificação de uma fala inusitada, suscita preconceito, “pelas rotulações de ‘déficit cognitivo, alterações do pensamento, falta de controle da mente’ e tantos outros mais” (BRITO; CAVALCANTE, 2012, p. 68).

3.2. Pelo Viés da Filosofia

No que diz respeito ao papel da linguagem como definidora da razão e da loucura, Foucault (1978) aponta que, graças à separação do discurso do louco daquele do não louco, é possível definir o discurso dito verdadeiro. Nesse sentido, esse discurso verdadeiro, detentor da razão, existe por meio do apagamento da manifestação da loucura, que se dá pelo discurso do louco. Esse quadro cria, sem dúvida, um cenário de exclusão, observado pela separação, com o confinamento em hospitais e pelo silenciamento do louco, como Stella, que quase sempre encontra algum espaço de fala somente na medida em que se reconhece na loucura uma doença mental, sobre a qual se busca controle com internação. Dessa forma, embora o louco ganhe espaço de fala, esse espaço é limitado e cercado por aparatos de saber, isto é, o louco conquista a oportunidade de fala, mas em consultórios e hospitais psiquiátricos.

Entretanto, a arte abre espaço para a expressão do louco. Isso ocorre, por exemplo, na literatura de autores como Antonin Artaud, reinserindo o discurso do louco no domínio da linguagem, discurso esse até então excluído pelas instâncias definidoras da verdade racional. Dessa forma, o discurso do louco possibilita a instauração de uma outra ordem de linguagem.

Esta nova linguagem, se isto de fato acontecer, terá nascido de uma determinada relação com a loucura, que já pode ser identificada na literatura moderna. O que implica necessariamente uma mudança no estatuto mesmo da linguagem, ou seja, que nossa linguagem passe a se relacionar com aquilo que exclui (MOSE, 2001, p. 33).

3.3. Pelo Viés da Linguística

Como já mencionado, visto que alguns dos critérios diagnósticos da esquizofrenia fundamentam-se na linguagem, teorias linguísticas foram utilizadas a fim de explicar o seu uso considerado anormal. Dentre essas teorias, Brito e Cavalcante (2012) citam o déficit linguístico e cognitivo, que tem como prerrogativa a existência de um desvio na linguagem do esquizofrênico. Atribui-se esse desvio a um déficit linguístico – que resultaria em sentenças mal formuladas e truncadas, com ausência de elementos coesivos – e cognitivo – provocando a criação de sentenças incoerentes e incompreensíveis. Tal teoria é sustentada pelo pressuposto de que há uma linguagem padrão, que servirá de parâmetro para determinar a sua utilização normal ou anormal.

Há ainda estudos concentrados no formalismo linguístico chomskiano, que supõe haver problemas na competência do indivíduo esquizofrênico durante o período de surto, que resultariam em uma linguagem deficitária. Fora do surto, a desordem linguística do esquizofrênico decorreria de problemas no desempenho. Essa teoria é criticada por Novaes (2000), uma vez que a noção de competência de Chomsky “está totalmente fora de qualquer fato de empiria”. Ademais, “a competência linguística jamais poderia apresentar qualquer tipo de problema num determinado período e depois voltar a um estágio normal” (p. 144).

Por haver o que Novaes (2000) chama de “uma busca desesperada de situar o ‘lugar da esquizofrenia’ numa hipótese de linguagem qualquer” (p. 144), além de explicações pelo déficit linguístico e cognitivo e pelo formalismo, é possível encontrar teorias alicerçadas na pragmática, com as máximas conversacionais de Grice e com o princípio da cooperação, para exemplificar o mau uso da linguagem pelo esquizofrênico. Novaes (2000) salienta um avanço no emprego dessa teoria em relação às anteriores, que considera “não mais o problema na linguagem em si, mas no seu uso, ou seja, na pragmática” (BRITO; CAVALCANTE, 2012, p. 69).

A análise da linguagem de esquizofrênicos, do ponto de vista das máximas conversacionais, indicaria a violação da máxima da quantidade e da máxima do modo. Brito e Cavalcante (2012) apontam um equívoco nessa teoria, na medida em que se pressupõe não haver violação frequente entre falantes não esquizofrênicos. No entanto, as autoras afirmam que falantes “normais” cometem exageros e são redundantes, além de serem também ambíguos.

Já no campo da Linguística Cognitiva (LC), vale citar o artigo publicado no periódico *Ciências & Cognição*, de Lapesqueur *et al* (2017). Os autores referem-se a diversos estudos que investigam a compreensão de expressões conotativas por esquizofrênicos. Dentre esses estudos, alguns indicam haver uma dificuldade de interpretação de metáforas por indivíduos esquizofrênicos, enquanto outros apontam para resultados divergentes. Dessa forma, Lapesqueur *et al* propõem uma análise a partir da LC, pois

o quadro teórico da LC pode ser profícuo a essa discussão na medida em que ele não considera a linguagem como um módulo isolado da cognição humana, mas traz uma nova visão da linguagem como sendo integrada a outros aspectos cognitivos humanos. Em particular, a teoria das metáforas e metonímias conceptuais de Lakoff e Johnson (1960) parece adequada para se descrever a sistematicidade das metáforas do dia a dia e sua relação com o funcionamento cognitivo propriamente (2017, p. 66).

A partir da produção linguística de sujeitos esquizofrênicos, concluiu-se no referido artigo que esse grupo de pacientes mentais faz uso de linguagem conotativa. Observou-se que na fala dos participantes do estudo havia não apenas metáforas convencionais, mas também expressões figurativas novas. Portanto, tal como Stella do Patrocínio, os pacientes esquizofrênicos envolvidos na pesquisa de Lapesqueur fazem uso de linguagem não literal.

4. A Estilística Lexical

Palavras lexicais – os substantivos, os adjetivos, os advérbios derivados de adjetivos e os verbos nocionais – caracterizam-se pela função representativa de conceitos do universo extralinguístico. Câmara Jr. (1978) ressalta, entretanto, que o caráter puramente representativo da linguagem não se sustenta, uma vez que essa noção pressupõe uma homogeneidade na concepção dos significados das palavras, o que não configura de todo a realidade, pois se deve considerar o acréscimo de uma tonalidade afetiva e, portanto, subjetiva, dos vocábulos. Contudo, essa afetividade manifesta-se socialmente, tendo, assim, certo aspecto coletivo. Martins (2012, p. 106) destaca ainda que a tonalidade afetiva de uma palavra pode ser inerente ao próprio significado ou pode resultar de um emprego particular, sendo perceptível no enunciado em razão do contexto, ou pela entoação (enunciado oral) ou por algum recurso gráfico.

4.1. A Técnica do Palavra-Puxa-Palavra

Outro rico recurso da análise estilística concentrada no léxico é a técnica adotada por Othon Moacyr Garcia (1996), a que o autor se refere como palavra-puxa-palavra, isto é, um método de investigação da construção poética baseado na observação das associações de palavras constitutivas do poema. Segundo Garcia (1996, p. 9):

o sistema consiste, em linhas gerais, no encadeamento de palavras, quer pela afinidade ou parentesco semântico, quer pela semelhança fônica (paronímia, homofonia, aliteração, rima interna), quer, ainda, pela evocação de fatos estranhos

à atmosfera do poema propriamente dito (frases-feitas, elementos folclóricos, reminiscências infantis, circunstâncias de fato, resíduos de leitura).

A técnica proposta parte de um termo motivador, responsável por evocar outros vocábulos por meio de associações. Esse vocábulo primeiro é chamado *sugeridor inicial* que, quando explícito, é representado, segundo esquematização proposta na obra de Garcia, por “A”; quando implícito, representa-se por “a”. Os vocábulos evocados, chamados *sugerido explícito* e *sugerido implícito*, são representados por “B” e “b”, respectivamente.

A fim de demonstrar a aplicação do método palavra-puxa-palavra, tendo como escopo compreender o fio de sentido percorrido no poema, será apresentado um trecho do poema *Desfile*, de Carlos Drummond de Andrade, exemplo também utilizado por Garcia (1996):

O rosto no travesseiro,
escuto o tempo fluindo
no mais completo silêncio.
Como remédio entornado
em camisa de doente;

No trecho acima, considera-se o sugeridor inicial *travesseiro*, que, explícito no texto, é representado por “A”. Esse sugeridor associa-se à ideia de *cama*, termo sugerido implicitamente, por relação de contiguidade. *Cama* (“b”), por sua vez, remete à palavra *leito* (“b¹”), vocábulo reconhecidamente utilizado em contexto hospitalar ou para referir-se ao espaço onde se recupera um enfermo. *Leito*, ora sugeridor inicial “a”, evocará, então, o termo *remédio* (“B”), bem como *doente* (“B¹”). Assim, tem-se os esquemas:

A (travesseiro) → b (cama) → b¹ (leito)
a (leito) → B (remédio) → B¹ (doente)

E, assim por diante, exaustivamente, Garcia demonstra-nos as ocorrências de palavra-puxa-palavra em diversos poemas do *gauche mineiro*, até concluir mais adiante que

sob a aparente desordem formal, sob o alogismo característico da poesia de Drummond de Andrade, subsiste uma estrutura íntima, rígida e ordenada, que sustenta e amalgama os elementos arquitetônicos do poema, pois a lógica do poeta não é a da língua gramaticalizada, é a da intuição, é a lógica das imagens (p. 30).

4.2. A Técnica Aplicada à Poesia de Stella do Patrocínio

Vale destacar que o esquema apresentado pertence a um plano de associações presente no poema. Existem, entretanto, outros planos associativos que formam cadeias de palavras, explícitas ou implícitas, criando, assim, uma unidade lógica e coerente.

Na segunda parte do livro, encontra-se o sexteto:

Eu sou Stela do Patrocínio
Bem patrocinada
Estou sentada numa cadeira
Pegada numa mesa nega preta e crioula
Eu sou uma nega preta e crioula
Que a Ana me disse
(PATROCÍNIO, 2001, p. 58).

No poema, a autora se apresenta, reclamando, mediante o uso da palavra, seu lugar no mundo. É possível notar o jogo de palavras que Stella faz com seu sobrenome – Patrocínio – e o adjetivo *patrocinada*, reforçando a sua identidade. Do ponto de vista eufórico, isto é,

positivo, o adjetivo assumiria o valor de *protegida*, *amparada*. Na perspectiva disfórica, *patrocinada* apresentaria sentido de servidão. Em ambas as possibilidades, porém, identifica-se um aspecto negativo, mesmo diante da acepção eufórica, empregada ironicamente. Dessa forma, nota-se que a autora aponta para uma identidade “patrocinada”, isto é, uma identidade não autônoma; uma identidade concedida por outrem. Assim, Stella não se define por si mesma. Os versos “Pegada numa mesa nega preta crioula” / Eu sou uma nega preta crioula / Que a Ana me disse” demonstram a criação de uma identidade a partir de um olhar externo. É possível ainda considerar no verso “Pegada numa mesa nega preta crioula” o uso de hipálage, isto é, a atribuição de “uma qualidade, que pertence a um objeto citado no enunciado, a outro objeto igualmente presente no enunciado” (Cressot, 1980, p. 71).

Esse olhar que define Stella é realizado sob ótica da discriminação, evidenciada pelo uso dos epítetos *preta* e *crioula*. Tal recurso expressivo indica mais que um traço caracterizador – sua raça –, uma redução do sujeito à sua cor, evocada pela utilização de termos de valor pejorativo.

É ao analisar o poema-título da obra que se percebe a eficácia analítica do palavra-puxa-palavra como método de estabelecimento da coerência de um poema, a princípio, alógico:

Meu nome verdadeiro é caixão enterro
Cemitério defunto cadáver
Esqueleto humano asilo de velhos
Hospital de tudo quanto é doença
Hospício
Mundo dos bichos e dos animais
Os animais: dinossauro camelo onça
Tigre leão dinossauro
Macacos girafas tartarugas
Reino dos bichos e dos animais é o meu nome
Jardim zoológico Quinta da Boa Vista
Um verdadeiro jardim zoológico
Quinta da Boa Vista
(PATROCÍNIO, 2001, p. 110).

Neste poema, percebe-se, mais uma vez, Stella autodefinindo-se. Nesse caso, porém, a autora faz uso de vocábulos pertencentes a um campo semântico que remete à ideia de morte, tais como *caixão*, *enterro*, *cemitério*, *defunto*, *cadáver* e *esqueleto humano*. Seu eu poético afasta-se de Stella do Patrocínio para dar lugar a uma figura sem vida. A realidade de Stella a deteriora, do mesmo modo que a despersonifica. Essa despersonificação ocorre na medida em que o sistema psiquiátrico do qual depende sustenta-se em estruturas de “apagamento das individualidades, da subjetividade, do desejo e da singularidade” (AQUINO, 2001, p. 10). Nesse espaço, “as pessoas ficam reduzidas a um amontoado (...)” (AQUINO, 2001, p. 10), tal como os animais a que Stella se refere, em um zoológico: “dinossauro camelo onça / Tigre leão dinossauro / Macacos girafas tartarugas”. Reino dos bichos e dos animais é o verdadeiro nome da autora, isto é, a sua verdadeira identidade.

A respeito do décimo verso do poema, “Reino dos bichos e dos animais é o meu nome”, nota-se, do ponto de vista da entoação dada por Stella, analisada a partir dos áudios disponíveis, que *Reino* é entoado com evidente ênfase do acento de intensidade, conferindo, dessa forma, expressividade ao verso, de modo a sugerir a segurança do eu poético em afirmar que seu nome verdadeiro está associado ao reino dos animais. De fato, a referência a

animais está presente em vários de seus poemas, como se pode observar nos trechos de poemas situados na primeira e na quinta parte do livro, respectivamente:

(...)

Fico pastando no pasto à vontade
Um homem chamado cavalo é o meu nome
O bom pastor dá a vida pelas ovelhas
(PATROCÍNIO, 2001, p. 42).

Lá no portão eu disse
Quero pastar à vontade que nem um camelo
Pra ver como fica o resultado da história da vida
de Cristo
(PATROCÍNIO, 2001, p. 105).

Antes era um macaco, à vontade
Depois passei a ser um cavalo
Depois passei a ser um cachorro
Depois passei a ser uma serpente
Depois passei a ser um jacaré
(PATROCÍNIO, 2001, p. 106).

Ainda se referindo ao poema *Meu nome verdadeiro é caixão enterro*, o texto apresenta dois campos semânticos – morte e animais – que se relacionam a partir de *Quinta da Boa Vista*, presente no 11º verso, repetindo-se no 13º. Essa relação é demonstrada por meio do método palavra-puxa-palavra, de Garcia (1996). Considerando *Quinta da Boa Vista* o sugeridor inicial, tem-se o termo sugerido implícito *Museu Nacional*, uma vez que o museu encontra(va)-se neste local. *Museu Nacional* puxa *esqueleto* – termo sugerido explícito –, pois ali havia esqueletos e fósseis animais. É possível também tomar *esqueleto* como o sugeridor inicial de *dinossauros* e de *Jardim Zoológico*, que, por conseguinte, puxa os termos *camelo*, *onça*, *Tigre*, *leão*, *Macacos*, *girafas* e *tartarugas*.

No plano do campo semântico de morte, há o termo sugeridor *Quinta da Boa Vista*, que puxa o termo sugerido *Museu Nacional*, que evoca o termo *esqueleto*. Enfim, *esqueleto* será o sugeridor inicial de *caixão*, *enterro*, *Cemitério*, *defunto* e *cadáver*, pela relação de contiguidade entre os vocábulos.

Ao termo sugeridor expresso pelo sintagma *esqueleto humano* pode-se ainda associar os termos sugeridos *asilo de velhos*, *Hospital de tudo quanto é doença* e *Hospício*, por nesses locais encontrar-se um público em busca de escapar da morte que reduzirá o corpo à forma esquelética.

No que diz respeito ao uso das figuras que atuam de modo a caracterizar a autora, verifica-se uma marca constante da poética de Stella: a autêntica expressividade de suas palavras, sobretudo no uso abundante de substantivos, que, justapostos, criam imagens significativas. Embora essa configuração quanto à forma do poema não tenha sido realizada por Stella, mas por Viviane Mosé – que recorreu à justaposição de palavras e expressões, eliminando, quase que integralmente, o uso de pontuação –, considera-se que a organizadora da obra buscou representar o ritmo dado à fala pela autora.

Já no poema em que se encontra o verso *Fico pastando no pasto à vontade*, a autora utiliza a locução *fico pastando* metaforicamente para se referir à ociosidade experienciada no ambiente em que vive, considerando, sobretudo, o contexto de sua declamação. A partir da semelhança entre o objeto evocado *pastar* e o objeto-referência “*vadiar*”, estabelece-se a

metáfora (CRESSOT, 1980), salientando-se, ainda, o potencial de alta tonalidade afetiva de nomes de animais, como afirma Câmara Jr. (1978). Vale também ressaltar a presença da metáfora conceptual INTERNOS DE HOSPITAL SÃO ANIMAIS, que viabiliza a construção da metáfora linguística. A metáfora conceptual inovadora estrutura-se a partir do mapeamento das seguintes propriedades do domínio-fonte (animais) no domínio-alvo (internos de hospitais): 1) animais não capazes de trabalhar; 2) animais são domados por seres humanos; 3) animais podem ser presos.

Utilizando o método palavra-puxa-palavra, de Garcia (1996), o sugeridor inicial *pasto* (A) evoca o termo sugerido *cavalo* (B). *Cavalo* (A), por sua vez, puxa *Um homem chamado cavalo* (B), título de um famoso filme da década de 1970, formando, assim, a seguinte cadeia:

A (pasto) → B (cavalo)

A (cavalo) → B (Um homem chamado cavalo)

Há, ainda, uma cadeia de sentido também iniciada a partir do termo sugeridor *pasto* (A), que puxa o termo *pastor* (B). *Pastor*, por seu turno, como sugeridor inicial (A), puxa o termo sugerido *O bom pastor dá a vida pelas ovelhas* (B), frase bíblica. Assim, tem-se a cadeia:

A (pasto) → B (pastor)

A (pastor) → B (O bom pastor dá a vida pelas ovelhas)

No poema *Lá no portão eu disse*, em que o termo *pastar* reaparece, também é possível aplicar o método palavra-puxa-palavra. Por meio de associação semântica, o sugeridor inicial *pastar* evoca o termo sugerido *camelo*. Ora, *camelo*, sugeridor inicial, puxa o termo sugerido *Cristo*, em virtude da conhecida frase presente na Bíblia (Mt 19, 24) atribuída a Jesus: “(...) é mais fácil um camelo entrar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus”. Na frase bíblica, encontra-se ainda o sugeridor inicial implícito *entrar*, que evoca o termo sugerido *portão*, fechando, assim, a cadeia semântica do poema.

Considerações Finais

É possível atribuir à poética de Stella do Patrocínio uma temática relacionada à reflexão sobre a existência, na medida em que a autora constantemente questiona os princípios que regem a vida e a forma humanas. Nesse sentido, seu olhar sempre inquieto demonstra perplexidade diante das leis do mundo, buscando compreender “Como é que você consegue enxergar / E ouvir vozes?”.

Suas reflexões também são frequentemente relacionadas a seu estado como interna de um hospital psiquiátrico, imprimindo, em certa medida, um tom melancólico à sua obra. Dessa forma, seu texto assume importância documental, pois, por seus relatos, pode-se revelar a realidade das estruturas psiquiátricas de seu tempo, estruturas que, atualmente, os movimentos antimanicomiais lutam para extinguir. No entanto, a fala de Stella não se limita a ser um documento daquilo que foi o tratamento em asilos entre as décadas de 1960 e 1990. Seu falatório se destaca pela sensibilidade e pela expressividade, estabelecendo-se, assim, como obra artística.

Sua poesia pode, de fato, apresentar em alguns momentos certa impertinência, com construções absurdas, que violam o “código da linguagem normal”. Porém, tais construções são também poéticas, uma vez que, com efeito, o absurdo e o poético podem assemelhar-se (COHEN, 1974), ressaltando-se que “o absurdo do poema é-lhe essencial, mas não é

gratuito. É o preço que se paga por uma clareza de outra ordem” (p. 163). A violação do código em Stella do Patrocínio atua como instrumento revelador de suas aflições diante da vida, sobretudo sua vida limitada pelas amarras do asilo. Desse modo, a autora se vale de determinados recursos rítmicos, sonoros e lexicais, assinando, assim, o seu estilo.

Deve-se, enfim, compreender a obra de Stella do Patrocínio como uma produção artística com fortes traços existenciais. Ademais, seu trabalho é um veículo que descortina a questão do encarceramento de pacientes psiquiátricos bem como a terapêutica reservada a esse público, reconhecidamente problemas históricos do sistema de saúde mental do Brasil. Portanto, além de sua contribuição para a compreensão das consequências do tratamento aprisionador dado ao paciente com transtornos mentais, faz-se necessário reconhecer nos textos de Stella do Patrocínio seu valor estético.

Referências

- AMARANTE, Paulo. Asilos, alienistas e alienados. In: AMARANTE, P. *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1994. p. 73-84.
- AQUINO, Ricardo. Estrela. In: PATROCÍNIO, Stella. *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. 2. ed. Rio de Janeiro: Beco Azogue Editorial, 2001. p. 9-12.
- BRITO, Mariza; CAVALCANTE, Mônica. A fala do esquizofrênico – uma interface entre Linguística de Texto e Psicanálise. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 65-75, 2012.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- COHEN, Jean. *Estrutura da linguagem poética*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- CRESSOT, Marcel. *O estilo e suas técnicas*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GARCIA, Othon Moacir. *Esfinge clara e outros enigmas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. Trad. de Miguel Maillet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- HIDALGO-DOWNING, Laura. Methaphor and metonymy. In: JONES, Rodney. *The Routledge Handbook of Language and Creativity*. London and New York: Routledge, 2016. p. 107-128.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. de Maria Sophia Zanotto. Campinas: EDUC/Mercado de Letras, 2002.
- LEPESQUEUR, Marcus. *et al.* O uso de metáforas e metonímias por pacientes esquizofrênicos à luz da Teoria da Metáfora Conceptual. *Ciências & Cognição*, v. 22, n. 1, p. 63-92, 2017.
- MARTINS, Nilce. *Introdução à Estilística: A expressividade na Língua Portuguesa*. 4. ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- MOSÉ, Viviane. Stela do Patrocínio: uma trajetória poética em uma instituição psiquiátrica. In: PATROCÍNIO, Stella. *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. 2. ed. Rio de Janeiro: Beco Azogue Editorial, 2001. p. 13-35.

NOVAES, Marluci. A linguagem como fator de diagnóstico nas esquizofrenias. *Cadernos do Ipub*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 133-156, 2000.

PATROCÍNIO, Stella. *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. Viviane Mosé. (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Beco Azogue Editorial, 2001.

PATROCÍNIO, Stella. *Gravação e depoimentos de Stella do Patrocínio durante período de internação na Colônia Juliano Moreira*. Rio de Janeiro. 1986-1989. 4 CD, extensão mp3. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6465>. Acesso em: 4 jun. 2022.

SILVEIRA, Nise. *O Mundo das Imagens*. São Paulo: Ática, 1992.

A RELAÇÃO ENTRE EFEITOS ESTILÍSTICOS E SIGNIFICADOS POSSÍVEIS EM *Monte Castelo*

Karina Seferian VENTURA (UERJ)

Introdução

Ao abordar os conceitos de significante e significado, Alonso (1960, p. 16) traz, primeiramente, as definições dicotômicas de Saussure, segundo o qual o *significante* é a imagem acústica que evoca o *significado*, sendo este definido como o conceito. Ao assumir, contudo, que os significantes não são meros transmissores dos conceitos (1960, p. 17), Alonso se difere do linguista estruturalista. Para o autor, os significantes evocam uma carga psíquica no indivíduo, complexa, sendo tal carga definida como o significado (1960, p. 17-18). A partir disso, ele traz a noção de “complexo de significantes parciais”:

A mãe disse: *Xavier!* chamando o filho: a) carinhosamente; b) iradamente; c) aterrorizada porque a criança atravessava a rua no momento em que um caminhão se lança sobre ele, etc., etc. (...) Que é aí essencialmente o significante? O tom, a velocidade, o matiz vocálico, a tensão articulatória, etc. (ALONSO, 1960, p. 18).

Embora seus exemplos se limitem somente ao campo fônico, Alonso evidencia como o complexo de significantes pode afetar a forma como captamos um texto – e é nesse ponto que os estudos estilísticos se mostram importantes.

Para Câmara Jr., o estilo é “(...) uma personalidade em termos linguísticos” (1978, p. 13), e a estilística veio “(...) para complementar a gramática” (1978, p. 14). Nesse contexto, a gramática representa o plano conceitual, as regras, o sentido informativo, a busca pelo “o que se diz”, o que está literalmente expresso. Já o estilo reverbera no som, na escolha de palavras, na ordenação frasal, na enunciação: é o “*como se diz*”; e, como observado, a forma como se expressa um enunciado pode alterar seu significado.

Nesse sentido, quaisquer alterações de forma devem ser observadas em uma análise linguístico-expressiva. A canção *Monte Castelo*, embora majoritariamente composta por passagens da epístola de Paulo a Coríntios e do soneto de Camões, apresenta variações estilísticas, além de trechos próprios. É importante analisar, assim, a seleção de passagens escolhidas para compor a canção, como elas se combinam e como se relacionam com os demais trechos da composição, a fim de verificar os efeitos expressivos criados e seus possíveis impactos interpretativos.

Para a realização de tal trabalho, será feita uma breve análise da epístola de Paulo e do soneto de Camões, com especial ênfase às passagens utilizadas em *Monte Castelo*. Em seguida, a canção de Renato Russo será analisada e comparada com seus textos de origem, observando-se semelhanças e diferenças linguístico-expressivas entre eles.

1. A Epístola de Paulo aos Coríntios

No capítulo 13 do primeiro livro de Coríntios, Paulo escreve uma carta sobre o amor. O primeiro versículo se estrutura por um período tenso: “Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine” (Co, 1, 1). O período tenso é “uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita *prótase*, prepara a enunciação da outra, dita *apódose*” (CÂMARA JR. *apud* GARCIA, 2010, p. 72). Nessa construção, a informação

central – reconhecida pela oração principal, que, no caso, é “seria como o metal que soa ou como o sino que tine” –, é absorvida apenas no final, de modo que o leitor precise ler com atenção o que está anteposto a ela (GARCIA, 2010, p. 72). Por isso, o período tenso “É o verdadeiro período no sentido clássico: (...) circuito de palavras encadeadas de tal forma, que o sentido só se completa no fim, quando ‘se fecha’ o circuito” (GARCIA, 2010, p. 73). Assim, as informações das orações subordinadas ganham destaque, já que tal construção impede que o leitor as leia sem atenção.

No caso em questão, a prótase é composta por dois segmentos: “Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos” e “e não tivesse amor”. Prótases com mais de um segmento em períodos tensos se repetem ao longo dos dois versículos seguintes:

E ainda que tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e todo o conhecimento, *e ainda que* tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, *e não tivesse amor*, nada seria. / *E ainda que* distribuísse todos os meus bens para sustento dos pobres, *e ainda que* entregasse o meu corpo para ser queimado, *e não tivesse amor*, nada disso me aproveitaria. (Co, 1, 2.3, *grifos meus*).

As reiterações e as construções usadas contribuem para ressaltar as ideias introduzidas pelo conectivo opositivo “ainda” e o efeito causado pelos períodos tensos, enfatizando que o conhecimento e a generosidade não valem nada sem o amor.

Paulo prossegue, afirmando como é o amor, e, nessas passagens, há diversas reiterações, como em “*O amor* é sofredor, é benigno; *o amor* não é invejoso; *o amor* não trata com leviandade (...)” (Co, 1, 4) e em “*Tudo* sofre, *tudo* crê, *tudo* espera, *tudo* suporta” (Co, 1, 7, *grifos meus*). Para Garcia (2010, p. 284), “(...) a repetição intencional representa um dos recursos mais férteis de que dispõe a linguagem para realçar as ideias”; no caso em questão, as ideias realçadas são relativas às definições do amor e de sua força.

Vale notar também as separações assindéticas entre as orações dos versículos supracitados, seja com vírgulas ou com ponto e vírgula. Segundo Martins (2012, p. 87), “Os sinais de pontuação ajudam a reconstituir a entoação que o autor pode ter pretendido para o seu texto (...)” e a construção assindética “(...) tem um tom mais espontâneo, menor rigor lógico; é mais ágil, sugere a simultaneidade ou a rápida sequência dos fatos.” (2012, p. 173). Nesse caso, o efeito mais ágil e simultâneo gerado por vírgulas e ponto e vírgulas surge de um modo cumulativo, demonstrando as inúmeras qualidades do amor.

Na sequência, outras reiterações podem ser encontradas: “*O amor* nunca falha; mas *havendo* profecias, serão aniquiladas; *havendo* línguas, cessarão; *havendo* conhecimento, desaparecerá; Porque, *em parte* conhecemos, e *em parte* profetizamos” (Co, 1, 8-9, *grifos meus*). A repetição de “havendo” introduz ideias previamente colocadas nos versículos anteriores: línguas, ciência e profecia. Tais repetições, inclusive, aparecem em estruturas quase paralelas e separadas por ponto e vírgula: verbo no gerúndio – substantivo – verbo (ou locução verbal) no futuro do presente. Martins reconhece o paralelismo como recurso estilístico e comenta que ele “(...) constitui um processo de ordenação harmoniosa, elegante e clara das ideias” (2012, p. 223).

De fato, a ordenação de língua, conhecimento e profecias perfaz uma retomada organizada de versículos anteriores; mas, junto com as reiterações de “havendo” e com a separação dos paralelismos por ponto e vírgula, o efeito de realce é intensificado. Como já observado, a ausência de conjunções denota uma construção mais ágil, e pode indicar a simultaneidade (MARTINS, 2012, p. 173); no caso supracitado, considerando que “serão aniquiladas”, “cessarão” e “desaparecerá” atuam como sinônimos, as ações simultâneas soam

iguais e, portanto, como se repetem, são enfatizadas. É importante lembrar que “Os sinônimos em série (...) podem ser um recurso de ênfase, de insistência numa ideia, que deve ser salientada em vários matizes” (MARTINS, 2012, p. 139).

A reiteração de “em parte”, por sua vez, também perfaz um paralelismo em: “em parte conhecemos, e em parte profetizamos”. Curiosamente, porém, a estrutura assindética não se mantém nessa passagem, e a aparição do “e” modifica o ritmo, que se torna mais lento e introduz passagens mais argumentativas, repletas de conectivos:

O amor nunca falha; *mas* havendo profecias, serão aniquiladas; havendo línguas, cessarão; havendo conhecimento, desaparecerá; / *Porque*, em parte conhecemos, e em parte profetizamos; / *Mas*, quando vier o que é perfeito, *então* o que é em parte será aniquilado. / Quando eu era menino, falava como menino, sentia como menino, pensava como menino, *mas*, logo que cheguei a ser homem, acabei com as coisas de menino. / *Porque* agora vemos como por espelho, em enigma, *mas então* veremos face a face; agora conheço em parte, *mas então* conhecerei *como também* sou conhecido. / Agora, *pois*, permanecem a fé, a esperança, o amor, estes três, *mas* o maior destes é o amor. (Co, 1, 8-13, *grifos meus*).

Nota-se, inclusive, a presença de conectivos de textos argumentativos: “mas”, “porque” e “então” são frequentes. Os dois primeiros são especialmente reiterados e, quando aparecem juntos, marcam uma oposição entre “em parte” e “inteiro”, que também representam respectivamente presente e futuro: “em parte” é como “vemos/conhecemos”, e “inteiro” é como “veremos/conhecerei”. Paulo explica que profecias, línguas e conhecimento são “em parte”, e que o “amor” é “inteiro”. Apenas no final, ele menciona a fé e a esperança como inteiros também, listando o amor por último. Embora fé, esperança e amor não perfaçam propriamente uma gradação – recurso que “(...) consiste em dispor as ideias em ordem crescente ou decrescente de importância” (GARCIA, 2010, p. 283) –, o mais forte foi deixado por último: “mas o maior destes é o amor” (Co, 1, 13).

Assim, na epístola de Paulo, percebemos como elementos estilísticos de reiteração, paralelismo e ordenação contribuem para a argumentação realizada a respeito da importância do amor como algo inteiro, pleno, eterno.

2. O Soneto de Luís Vaz de Camões

Enquanto na carta aos Coríntios aborda-se o amor como elevado e pleno, há, no soneto de Camões, uma margem interpretativa um pouco distinta. Camões também busca definir o amor e, para tanto, assim como Paulo, usa reiterações:

Amor *é um* fogo que arde sem se ver, / *é* ferida que dói, e não se sente; / *é um* contentamento descontente, / *é* dor que desatina sem doer. / *É um* não querer mais que bem querer; / *é um* andar solitário entre a gente; / *é* nunca contentar-se de contente; / *é um* cuidar que ganha em se perder. / *É* querer estar preso por vontade; / *é* servir a quem vence, o vencedor; / *é* ter com quem nos mata, lealdade. (CAMÕES, 1598, p. 6, *grifos meus*).

A reiteração em início de verso, além de enfatizar as diversas definições do amor, contribui para dar ritmo ao poema, deixando a leitura mais fluida. Tal fluidez, no entanto, torna-se evidente ao se observar as rimas na construção do poema. O soneto se estrutura na seguinte construção rítmica: ABBA / ABBA / CDC / DCD. Segundo Candido, tal estrutura “(...) permite a divisão do tema e a constituição de uma rica unidade sonora, na qual a familiaridade dos sons e a passagem dum sistema de rimas a outro ajuda ao mesmo tempo o

envolvimento da sensibilidade e a clareza da exposição poética (proposição, conclusões).” (1996, p. 20). A exposição citada por Candido é a do silogismo, um tipo de raciocínio que parte de proposições para se chegar a uma conclusão.

As proposições ocorrem nas três primeiras estrofes. Nessa parte, há a reiteração do artigo indefinido “um” após o “é”, criando um contraste intrigante: enquanto o poema busca definir o amor e o verbo em terceira pessoa “é” aparece de modo recorrente, um artigo indefinido o acompanha, gerando um efeito de difusão. O “amor é um fogo que arde sem se ver”, mas tal fogo não é definido – é vago, não se identifica; apenas existe.

A aparente contradição entre indefinição *versus* definição, contudo, não é a única que aparece no poema. As três primeiras estrofes – as proposições – são repletas de antíteses, isto é, ideias opostas, como em “fogo que arde sem se ver” e em “contentamento descontente”. Todos os versos dessa parte apresentam uma cesura na sexta sílaba “(...) permitindo um destaque de 2 membros, o primeiro dos quais exprime a primeira parte de uma antítese, exprimindo o segundo a segunda parte. Vemos aqui a função lógica ou psicológica da métrica, ao ajustar-se a marcha intelectual e afetiva do poema.” (CANDIDO, 1996, p. 21). Há, assim, certa correspondência entre forma e conteúdo, já que a métrica promove visualmente a divisão entre as contradições reunidas na antítese.

Os sons também parecem acompanhar o sentimento exposto no poema. Há constante recorrência das oclusivas linguodentais /t/ e /d/ e da velar /k/, promovendo-se por vezes aliterações, como em “é um **contentamento descontente**” e “é **dor** que **desatina** sem **doer**”. De acordo com Martins, as oclusivas têm um caráter explosivo, e as surdas, em especial, promovem “(...) uma impressão mais forte, violenta, que as sonoras” (2012, p. 54), e, ainda, (...) convêm à evocação de seres, coisas, atos, qualidades e sentimentos ligados às ideias de força e intensidade” (2012, p. 55). Tais impressões se ajustam à potência do poema, que se dedica a falar do caráter intenso e contraditório do amor.

A conclusão do raciocínio estabelecido ao longo das três primeiras estrofes do soneto ocorre apenas nos versos finais, como se segue: “Mas como causar pode seu favor / nos corações humanos amizade, / se tão contrário a si é o mesmo Amor?” (CAMÕES, 1598, p. 6). Nesse ponto, há uma quebra das reiterações, rompendo o ritmo estabelecido, bem como uma mudança estrutural: não há mais cesura na sexta sílaba; paralelamente, as antíteses desapareceram. Nesse ponto, “(...) há transposição (“enjam-bement”), e todo o terceto se apresenta como unidade expressiva coesa e ininterrupta, pela presença de uma consequência lógico-poética, sob a forma de interrogação.” (CANDIDO, 1996, p. 22). Dessa vez, a estrutura contribui para passar a ideia de união proposta – a de que, apesar de o amor despertar sentimentos contraditórios, ele promove a união ao causar amizade.

Assim, tanto Camões quanto Paulo exploram a força e intensidade do amor, mas de formas diferentes: enquanto o primeiro explora o caráter paradoxalmente contraditório e ao mesmo tempo de união do amor, o segundo explora a sua plenitude.

3. *Monte Castelo* – Renato Russo

Resta a pergunta: como tais concepções sobre amor se reúnem em *Monte Castelo*?

A canção de Renato Russo se inicia com uma paráfrase de trechos do primeiro e do segundo versículos da carta de Paulo aos Coríntios: “Ainda que eu falasse a língua dos homens / E falasse a língua dos anjos / Sem amor eu nada seria”. Diferentemente da epístola, a composição apresenta a repetição de “falasse”, criando duas orações de estruturas paralelas, conferindo ritmo. A oração “e não tivesse amor”, por sua vez, foi modificada para um adjunto

adverbial: “sem amor”, que aparece invertido em relação à ordem direta da oração. Martins define a inversão como um “(...) processo de colocar em evidência um termo que se deseja privilegiar” (2012, p. 209). Portanto, ao aparecer em posição privilegiada, a ausência de amor se mantém evidente produção de Renato Russo.

Além disso, em relação à epístola, o período continua como tenso, ressaltando as informações antes da oração principal. Tal efeito é ampliado pela reiteração, uma vez que, ao longo composição, a passagem se repete três vezes, ganhando grande destaque. É importante frisar que o ritmo musical acompanha tal ênfase, pois a passagem é cantada lentamente, permitindo que esta seja ouvida com bastante clareza.

A canção prossegue, afirmando, em seu refrão, que: “é só o amor / é só o amor / que conhece o que é verdade”, aludindo à ideia do sexto versículo da epístola: “[o amor] (...) folga com a verdade” (Co 1, 6). As reiterações e o uso do “só” enfatizam a importância do amor como algo exclusivo. Em seguida, também no refrão, outras ideias da epístola são recuperadas na passagem: “O amor é bom, não quer o mal / Não sente inveja ou se envaidece”, que correspondem ao quarto versículo: “O amor (...) é benigno; o amor não é invejoso; o amor não trata com leviandade, não se ensoberbece” (Co 1, 4).

Na sequência, a canção continua definindo o amor, mas, dessa vez, apresenta as três primeiras estrofes do soneto de Camões. A um primeiro olhar, parece que a letra se limita a repetir exatamente as mesmas passagens do soneto; porém, há diferenças expressivas. A primeira ocorre logo na primeira estrofe: “O amor é o fogo que arde sem se ver / É ferida que dói e não se sente / É um contentamento descontente / É dor que desatina sem doer” (RUSSO, 1989, *grifos meus*). Renato Russo faz uso dos mecanismos usados por Camões que conferem ritmo ao soneto, e a alteração realizada no primeiro verso não compromete tal efeito, mantendo o devido paralelismo entre os elementos da frase (artigo – substantivo). Porém, o uso dos artigos definidos em “o amor” e “o fogo” conferem uma impressão diferente: agora, amor não é “um fogo”, indefinido, vago, mas “o fogo”; também já não é mais “qualquer” amor, um amor indefinido, mas “o amor”. Há, portanto, um caráter de especificação na canção que não existe no poema camoniano.

Após repetir o trecho inicial da composição, que alude aos primeiros versículos da carta aos Coríntios, as duas estrofes seguintes do soneto são retomadas:

É um não querer mais que bem querer / É solitário andar por entre a gente / É um não contentar-se de contente / É cuidar que se ganha em se perder / É um estar-se preso por vontade / É servir a quem vence, o vencedor / É um ter com quem nos mata a lealdade / Tão contrário a si é o mesmo amor (RUSSO, 1989).

Embora as construções sejam muito semelhantes às do soneto, a primeira ressalva a ser feita se deve ao fato das três estrofes não aparecerem juntas, já que a repetição da passagem relativa aos versículos bíblicos divide a primeira das seguintes. As reiterações, contudo, continuam quase identicamente: os diversos “é” em começo de verso aparecem; mas, com uma distância tão grande do suposto sujeito, será que estão definindo o amor?

A esse respeito, especial ênfase se dá na passagem: “É solitário andar por entre a gente”, cuja estrutura sintática está modificada de tal forma que afeta as funções dos termos oracionais. No soneto, o verso é “É um solitário andar entre a gente”: o sujeito, por elipse, é “amor”; “é” é um verbo de ligação, ao passo que “um solitário andar” atua na função de predicativo do sujeito, e “entre a gente” é adjunto adverbial – há só uma oração, uma vez que o verbo “andar” está substantivado pelo indefinido “um”.

Na canção, no entanto, a ausência do indefinido faz com que “andar” se caracterize como verbo, havendo, então, duas orações: “é solitário” é a oração principal, enquanto “andar por entre a gente” é uma oração subordinada substantiva subjetiva, funcionando como sujeito da oração principal. Nota-se uma inversão sintática, visto que “é solitário” (verbo – predicativo do sujeito) está no começo do período, mas a ordem direta da oração, quando se trata de predicado nominal, é sujeito – verbo de ligação – predicativo. Nessa passagem, embora o texto se mantenha aparentemente semelhante ao soneto, não se fala de amor, e a antítese se quebra: a informação, na canção, não envolve a contradição entre solidão e companhia que, de acordo com o soneto, define o amor, mas é um comentário, uma confissão, em que o sentimento de solidão passa a se evidenciar devido à inversão da ordem direta, que, como já observado, faz com que o termo anteposto – no caso, “é solitário” – ocupe uma posição de destaque (MARTINS, 2012, p. 209).

O artigo indefinido “um” foi retirado no verso anterior; no entanto, é acrescentado em “é um não contentar-se de contente”. Tal alternância – ausência e presença do artigo indefinido – é adotada na parte da canção referente à segunda e à terceira estrofes do soneto, conferindo certo ritmo. Porém, tal uso afeta a percepção da passagem supracitada; a força do “é nunca” presente no soneto decai para “é um não”; isso porque, além de “não” ser menos intenso semanticamente do que “nunca” – que, por sua vez, ainda contém um fonema oclusivo, /k/, um traço que, como já observado, confere potência e explosão à palavra (MARTINS, 2012, p. 54) –, vem acompanhado pelo indefinido, que, pelo seu caráter mais vago, corrobora a impressão de menor força.

Em “É cuidar que se ganha em se perder”, por sua vez, a falta do indefinido “um” antes de “cuidar” faz com que este deixe de ser um verbo substantivado (assim como ocorreu em “andar”), enquanto o “se” antes do “ganha” surge como índice de indeterminação do sujeito. Afinal, quem ganha em se perder?

As modificações prosseguem; há um acréscimo do artigo indefinido em: “É um estar-se preso por vontade”. Nessa passagem, no entanto, há também um corte do verbo “querer” e um acréscimo do “se”; afinal, o verso correspondente no soneto é: “É querer estar preso por vontade”. Considerando o original, porém, a vontade parece reduzida na canção, já que, em *Monte Castelo*, não se “quer estar preso”, mas já “se está preso”.

Mantendo a frequência do uso do “um”, também há um acréscimo em “é um ter com quem nos mata lealdade” e, nesse caso, o uso do indefinido parece corresponder apenas ao ritmo proposto pela alternância. Em seguida, há a conclusão “tão contrário a si é o mesmo amor”, extraída do último verso do soneto: “Se tão contrário a si é o mesmo amor?”. Tal alteração, que retira o “Se” e o sinal de pergunta do final do soneto, é um ajuste à exclusão do antepenúltimo e do penúltimo versos do soneto, que questionam como o amor pode causar amizade nos corações humanos. Tal exclusão retira justamente a ideia de união que o amor pode trazer, indicando que, na composição, a concepção de amor pode assumir sentidos distintos dos colocados no soneto de Camões.

A canção, contudo, não termina nesse ponto. Há uma reiteração na passagem: “Estou acordado e todos dormem / Todos dormem / Todos dormem (RUSSO, 1989). A frequência de “Todos dormem” chama a atenção e é composta por constantes oclusivas (/t/ e /d/), que, como já observado, intensificam o efeito de força (MARTINS, 2012, p. 54). Não parece se tratar de um uso literal, visto que estar desperto enquanto outros estão adormecidos não é um tema em *Monte Castelo*. O uso parece ter sentido figurado. Na sequência, o eu lírico afirma: “Agora vejo em parte / Mas então veremos face a face”, retomando, nesse momento, os versículos 10 e 12 da epístola de Paulo.

Um aspecto a se notar reside no fato de que, diferentemente do texto de origem, o verbo “ver” não está no plural, mas no singular, reforçando a solidão na canção e a noção de que há um indivíduo que vê “em parte” – o mesmo que está acordado, separado de “todos” em um isolamento inclusive visual, devido à construção coordenada aditiva entre as duas informações –, mas que no futuro, porém (e no verso seguinte), estará acompanhado: “mas então veremos face a face”. O fato dessa segunda oração estar interligada à anterior por meio do conectivo adversativo “mas” faz com que esta ganhe força, uma vez que, nesse tipo de construção, a informação que aparece depois da conjunção, se opondo à anterior, se sobressai; o “então”, por sua vez, como conjunção conclusiva, enfatiza o tempo verbal futuro de “veremos”.

O raciocínio se completa com a repetição da passagem que atua como refrão: “é só o amor / é só o amor / que conhece o que é verdade”. Por fim, a canção se encerra do mesmo modo como abriu: com a passagem relativa ao primeiro versículo de Coríntios.

As alterações, os efeitos de estilo e a organização da composição provocam pistas que parecem não se encadear. Isto é, embora a construção aponte certas ênfases e especificações que se diferem dos textos de origem, a concepção de um amor específico na canção não parece totalmente nítida. No entanto, uma análise interpretativa possível surge ao se observar o título, elemento que busca englobar todo o texto.

Enquanto a epístola de Paulo não tem título e o soneto de Camões tem o mesmo nome de seu primeiro verso, a composição cantada por Renato Russo se chama “Monte Castelo”. O título não trata de amor, como se poderia supor, mas se refere a um local: Monte Castelo.

Há muitos lugares chamados Monte Castelo, mas um deles, localizado na Itália, ambientou uma batalha durante a Segunda Guerra Mundial, vencida pela Força Expedicionária Brasileira (FERREIRA, 2020). Observando a canção sob tal ótica contextual, novos significados se descortinam, reforçados por efeitos e alterações estilísticas. Vejamos alguns deles.

As batalhas da Segunda Guerra Mundial já contavam com armas de fogo. Em um grande conflito armado, contudo, é impossível ver exatamente de qual arma cada tiro é disparado – é “o fogo que arde sem se ver”, específico, pois sabe-se o que é tal fogo, mas não se consegue vê-lo. A “ferida que dói e não se sente” e a “dor que desatina sem doer”, por sua vez, viriam do “calor da batalha”, momento no qual não há tempo para o sentir, enquanto o “contentamento descontente” pode fazer alusão ao teor competitivo da guerra: ganhar uma guerra é um contentamento, mas esta é um acontecimento descontente.

Sob essa ótica, as estrofes seguintes adquirem contornos não metafóricos, e, devido à quebra de encadeamento entre essas estrofes e a anterior (interceptadas pela passagem que alude ao primeiro versículo de Coríntios), podem, na realidade, não estar mais se referindo ao – ou somente ao – amor. Considerando o significado do título, é possível que tais passagens façam alusão à guerra: “É um não querer mais que bem querer”, pois nunca se quer estar em um conflito desse porte; “É solitário andar por entre a gente”, os soldados; “É um não contentar-se de contente”, já que se perde e se ganha ao mesmo tempo, e a guerra “É cuidar que se ganha em se perder”. Além disso, a guerra “É um estar-se preso por vontade”, pois teoricamente se escolhe participar dela; “É servir a quem vence, o vencedor”, independentemente de quem seja; “É um ter com quem nos mata lealdade”, já que se luta e se morre em nome de autoridades específicas.

A composição conclui o raciocínio com “Tão contrário a si é o mesmo amor”, e isso pode soar como uma provocação crítica: de fato, são essas as definições de amor?

Repare-se que os trechos bíblicos surgem em contrapartida, e, em sua maioria, são enfatizados, seja por reiterações, seja por comporem o refrão da canção, momento no qual a entonação se torna mais alta, e a principal mensagem que se quer passar é exposta (VIANA, 2021). Assim, as definições bíblicas – sublimes e plenas – se sobressaem em relação aos trechos retirados do soneto, podendo ser interpretadas como um protesto: “o amor é bom, não quer o mal, não sente inveja ou se envaidece”.

Por fim, sob a ótica conduzida pelo título, a passagem “Estou acordado e todos dormem / Todos dormem / Todos dormem” pode tanto indicar a lucidez de não se ver sentido em uma guerra (eis a contradição do “amor” alterado do soneto), como a ideia de que o eu lírico está vivo, enquanto todos os outros estão mortos, enfatizando o já pontuado caráter de solidão do eu lírico. Ademais, na sequência, ele considera que “vê em parte”, e que um dia “veremos face a face” – a visão completa, plena, será feita em conjunto, por meio do amor, já que “É só o amor / É só o amor / Que conhece o que é verdade”.

Considerações Finais

Os efeitos de estilo, em *Monte Castelo*, contribuem para a construção do significado da composição, sendo significativos, em relação aos dois textos de origem, tanto as alterações linguístico-expressivas quanto os recursos estilísticos mantidos na canção. Ademais, efeitos de estilo advindos da entonação musical, bem como de sua organização, também devem ser considerados na análise; afinal, dizem respeito à forma e, tal como observado, a forma se vincula ao conteúdo.

Referências

- A BÍBLIA. *1 CORINTIOS 13*. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2011. 696 p. Novo Testamento.
- ALONSO, Dámaso. *Poesia espanhola: ensaio de métodos e limites estilísticos*. MEC/INL, 1960.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Contribuição à Estilística Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- CAMÕES, Luís Vaz de. Amor é um fogo que arde sem se ver. In: *Sonetos*. Disponível em: <http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/bv000164.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2022.
- CANDIDO, Antonio. *O estudo analítico do poema*. 3ª ed. São Paulo: Humanitas, 1996.
- FERREIRA, Luiz Cláudio. 2ª Guerra: histórica tomada de Monte Castello completa 75 anos. *Empresa Brasil de Comunicação*, Brasília, fev. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/2a-guerra-mundial-tomada-historica-de-monte-castello-completa-75-anos>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna. *Introdução à Estilística*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

RUSSO, Renato. *Monte Castelo*. Canção da banda Legião Urbana. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1989. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/renato-russo/176305/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

VIANA, Igor. ESTRUTURA de uma MÚSICA: o que é e COMO USAR! *Trovadora*: site sobre a Oficina de Cantautores. Disponível em: <https://trovadora.com/estrutura-de-uma-musica-o-que-e-e-como-usar/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

**“CORO” DE UM LOBO SOLITÁRIO? COMEMORAÇÃO IMBROCHÁVEL
DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:
OS EFEITOS DE SENTIDOS DE UMA AUTOAFIRMAÇÃO
DO COMANDANTE DO PODER EXECUTIVO FEDERAL BRASILEIRO**

Plínio Machado VIEIRA JUNIOR (UERJ)

Introdução

No dia 7 de setembro de 2022, comemorou-se o bicentenário da “independência” brasileira, data simbólica que representaria o fim da subordinação político-jurídica do Brasil de Portugal, encerrando a condição colonial brasileira. Desde o evento marcado pelo célebre ultimato “independência ou morte”, bradado por Dom Pedro I no dia 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga, esse acontecimento se fixou na memória histórica da sociedade brasileira.

No ano de 2022, a celebração de 200 anos de uma nação “livre”, que conta com os tradicionais desfiles cívicos-militares centrados nas capitais dos estados do eixo centro-oeste-sudeste-sul do país, foi amplamente coberta por diversos órgãos de imprensa, tanto das instituições que (ainda) se apropriam do suporte impresso quanto do digital.

No movimento gerado pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), a mídia impressa começa a derivar para a digital, de modo que diversos portais de notícia passam a ocupar a rede mundial de computadores. Nessa conjuntura digital, o conglomerado noticioso que atinge a primeira posição em quantidade de acessos é o G1, que fica hospedado em *globo.com*. Os dados são de uma pesquisa realizada pela Comscore, entidade globalmente reconhecida nos quesitos medição e análise de tráfego de usuários pelos conteúdos digitais. Diante da aparente hegemonia do G1, este trabalho pautou-se no editorial Conexão GloboNews, que publica compactos de videonotícias, com trechos de gravações apresentados no telejornal que carrega o mesmo nome do editorial digital.

Um desses recortes extraídos do noticiário televisivo para o G1 é o vídeo intitulado “Bolsonaro puxa coro de 'imbrochável' em discurso em Brasília”, de 57 segundos, publicado no mesmo dia 7 de setembro às 11:34. O arquivo selecionado, “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1997), será mobilizado para um gesto de análise discursiva.

No quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista, esse impulso inicial de seleção do arquivo inaugura o movimento pendular entre análise e teoria em direção à ausculta, ao exame do funcionamento dos ruídos produzidos na superfície linguística para apreensão de sentidos.

Petri esquadrinha esse vaivém metodológico característico da AD.

Para compreendermos um pouco mais do movimento pendular, importa saber que ele tem um ponto de partida: a inércia. Essa inércia funciona como um ponto de referência, lugar de significados estabilizados na forma do já-dito, enquanto noções básicas que sustentam uma teoria. Podemos descrever esse efeito transitório, mas necessário, de inércia como o ponto de encontro entre o analista, o arquivo e a teoria, sendo este último elemento considerado enquanto conjunto de noções básicas (provisoriamente) estabilizadas, como o ponto de partida para o movimento pendular. (PETRI, 2013, p. 42).

Para realizar a investida discursiva, os enunciados contidos no videonotícia serão analisados em busca de regularidades e de contradições, que os discursos deixam escapar pelas falhas constitutivas da língua, na história. Já para situar o construto jornalístico como prática sóciodiscursiva, apoia-se no modelo teórico de Dela-Silva (2015) sobre acontecimento jornalístico: “[...] uma prática discursiva da mídia jornalística que coloca em circulação alguns dizeres e não outros”. Essas noções serão a base do dispositivo analítico.

Determinadas as trilhas de apreensão do arquivo e mapeadas as noções fundamentais, depreende-se que as notícias projetam uma realidade arquitetada pelo editorial do portal de notícias. Nos dias atuais, as notícias ocupam espaços tantos na televisão e na mídia impressa quanto em portais digitais, como o G1. Sobre o aspecto da circulação de notícias, Mariani (1999, p. 112) ressalta que “as interpretações engendradas nos jornais fazem circular os sentidos hegemônicos que interessam às instâncias que os dominam”. Contudo, deslocando tais colocações, para o contexto digital, é desse lugar semântico que este trabalho buscará de depreender significações outras presentes no pronunciamento do Presidente da República no dia da comemoração do Bicentenário de Independência do Brasil.

Logo após essas palavras iniciais, a seção seguinte apresentará as condições que fizeram surgir no Brasil a produção jornalística. Logo depois, será demonstrado um panorama da Análise de Discurso praticada no Brasil. Já a busca pela tentativa de fixar sentidos homogêneos, apurada no discurso do chefe do executivo federal brasileira, marca a seção seguinte. Por fim, lança-se um gesto de leitura “final” na materialidade recortada neste trabalho, com objetivo de depreender sentidos não aparentes em gestos de interpretação mais desinteressados dos processos discursivos.

Pensando pela via discursiva, filiada à Análise de Discurso despontada na França no final da década de 1960, este trabalho pretende, por meio do exercício de desuperficialização, verificar sentidos outros, menos evidentes, que retumbam do vídeo intitulado “Bolsonaro puxa coro de 'imbrochável' em discurso em Brasília” publicado pelo portal de notícias G1 no dia 7 de setembro de 2022.

A “Real” Chegada da Imprensa no Brasil

Desde a “fuga” da família Real de Portugal, ocorrida no início do século XIX, para a então invadida terra brasileira, a mídia hegemônica, a partir de seus recortes da realidade, empreendem fixação de sentidos (historicização) dos acontecimentos brasileiros, e também internacionais.

Contam-nos alguns historiadores, que em 28 de novembro de 1807, quando a esquadra portuguesa largou do porto de Tejo, em direção às terras da colônia brasileira, levando a bordo a Família Real fugindo da invasão francesa, Antônio de Araújo, conhecido mais tarde como Conde da Barca, trouxe [...] as peças de uma oficina tipográfica. (MARIANI, 2013, p. 42)

Desde esse marco histórico, e da (r)evolução dos jornais impressos aos aparelhos de televisão, as notícias difundidas nas concessões públicas televisivas e, mais recentemente, também dominadas nas TVs fechadas, que atualmente também escoam e ecoam pelas mídias digitais, centram-se nas mãos, praticamente, dos mesmos conglomerados familiares, característica própria do sistema de produção capitalista. Com aparente projeto de permanecerem alinhados aos detentores dos meios de produção, “que coloca em circulação alguns dizeres e não outros.” (DELA-SILVA, 2015), elas particularizam uma forma dominante de relatar os acontecimentos sócio-históricos, com intento de naturalizar discursos, agendando e etiquetando, por meio de “gestos argumentativos” (PFEIFFER,

2001), acontecimentos para os sujeitos-leitores. Com isso, o jornalismo cria a ilusão de só existir uma forma de apurar a realidade: pela lupa “inconteste” das publicações midiáticas, ancoradas no discurso jornalístico (DELA-SILVA, 2011).

Da AD franco-brasileira ao discurso jornalístico

Antes de iniciar a análise discursiva da materialidade linguística que motivou o empreendimento deste trabalho, é importante situar o quadro teórico brasileiro da Análise de Discurso originada na França. Mesmo proveniente do Velho Continente, a Análise de Discurso, que lá se fundou, foi (e ainda é) lapidada a muitas mãos por pesquisadores brasileiros. Com isso, o modo de enxergar as disputas de sentidos, materializados nas/pelas variadas expressões de linguagem que circulam na sociedade brasileira, tornou-se bastante peculiar. Por essa razão, muitas noções teóricas se deslocaram da matriz francesa, em um autêntico movimento antropofágico teórico promovido por cientistas brasileiros.

A formação social de Brasil e França reluz diferentes necessidades analíticas, já que os dois países são permeados por historicidades bastante peculiares. Apesar de experiências históricas heterogêneas, as amoldagens e os deslocamentos teóricos providenciado por cientistas brasileiros culminaram em uma bem-sucedida apropriação dos princípios da AD francesa, o que refletiu nas análises realizadas no Brasil.

Nesse ponto, cabe destacar que o propósito não é desabonar Michel Pêcheux e o grupo de pesquisadores que, com o filósofo, ergueram a Análise de Discurso na França. Ao contrário, e como defende o próprio Pêcheux, a movência, a adaptabilidade e a capacidade de desapontarem novas noções teóricas, novos conceitos nessa *desdisciplina* (ORLANDI, 1996) é um caminho a seguir, mas também necessário para manter vigorosa e operacional a AD.

A Análise de Discurso desponta mesmo para ocupar um espaço polêmico no campo científico, para preencher os vazios “obscuros” deixados por outras teorias linguísticas e psicossociais. É a possibilidade de outras possibilidades, de pôr (ou não) à nu discursivamente acontecimentos sociais em confronto com a história, de acarear versões da realidade institucionalmente forjadas pelos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 2008). Trata-se de uma teoria possante por conseguir despir sentidos outros de materialidades linguísticas em circulação na sociedade. Por tudo isso, a AD é um convite ao deslocamento, ao desconforto, à incompletude e, por isso, ao deslanche de novas noções teóricas, o que vem sendo muito bem explorado no Brasil.

Assentada essa breve localização teórica, avança-se para a definição do objeto teórico da Análise do Discurso: o discurso. Definido como “efeito de sentidos entre interlocutores” (PÊCHEUX, 2019 [1969], p.39), essa noção teórica é o lugar a partir do qual, remetidos à historicidade, posições-sujeito são ocupadas, sentidos autorizados e desautorizados, enaltecidos e apagados; ou mesmo silenciados: significando ou não. Assim sendo, os efeitos de sentidos se materializam consoante determinadas condições de produção, componente teórico que “[...] traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade [...]” (ORLANDI, 2020, p. 31). Nessas representações discursivas, os sujeitos vão preenchendo lugares historicamente determinados, ao mesmo tempo em que se filiam a determinadas formações discursivas, conceituada por Michel Pêcheux como

Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc. (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

Imersos em formações discursivas diversas, porém interdependentes, os sujeitos transitam entre elas, aderido, refutando e se reposicionando. Essas possibilidades são autorizadas por uma característica fundante da formação discursiva: a porosidade. Essa particularidade as torna falhas, reflexo da estrutura incompleta constitutiva da própria linguagem.

Já a ideologia e seus efeitos, para esta linha teórica, materializam-se na tentativa de estabilização, naturalização de sentidos, aparentando existir, para os sujeitos fisgados pelas diversas formações ideológicas, apenas uma leitura possível da realidade.

Cabe destacar, para os fins deste trabalho, que uma das instituições que contribuem para a fixação, para a etiquetagem de sentidos históricos é a mídia. Para sustentar seus sentidos, as mídias norteiam-se no discurso jornalístico para a seleção de acontecimentos considerados relevantes para a sociedade (ou mais precisamente para o sujeito-leitor que projeta). É o que será analisado a seguir.

7 de Setembro: um Acontecimento (Im)Brochável

No dia da Independência, pouco menos de dois meses para o primeiro turno das Eleições gerais, em que cidadãos brasileiros escolherão, entre outros cargos eletivos, o Presidente do país, o atual representante do Executivo Federal profere um discurso em comemoração à célebre data. Do alto de um palanque, retratado no vídeo de 57 segundos, Jair Bolsonaro, ao lado da mulher Michelle Bolsonaro, profere as palavras a seguir descritas.

“E eu tenho falado para os homens solteiros... para os solteiros que estão cansados de ser infelizes: - procure uma mulher, uma princesa, se case com ela para serem mais felizes ainda. [*beijo na esposa*]. Obrigado, meu deus pela minha segunda vida... obrigado pela missão”. [*Ouve-se, ao fundo, algumas pessoas bradando “mito, mito, mito”, outras “imbrochável”, “imbrochável”, “imbrochável”*] – grifos e colchetes do autor.

Após o “chamamento” de uma parte do público presente na cerimônia, Bolsonaro opta pela “segunda via” e, em aparente conselho para machos (homens heterossexuais), em franca retomada de uma memória interdiscursiva que remete aos campos de pasto, como um peão que toca o berrante para fazer andar o gado, se autodeclara: “imbrochável, imbrochável, imbrochável, imbrochável, imbrochável”.

Nesse momento, além da autorremissão ao fálico, ao homem (hetero) sexualmente infalível, descontextualizada do acontecimento “comemoração da Independência do Brasil”, fato que pode ser extraído do direcionamento discursivo a pessoas do sexo masculino de formação ideológica cristã, o Presidente instala-se em certa posição de sujeito-cupido de base ultraconservadora, uma espécie de *coach* (conselheiro) amoroso de formação religiosa cristã ocidental, que estimula heterossexuais a “caçarem” (se acasalarem) com pares do sexo oposto, como se as uniões matrimoniais devessem se originar apenas a partir da vontade masculina.

Além das apreensões anteriores, as sequências discursivas destacadas demonstram uma contradição, que se materializada ideologicamente na língua. Tomando a materialidade da fala do sujeito-presidente, não se recupera se o solteiro é feliz, infeliz (não dito recuperável pelo dito) ou se apenas casado (e com uma princesa) é possível alcançar a felicidade. Os efeitos de sentido manifestam uma formação discursiva machista, de objetificação da mulher como “presa” (“procure uma mulher”), da mulher em um padrão imagético “Disney” (“uma princesa”) de ser, de se comportar e de se vestir. Há ainda outra contradição na gradação solteiro – casado, em que o discurso desliza de “solteiros infelizes” para “casados *mais felizes*”

ainda”. Em outros termos, o sujeito solteiro é infeliz e não passará a mera condição de casado, mas ao estado de casado mais feliz ainda (desde que o seja com uma princesa). Existe um reforço, produzido pelo advérbio “mais”, que superlativa uma condição anterior de “solteiros infelizes”. A expectativa de efeito de sentido é que se passe de infeliz para feliz, não de infeliz para mais feliz ainda.

Diante das sequências discursivas examinadas, extrai-se alguns pré-construídos ideologicamente na sociedade ocidental, como a fragilidade das mulheres ou pessoas do sexo feminino quando são caracterizadas como princesas. Do imaginário social machista formam-se matrizes de sentidos em que se apoiam o sujeito-presidente ao enunciar seu discurso.

Nessas condições, há instaurada uma formação discursiva (no interdiscurso, no ideológico) patriarcal que ainda autoriza sentidos como os expostos circularem e serem ecoados na grande mídia por meio do discurso jornalístico. O sujeito-jornalista, ancorado no editorial da mídia, projeta uma imagem de um sujeito-leitor-consumidor-conservador de notícias, perfilado na linha editorial do G1. Se isso não ocorresse, talvez fosse improvável a autorização/ circulação dos sentidos em questão.

O discurso do sujeito-presidente projeta-se para sujeitos-homens-heterossexuais, já que sua fala é direcionada a “homens solteiros” que, segundo o chefe do Executivo Federal, “estão cansados de ser infelizes”. Para Bolsonaro, a “receita” para ser “ainda mais feliz” (em sentido contrário a “infeliz”, como apreendido anteriormente) é procurar uma mulher (“uma princesa”), casar-se com esse sujeito mulher-princesa para os solteiros, que passarão a casados serem “mais felizes ainda”.

O presidente aconselha sujeitos-homens-heterossexuais a procurarem uma mulher, aparentando ser a única via para a felicidade e que só se pode ser feliz casado. Não haveria na sociedade sujeitos solteiros e solteiras felizes? Ou sujeitos felizes em disjunção com o matrimônio? Da enunciação do sujeito-presidente, emana um imaginário ultraconservador, apoiado em formações discursivas cristãs, machistas e misóginas, que sustentam o discurso do político.

Ultrapassando esse quadro de um único padrão possível de convivência social, procurar uma mulher remete a certo tom de “caça” pela via “homens devem procurar uma mulher”, como se apenas homens buscassem mulheres e como se o oposto, por exemplo, fosse impossível ou inaceitável. Além disso, tantas outras possibilidades de relação entre sujeitos são apagadas; outras expressões de sexualidade e orientação de gênero, também presentes em nossa sociedade, são silenciados. Dizendo de outro modo, o discurso do sujeito-presidente parece impor seu modelo familiar como único padrão possível e que deve ser seguido para o país prosperar.

Considerações finais

O discurso do sujeito-presidente, em comemoração ao Bicentenário de Independência do Brasil, interpretado por órgãos da própria imprensa hegemônica e por diversos líderes de outros poderes como “de campanha”, é desviante/ delirante. Ao longo da análise, pôde-se verificar que a própria data comemorativa é silenciada para dar espaço à tema que destoa com a proposta histórica do evento, fazendo romper sentidos outros.

No lugar de enaltecer ou, ao menos, arengar sobre a data comemorativa e sua suposta relevância histórica, o sujeito-presidente se apropria do espaço público-midiático para aderir a discursos patriarcais, machistas e misóginos; excludentes.

Referências

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2008.

Bolsonaro puxa coro de 'imbrochável' em discurso em Brasília. G1, [s. l.], 7 set. 2022, Conexão Globo News. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/conexao-globonews/video/bolsonaro-puxa-coro-de-imbrochavel-em-discurso-em-brasilia-10916736.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2022.

DELA-SILVA, S. *(Des)Construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia*. In: FLORES, G.B.; NECKEL, N.R.M.; GALLO, S.M.L. (Orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2015. p. 231-232.

DELA-SILVA, S. C. *Do acontecimento jornalístico ao discursivo: o discurso sobre a televisão no Brasil*. In: Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo; Renata Fonseca Lima da Fonte. (Org.). *Análise do Discurso: mo(vi)mento de interpretações*. 1ed. Curitiba-PR: CRV, 2011, v. 1, p. 147-166.

MARIANI, B. *Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30*. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p. 102-121.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, Michel. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, E.P. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 7.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PETRI, Verli. *O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso*. In: DIAS, Cristiane; PETRI, Verli (Orgs.). *Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2013.

NATUREZA E RELIGIÃO NA CONSTRUÇÃO DAS METÁFORAS EM *UM DEFEITO DE COR*

Renata Oliveira CARVALHO (LLP/UERJ)

Introdução

Partindo da perspectiva da Semântica Cognitiva de Lakoff, a qual compreende a linguagem em seu uso e contexto, e o significado como um produto advindo das experiências e das relações com o meio, este trabalho tem a premissa de analisar parte do primeiro capítulo do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. Trata-se de uma análise semântico-estilística que privilegia as metáforas e os eufemismos que permeiam a narrativa das páginas iniciais da obra.

O romance histórico, narrado em primeira pessoa, traz a saga de Kehinde, que conta sua história desde seus seis anos de idade, quando se viu forçada a mudar de casa, indo morar junto com sua irmã e a avó em uma cidade costeira da África, onde foi capturada por traficantes e enviada ao Brasil em um navio negreiro. De uma vida marcada por violências e reveses, retiramos uma pequena parte, apenas o início do destino de Kehinde, ainda antes de sua captura e escravização. Trata-se de um episódio trágico que marcou a vida e definiu o destino da nossa protagonista.

O olhar de Kehinde e toda sua narrativa são atravessados por sua crença religiosa e a natureza que a envolve, fatores que permeiam sua percepção de vida e, muitas vezes, determinam suas ações. Não à toa, a religião e a natureza são aspectos a serem analisados aqui, pois se mostram como elementos preponderantes na figurativização de partes importantes da narrativa.

1. A Semântica Cognitiva: as Metáforas de Kehinde

O estudo da significação no âmbito da linguística cognitiva elucidou a relação de interdependência entre o pensamento e a expressão. É impossível pensar sem palavras, de modo que a forma linguística é condição para que o pensamento se realize. Do mesmo modo, sem as impressões vividas no mundo físico e sem a experiência sensível não há possibilidade de construir-se uma expressão. A percepção, os sentimentos, a imaginação, os hábitos e comportamentos afetam e são afetados pelos hábitos linguísticos. As palavras então, não apenas são veículos das ideias ou pensamento, elas são o reflexo da própria atitude mental (GARCIA, 2010).

O Experiencialismo – adotado por Lakoff (1982) – amplia a percepção dos significados. Essa abordagem da Semântica trata os fenômenos lexicais sob a ótica da Linguística Cognitiva, encarando as figuras de linguagem como figuras de pensamento, sendo a metáfora e o eufemismo mecanismos conceituais. Segundo Lakoff (1982, p. 146), uma teoria da linguagem deve se alinhar a uma teoria geral da cognição, considerando não só o desenvolvimento humano, mas também a interação social. O autor propõe uma visão empírica, com base na experiência, como metodologia de análise e compreensão da linguagem.

Assim, trazendo para o contexto de nosso trabalho, cada elemento narrado por Kehinde é atravessado pelas condições e circunstâncias que a levaram até seu lugar. Tentaremos, então, compreender o significado não de partes, mas do todo, levando em consideração a maneira de ver o mundo, induzidos pelo que a narradora expõe de seu mundo

ao apresentar-se (representar-se) nas primeiras páginas do livro. O episódio que inaugura a obra, a personagem prenuncia seu ponto de vista da tragédia ocorrida no título que se segue – “O destino” –, e é por isso que ela faz questão de nos dar conhecimento sobre suas crenças, para que nos situemos em sua realidade e possamos fazer a interpretação dos detalhes em um panorama.

A experiência do indivíduo e sua troca com o mundo exterior condicionam a estrutura linguística, que depende da conceptualização. Para esclarecer os pressupostos teóricos que motivaram nossa análise, Dos Santos (2015) sintetiza:

[...] a Linguística Cognitiva busca não só descrever os fenômenos linguísticos que se manifestam na linguagem humana, como também tenta explicar o que subjaz à sua manifestação, levando em conta fatores subjetivos, emocionais, mas sobretudo, sociais e culturais que interferem na formulação do pensamento e na elaboração da linguagem. Além disso, busca analisar, dentre outras coisas, de que maneira se estabelece a interdependência linguagem/mente e como o subjetivismo do homem e o seu conhecimento enciclopédico interferem na formulação de conceitos (DOS SANTOS, 2015, p. 21).

Portanto, uma análise semântica conceptual baseia-se na experiência e associa-se ao seu uso, não separando a linguagem de sua função comunicativa, daí a importância do contexto e da posição do emissor, mas também do receptor da mensagem, que deve estar a par das circunstâncias para compreender o todo. No contexto de *Um defeito de cor*, compreendemos as crenças religiosas de Kehinde, sua origem local e sua família como fatores preponderantes para a construção da linguagem da personagem. São esses fatores que fazem a religião despontar como ponte metafórica num uso eufêmico, pois este caráter da formação da narradora atravessa seu olhar e determina sua percepção de mundo e, por conseguinte, sua linguagem. Do mesmo modo, os elementos da terra são marcas que aparecem constantemente na narrativa. Todos esses elementos atravessam Kehinde e transparecem em sua linguagem. Contudo, isso só pode ser percebido pelo leitor porque ela compartilha com ele todo seu *background*, pois, para haver uma comunicação eficaz e para que a leitura seja realizada em sua completude, ambas as pontas do processo comunicativo devem estar integradas e a par do referente.

Lakoff e Johnson (2002) elaboraram a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), na qual se compreende a metáfora como parte do processo cognitivo, sendo ela um recurso a ser utilizado para formular a percepção de coisas e fatos, através do intercâmbio de diferentes domínios da experiência. A figura deixa de ser apenas uma ocorrência da linguagem, para ser também uma maneira de entender a realidade. Para além de um recurso linguístico, a metáfora é uma peça essencial na engrenagem da cognição. Segundo os autores, “nosso sistema conceitual, a partir do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico pela sua própria natureza (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 3).

É nesse sentido que a experiência atua na construção das metáforas e, por conseguinte, da linguagem de um sujeito. Ao mesmo tempo, a realidade não seria construída apenas cognitivamente, mas sociocognitivamente. Nas palavras de Vereza (2010), a metáfora é

[...] um processo por meio do qual experiências são elaboradas cognitivamente, a partir de outras já existentes no nível conceptual. Haveria, dessa forma, uma ‘superposição’ de uma experiência já incorporada e linguisticamente determinada a uma outra experiência a ser mapeada pelo pensamento e pela linguagem.

[...] A metáfora conceitual, assim, não seria ‘propriedade’ de um indivíduo. Ela faria parte de um ‘inconsciente cognitivo coletivo’, mantendo uma relação de determinação mútua com a cultura e com a língua (VEREZA, 2010, p. 205).

A bagagem cultural, os atravessamentos e as experiências são, então, fundamentais para a compreensão do pensamento metafórico. Parafraseando Vereza (2010, p. 206) e trazendo a noção da cognição para o nosso *corpus*, interessa-nos observar, através da linguagem e do discurso, a maneira como Kehinde enxerga suas experiências abstratas pela perspectiva do concreto. As marcas linguísticas nos ajudam a identificar as conceptualizações metafóricas em sua relação com a cultura na qual a personagem está imersa, ou seja, as expressões metafóricas encontradas na narrativa se apoiam em metáforas conceptuais compartilhadas culturalmente.

2. A Estilística e a Expressividade

Ao tecer sua *Contribuição à estilística portuguesa*, Câmara Júnior (1978) também aborda a cognição e o dialogismo homem/mundo intrínseco à linguagem, propondo um estudo linguístico global, ao encarar a estilística como um sistema de expressividade coexistente com o sistema intelectual, complementando a gramática. O autor reconhece o valor semiótico como um verdadeiro elemento linguístico e pondera a complexidade dos atos psíquicos; ele levanta o problema persistente da delimitação do assunto ao quebrar as dicotomias subjetivismo/objetivismo e produto (criação)/atividade (criativa). Câmara Júnior (1978, p. 5-8) pontua o caminho da produção intelectual do indivíduo ante a língua, traçando aí um paralelo com o estilo individual e a linguagem própria, que carrega experiências peculiares de cada sujeito, mas, ao mesmo tempo, parte de um padrão coletivo, objetivo, estabelecendo uma relação dialógica entre subjetivismo e objetivismo. Ele reforça que a individualidade está circunscrita em suas circunstâncias locais e sócio-históricas, chegando à conclusão de que se deve caracterizar o estilo, não partindo da oposição entre o individual e o coletivo, mas pelo contraste entre o emocional e o intelectual. Ora, se a emoção é fator necessário para expressão estilística, cujos processos nada mais são do que apelo e exteriorização psíquica por meio da língua, a comoção do leitor também é fator significativo, resultante do alcance expressivo do estilo de um autor, de uma obra ou de uma narrativa.

Partindo dessa premissa, Bechara (2015, p. 637) comenta breve e didaticamente o conceito de estilística, identificando fins estilísticos no uso de uma determinada palavra justamente porque, dentro do contexto, essa palavra pode adquirir um valor “estético”, afetando o leitor com o sentimento vivido em uma narrativa. Segundo Bechara (*Ibidem*), “a emoção do escritor e o seu apelo à nossa simpatia” se comunicam através do emprego de determinado termo, que admite, pois, função estilística.

Quanto às figuras de linguagem, o autor assevera que, enquanto traço estilístico, elas devem superar a posição de ornamento, surgindo a reboque das circunstâncias, pois são essas que favorecem o aparecimento das figuras. Estas, quando atingem seu potencial estético, podem comunicar mais do que se fossem um mero jogo de palavras, transmitindo emoções a quem delas desfruta. A racionalidade gramatical de uma estrutura puramente denotativa não teria competência para realizar tal feito.

Assim compreendemos o texto de Kehinde, no qual as metáforas são dadas – e absorvidas – somente por causa das circunstâncias em que se apresentam. Do contrário, observações sobre as aves, rios e pássaros não fariam mais sentido do que sua pontualidade

literal, em risco de ficarem soltas e sem pertinência, sendo dispensáveis. Contudo, são esses elementos – colocados, de certa forma, sistematicamente – que fazem o leitor sentir uma emoção a mais e captar todo o significado embutido neles, compreendendo a grandeza daquelas pontuações.

Esta é a importância da cognição também no estilo, de modo que a seleção das memórias e, por conseguinte, das palavras, coisas e fatos a serem relatados, é realizada sob o comando de um sistema, de um pensamento construído a partir da soma das experiências e afetos da narradora. Os detalhes que surgem na memória de Kehinde, e que ela julga relevante mencionar, não estão ali ao acaso, eles fazem parte de um esquema complexo e agregam valor à narrativa porque cumprem também função estilística, pois a carga semântica deles é maior do que a explícita no significado ordinário. Ou seja, um arranjo de palavras pode não ser necessariamente uma figura de linguagem – de pensamento, ou de discurso –, mas pode vir a adquirir esse status devido ao contexto e às circunstâncias.

A amplitude da nossa compreensão quanto à análise semântico-estilística abraça as teorias de diversos autores. Martins (2012) compreende as teorias da estilística em dois grupos, sendo que o primeiro privilegia a expressão ou a linguística e o segundo, o indivíduo. Acolhemos as contribuições diversas e tentaremos seguir uma linha descritiva, relacionando a arte literária com os elementos linguísticos, enfatizando o nível léxico e o sintático.

3. Análise Semântico-Estilística de *Um Defeito de Cor* – Religião e Natureza em Composição Polissêmica

A fim de aproximar o leitor de seu lugar, a narradora começa a história contando o que julga ser o essencial de si mesma. Um dos propósitos dessa introdução é informar e compartilhar com o leitor o repertório cultural necessário para fazer a leitura e a interpretação das figuras. No primeiro fragmento do Capítulo um, intitulado “Kehinde”, a protagonista se apresenta a partir de sua família, de seu local de nascimento e de suas crenças religiosas.

Já no episódio “O destino”, Kehinde narra aquilo que usurpou sua vida, um evento de extrema violência que a fez seguir os rumos que lhe foram dados. A partir de então, a violência passa a pontuar sua vida. Assim a narração se inicia:

Sentada sob o iroco, a minha avó fazia um tapete enquanto eu e a Taiwo brincávamos ao lado dela. Ouvimos o barulho das galinhas e logo depois o pio triste de um pássaro escondido entre a folhagem da Grande Árvore, e a minha avó disse que aquilo não era bom sinal. Vimos então cinco homens contornando a **Grande Sombra** e a minha avó disse que eram guerreiros do rei Adandozan, por causa das marcas que tinha nos rostos. (GONÇALVES, 2019 p. 21).

No sintagma em negrito, *Sombra*, além de significar ordinariamente a sombra que o iroco faz, também assume valor figurativo de metáfora de *proteção*, pois, acompanhada da palavra *Grande*, associa-se à sacralidade do iroco, a grande e sagrada árvore. No contexto, nota-se intencionalidade na escolha lexical para compor o sintagma *Grande Sombra*, devidamente escrito em letras maiúsculas. Dado o arranjo, pode-se compreender o termo com esse valor semântico por causa de uma metáfora conceptual já conhecida em domínio semântico religioso, geralmente empregada na construção *à sombra de*, como ocorre na Bíblia, no Salmo 91 – “*Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará*”.

A sombra do iroco talvez tenha sido o que salvou as irmãs e a avó da morte, contudo, não as preservou da violência sofrida. Chegaram, pois, a mãe e o irmão de Kehinde, que não estavam abrigados pela sombra do iroco, e não sobreviveram. Kokumo foi brutalmente assassinado ao tentar, inutilmente, defender a mãe de um estupro, e esta, após ser violentada, foi igualmente assassinada. A morte do irmão é o primeiro encontro de Kehinde com o destino:

Um dos guerreiros, que até então tinha ficado apenas olhando e sorrindo, chegou bem perto do Kokumo e enfiou a lança na barriga dele. Eu me lembro do sangue que saiu da boca do meu irmão e espirrou na roupa do guerreiro, e continuou a escorrer mesmo depois que o jogaram no chão, com a cara virada para baixo. **O sangue imediatamente formou um riozinho, daqueles turvos e de água espessa, como os que recebem muita água de chuva na cabeceira.**

[...]

Eu lembro que o **riozinho de sangue** que escorreu da boca do Kokumo quase alcançou o tronco do iroco, e as **formigas tiveram que se desviar dele**. Elas andavam com as costas carregadas de folhas, e quando chegavam à margem do riozinho, se desviavam e seguiam ao longo dele, com pressa para alcançar o final, cruzar na frente e seguir adiante (*Ibidem*, p. 22-23)

Surge então, pela primeira vez no romance, a metáfora mais recorrente de toda a obra, a concretização da violência que irá acompanhar a protagonista por toda a sua existência. Finalmente a vida deixa de correr paralela ao destino. O sintagma *riozinho de sangue*, é sua metáfora para o destino. O destino não seria apenas a morte, mas morte violenta, representada pelo sangue, e não necessariamente a morte de Kehinde, mas as muitas mortes de pessoas próximas a ela. O que até então corria paralelamente à sua vida, agora cruza seu caminho, como um obstáculo a ser desviado. O destino cruza a vida de Kehinde como o rio de sangue cruza o caminho das formigas, que precisam contorná-lo, ultrapassar o obstáculo. O sangue e a morte, a partir deste dia passam a fazer parte do destino de Kehinde, e, assim como as formigas, a protagonista segue adiante, sempre contornando, sobrevivendo à violência e desviando da morte. Com esse sintagma, a narradora uniu a metáfora conceptual de *rio* como *obstáculo* à de *sangue* como *violência*, *morte*, para resumir e compor uma metáfora própria de sua história. Nesse acontecimento tão marcante para ela, as formigas também são protagonistas, surgindo muitas outras vezes ao longo da narração do episódio. *Formigas* é o termo que metaforiza a própria Kehinde, que carrega seu fardo, está sempre trabalhando, mas nunca abandona seu objetivo e segue seu caminho com determinação. Nota-se que, embora *riozinho* esteja no diminutivo, a narradora faz uma comparação com um rio de verdade, que recebe “muita água de chuva na cabeceira”. Esse dado adiciona carga semântica de intensidade, que vem com o pronome indefinido *muita*. E *cabeceira* entra como metáfora para o início de tudo, pois a violência não é e não será pouca. Conquanto o riozinho seja pequeno, seu simbolismo é grande, e é ali que tudo começa.

Para narrar o momento da morte da mãe e do irmão, a religião de Kehinde lhe dá o suporte para a abordagem discursiva em uma metáfora eufêmica. A heroína revela um momento de vidência e mediunidade ao ver o espírito do irmão enquanto a mãe ainda estava sendo violentada, minutos antes de ser morta:

Foi então que vi o Kokumo se levantar e começar a cantar e a correr em volta da minha mãe, fazendo festa como se não visse o guerreiro entrando e saindo de dentro dela, com força

e cada vez mais rápido. O guerreiro gemia e **o Kokumo cantava, e seu canto atraiu outras crianças, outros *abikus***, que apareceram de repente e logo também estavam cantando e formando uma roda junto com ele. Uns surgiram correndo do lado do rio, outros pulando das árvores, outros brotando do chão, e **estavam todos alegres ao abraçar o Kokumo, que, junto com eles, começou a rir, a cantar e a brincar de roda, convidando minha mãe para se divertir também. A minha mãe começou a sorrir e a girar o pescoço de um lado para o outro, acompanhando a brincadeira das crianças.** [...] Ela não parou de sorrir um minuto sequer, e **tão logo surgiu um riozinho de sangue escorrendo na direção do riozinho do Kokumo, a minha mãe correu para perto dele e o abraçou.** [...] **Até que viram a minha avó e correram para conversar com ela.** [...] **A minha avó olhava para o chão e rezava, ignorando a quizomba, como também fez com todos os convites para brincar.** Finalmente, as crianças se cansaram e foram embora, sumindo tão de repente como tinham aparecido, levando o Kokumo e a minha mãe sem que eles ao menos tivessem se despedido de mim, da Taiwo e da minha avó (*Ibidem*, p. 24-25).

A crença religiosa é tão parte da subjetividade e da cultura de Kehinde como serve à função poética da narrativa. A transcendência foi uma experiência da personagem que merece lugar em suas memórias, mas não surge apenas como mais um momento no relato, ela entra oportunamente para fundamentar a composição de um texto menos duro para o leitor. O relato é incômodo pela própria natureza dos fatos, pois trata-se de um ato de agressão e violência extrema. Contudo, a narradora atenua o cenário e quebra a expectativa do leitor estabelecendo uma antítese, com a alegria dos *abikus*. Os verbos *cantar*, *correr*, *pular*, *abraçar*, *rir*, *brincar* e *divertir-se*, e os nomes *festa*, *roda* e *alegres* não são fazem parte do domínio semântico da morte, são, pois, colocados com a finalidade de causar outras sensações no leitor, que se desloca temporariamente do drama, atendendo ao apelo da narradora, uma vez que ela propõe uma breve fuga à violência. Contudo, embora pudesse soar incoerente, o sentido se mantém pelo efeito figurativo.

Kehinde já havia narrado a dureza da investida dos guerreiros, do estrupo de sua mãe e do assassinato de seu irmão. Mas para introduzir a morte da mãe na história, ela se vale de uma metáfora eufêmica. Para fazer isso, prepara o leitor com uma introdução, a manifestação espiritual do Kokumo, retomando a exposição sobre os *abikus* – que ela havia feito quando se apresenta no primeiro fragmento do romance –, conceito essencial para que o leitor pudesse apreender a metáfora que viria posteriormente. Ela anuncia a morte da mãe quando relata que Kokumo e os outros *abikus* convidaram-na para se divertir também. O convite para a diversão é uma metáfora eufêmica do chamado para a morte, ao qual a mãe, sendo violentada, aceitou ao sorrir. A segunda morte então se realiza com o segundo riozinho de sangue e, em seguida, quando a mãe corre para perto do filho e o abraça. Quanto à avó, entendemos que resistiu à morte ao ignorar os convites que também recebeu para brincar, e sabemos que ela sobrevive ao evento, quando os *abikus* partem sem levá-la.

Primeiro, foi o rio do irmão, e com a morte da mãe, surge outro riozinho de sangue:

O riozinho da minha mãe primeiro correu lado a lado com o do Kokumo, depois se juntou a ele e o espichou um pouco mais. As formigas foram obrigadas a dar uma volta ainda maior, subindo pelo tronco do iroco. Quando não consegui mais acompanhar o trajeto delas foi que percebi que já era noite e eu ainda tinha a mão presa à da Taiwo (*Ibidem*, p.25).

Assim como as formigas, Kehinde terá de fazer um esforço a mais para contornar e superar a tragédia que destruiu sua família. O destino não é apenas eufemismo para morte, seu significado é tão maior quanto é o da metáfora do riozinho de sangue. Mas aquelas mortes definiram o destino de Kehinde, cuja vida mudou e tomou outro rumo a partir daquele dia.

Para metaforizar o luto que pairava sobre o lugar, a narradora também recorre à natureza:

Todo o resto permaneceu quieto, calado. **E até mesmo o bando de pássaros que costumava passar por cima da casa àquela hora, barulhento e fugindo da noite, devia ter se desviado do caminho**, como as formigas fizeram com o riozinho de sangue (*Ibidem*, p. 24).

A ausência de som não soaria com tanto pesar apenas com a informação de que tudo estava quieto e calado. Ao inserir elementos concretos e definidos (*o bando de pássaros*) após a noção genérica e indefinida expressa nos nomes *todo* e *resto*, a narradora materializa e dá figura ao luto, acentuando a grandeza da quietude, pois, cognitivamente, é mais fácil fazer a acepção de uma ideia a partir de elementos concretos. A observação sobre o desvio do bando de pássaros significa não somente a conexão da heroína com a natureza – e o respeito desta para com a dor da família –, mas surge como recurso poético e metafórico para dar ênfase ao silêncio característico do luto.

Findas as mortes, o fragmento “O destino” vai chegando ao fim, então surge o termo *destino* para elucidar o título do episódio, quando Kehinde conta como sua avó conduz a mudança de cidades.

E era por isso que estava nos tirando de lá, pois tinha acontecido algo do qual nunca mais conseguiríamos esquecer. Até aquela hora, **desde a hora do destino**, nenhuma de nós três tinha falado nada, **e foi assim, em silêncio, que pegamos a estrada** sem que eu e a Taiwo soubéssemos para onde. Talvez a minha avó já soubesse, ou talvez tenha decidido quando estávamos a caminho (*Ibidem*, p.26).

Nas linhas finais da narração desse episódio, a personagem emprega *destino* como um fato que pontuou sua vida, como se a partir daquele momento, sua vida estaria se traçando. Cumpre observar que na “hora do destino” iniciou-se um silêncio de luto e daí avó e netas se movimentam para pegar *a estrada*. A metáfora conceptual da “estrada da vida”, somada à observação no início do romance, ajuda-nos a entender que, para Kehinde, sua vida estava começando agora, após seu encontro com *o destino*. A narradora arrematará esta metáfora no episódio seguinte. Ela inicia um novo fragmento intitulado “A viagem”, no qual narra seus passos de Savalu até Uidá, cidade onde viria a ser capturada e escravizada. Neste momento, o texto mescla narração e descrição, pois ela descreve bem as novidades que encontrou pelo caminho. Após caminharem por longos dias, as três precisam embarcar numa canoa para atravessar um rio. Kehinde expõe seu entendimento e significações para *rio* e *estrada*.

Aconteceu que, ao sair da canoa, **molhei os pés no rio** e logo em seguida **pisei a terra vermelha da estrada**, e **o barro que se formou** tinha a mesma cor dos riozinhos de sangue. Não foi um bom sinal, mas eu não estava preparada para a levar a sério recados como aquele (*Ibidem*, p.28).

Ao resgatar a lembrança do riozinho de sangue e confessar sua desatenção ao que a natureza lhe comunicava, a heroína nos entrega sua metáfora. Ela teve que atravessar um rio, no qual molhou seus pés. Entendemos que *rio* é a metáfora de *obstáculo*, o qual ela atravessa, mas o leva consigo, carregando-o em seus pés molhados. No excerto acima, a metáfora conceptual de *pés* como *condução*, aquilo que leva uma pessoa a algum lugar, permite-nos uma ideia de como – e baseada em quê – a vida, ou a *estrada* de Kehinde será conduzida. Somado a isso, a estrada é feita de *terra vermelha*, a cor do sangue, como ela mesma vê. Coordenando as orações “molhei os pés no rio” e “pisei a terra vermelha”, ela metaforiza sua vida mais uma vez, unindo as significações dos elementos *rio* e *terra vermelha*. E o barro que se forma, ela mesma associa ao *riozinho de sangue*. E assim temos o *destino*, ou o *riozinho de sangue*, na memória do marco inicial de sua *estrada*, a violência marcando a vida, o pensamento e o discurso da protagonista.

Considerações Finais

A apreciação realizada ressalta o caráter espontâneo da figuratividade, visto que as metáforas se estabeleceram pela própria força do discurso, espaço de realização do pensamento através da língua.

As metáforas que identificamos neste estudo são produto de espriamento de sentido, elas não são mero ornamento estético. A metaforização advém do potencial polissêmico do discurso, cuja intenção primeira é narrar os fatos apresentados, mas, ao passo que o leitor tem conhecimento de todo o contexto e circunstâncias, outras informações brotam irrefletidas em segundo plano, conforme a rede de pensamento se estabelece. Isso ocorre devido à capacidade humana de associar ideias, de modo que não há como fazer separação absoluta entre os pensamentos. A semântica cognitiva esclarece que a significação das palavras se relaciona diretamente com o mundo das ideias e dos sentimentos, assim, há um impulso interior que deflagra as metáforas. Na narrativa de Kehinde, fundem-se o universo subjetivo e objetivo, a espiritualidade e a concretude, sem que haja necessidade de elementos explícitos servindo de ponte para que o leitor possa fazer a passagem de um plano para o outro. A identificação é diretamente possibilitada pelo contexto e pelos elementos-chave compartilhados. Embora Kehinde crie metáforas muito pessoais, que só fazem sentido em sua própria história, a acepção delas se fundamenta nas metáforas conceptuais, às quais recorreremos para demonstrar nossa interpretação.

Referências

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1978.
- DOS SANTOS, Elisângela Santana. O estudo do significado sob a perspectiva da linguística/semântica cognitiva. *Pontos de Interrogação—Revista de Crítica Cultural*, v. 5, n. 1, p. 11-28, 2015.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LAKOFF, George. Experiential factors in linguistics. In: SIMON, T. & SCHOLLES, R. (Eds). *Language, mind and brain*. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1982, p. 145-57.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. Maria Sophia Zanotto, Campinas, S.P.: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002. (Coleção As Faces da Linguística Aplicada).

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística: A Expressividade na Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

VEREZA, Solange C. O locus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 41, p. 199-212, 2010.

O EMPREGO DO TERMO VOCABULAR NA ESTRUTURAÇÃO COMPOSICIONAL DO TEXTO MONOTEMÁTICO EM CORDEL

Tânia Regina dos Santos FERNANDES (UERJ)

Introdução

Um contexto sociocultural no qual as interações discursivas ocorrem devido à utilização de linguagens facilita o desenvolvimento de estudos sobre as formas pelas quais essas linguagens são expressadas. Sob o recorte da linguagem verbal, a modalidade escrita tem sido um parâmetro para muitas reflexões na área de linguagem.

Neste estudo, contudo, ao propor articular aos aspectos de estruturação formal o conteúdo temático, dando ênfase às características linguísticas constituidoras da textualização e a fim de relacioná-las à composição do gênero textual, pretende-se ilustrar como a escolha das palavras do vocabulário de uma língua constitui unidade temática discursivamente. Isso porque, para além das observações feitas a partir dos itens linguísticos que constituem a composição textual, a finalidade é sugerir uma alternativa para reflexões sobre o aperfeiçoamento da prática leitora de estudantes em contexto de mediação e aprendizado escolar quando são tratados assuntos sobre a categorização e a função das palavras.

No desenvolvimento deste estudo foram considerados resultados de avaliações feitas sobre os níveis de proficiência leitora de estudantes do Ensino Básico, pois em algumas circunstâncias, essas avaliações parametrizam alguns problemas de aprendizagem. Isso se deve ao fato de que, no que se refere à leitura, em um mundo moderno, é importante ressaltar a função da escola para a formação leitora de estudantes ainda no Ensino Básico. A instituição escolar faz parte de um contexto social mais amplo no qual estão inseridas diversas instâncias da sociedade que, pela linguagem, são regidas e utilizam a modalidade escrita. Acrescenta-se a isso as muitas finalidades resultantes das interações sociais nos múltiplos ramos das atividades humanas, e que, igualmente, fazem uso da escrita, para se ter uma noção sobre a importância da linguagem verbal nas interações sociais e discursivas.

Com base nessas constatações, a análise textual partiu de uma composição publicada em folheto. O estilo de elaboração do cordel biográfico fez com que este estudo fosse embasado em pressupostos teóricos que tratam das funções da linguagem. Desse modo, foi possível dimensionar, por intermédio de aspectos linguísticos, as propriedades composicionais da textualização considerando também estudos feitos no ramo da estilística. Assim foi possível perceber, na elaboração da composição biográfica apresentada em versos, algumas características relacionadas à noção sobre intergenericidade.

1. Complementação à Proposta de Ensino

A prática de leitura mediada pela escola é um assunto que ainda coloca em evidência uma observação feita por Geraldini (1999), ao assinalar que a prática de leitura e o estudo do texto não eram atividades priorizadas nas aulas de Língua Portuguesa. Por isso, o objetivo foi desenvolver estratégias que conduzissem ao aprendizado de conteúdos da disciplina escolar de Língua Portuguesa a partir da leitura, e ao mesmo tempo complementar a formação de estudantes do Ensino Básico, principalmente no que diz respeito ao aprimoramento da atuação em sociedade e ao pleno exercício da cidadania, e assim saberem selecionar os melhores meios para as suas interações discursivas.

Exercer plenamente a cidadania também depende de uma boa formação. Além disso, no mundo contemporâneo é preciso levar em conta as desigualdades sociais e raciais, o que faz com que a escola tenha uma função ainda mais importante na democratização de um ensino de qualidade. Em função disso, o texto escolhido para análise apresenta uma personalidade título do poema cuja temática trata do relato biográfico de uma mulher negra. Essa narrativa, além de proporcionar características para o estudo das funções da linguagem e de alguns artifícios de textualização de composições em versos, pode servir para promover o ensino com base na Lei 10.639/2003.

Em vista disso, é importante que a instituição escolar passe a contribuir para a formação de um repertório mais assertivo sobre a história e a cultura afro-brasileira, pois relacionando assuntos sobre conteúdos específicos da descrição do sistema linguístico (fatos linguísticos) aos aspectos textuais, além de aperfeiçoar a competência leitora, pode ser uma maneira de demonstrar, nesse caso, as características do gênero biográfico em cordel na composição, conforme texto intitulado *Acotirene*, e reproduzido na íntegra, a partir do poema biográfico publicado em folheto de cordel, de autoria de Jarid Arraes.

Acotirene

Do quilombo de Palmares Todo mundo ouviu falar De Zumbi ou de Dandara Até pode se pensar Mas ainda existe muito Que é preciso desvendar.	Contam que Acotirene Um papel forte fazia Era a mãe de todo o povo Que em Palmares já vivia Uma sábia conselheira Que a todos acolhia.	O mocambo com seu nome Pelo norte era encontrado Vinte e uma léguas longe De um famoso povoado Que estava conhecido Como sendo Porto Calvo.	Assim como Acotirene Muitas outras existiram Em Palmares e além Muitas bravas resistiram Cada uma em seu papel Na batalha persistiram.
No resgate dessa história Há real e fantasia E a riqueza dos relatos É que trazem alegria Pois nos falam da grandeza Que Palmares possuía.	Ganga-Zumba virou líder E ela assim continuou Era ainda consultada Seu valor sempre mostrou Fosse caso de família Ou de guerra que estourou.	Outros próximos mocambos Eu também posso citar Era Amaro e Damba-banga Isso só pra começar Tem Zumbi e de Tabocas Para os nomes completar.	Imagino que importante Era ter pra onde ir E na hora da agonia Depois de tanto fugir Encontrar Acotirene E enfim poder sorrir.
Um exemplo disso tudo Vou aqui compartilhar Com um nome memorável Lindo de pronunciar Sou feliz em conhecer Também por poder contar.	Um mocambo de Palmares Com seu nome batizado Ficava no litoral Onde estava situado E na Serra da Barriga Teve o nome memorado.	Pela ordem dos fatores Pela localização O mocambo Acotirene Dedicado à plantação Tinha imensa importância Para essa população.	Ou ainda nas batalhas Estratégias procurando Mas pode chamar a Mãe Com sua mente aconselhando E o caminho de vencer Com auxílio se encontrando.
Era então Acotirene A mulher inspiradora Matriarca de Palmares Era tão norteadora Como forte conselheira E como auxiliadora.	Outra coisa que se fala Já exige alguma fé Mas está ao seu critério Para crer no que quiser É aquilo que se conta Sobre essa grande mulher.	Acho lindo resgatar Essa parte da história Que apesar de escondida Fortalece essa memória Das mulheres heroínas Que viveram em vitória.	Há tão pouco sobre ela Mas é doce sua lembrança A beleza de Palmares E a força da esperança Que também Acotirene Nos deixou como uma herança.
Foi antes de Ganga-Zumba Que Palmares se chegou No quilombo já estava Dentro dele se instalou Como forte liderança Ela se consolidou	Dizem que Acotirene Mesmo depois de morrer Para o povo aparecia Pois queriam recorrer À sua sabedoria E ela vinha socorrer.	Pois vitória também é Apoiar e aconselhar É vitória oferecer Uma mão para apoiar Pra dar força ao seu povo Que precisa de lutar.	

Fonte: ARRAES, Jarid (Obs.: não há indicação do ano da publicação no folheto)

Tendo em vista o poema acima, a leitura de suas estrofes constitui uma unidade semântica de sentido que pode ser explicada pelos níveis do sistema linguístico. Isso leva à aplicabilidade social do ensino na área de linguagem verbal, pois relaciona-se com algumas “funções que envolvem, além do acesso ao conhecimento já produzido, a produção de novos conhecimentos, a continuidade e o avanço das descobertas científicas e do patrimônio artístico-cultural da sociedade” (ANTUNES, 2009, p. 186). O estudo busca demonstrar como assuntos relacionados à descrição do sistema linguístico podem ser abordados a partir de

textos que colaborem para a aprendizagem, possibilitando o ensino mais proficiente no processo escolar.

Considerando, entretanto, os desníveis de aprendizado em uma sala de aula, a transição para assimilação do conhecimento científico já produzido requer condições didáticas que proporcionem a aprendizagem, o que algumas vezes pode não ocorrer de modo eficaz. Diante dessa circunstância, há algumas teorias que tratam desse assunto e podem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, como aquilo que Vigotsky (2007) denomina zona de desenvolvimento proximal. Ao tratar do processo de aprendizagem, o teórico delimita, por exemplo, os possíveis estágios que a criança pode vir a apresentar e que, consequentemente, deve ser levado em consideração durante as etapas do ensino.

A partir disso, é possível refletir acerca dos mecanismos de estruturação linguística que estão implicados no exercício da leitura, visando a construção de estratégias que conduzam ao conhecimento sobre as características composicionais passíveis de serem percebidas durante a leitura de um texto. Sob esse ponto de vista, as especificidades de um determinado texto podem influenciar na compreensão obtida do texto. Uma vez que a conscientização sobre o mecanismo das especificidades textuais relaciona-se com o desenvolvimento da competência leitora, pode haver também o aprimoramento dessa habilidade, capacitando a percepção da temática e ainda a intenção discursiva veiculada no texto. Logo, uma formação leitora proficiente pode ajudar a perceber quais são as funções da linguagem predominantes em um determinado texto.

Quanto ao desenvolvimento cognitivo, é possível, ainda, articular a teoria de Vigotsky (2007) sobre a interrelação entre o aprendizado escolar e o desenvolvimento da criança, com a primeira competência geral da Educação Básica, conforme BNCC, ao “valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018, p.9), sempre a partir de uma visão crítica construtiva. Sendo assim, é importante que a escola como instituição mediadora do conhecimento científico desenvolvido, coopere com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária quanto ao exercício pleno da cidadania.

2. Aporte Teórico Aplicado à Discussão da Proposta

Segundo orientação contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais e reforçada pela Base Nacional Comum Curricular, no que diz respeito ao texto como elemento de análise dos atributos que constituem a linguagem verbalizada, a proposta ora apresentada foi desenvolvida com base em estudos desenvolvidos sobre morfossintaxe, levando em consideração o nível da significação dos itens vocabulares constituidores dos versos formadores das estrofes, pois:

não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases – que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto (BRASIL, 1998, p. 23).

Há algum tempo o ensino não se restringe apenas ao estudo gramatical, existem muitas abordagens já aplicadas, a partir dos atributos textuais, que convergem para as funcionalidades discursivas desenvolvidas pela própria composição textual, conforme proposto por parâmetros educacionais.

A partir da análise da unidade de significação textual, que engloba os aspectos funcionais e estruturais, a função sociocomunicativa, Marcuschi (2008), relacionada ao texto biográfico, foi vista em conformidade ao conceito estabelecido por Roman Jakobson (1974). Ao tratar da função social da linguagem, Jakobson propõe as seguintes funções: a referencial, a emotiva, a fática, a conativa, a metalinguística e a poética. Dentre essas, no texto publicado como cordel biográfico, pôde ser observada a predominância das funções poética e referencial para demonstrar a estruturação formal; emotiva e conativa, a discursiva. A fim de aproveitar o modo de composição proposto pela autora, cuja intenção parece ser a de apresentar em versos a história da personalidade pela narrativa biográfica, é possível trabalhar a escolha vocabular que constitui a temática biográfica no texto, como conteúdo escolar, tornando possível depreender para aquilo que Bakhtin (2011), em contexto literário, menciona como diretriz semântica da personagem. Desse modo, a mediação escolar para o estudo sobre as características estruturantes e funcionais do texto pode ser feita com base em estudos sobre a descrição do sistema linguístico.

Em um ambiente escolar, para que haja uma melhor percepção da composição das rimas nos versos pelo efeito sonoro da estruturação das palavras, pressupõe-se a leitura do texto por um(a) professor(a). Isso evidenciaria a utilização dos itens lexicais que constituem as rimas como um recurso estilístico empregado para a composição dos versos, recurso percebido por intermédio do artifício da entonação na leitura, destacando a sonoridade vocabular e evidenciando, portanto, o plano fonético-fonológico.

Essa sugestão parte da possibilidade de que, apesar de estar em verso, se formos considerar uma situação de ensino das séries finais do Ensino Fundamental, contexto em que muitas crianças ainda podem apresentar níveis diferentes de proficiência em leitura, a escolha por esse tipo de elaboração textual, que destaca o estilo empregado para a composição biográfica como sendo uma forma cuja característica composicional possibilita a realização das próprias características de um texto em cordel, tudo isso pode constituir fatores que levam a possibilidade do texto ser lido pela criança de uma maneira mais prosaica, ou seja, sem a entonação da característica própria de composições escritas e segmentadas pela estrutura do verso. Isso porque, em muitas situações, sem a mediação na leitura, o modo de elaborar a composição, e que levou a uma maneira de ressaltar os artifícios poéticos pela sonoridade para o texto escrito em versos, pode não ser percebido.

Quanto à percepção da sonoridade causada pelo efeito da expressão vocabular na elaboração dos pares de rimas, os estudos de Martins (2012) relacionados à estilística fônica e à estilística da palavra proporcionaram o entendimento para o que foi constatado como artifícios poéticos durante a leitura dos versos.

Além disso, considerando o empenho da autora Jarid Arraes para a elaboração poética na composição, no que se refere às estrofes, à configuração métrica e à construção das rimas, pode ser especulado o aspecto informativo; pois, apesar deste estudo estar restrito apenas à análise das características do texto, o relato biográfico sobre a personalidade título, *Acotirene*, apresenta um enfoque cultural que pode ser relacionado a muitas narrativas de mulheres negras ou mulheres pretas ao longo da história da população afro-brasileira. Esse é, portanto, um aspecto que pode suscitar novos estudos que relacionem determinados aspectos de análise estilística para além de uma composição predominantemente escrita com fins literários, conforme mencionado em Henriques (2018).

3. Macroestrutura do Texto Biográfico em Cordel

Pelo estilo composicional do poema foi possível fazer observações provenientes da área da estilística, conforme Martins (2012). A essas observações foram articulados alguns estudos sobre o sistema linguístico. De acordo com Callou e Leite (2009), a natureza imitativa e a expressiva (alongamento, intensidade, repetição de fatos melódicos), possibilitam traduzir um certo valor composicional pelos elementos rítmicos.

Para a descrição da regularidade rítmica proporcionada pela leitura do texto, destacando-se as características composicionais, foi preciso considerar a sonoridade decorrente das palavras que compõem os versos do texto biográfico. Essa observação é vinculada à percepção da regularidade sonora resultante da própria composição quanto à métrica e à formação dos pares de rima nas estrofes do poema, elaborado em sextilha, conforme método apresentado por Bilac (1905) ou descrição feita em Melo (1983). Desse modo, a propriedade morfológica do item vocabular a partir do plano fonético-fonológico foi considerada para a composição de cada verso, tendo em vista a segmentação frasal constituidora de significação que atribui a cada estrofe uma unidade de sentido.

Para demonstrar o plano de expressão sonora vinculado à elaboração das rimas no poema, foi considerada a forma de representação descritiva dos versos em **-x-a-x-a-x-a**, apresentada por Haurélio (2013). Nesse tipo de esquema rítmico, o **x** indica os versos que não rimam entre si e o **a** indica os versos que constroem rima em cada estrofe. A estilística trata a rima como uma coincidência de sons, da qual podem ser descritas a assonância e a aliteração. Esse fenômeno acústico demonstra o paralelismo rítmico acentuado pela rima entre os versos. Segue abaixo uma tentativa de demonstrar a segmentação da sílaba poética em uma estrofe do poema biográfico.

E | ra en | tão | A | co | ti | re | ne
A | mu | lher | **ins** | **pi** | **ra** | **do** | **ra**
Ma | tri | ar | ca | de | Pal | ma | res
E | ra | tão | **nor** | **te** | **a** | **do** | **ra**
Co | mo | for | te | con | se | lhei | ra
E | co | mo **au** | **xi** | **li** | **a** | **do** | **ra**.

É possível verificar que a escolha dos itens lexicais utilizados para compor a rima são parte do recurso estilístico que, além de proporcionar efeito sonoro atribuído ao plano fônico da expressão do artifício poético, compõem significação quanto à caracterização descritiva da personalidade narrada, atributo de construção do sentido para a função referencial da linguagem, em uma composição biográfica que também traz características discursivas que podem ser atribuídas à interação sinalizada pelas funções emotiva e conativa, conforme ilustradas na primeira estrofe pelo verbo “imagino”, termo vocabular flexionado na primeira pessoa do presente do indicativo; e pelo pronome oblíquo “nos”, conforme ilustrado em destaque nas estrofes abaixo:

Imagino que importante
Era ter pra onde ir
E na hora da agonia
Depois de tanto fugir
Encontrar Acotirene

E enfim poder sorrir.
No resgate dessa história
Há real e fantasia
E a riqueza dos relatos
É que trazem alegria
Pois **nos** falamos da grandeza
Que Palmares possuía.

No primeiro exemplo, o verbo destacado evidencia o emprego do item lexical ‘imaginar’, flexionado. A ausência do pronome pessoal ‘eu’ (como marca gramatical em primeira pessoa na elaboração do verso), além de poder ser considerada um recurso estilístico, não impede que a subjetividade atribuída à função emotiva deixe de ser cogitada nesse tipo de composição. Isso porque, apesar de não estar explícito, o pronome pode ser inferido pela flexão verbal atribuída à presença do morfema desinencial de primeira pessoa do verbo ‘imaginar’ no singular do presente do indicativo.

O segundo exemplo tem a ver com o pronome oblíquo ‘nos’, destacado na segunda estrofe. Esse pronome, além de poder ser relacionado à estruturação do verso, ressalta a ideia de uma interação discursiva entre as pessoas do discurso, quando considerado a função sociocomunicativa da linguagem, pois ilustra tanto a função emotiva quanto a função conativa da linguagem presentes no poema analisado.

Em uma situação de ensino, esses pronomes tidos como itens gramaticais, conforme estudos relacionados ao sistema linguístico, podem, pela perspectiva da estilística, servir para denotar certos artifícios composicionais que ajudam na segmentação rítmica dos versos, pois servem à manutenção da métrica relacionada à quantidade de sílabas poéticas em cada verso como um recurso estilístico para a elaboração da composição biográfica em cordel. Isso pode ser relacionado a assuntos de aulas que tratam, por exemplo, do pronome pessoal quando cumpre a função de sujeito, mas que não aparece explícito, conforme demonstrado em alguns versos do poema.

Finalmente, para ilustrar a unidade do sentido configurado, a partir da elaboração do texto, quanto à funcionalidade composicional para uma narrativa biográfica, da primeira estrofe, apresentada anteriormente, destacam-se os itens vocabulares (mulher, inspiradora, matriarca, norteadora, conselheira e auxiliadora), que cumprem função de referência ao nome título do poema, pois quanto ao critério textual demonstram finalidade para a descrição da personalidade narrada.

Considerações Finais

A abordagem deste estudo foi feita com base na articulação entre a noção funcional relacionada às funções da linguagem verbal e a noção formal relacionada à estruturação do texto em versos. Essa foi uma maneira de demonstrar como aspectos relacionados a estudos sobre o sistema linguístico podem servir para destacar recursos estilísticos na composição biográfica apresentada neste estudo. Esse passo a passo foi feito, tendo em vista o objetivo de aperfeiçoamento da habilidade de leitura e compreensão textual como uma das atribuições da escola básica na formação de estudantes, e com o intuito de que seja uma abordagem para auxiliar no aprimoramento da proficiência em leitura e compreensão textual, levando estudantes ainda do Ensino Básico a perceberem algumas especificidades de elaboração

textual que podem constituir diferenças sobre a elaboração poética com fins literário e não literário.

A noção sobre intergenericidade serviu para demonstrar o texto escrito em verso como estratégia para o ensino, considerando a quebra de expectativa na leitura de uma biografia como um gênero textual normalmente escrito em prosa, ou seja, sem compromisso com a estruturação rítmica. Logo, essa pode ser uma estratégia para chamar a atenção sobre as peculiaridades estruturantes e elementares para a textualização de uma composição temática ou, ainda, destacar algumas especificidades textuais que podem diferenciar as produções escritas, por exemplo, a fim de especificar alguns gêneros textuais que possam ser didaticamente estudados em aulas de Língua Portuguesa e, concomitantemente auxiliem na ampliação do conhecimento sobre a multiplicidade de composições elaboradas textualmente.

Para concluir, a função metalinguística pôde ser considerada para destacar assuntos de conteúdo escolar como método de abordagem didática para o ensino, pois foi preciso destacar a utilização de itens vocabulares para demonstrar os aspectos narrativo, descritivo e discursivo que compuseram o texto estudado.

Referências

ANTUNES, Irandé. As funções do léxico na construção do texto. In: ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo. Parábola Editorial, 2009. p. 141-160.

ARRAES, Jarid. *Acotirene*. [s/d].

BAKHTIN, Mikhail. O todo semântico da personagem. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2011.

BILAC, Olavo; PASSOS, Guimarães. *Tratado de versificação*. Disponível em: https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/0042-01168.html. Acesso em: 27 set. 2021. (1905).

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 09 jul. 2021. (1996).

BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996. Inclui a temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Disponível em: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/5396/browse?rpp=20&sort_by=2&type=dateissued&offset=206&etal=-1&order=ASC. Acesso em: 09 jul. 2021. (2003)

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamenta. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GERALDI, João Wanderley. Prática da leitura na escola. In: GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. São Paulo. Editora Ática, 1999. p.88-99.

- GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. Tradução: Miguel Maillet. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- HAURÉLIO, Marco. *Literatura de cordel: do sertão à sala de aula*. São Paulo: Paulus, 2013.
- HENRIQUES, Cláudio César. *Estilística e discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução: Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 118-162.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística: a expressividade da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- MELO, Veríssimo de. Literatura de cordel: visão histórica e aspectos principais. In: LOPES, José de Ribamar (org.). *Literatura de cordel: antologia*. 2. ed. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S. A, 1983. p.7-90.
- VIGOTSKY, Lev Semenovich. Interação entre aprendizagem e desenvolvimento. In: Michael Cole et al. (orgs). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução: José Cipolla Neto, Luís Silveira Mena Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 87-105.

O RAP E ARGUMENTAÇÃO: COMO UM GÊNERO MUSICAL PODE REPRESENTAR UMA MARCAÇÃO DE IDENTIDADE E ESTILO

Vanderson Manoel Soares da SILVA (UERJ)

Introdução

Nosso trabalho visa a propor reflexões acerca do papel e importância da argumentação presente na produção lírico-musical do *rapper* “Fabio Brazza” – nome artístico de Fabio Rebouças de Azeredo. Veremos como a argumentação vai além da persuasão ou convencimento, esta vai representar marcas de identidade, de pertencimento, de preferência ideológica de quem está produzindo este discurso. Portanto, a visão clássica de argumentação com fins persuasivos é um tanto quanto reducionista, nosso objetivo é ampliar as finalidades da argumentação, transportando-a a uma esfera ideológico-discursiva.

Almejamos analisar, ao menos, duas letras autorais, de “Fabio Brazza” vislumbra-se uma investigação de como a sua argumentação acaba se tornando um pilar de suas convicções pessoais e de seu projeto ideológico de grupo (como porta voz das periferias). Por isso, convém enxergar a argumentação em uma perspectiva diferente e além da esfera perlocutória (posicionamento clássico e por muito tempo monolítico). Sendo assim, por questões de ênfase e enfoque discursivo, vamos nos ater à argumentação à luz da perspectiva de DOURY (2000) que classifica a argumentação em pelo menos três funções comunicativas, à frente falaremos. Vale ressaltar que observamos poucas discussões e trabalhos, no âmbito acadêmico, em torno desse gênero e suas eventuais materialidades linguísticas. Cabe considerar que a ciência se presta a estudar e estruturar os fatos sem a emissão de juízos de valor, sentimentos ou questões pessoais. Consequentemente, a escolha do *corpus* trata-se de um papel precípuo da academia, que é o de tentar estudar os fenômenos sociais relevantes indistintamente.

Por isso, a escolha desse tipo de *corpus* deve-se à relevância social e artística das composições de Fabio Brazza para o gênero *rap* (difusão do gênero) e por se tratar de uma argumentação fora do convencionalmente vista no âmbito acadêmico. O intuito é observar como a argumentação servirá de base para demarcar a identidade de Fabio Brazza e assinalar uma concretização de pertencimento do *rapper* a um determinado grupo social e ideológico. Em suma, precisaremos analisar o *corpus* à luz de campos teóricos que descrevem as ocorrências a partir do nível transfrástico com o objetivo de complementar e fundamentar nossas afirmações/conclusões. Podemos citar que utilizaremos análises de natureza discursiva e, em alguns pontos, semântica, visando a apontamentos objetivos e factuais quanto aos recursos utilizados em seus argumentos, podendo ser de natureza ideológica, afetiva ou meramente expressiva em torno de sua construção poética.

1. Breve Biografia do Autor

Fabio Rebouças de Azeredo (São Paulo, 12 de janeiro de 1990) mais conhecido como Fabio Brazza é um cantor, rapper e compositor brasileiro. Também é neto do poeta concreto Ronaldo Azeredo (1937-2006). Fabio herdou do avô a paixão pelo samba. Ainda criança, influenciado por nomes como: Noel Rosa, Donga e Cartola. O cantor, poeta e *rapper* escreveu suas primeiras letras na adolescência, quando conheceu o trabalho dos Racionais MC's. Aos 11 anos, ao estudar o movimento concretista Fabio, descobriu que seu avô Ronaldo Azeredo era poeta e em sua família havia outros expoentes como: Augusto de

Campos (sobrinho-neto) e José Lino Grünewald (sobrinho-neto). Foi criado em Itaim Bibi, bairro de classe média alta de São Paulo. Cursou Ciências Sociais na PUC-SP. Aos 19 anos, participou de sua primeira batalha de rimas na estação de Santa Cruz, em São Paulo, onde se sagrou campeão.

Torcedor do São Paulo, em 2013, integrou o núcleo de comediantes e comentaristas do canal de entretenimento, futebol e humor “Desimpedidos”. Criado para ser exibido no YouTube. Por lá, ele criava poesias e improvisos para jogadores da atualidade e aposentados. Também escrevia e participava das batalhas de rimas de clube *versus* clube. Em 2014, lançou em formato digital o CD “Filho da Pátria” no dia 22 de abril, dia do descobrimento do Brasil. Em 2016, lançou o CD “Tupi Or Not Tupi”, com 13 faixas. O disco teve participações de Arnaldo Antunes em “Hey João”, Caju & Castanha em “A Gente Gosta de Inventar” e Paula Lima em “Sabe”. Em 2017, lançou o CD “É Ritmo, Mas Também é Poesia”. O disco incluiu dez faixas autorais e teve participação de Rashid em “O Rap é Preto”.

Em 2018 lançou o CD “Colírio da Cólera”, sendo um grande marco na carreira. O disco contou com participação de: Cynthia Luz, Negra Li, Vulto e Raphael Braga. Também em 2018, escreveu uma letra para a versão de “Mostra Tua Força, Brasil”, de Jair Oliveira e Wilson Simoninha, interpretada por Anitta e Thiaguinho, que foi jingle publicitário do Banco Itaú, patrocinador da Seleção. Já em 2020 lançou o disco “Isso Não É Um Disco de Rap” e, com um lirismo cada vez mais aguçado, se firmou como um dos grandes artistas da música no Brasil. O CD saiu com participações de: Sant, Gigante no MIC, Luccas Carlos e Péricles.

2. Pressupostos Teóricos

Para a execução deste trabalho pauta-se em estudos de Doury (2000), Hall (2015), Martins (2012), Orlandi (2003) e, ancorados em alguns princípios da análise do discurso como sujeito, identidade, representações e discursos. Uma vez que pretende-se enxergar de forma diferente a argumentação, ver além da dicotomia clássica de persuasão/convencimento. Portanto, a união de conceitos da análise do discurso e linguística de texto será essencial para uma descrição satisfatória do projeto poético do *rapper*.

Com o intuito de salientar e esclarecer essa problemática, é oportuno citar as palavras de Garcia (2010), que em seu ilustre compêndio registra uma visão clássica e, por muito tempo, monolítica a respeito do papel da argumentação. O autor deixa em evidência a finalidade geral de uma argumentação:

Nossos compêndios e manuais de língua não costumam distinguir a dissertação da argumentação, considerando esta apenas momentos daquela. Se a primeira tem como propósito principal expor ou explanar, explicar ou interpretar ideias, a segunda visa sobretudo a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte. Na argumentação, além disso, procuramos principalmente formar opinião [grifo do autor] do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a razão está conosco, de que nós é que estamos de posse da verdade. (Garcia, 2010, p. 380)

O fragmento acima remonta a lógica aristotélica em torno da argumentação como pilar de convencimento mediante a apresentação de provas coerentes e consistentes. Além disso, podemos ressaltar o papel perlocutório da argumentação- corresponderia aos efeitos que um dado enunciado produz no alocutário. Verbos como: convencer, persuadir ou

influenciar indicam uma mudança de postura do interlocutor devido ao efeito causado pelo discurso.

É inegável, portanto, o poder de influência, em seus ouvintes e telespectadores, de grandes oradores por intermédio de suas argumentações impactantes. Tais figuras exerciam uma indução em massa de seus interlocutores por meio de suas engenharias argumentativas. Voltando à definição clássica de argumentação, notamos em Perelman e Tyteca (1970) uma tentativa de visualização dos efeitos argumentativos, um pouco além da dicotomia persuasão/convencimento, haja vista que: “O objeto dessa teoria [teoria da argumentação] é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (Perelman e Tyteca, 1970, p 40).

Sendo assim, o ponto crucial do debate é entender a argumentação para além da persuasão/convencimento. É o que satisfatoriamente faz a linguista francesa Marianne Doury ao elencar três funções para além da dicotomia clássica. Para Doury (2000) a argumentação subdivide-se em três campos: uma função cognitiva (“ajuda os locutores a percorrer, verbalizando-as, as suas próprias opiniões, confrontando-as, depois, in *obsentia*, a contradiscursos”). A função relacional (“permite reforçar a convivência com o interlocutor ao permitir-lhe exprimir o seu acordo e ao tornar explícita a convergência de pontos de vista”). Por último, uma função identitária (“permite reforçar o sentimento de pertença”, a um determinado grupo, a uma dada etnia, a uma classe social). É justamente por esta última função que esta pesquisa se propõe a refletir e a toma como parâmetro de discussão. A argumentação de Brazza em suas composições demarca e reforça uma identificação ideológica com o movimento, historicamente marginalizado, do *Hip-hop*. Por isso, Fabio assume a posição de porta-voz de uma parcela excluída e silenciada socialmente, o seu fazer poético propõe trazer visibilidade a uma parte que, na prática, necessita do poder público.

É importante observar que Brazza traz consigo marcas de identidade, bem distintas de seus atributos físicos, uma espécie de espelho reverso, no qual se avista um sujeito discursivo em oposição ao sujeito empírico, a partir da argumentação do *rapper*. Com o intuito de nortear o leitor e fundamentar nossa analogia, cito as palavras de Hall (2015) “refletimos sobre a existência de identidades fluidas, que fragmentam e constituem o sujeito”. Desse modo, a identidade do sujeito se discursiviza de acordo com as condições histórico-sociais:

A pluralidade constitutiva do sujeito, decorrente de sua inter-relação em diferentes instâncias sociais, atesta-nos que a identidade é heterogênea, formada por diferentes aspectos sócio-históricos e traços ideológicos, sempre marcados por transformações e deslocamentos. (FERNANDES; ALVES JÚNIOR, 2008, p. 68).

Por isso, Fabio Brazza enquanto sujeito discursivo (re)produz em suas argumentações aspectos sócio-históricos advindos de seu conhecimento de mundo, de suas relações sociais e de ideologia de seu grupo pertencente. Portanto, Fabio existe enquanto argumentação de defesa de seus apoiadores, traz visibilidade e garantia de direitos assegurados pela carta magna para esta parcela carente e invisibilizada (moradores de áreas periféricas do Brasil). Convém destacar que mesmo concordando os traços identitários se estabelecem com e nas interações sociais. O que do ponto de vista da ‘pós-modernidade’ é questionado tal concepção, sujeito e/ou identidade unificada, demarcada e centrada. O pensamento em torno de uma identidade essencial, permanente e real. Sobre esta questão, Hall (2006) salienta que:

A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo deslocadas. Hall (2006, p.12)

Ao longo da argumentação do *rapper* percebe-se esta fluidez e diferença do perfil biográfico de Fabio em oposição a sua identidade argumentativa que é constituída historicamente por contato em situações diferentes, por contextos distintos etc. Melhor dizendo, a personalidade de Brazza só fica em evidência quando este se põe a argumentar, a defender uma classe que, ao decorrer dos séculos, foi massacrada, negligenciada e oprimida. Sendo assim, almejamos, a partir dos resultados desta pesquisa, trazer reflexões e suposições que julgamos pertinentes, a saber: quais seriam os fatores discursivos que poderiam interferir na argumentação do compositor? Esses modificadores seriam de natureza intralinguística ou extralinguística? Por ser pertencente ao gênero musical *rap*, este impulsiona o compositor a se posicionar (argumentar) frente às questões sociais?

3. Análise de *Corpus*

Primeiramente, antes de entrar propriamente na análise do *corpus*, é necessário tecer alguns comentários preliminares que irão explicar quais procedimentos serão adotados. Com o intuito de não ficar no plano meramente da abstração, será apresentado alguns fragmentos da composição do *rapper* Fabio Brazza, sublinhando e contextualizando a argumentação. Desta maneira, enfatiza-se como a escolha dos argumentos influencia no modo de transmissão da mensagem e, principalmente, como se torna um marco particular da identidade poética de Fabio. Em outras palavras, nota-se que a escolha, por certos elementos, é essencial quando se trata de música. Haja vista que a arte trabalha com formas, isto é, o mais relevante não é o que está dito, mas a forma como houve a difusão do discurso.

Nesta pesquisa, cita-se fragmentos de duas composições de Fabio Brazza, evidenciando suas escolhas argumentativas e como demarcam sua poética. Por isso, destaca-se o posicionamento de defesa da classe popular (moradores de áreas periféricas do Brasil), além de ser uma marca estilística, constitui também uma reprodução fidedigna de suas convicções ideológicas individuais e coletivas (valores sintonizados com o movimento marginal e marginalizado, o *rap*). A primeira letra a ser examinada intitula-se "O rap é preto", de 2017. Trata-se de uma canção de crítica social, em que o *rapper* constrói sua argumentação em torno da analogia de elementos do universo futebolístico (o que é de fácil entendimento popular) com direitos que, na prática, não são garantidos aos brasileiros, principalmente se forem residentes de localidades periféricas. Brazza deixa evidente seu posicionamento de defesa da classe popular em detrimento à classe política brasileira que continuamente goza de privilégios à custa da exploração da classe trabalhadora. Vejamos, portanto, os fragmentos da canção com as devidas marcações nas construções argumentativas, mais a tessitura de comentários de natureza discursiva e, em alguns pontos, semântica, com o propósito de esclarecer algumas afirmações feitas e elucidar alguns pontos obscuros das teorias apresentadas.

O rap é preto

O rap é preto eu sei meu mero lugar (Contra argumento)

Já que eu sou branco me deixa no banco, espero pra jogar (Causa e Analogia)

Mas se me botar em campo eu não passo em branco altero o placar (Analogia e Oposição)

(...)

Quer saber por que a “rapa” me acha “treta”? Preste atenção em cada faixa e letra! (Interrogação retórica)

Mesmo eu não vindo do gueto, quando eu pego a caneta (Concessão)

Não tô pela grana preta, mas tô pelo povo preto

Em prol da igualdade

Também quero a evolução da sociedade, sem vaidade

Pretos no topo, mulheres na frente da tropa

Precisamos de representatividade, mais do que de outra copa (Manifestação de pedidos)

Hexa, hepta, octa

E 14 de milhões de analfabetos pra mostrar onde nosso enfoque tá (Citação de dados)

Sociedade hipócrita, opta

Por apoiar um ladrão no poder e não entender que isso é um golpe tá?

O Hip-hop tá de volta na mesma revolta no beat pesado e ligado nos ideais (Citação de ideologia do movimento)

Uns tão pelo novo, outros pelo povo, outros pelo em ovo

(...)

E enquanto uns brigam pelas redes outros não tem nem rede de esgoto

Mas pera um pouco, se é bola na rede ninguém mais reclama da rede de corrupção e aumenta a inflação e a população que se fode de novo (Analogia e sucessão de fatos)

(...)

Eu preferia tomar um 7 a 1 todo dia

Do que ver esses 171 roubando nossa aposentadoria (Analogia)

Amo futebol, mas futebol não paga conta

E o nosso time tá levando lavada e tomando gol contra (Analogia)

Muitos metem mala e flow, Brazza e Rashid é só gol de letra

Pique Ronaldinho, especialista na caneta! (Analogia)

É importante observar que o *rapper* inicia o texto com o recurso da contra argumentação, uma vez que o movimento do qual ele faz parte é de origem periférica e predominância do público e integrantes negros. Fabio Brazza representa o oposto, é fisicamente branco e de origem elevada intelectual e financeiramente como vimos em sua biografia anteriormente. O compositor adota uma postura de humildade e consciência de fala, pois ele sabe que não é seu lugar de fala, entretanto o poeta pode apoiar a causa, dar voz à parcela excluída, ressaltar as mazelas sociais por intermédio da arte (talento). Após o reconhecimento de seu lugar de fala, por meio da analogia futebolística. Fabio ilustra para o seu ouvinte, onde fica o espaço de atuação de sua arte. O banco de reservas (citado na canção) serve para acomodar os jogadores do time reserva. Por isso, enquanto o time titular (os negros) disputam inicialmente a partida, o poeta espera chegar seu momento para poder entrar em campo. Além disso, o compositor assegura que mesmo participando do jogo parcialmente, sua atuação será decisiva e crucial, já que o placar será alterado. A pergunta retórica do oitavo verso trata-se de um recurso para gerar ênfase em torno de polêmicas e discussões acaloradas ligadas ao nome e a figura de Fabio Brazza. Certamente, grande parte dessa discórdia era motivada pela origem de Fabio e, principalmente, por suas composições contundentes que criticam o sistema político brasileiro e condenam julgamentos infames baseados em estereótipos/preconceitos.

A inserção da estrutura concessiva representa a quebra de expectativa causada pelo compositor. Mesmo não oriundo da periferia, quando este se propõe a fazer *rap* não é pelo deleite, fama ou dinheiro, mas em defesa de uma parcela excluída e historicamente invisibilizada (povo preto). Após isso, compreende-se uma série de anseios de Fabio Brazza em prol da população brasileira. Por isso, ele entende que a evolução da sociedade brasileira perpassa por duas importantes questões, a saber: a representatividade (é necessário que cada segmento social tenha seu representante legítimo) e mudança de prioridades (o futebol é uma paixão nacional, no entanto, não se pode, em ano de copa do mundo, esquecer-se das mazelas sociais que assolam nosso país, em estado coletivo de letargia).

É justamente essa a crítica central da argumentação de Fabio Brazza, nosso país acumula títulos futebolísticos, porém essa grandeza não se traduz em garantia de direitos para a população e, muito menos, em soberania nacional. Na canção, Brazza projeta possíveis conquistas do futebol brasileiro, no entanto, não representam a evolução da sociedade que ainda apresenta dados assustadores como o número de 14 milhões de analfabetos (atualmente houve uma queda para 11 milhões) dados do IBGE. É possível observar a inserção de outro recurso argumentativo que é o cerne principal desta pesquisa. Nota-se que os versos destacados apresentam uma marcação de identidade, um pertencimento de grupo. Brazza como representante da nova geração de *rappers* fala em nome do *Hip hop* no Brasil. O poeta enxerga, com otimismo, um movimento de retorno às origens (*rap* com teor crítico social) feito por esta nova geração.

Cabe comentar a perspicácia de Fabio Brazza ao explorar a polissemia da palavra “rede” em sua construção argumentativa. A primeira aparição do termo equivale a redes sociais (redução da palavra), a segunda expressa conjunto de vias de transporte de águas, o terceiro uso do vocábulo “rede” demarca uma analogia futebolística refere-se ao objetivo principal de uma partida, o gol. A última acepção, por sua vez, vai exprimir um conjunto de pessoas, estabelecimentos ou organizações que trabalham entre si. Satisfatoriamente, Fabio Brazza cita o episódio mais vergonhoso da história do futebol brasileiro, a goleada pelo placar de 7 a 1 sofrida dentro de casa na semifinal da copa do mundo. Superando o *Maracanazo* e a tragédia de Sarriá (Estádio de Sarriá, Barcelona). Fabio afirma que prefere sofrer diariamente por um episódio futebolístico traumatizante como os citados acima a ver a classe política saquear os direitos inalienáveis da população brasileira como a previdência social. Outra analogia futebolística feita pelo *rapper* e de fácil entendimento é a citação do termo “levando lavada” significa que um time está sendo massacrado pela equipe adversária. Diariamente, os brasileiros são trucidados pela alta da inflação, pela falta de recursos essenciais à vida e pelo crescimento da corrupção. Sendo assim, nosso país (time) está tomando lavada (lavagem de dinheiro) da corrupção em todos os segmentos, principalmente, de nossa classe política. Além disso, a alegoria do gol contra (quando um jogador faz a bola entrar no gol de sua própria equipe). A metáfora é perfeita, a corrupção, por menor que seja, representa um ato deliberado de jogar contra o próprio patrimônio. O compositor encerra a canção com uma comparação de talentos. Ronaldinho Gaúcho foi um dos maiores jogadores brasileiros de todos os tempos, tinha como especialidade o fundamento do drible, em especial a caneta, movimento que consiste em passar a bola por entre as pernas do adversário. Sendo assim, tal qual Ronaldinho, Fabio Brazza e Rashid possuem facilidade no que fazem e são mestres da caneta (arte/*rap*).

A segunda canção tem como título “A divina comédia”, música de 2017. Evidentemente, trata-se de uma alusão ao poema épico de Dante Alighieri, um clássico da literatura. A Divina Comédia é uma narrativa de conversão de um homem pecador pelo

caminho de Deus. O protagonista é o símbolo do ser humano vulgar, representa o cidadão comum, que tem angústias, hesitações e sofre tentação diariamente. Cabe um parêntese, nesta parte, optou-se que a segunda canção, tivesse em seu corpo somente os comentários. A exposição da letra será ao final (Anexo). Acabou organizando e, principalmente, evitando o movimento repetitivo de idas e vindas, objetivando uma leitura com menos interrupções.

Voltando, Brazza organiza seus versos em forma de carta, tendo Jesus como seu destinatário. A música cita um contraste entre o passado e o cenário atual do Brasil, por meio da citação de alegorias e relatos bíblicos. Fabio esclarece diversas problemáticas sociais em nosso país atualmente, por intermédio de suas metáforas bíblicas. Tendo em vista que grande parte da população brasileira tem ou teve contato e/ou conhecimento dos episódios narrados nos Evangelhos (Mateus, Marcos, Lucas e João). O *rapper* inicia sua construção poética com uma saudação formal através do vocativo “querido Jesus”, indicando o direcionamento de sua carta argumentativa, deduz-se a ilustração de um contraste, até certo ponto irônico, de elementos em comum entre o inferno e a vida terrena. O questionamento citado pelo poeta retrata o pensamento coletivo do povo trabalhador, se o inferno é conhecido como lugar de tormenta e sofrimento, então, o povo já está neste lugar.

Ainda no campo das hipóteses, o compositor menciona episódios bíblicos emblemáticos e de conhecimento coletivo. Jesus Cristo em sua missão evangelista tinha como um dos pilares a caridade. Sentimento que consiste na disposição para ajudar o próximo, prestar assistência a alguém que está numa situação desfavorável. Por mais que tenha deixado valores como amor e respeito, Jesus foi injustiçado e cruelmente punido com a crucificação. Na conjectura de Fabio Brazza, caso Cristo retornasse a este mundo seria igualmente subjugado e pregado em uma cruz, entretanto, desta vez a justificativa seria a de combate à ameaça vermelha (comunismo) e defesa do cidadão de bem. Consequentemente, Brazza vê necessário um alerta a Cristo, caso este ainda pense em retornar a vida terrena. Visando a segurança do regresso, é preciso que se esteja munido de armadura (dinheiro). Com o intuito de evitar uma nova traição à figura divina, o *rapper* adverte que o mundo está rodeado de traidores (Judas), por isso, mesmo sendo filho de Deus carece de prevenção.

Depois, constata-se um desabafo de Fabio Brazza. Ele entende como um milagre divino, um trabalhador que retorna de sua jornada diária, embarcando em um transporte público lotado em horário de pico. O poeta estabelece em uma escala comparativa, em sua construção argumentativa, degraus de importância maior para o esforço diário do povo trabalhador em seu cotidiano em oposição à famosa façanha de Jesus Cristo em caminhar por sobre as águas. Portanto, Brazza ilustra muito bem os contrastes e contradições do cenário político atual, por meio de alusões bíblicas. É interessante perceber a recorrência do posicionamento do *rapper*, sempre a favor e enaltecendo a classe operária. Em mais um momento de contrastes, o compositor menciona a figura divina de Jesus Cristo citando seus feitos milagrosos como a cura de enfermos. Hoje, a população não pode fazer uso da rede hospitalar pública, uma vez que esta não providencia remédios básicos que, obrigatoriamente, deveriam ser fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso, a classe operária está à mercê da classe política brasileira e Brazza insere-se como um defensor (porta-voz) dos moradores das periferias brasileiras.

Convém destacar que se aproximando do término da carta a Jesus, uma menção de um retorno do Messias nos chama atenção. Trata-se de um discurso antigo e consagrado do universo cristão que assegura que o Filho de Deus voltaria para o plano terreno para levar consigo os seus escolhidos. Fabio Brazza tendo conhecimento desta narrativa, ele julga como necessário fazer uma recomendação a Cristo. Caso aconteça seu retorno que o Filho de Deus

evite um novo sacrifício em prol da humanidade, haja vista que ao longo da canção, o poeta deixa subentendido que esta geração não é merecedora de tal empenho.

O poeta encerra sua construção com um pedido a Jesus, sua solicitação é para que o Messias observe com bons olhos a terra natal do poeta. Além disso, o compositor realiza um alerta acerca do atual contexto de debates ideológicos no Brasil, um ambiente cercado de intolerância e hostilidade. Não há espaço para o contraditório e o pior há um predomínio da lógica maniqueísta. Consequentemente, não se ampliam os horizontes, os conhecimentos são atrofiados e violências de todos os tipos e lados. Por isso, a intolerância no Brasil chegou a tal ponto que só o fato de o *rapper* fazer menção ao nome de Jesus, para os intransigentes, é motivo suficiente para ofensas e insultos.

Considerações Finais

Para atingir a eficácia das teorias adotadas, tornou-se indispensável uma análise em um *corpus* que não aparentasse ser extremamente artificial tal como é a literatura, para muitos. Por isso, entendemos como necessária a mescla. Um gênero que transitasse nas faixas de usos habituais e construções artísticas para esclarecer um pouco mais sobre nosso objeto de estudo: a construção argumentativa representando uma marcação de identidade. Sendo assim, houve um esforço no que diz respeito à procura de um *corpus* que apresentasse essas interfaces, a fim de não dar, em nenhum momento, preferência por nenhuma delas por se tratar de um estudo estritamente científico. Espera-se que, nesta parte final do trabalho, tenha ficado clara a produtividade e a eficácia do estudo da argumentação fora do eixo tradicional persuasão/convencimento, porém a partir da perspectiva identitária por intermédio de aportes teóricos da análise do discurso (AD) e semântica. A abordagem clássica de argumentação seria reducionista e incipiente, não atingiria os objetivos e não se enquadraria no tratamento desse tipo de *corpus*. Por isso, foi fundamental a conciliação das contribuições dos estudos que visam ao discurso, ao texto, ao contexto comunicativo, isto é, uma ótica que esmiúce os fatos implícitos da estrutura textual.

Por fim, constata-se a produtividade das construções argumentativa de Fabio Brazza em um gênero próximo da realidade linguística do português brasileiro. Na poética de Brazza, a marcação de posicionamento ideológico e defesa da classe popular são essenciais e constituem a materialidade de sua escrita e identidade enquanto artista marginal. É através da construção argumentativa do *rapper* em suas canções que enxergamos um novo ponto de discussão em torno da tipologia (argumentação), uma nova seara de motivações textuais para a elaboração deste tipo de texto. Qualquer elemento, ainda mais em se tratando de arte, em que há reincidência de casos precisa ser submetido a estudos, teorias, aplicações e todos os aportes necessários a fim de sistematizar tal incidência. Tentou-se, portanto, fazer um recorte da obra de Fabio Brazza que demonstrasse a importância da argumentação, além do vínculo tradicional (dicotomia persuasão/convencimento) para uma perspectiva mais sintonizada com teorias recentes (análise do discurso, semântica e estilística).

ANEXO

A divina comédia

Querido Jesus, desculpe te escrever esta carta.
E atrapaçar o seu sono eterno
Mas, é que aqui em baixo a galera já esta farta

Olhando pro céu se perguntando se esse não é inferno (Oposição)

Você que dividiu o pão, perdoou ladrão

Andou com excluídos, prostitutas e outros perseguidos

Se voltasse ia ser de novo crucificado

Acusado de comunista e defensor de bandidos (Hipótese)

Cuidado, se for voltar, melhor armado

Que a delação continua premiada e tem Judas pra todo lado (Alerta)

O poder ainda tá na mão dos Fariseus

E melhor que ser filho de Deus é ser filho de deputado

(...)

E quem não tiver pra pagar será julgado na tribuna

Confesso andar sobre a água foi um milagre e tanto

Mas, andar de trem às 6 da tarde também é um milagre santo (Oposição)

(...)

Você curou tantos enfermos Jesus

Mas, hoje em dia, se alguém fica enfermo, não acha remédio nem lá no SUS (Oposição)

Andam dizendo que você vai voltar, mas quer saber, Se eu fosse você evitaria outra cruz! (Sugestão)

Jesus, desculpe te escrever esta carta, mas antes que eu parta

Peço que olhe por nós

O Brasil tá tão atroz que não dá nem pra conversar

E quer apostar que só de citar seu nome “uns pelas” vão me xingar! (Pedido final)

Referências

ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1976.

FERNANDES, Cleudemar Alves; ALVES JÚNIOR, José Antônio. Sujeito discursivo e construção identitária do mendigo. In: NAVARRO, Pedro. (org). *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MARQUES, Maria Aldina. *Argumentação e(m) Discursos*. In: DUARTE, Isabel Margarida & FIGUEIREDO, Olivia (orgs.). *Português, Língua e Ensino*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas: Editora Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

RACIONAIS MC'S. *Sobrevivendo no inferno/ Racionais MC's*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

O *ETHOS* DA GOVERNADORA FÁTIMA BEZERRA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL

Adriano Menino de MACÊDO JÚNIOR (UERN)

Verônica Palmira Salme de ARAGÃO (UERN)

A ausência de mulheres em cargos políticos no Brasil ainda é um problema a ser enfrentado devido à desigualdade de gênero. A eleição da primeira mulher a ser presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 2012, foi um marco importante para as mulheres, sobretudo, após a sua reeleição. Entretanto, o impeachment, sofrido pela mesma, em 2016, expôs a violência política de gênero ainda presente no país. A interface privada da presidenta foi exposta, com o objetivo de inferiorizá-la, como apontam alguns estudos.

Fátima Bezerra, eleita em 2018, e reeleita, em 2022, ao governo do Rio Grande do Norte, até então, havia mantido discreta a sua intimidade, contudo um assunto atípico chamou a atenção da mídia, recentemente. No dia 02 de julho de 2021, o governador Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, declarou ser um “governador gay, e não um gay governador”, em um programa da TV Globo. Tendo em vista que o fato político proporcionou uma projeção nacional, no dia seguinte, o ex-deputado exilado Jean Wyllys questionou algumas contradições do político, como o apoio do governador dado a Bolsonaro, nas eleições de 2018. Wyllys ainda fez a seguinte crítica, publicada em seu twitter:



Fonte: REDAÇÃO (2021).

A ação política direcionou olhares para a única governadora do Brasil que, até então, tinha resguardado a sua orientação sexual ao âmbito privado. A repercussão desse fato resultou em uma entrevista à Marie Claire, na qual a própria Fátima Bezerra constrói a sua imagem, revelando suas faces ou identidades, que confundem, em alguns momentos, o público e o privado. Como destaca Biroli (2014, p. 32), “na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo”.

Almejamos, com o presente estudo, identificar o *ethos* da governadora Fátima Bezerra, por meio das respostas dadas à entrevista da revista Marie Claire (2021), em comparação com o blog Território Livre, vinculado ao jornal Tribuna do Norte. Com isso, pretendemos, ainda, examinar as estratégias linguístico-discursivas utilizadas pela governadora para a construção da sua imagem. Dentre as identidades ressaltadas por Bezerra, buscamos apreender aquelas ligadas aos ***ethés de credibilidade***, por meio do discurso da razão, e às relacionadas aos ***ethés de identificação***, pelo discurso do afeto. Para finalizar, ambicionamos interpretar as identidades, tendo em vista o conceito de interseccionalidade e algumas ideias, advindas da Teoria política feminista.

A percepção dos *ethés* e dos *ethos* baseiam-se na abordagem teórica de Patrick Charaudeau (2008), bem como em suas propostas de análise linguístico-discursivas, advindas da Teoria Semi linguística do discurso. Biroli e Miguel (2014) abordam perspectivas da corrente teórica da política feminista. Lorde (2019) elucida os caminhos a serem percorridos para a percepção da individualidade como fator fundamental para a constituição do existir.

A teoria e a prática feministas são múltiplas, incluindo diversas correntes de pensamento. O que as une é o objetivo de conquistar direitos e inclusão social para as mulheres nas diversas esferas da sociedade. As lutas por essas conquistas proporcionaram grandes contribuições para as diversas áreas de pensamento, dentre as quais destacamos, no presente estudo, para a teoria política. Como destaca Miguel (2014, p. 17):

O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas — ou o “patriarcado”, como preferem algumas — abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de igualdade, de justiça ou de democracia.

Esses suportes teóricos serão discutidos nos próximos tópicos: “2. Máquinas midiáticas e *ethos*” e “2. Feminismo”. A seguir, a metodologia será apresentada no tópico 3, seguida pela análise e os resultados parciais alcançados. As considerações finais e as referências encerram este artigo.

1. O *Ethos* na Análise Semi linguística do Discurso

Em conformidade com os princípios da Análise Semi linguística do Discurso, segundo Charaudeau (2008b, p. 33), “o signo existe somente no discurso (discurso no sentido de totalidade de um ato de linguagem particular)”. O sentido do ato comunicativo depende da relação de intencionalidade que se instaura entre essas duas instâncias, de acordo com as quais se determinam os lugares de pertinência do discurso. Como aponta Charaudeau (2013, p. 24): “o da instância de produção, submetida a certas condições de produção; o da instância de recepção, submetida a condições de interpretação; o do texto com o produto, que se acha, enquanto tal, submetido a certas condições de construção.”

A linguagem dialogal faz parte do gênero entrevista, diferentemente do blog em que a linguagem é monolocal. A instância de recepção é representada pelo consumidor da informação, assim, para as duas máquinas midiáticas, a revista e o blog, são os seus leitores. Por fim, o produto, ou “o lugar de construção do produto”, objeto do nosso estudo, resulta dessas instâncias de produção do texto midiático, proporcionando uma análise comparativa dos sujeitos enunciadore s, nesse caso, Fátima Bezerra e Bebeto Torres.

As produções discursivas são produzidas em um contexto coletivo, no caso da entrevista, e individualizado no caso do Blog. Para a apreensão dessas imagens, abordaremos o conceito de *ethos*, na perspectiva Semi linguística do discurso, conforme Charaudeau (2008a, p. 115): “o *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê”, o contexto-situacional, os suportes e os sujeitos dos discursos são constitutivos do ato comunicativo. Portanto, são de fundamental importância para a apreensão do *ethos*.

Quando aplicado ao contexto político, podemos investigar os contextos agregadores de diferentes *ethos*, presentes em um mesmo discurso. Charaudeau (2008a, p. 118) os sistematizou em duas grandes classes: os ***ethé de credibilidade***, calcado na razão, naquilo que é crível, e os ***ethé da identificação***, baseado na emoção. A partir dessas estratégias

discursivas, Charaudeau (2008a) propõe uma classificação para o *ethos*, ampliada por Aragão (2013), e no quadro, a seguir:

Quadro 2 – Categorias de análise dos *ethé*

<i>Ethé</i> de credibilidade	<i>Ethos</i> de “sério”; <i>Ethos</i> de “virtude”; <i>Ethos</i> de “competência”
<i>Ethé</i> de identificação	<i>Ethos</i> de “potência”; <i>Ethos</i> de “caráter”; <i>Ethos</i> de “inteligência”; <i>Ethos</i> de “humanidade”; <i>Ethos</i> de “chefe”; <i>Ethos</i> de “chefe”; <i>Ethos</i> de “gênero”.

Fonte: Aragão (2013, p. 93) – adaptado.

Além das categorias, advindas da análise semiolinguística do discurso, a teoria política de gênero contribui para a reflexão da presença de mulheres em cargos políticos. Discutiremos, no próximo tópico, alguns aspectos importantes dessa teoria para a análise crítica do presente estudo.

2. Crítica Feminista na Ciência Política

A teoria e a prática feministas são múltiplas, incluindo diversas correntes de pensamento. O que, muitas vezes, as une é o objetivo de conquistar direitos e inclusão social para as mulheres nas diversas esferas da sociedade. As lutas por essas conquistas proporcionaram grandes contribuições para as diversas áreas de pensamento, dentre as quais destacamos, no presente estudo, a teoria política. Como destaca Miguel (2014, p. 17):

O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas — ou o “patriarcado”, como preferem algumas — abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de igualdade, de justiça ou de democracia

Muitas dessas noções dialogam com o presente estudo, pois, quando se considera o gênero, tendo em vista a política, torna-se importante confrontar a detenção do poder, historicamente, restrita aos homens, brancos, heteronormativos. Biroli (2014, p. 109) denomina ficção, “a de que é possível suspender as posições e as características concretas dos indivíduos em sociedades nas quais as esferas públicas e privadas são organizadas por hierarquias e relações de dominação e opressão”. Nesse sentido, a conquista dos espaços públicos para as mulheres ainda é um esforço, como comprovam os dados referentes a suas presenças nos parlamentos.

O processo eleitoral é um obstáculo que, mesmo com a lei de cotas, ainda tem proporcionado timidamente essas presenças nos cargos políticos. A violência política de gênero, muitas vezes, revela a impossibilidade do exercício político, sobretudo, no Brasil atual. Podemos citar o caso de Marielle Franco, executada, quando presidia a comissão de direitos humanos na câmara dos vereadores do Rio de Janeiro. As ameaças também são comuns, como as denunciadas por Manuela Dávila. Já a filósofa Marcia Tiburi precisou se exilar do Brasil, e assim tem ocorrido em muitos outros casos, como os sofridos por Dilma

Rousseff, no seu mandato de presidenta, que teve sua imagem arruinada pelo discurso midiático.

Nosso objetivo, no presente estudo, é comparar a imagem construída pela própria governadora com outras atribuídas a ela, visando à reflexão sobre as opressões sofridas por essas mulheres de atuação política, como elas se definem e gostariam de ser vistas pela sociedade. Lorde (2019, p. 150) ressalta:

Minha concentração máxima de energia fica disponível para mim apenas quando agrego todas as partes de quem sou, abertamente, permitindo que o poder de determinadas fontes da minha existência flua, indo e vindo livremente por todos os meus diferentes eus, sem as restrições de uma definição imposta de fora. Só então posso unir a mim e a minhas energias num todo a serviço das lutas que abraço como parte da minha vida.

O encontro entre correntes de estudos distintas visa ao aprofundamento da compreensão dos fenômenos discursivos, tendo em vista às condições de produção do discurso. Para isso, acreditamos que uma análise interpretativa que considere os aspectos contextuais torna-se crítica, quando engendrada no debate feminista. Ressaltamos a importância de se considerar as subjetividades, porque todas elas envolvem uma trama de preconceitos e estereótipos construídos socialmente, e esses estereótipos, mesmo os vinculados ao âmbito íntimo ou privado da atuante parlamentar, são utilizados com o objetivo de hierarquizar.

A seguir, analisaremos o *corpus*, explicitando os *ethé* atribuídos à Fátima Bezerra, de acordo com os enunciadores Natacha Cortês, da entrevista, e Bebeto Torres, do Blog.

3. Metodologia

No presente estudo, almejamos identificar o *ethos* da governadora Fátima Bezerra, por meio de análise comparativa entre a entrevista da revista Marie Claire (2021) e a crítica do blog território livre (2021), vinculado ao jornal Tribuna do Norte. Para desenvolvermos os objetivos propostos nesta pesquisa, embasamo-nos nos critérios da pesquisa descritiva. O quadro 3, a seguir, sistematiza as informações do *corpus*, como o título dos textos, suportes, gêneros discursivos e ano da publicação:

Quadro 3 – Máquinas midiáticas

Categorias de análise	Matéria 1	Matéria 2
Título	Fátima Bezerra: “Nós, mulheres, não devemos nos contentar em ser a exceção”	“Governadora Fátima Bezerra volta a errar no styling”
Mídia	Site virtual	Site virtual
Gênero discursivo	Entrevista	Blog
Suporte	Revista eletrônica	Internet
Ano	2021	2021

Fonte: Elaborado pelos autores

Nos tópicos 4.1 e 4.2, procedemos ao exame das estratégias linguístico-discursivas, na perspectiva da análise semiolinguística do discurso. Dentre as identidades ressaltadas pelos sujeitos enunciadore, buscamos apreender aquelas ligadas aos *ethé* de credibilidade, por meio do discurso da razão, e às relacionadas ao *ethé* de identificação, pelo discurso do afeto, cf. Charaudeau (2008a), confrontando com o pensamento feminista de Biroli e Miguel (2014).

4.1. Matéria 1

A entrevista é conduzida pela jornalista Natacha Cortêz, da revista Marie Claire (2021), vinculada ao O Globo. As análises serão realizadas por fragmentos, constituídos das perguntas e respostas.

a) Fragmento 1: Provavelmente você já se cansou de responder a esta pergunta, mas não tenho como não fazê-la: como se sente sendo a única governadora deste país?”

A resposta da governadora apresenta-se no quadro em destaque:

Pior que não cansei, sinto que é importante responder sempre que puder. Olha só, claro que só tenho a agradecer a generosidade do potiguar e dizer o imenso orgulho que tenho desse povo que me elegeu governadora, a primeira de origem popular do estado, quebrando um ciclo de décadas de governos de perfis oligárquicos, tradicionais e conservadores. Agora, ao mesmo tempo, ser a única mulher é motivo de muita reflexão, de perguntar por que em 27 estados da federação só há uma governadora. O que é isso?

Observamos, na primeira resposta, que a governadora Fátima Bezerra procura constituir um *ethé de credibilidade*, pois ela destaca sua “origem popular”: alguém que teria alcançado a condição de governadora sem pertencer às oligarquias políticas do Estado, portanto por *competência*. Com isso, a governadora constrói o seu *ethos de competência*.

Na resposta da governadora Fátima Bezerra, há, ainda, a presença dos *ethé de identificação*, quando associa a sua imagem às classes mais populares, em que afirma um distanciamento de uns “perfis oligárquicos, tradicionais e conservadores”. Nessa classificação, verificamos afinidade do discurso da governadora com o *ethos de humanidade*, definido por Charaudeau (2008a, p. 148), como “o ‘ser humano’ é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de confessar suas fraquezas.”

De acordo com Bezerra (2021), o fato de ser a “única mulher” constitui-se como um problema a ser refletido e enfrentado, portanto verificamos uma crítica, por parte da governadora, a essa falta de representatividade no país. A reflexão e a crítica, feitas por Bezerra, remetem a uma *consciência feminista*, portanto poderíamos identificar a presença de um *ethos de gênero*, o qual configura-se ainda nos *ethé de identificação*.

b) Fragmento 2: Qual é a resposta que dá para si? Entendo que é motivo de reflexão, mas também seria de indignação?

Não devemos nos contentar em ser a exceção, concorda? Agora veja, quando você olha para o fato de o Rio Grande do Norte ser o único estado que tem uma mulher no

governo, tem que levar em consideração fatos históricos. Temos um protagonismo político das mulheres, foi aqui que as mulheres exerceram o voto pela primeira vez. Foi aqui também que elegemos a primeira deputada estadual e tivemos a primeira prefeita da América Latina. Mas tudo isso não nos livra da luta, ou eu não seria a única.

Na referida passagem, Fátima Bezerra associa a sua trajetória política aos fatos históricos que tornaram o Estado do Rio Grande do Norte pioneiro na participação da mulher na política. Podemos perceber, na resposta da governadora, a constituição de um **ethé de identificação**, fundamentado no conjunto de mulheres que fizeram história na política potiguar, baseado no orgulho de ser um estado com diversos exemplos de mulheres em cargos eleitos. Destacamos o **ethos de gênero** e o **ethos de inteligência**, resultante de tal conhecimento histórico, ou nas palavras de Charaudeau (2008a, p. 145), a inteligência corresponde a “um imaginário coletivo que testemunha a maneira como os membros de um grupo social a concebem e a valorizam.”

O marcador adversativo “mas”, ao final da resposta, revela a necessidade da luta feminina, com isso relaciona o fato de ser a “única” a sua luta individual, uma luta que deve ser de todas as pessoas para que outras mulheres também possam ocupar cargos superiores. Assim, encontramos, em seu discurso, o **ethé de identificação**, e o **ethos de “chefe”**, como aponta Charaudeau (2008a, p. 153), esse **ethos** é “voltado ao mesmo tempo para si e para o outro. Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado.”

4.2. Matéria 2

A matéria, com o título “Governadora Fátima Bezerra volta a errar no styling”, foi publicada no dia 15 de abril de 2021. É o artigo de opinião, produzido por Bebeto Torres, para o blog de notícias “território livre: jornalismo de personalidade”, do jornal Tribuna do Norte. Conforme podemos ver abaixo:



Separamos os fragmentos, de acordo com os núcleos de sentido, produtores de imagens da governadora Fátima Bezerra:

a) fragmento 1:

“Estava de camisa estampada estilo “caipira de flores do campo” e diadema com estampa similar, tudo meio confuso. Com o corte do cabelo e a falta de maquiagem, fica no geral um styling que não condiz com uma Governadora em exercício.”

O enunciador usa, logo no princípio do texto, o verbo “estava”, que introduz um modo de organização do discurso descritivo, como postula Charaudeau (2008b, p. 75), concretizado em substantivos e adjetivos objetivos, como “camisa estampada” e subjetivos, como “estilo caipira de flores do campo”. No contexto do discurso, o termo “caipira” é pejorativo, portando revela uma crítica à aparência da governadora.

No desenvolvimento do texto, essa crítica vai sendo potencializada por outras referências, como no caso do acessório “diadema”, que também é criticado com o emprego do conectivo “similar”. Já o conector “tudo” retoma os objetos-alvos da crítica e os amplia para, mais uma vez, qualificar a aparência da governadora como “meio confusa”, portanto, para julgá-la de maneira depreciativa.

Na sequência do mesmo fragmento, o enunciador, novamente, explicita os elementos relativos à aparência da governadora que o incomodam: “o corte do cabelo e a falta de maquiagem”. A crítica estritamente focada na aparência da governadora apoia-se no julgamento do enunciador, e não em argumentos críveis. Dessa forma, identificamos um *ethé de identificação*, engendrado em um *ethos de gênero*, Aragão (2013).

b) Fragmento 2

“Com todo o respeito, o seu estilo merece mais atenção da sua equipe. Digo isso quando está em exercício, representando o povo. No pessoal, em casa e em eventos particulares, realmente, Ela pode se vestir como bem-queira-e-deseja”.

No fragmento 2, o enunciador retoma o termo “estilo”, porém, dessa vez, em inglês, “styling”, para marcar o seu domínio do estrangeirismo e, com isso, valorizar a sua imagem distinta de uma “caipira”. O enunciador expressa o seu argumento de que a aparência ou o estilo “não condiz com uma Governadora em exercício. Dessa forma, o sujeito enunciador aponta para a construção de um *ethos de gênero*, ligado ao *ethé de identificação*, já que se relaciona ao julgamento do que convém a uma **mulher** (vestimenta, acessório, cabelo e falta de maquiagem), ao âmbito privado. No âmbito público, conforme o autor, no entanto, a aparência da governadora não condiz com seu cargo político em exercício.

Buscando se afirmar em um argumento, forjado na razão, podemos identificar a tentativa de se construir um discurso pautado na razão para atribuir o *ethos de chefe* à governante do Estado. Entretanto, de acordo a classificação de Charaudeau (2008a, p. 153), o *ethos de chefe*: “se direciona para o cidadão” (...) “Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado”, o qual se enquadra na categoria dos *ethé de identificação*, aqueles pautados na emoção.

Conforme percebemos, a construção do *ethos* da governadora Fátima Bezerra, ou seja, a imagem construída pelo bloguista, busca deslegitimar a pessoa jurídica por meio de sua aparência, sem fazer referência a sua atuação política, atacando a figura pública a partir de uma série de críticas ao seu visual. Como aponta Biroli (2014, p. 118), “a definição do feminino pelo olhar masculino, predominante nos meios de comunicação e na publicidade, é um dos dispositivos para a reprodução ampla desses padrões. Fortalecem-se, assim, ideias e estereótipos que prescrevem comportamentos.”

A tentativa de fortalecer os argumentos contra a governadora leva o bloguista a cobrar a equipe da governadora essa preocupação com a aparência, como de interesse público. O enunciador cria a ideia de que a governadora (e a sua equipe) não teria aptidão para cuidar da própria aparência, portanto o seu lugar é o privado, referido como no âmbito pessoal.

Considerações Finais

A imagem da governadora, construída pelos diferentes enunciadores, revela uma semelhança de classificação dos **ethé de identificação**, baseado no *discurso do afeto*. Entretanto, o *discurso da razão* aparece na resposta da governadora Fátima Bezerra, quando destaca a importância da mulher no cenário político em função de sua **competência**, caracterizando o **ethé de credibilidade**, como pode ser observado no quadro:

Categorias de ethé e as subcategorias de ethos		
Corpus	Ethé	Ethos
Fátima Bezerra: “Nós, mulheres, não devemos nos contentar em ser a exceção”	Credibilidade	Competência
	Identificação	Humanidade, gênero, inteligência e chefe
“Governadora Fátima Bezerra volta a errar no styling”	Credibilidade	-
	Identificação	Gênero e chefe

Fonte: Elaborado pelos autores

Nessa perspectiva, a governadora argumenta, ainda, sobre essa **competência** relacionada ao **ethé de identificação**, portanto no *discurso do afeto*. Fátima Bezerra volta-se para seu público com base nos valores de referência **de gênero**, defendendo a representatividade de mulheres no poder. Além disso, a governadora apoia-se no **ethos de humanidade, inteligência e chefe**, na construção da sua imagem.

Com relação à análise do discurso da *matéria 2*, o enunciador utiliza predominantemente o *discurso do afeto*, baseado no **ethé de identificação**, sobretudo, julgando a governadora Fátima Bezerra, com base no **ethos de gênero**. O bloguista se posiciona, reproduzindo o pensamento, criticado por Biroli (2014, p. 116): “as formas de coerção social antes ativadas pela valorização da maternidade, da castidade e da passividade agora prescrevem comportamentos por meio de um ideal da “beleza domesticada”. Portanto,

o *ethos de gênero e de chefe*, atribuídos à governadora, diverge daquele construído por ela devido ao posicionamento sexista do sujeito enunciador.

A pesquisa se propôs a identificar a imagem da governadora por meio da análise de dois discursos distintos: da própria governadora e de um colunista. Podemos afirmar que ela defende um pensamento feminista, enquanto ele revela um comportamento machista. Observamos, ainda, que as mesmas categorias – *ethé* e *ethos* – revelam valores distintos, como a pesquisa comprovou.

No que diz respeito às políticas de gênero, o presente estudo possibilitou a constatação de que ainda hoje o pensamento misógino, advindo da esfera jornalística, permanece, reproduzindo valores e estereótipos das mulheres em cargos políticos. Dessa forma, Fátima Bezerra, mostra-se consciente da importância das lutas feministas com o objetivo de modificar essa desigualdade e expandir a representatividade das mulheres na política, por meio da ocupação dos cargos eletivos.

Referências

- ARAGÃO, Verônica. *A construção do ethos da presidente Dilma Rousseff em charges jornalísticas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*; tradução Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*; Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2008a.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modo de organização*. [coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. 2ª ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008b.
- CORTÊS, Natacha. Fátima Bezerra: “Nós, mulheres, não devemos nos contentar em ser a exceção”. *Marie Claire*, 2021. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Feminismo/Politica/noticia/2021/10/fatima-bezerra-nos-mulheres-nao-devemos-nos-contentar-em-ser-excecao.html>.
- MIGUEL, Felipe Miguel; BIROLI, Flavia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014
- REDAÇÃO. Jean Wyllys critica Eduardo Leite, recém-assumido gay, por apoio a Bolsonaro. *Diário do Nordeste*, 2021.
- TORRES, Beбето. Governadora Fátima Bezerra volta a errar no styling. *Território livre*, 2021. Disponível em: <http://blog.tribunadonorte.com.br/territoriolivre/governadora-fatima-bezerra-volta-a-errar-no-styling/>.

UM COMENTÁRIO SOBRE O DIREITO À FALA NO CONTRATO DE COMUNICAÇÃO EM AMBIENTE SOCIOINTERATIVO DIGITAL

Alexandre Henrique dos Santos MONTEIRO (UERJ)

Introdução

Em meados do século XX, as sociedades modernas entraram em um significativo processo histórico de transformação. Grande parte das mudanças está relacionada aos impactos culturais da informatização integral das sociedades. (FILHO, 2014)

Uma dessas mudanças é a negação do *status quo* comunicacional. Ao colocar em cheque a lógica unilateral de comunicação do *mass mídia*, as pessoas passaram a ter o poder de exercer uma comunicação ativa, participativa e horizontal, e de gerar seus próprios conteúdos informacionais, o que muitas vezes é confundido com geração conhecimento.

Nas malhas desse “novo” poder, cada indivíduo encontra-se simultaneamente na posição de exercê-lo e de sofrer sua ação. Isto é, cada indivíduo tem possibilidade de ser sua própria mídia e de gerenciar, com relativa autonomia, sua própria rede de comunicação.

Dessa forma, este trabalho, ancorado nas temáticas do contrato comunicativo (CHARAUDEAU, 2016), representação social (CHARAUDEAU, 2017a), imaginário (CHARAUDEAU, 2017b) e *Ethos* (AMOSSY, 2018, 2016), tem como escopo discutir a influência do compartilhamento das representações sociais na legitimação do direito à palavra, à revelia da ausência de um *Ethos* prévio formalmente institucionalizado, no processo iconoclasta de confronto a saberes de conhecimentos científicos no ambiente sociointerativo digital das redes sociais.

A Semiologia e o Contrato de Comunicação

A teoria semiológica é uma teoria da análise de discurso de base enunciativa que se propõe a examinar os elementos linguísticos e extralinguísticos de um ato de comunicação concebido por um sujeito comunicante com competência linguística para organizar estrategicamente seu material linguístico, regulado por condições psicossociais que delimitam sua aventura discursiva criada com o fim de sucesso, a fim de ser legitimado por seu interlocutor como digno desse ato.

A enunciação, sob o crivo de Charaudeau, cria, necessariamente, um quadro figurativo com a presença de quatro sujeitos assim descritos: sujeito-comunicante (produz/inicia o ato de comunicação) e sujeito-interpretante (responsável por interpretar), atuando como parceiros; e sujeito-enunciador (imagem projetada na encenação discursiva) e sujeito-destinatário (imagem ideal construída pelo enunciador), formando os protagonistas – seres da palavra.

Segundo Charaudeau (*apud* MONNERAT; PAULIUKONIS, 2008), o ato de comunicação combina, indissociavelmente, um espaço do dizer (circuito interno) – lugar da instância discursiva, onde agem os protagonistas, seres da palavra, e um espaço do fazer (circuito externo) – lugar da instância situacional e espaço dos parceiros.

Além disso, muito embora o ato comunicativo configure-se com a volição discursiva de um locutor, o direito à palavra não é um ato autoritário, em que esse locutor toma a palavra reconhecendo-se como legítimo; mas, sim, o resultado do *contrato* no qual o direito à fala e a construção de sentido passam por quatro princípios básicos; são eles:

Princípio da Interação: esse princípio define o ato de comunicação como um fenômeno interlocutivo não simétrico entre dois parceiros que se reconhecem mutuamente como semelhantes – compartilham universos de referência e possuem motivações comuns – e diferentes, que co-constroem o ato de comunicação;

Princípio da Pertinência: implica a existência de um projeto de fala em que o locutor é motivado por uma intenção, ao passo que também condiciona que ambos – locutor e interlocutor – possuam saberes compartilhados, a fim de viabilizar uma intercompreensão;

Princípio da Influência: implica o reconhecimento do uso de estratégias discursivas postuladas pelos sujeitos, na luta pelo controle do interesse da comunicação.

Princípio da regulação: implica a determinação de condições para que os parceiros em contato comunicativo reconheçam-se e legitimem-se reciprocamente como sujeitos comunicantes a fim de que a troca comunicativa permaneça, acarretando o uso de estratégias discursivas.

Os quatro princípios supracitados construtores do contrato de comunicação, são indissociáveis e implicam a co-construção de sentido e a mútua legitimação dos parceiros envolvidos no ato.

O destaque à interação intersubjetiva mostra-nos a influência que a situação social apresenta sobre a situação de produção e recepção, como também destacam a *imagem* discursiva que o sujeito enunciador cria de si mesmo no espaço de restrições e manobras.

Destacam-se, assim, dois conceitos fundamentais ao ato comunicativo – o princípio da alteridade e o da identidade. O princípio da alteridade define o ato de linguagem como um fenômeno de troca entre dois parceiros mutuamente reconhecidos, que compartilham crenças, valores e finalidades. O princípio da identidade define o indivíduo como um ser compositório, agregando atributos biológicos, psicossociais e discursivo-comportamentais, que resultam nas identidades social e discursiva (Charaudeau, 2009).

A identidade social é responsável por viabilizar ao sujeito o direito à fala, por meio do reconhecimento concedido pelas instituições sociais – formais ou não – e suas normas institucionais regentes de cada domínio de prática social.

Já a identidade discursiva é produto da atividade linguageira do sujeito falante administrada nos espaços de credibilidade – relacionada à necessidade de crença nele e nas suas asserções, e de captação – relacionada à certeza de que o interlocutor perceberá o projeto de intencionalidade por compartilhar suas ideias. Ou seja, podemos dizer que, conquanto a identidade social oriente ao direito à fala, ele apenas será reconhecido/delegado pelo interlocutor com base na identidade discursiva apresentada.

Das Representações aos Imaginários

A fim de que o mundo torne-se inteligível para nós, precisamos decompô-lo conceitualmente, conferindo-lhe significado. Esse processo de significação – conhecido como representação social – é realizado por meio de sistemas de interpretação que transformam a realidade em um real significado.

As representações sociais são fenômenos sociais em que confluem elementos de natureza ideológica, informativa, cognitiva, opinativa que orientam nossa maneira de perspectivar a realidade, seja de forma subjetiva – por meio das crenças e opiniões, seja de forma objetiva – por meio de um discurso científico, organizando-se em forma de saberes que transformam em discurso uma análise sobre um estado de realidade.

Segundo a Psicologia Social, as representações resultam de um

mecanismo que compreende um duplo processo: de “objetivação”, que consiste em depreender da experiência um conjunto de informações previamente selecionadas e filtradas para descontextualizá-las e construir uma significação global sob a forma de um nó figurativo; de “ancoragem”, que assegura “o enraizamento da representação no sistema de pensamento preexistente para conjunto de semelhanças e diferenças.” (CHARAUDEAU, 2017a, p.196)

O resultado dessa proposta de simbolização afetivo-racional do mundo pela mecânica das representações sociais depositado na memória coletiva dá origem ao que chamamos de *imaginário*. Considerando a hipótese de que o sintoma de um imaginário é a fala, o imaginário pode ser qualificado de sociodiscursivo, já que resulta da atividade de representação que constrói os universos de pensamento, lugares de instituição de verdade, e essa construção faz-se por meio da sedimentação de discursos narrativos e argumentativos – *saberes* –, propondo uma descrição e uma explicação dos fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos. (CHARAUDEAU, 2017b).

Esses saberes originados das mecânicas de representação, a partir dos quais são organizados sistemas de pensamento geradores de teorias, doutrinas ou opiniões, são divididos em saberes de conhecimentos e saberes de crença (CHARAUDEAU, *Op. cit.*).

Os saberes de conhecimentos são aqueles em que o homem assume uma posição neutra para estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo, ancorada na possibilidade de verificação das proposições necessárias. Eles se subdividem em saber científico, saber de experiência.

O saber científico é responsável por construir considerações acerca da realidade bruta tal como ela se apresenta objetivamente. Baseia-se nos procedimentos de observação, experimentação e cálculo, fazendo uso de instrumentos de verificação e visualização do mundo.

Já o saber de experiência é responsável por construir explicações sobre o mundo, sem garantias de serem provadas, pois não possui procedimentos particulares nem instrumentos, sustentando-se apenas por um discurso de causalidade natural.

Por último, o saber de crença está relacionado às apreciações, julgamentos que partem do ponto de vista do sujeito a respeito dos fenômenos, dos eventos e dos seres do mundo, seu pensamento e seu comportamento, dando origem aos saberes de revelação e de opinião.

O saber de revelação é responsável por supor uma verdade exterior ao sujeito, que não pode ser demonstrada, provada ou verificada, pois é passível de fé, exigindo assim um movimento de adesão que seja ancorado em textos legitimadores dessa verdade mais ou menos transcendental.

Os saberes de opinião nascem de um processo de avaliação atravessado pela subjetividade do homem, que tece juízos de valor sobre a realidade bruta, ou seja, o homem impõe seu olhar sobre o mundo. Frisemos que toda opinião é uma apropriação, ao mesmo tempo pessoal e partilhada, sobre os fatos do mundo.

Ethos: Conquista ou Concessão?

Um bom locutor deve saber criar uma imagem discursiva que permita maior envolvimento com seu interlocutor, ainda que esse não seja o único meio discursivo para influenciar seu interlocutor-público.

Em outras palavras, o ato de tomada de palavra implica a construção de uma imagem de si apresentada, que não se limita apenas a uma técnica que possa ser aprendida; essa

construção efetua-se, frequentemente, à revelia dos parceiros nas trocas verbais mais naturais e pessoais (AMOSSY, 2016).

Considera-se que a maneira de dizer autoriza a construção dessa imagem de si e, na medida em que o locutor vê-se obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para a criação de uma inter-relação entre locutor e interlocutor. Participando da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar adesão; ao mesmo tempo, o *Ethos* está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimação pela fala (AMOSSY, *Op. cit.*).

Sendo assim, as propriedades relativas ao caráter podem contribuir para a credibilidade do locutor e, por consequência, para o sucesso ou insucesso do empreendimento discursivo, visto que algumas presunções acerca do comportamento e do caráter do locutor orientam significativamente a interpretação do discurso do locutor e esse fato não depende dele.

O conceito de *Ethos* permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral de adesão de sujeitos a certa posição ideológico-discursiva. É possível afirmar que o poder que as palavras têm de colaborar para esse processo de adesão deriva da adequação entre a função social exercida pelo locutor e seu discurso, na medida em que o discurso não pode ter autoridade, se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima. Então, considerando que o *Ethos* está ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar que o público constrói representações do *Ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale, o que implica a discriminação entre um *Ethos* discursivo e um *Ethos* prévio (AMOSSY, *Op. cit.*, p.71).

Esse locutor constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu interlocutor, ou seja, das representações de cidadão competente e confiável que ele crê aparentar ao seu público. E, para que a ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói pelo discurso sejam reconhecidas – legitimadas – pelo interlocutor, é preciso que sejam assumidas na *doxa*, ou seja, que sejam indexadas em representações compartilhadas.

A eficácia da palavra associa a posição institucional do locutor com a interlocução da troca linguageira, levando-nos a dizer que a posição institucional do locutor e o grau de legitimidade atribuído a ela implicam uma imagem prévia sustentada pela *doxa*, em outras palavras, a construção discursiva, o imaginário social e a autoridade institucional contribuem para estabelecer o *Ethos* e a troca da qual ele é parte integrante. A reciprocidade, ancorada no princípio da alteridade, correlaciona as influências entre o *Ethos* institucional e o *Ethos* discursivo.

A legitimidade que usufrui o locutor e sua imagem pública delimitam sua autoridade no momento em que toma a palavra; todavia, a construção da imagem discursiva de si tem a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e de transformá-las. “(...) Em outros termos, a autoridade do locutor não provém somente de seu estatuto exterior e das modalidades da troca simbólica da qual ele participa. Ela é também produzida pelo discurso em uma troca verbal que visa a produzir e a fazer reconhecer sua legitimidade”. (AMOSSY, *Op. cit.*, p.138).

Caracterização do *Corpus* e Análise

O *corpus* deste trabalho compõe-se de comentários retirados dos canais do *YouTube* de dois ex-influenciadores digitais que conseguiram certo destaque como formadores de

opinião no Brasil contemporâneo, são eles: Olavo de Carvalho e Kim Kataguirí. Assim, com o fito de contextualizar a posterior análise, iremos realizar uma breve apresentação dessas duas figuras públicas.

Olavo de Carvalho fora escritor, palestrante e conferencista que se atribuía o título de “filósofo autodidata”. Ignorado pelas principais universidades do país, recebeu considerável destaque nas redes sociais nos dez últimos anos que precederam sua morte.

O homem por trás da indicação de ministros do governo Jair Bolsonaro, viveu, desde 2005, nos Estados Unidos, de onde ministrava cursos de Filosofia que eram transmitidos por meio de seu canal na Internet.

Olavo foi considerado, por seus seguidores, como um grande intelectual revolucionário ao se rebelar contra um suposto monopólio do pensamento de esquerda na imprensa e na Academia brasileira. Sua passagem por redações de grandes jornais e revistas – em grande parte como astrólogo – atribuiu-lhe credibilidade, que viabilizou a legitimação de suas ideias por seu público interlocutor, ao passo que conferiu permissão para contestar e desfazer saberes eruditos já legitimados.

Por sua vez Kim Kataguirí, nascido na cidade de Salto, em 28 de janeiro de 1996, no interior de São Paulo, é filho de um metalúrgico e de uma dona de casa. Mudou-se para Santo André para cursar Economia na Universidade Federal do ABC, porém abandonou o curso antes de completá-lo.

Após ter postado um vídeo no *YouTube* questionando o Bolsa Família, tornou-se amigo de críticos do governo da então presidente Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores, como o apresentador Danilo Gentili.

Kim – hoje deputado federal por São Paulo – fora a figura de maior destaque do autoproclamado liberal e reacionário grupo apartidário MBL - Movimento Brasil Livre. Dono de um canal no *YouTube* repleto de vídeos contra a Esquerda, à época, esse jovem ganhou considerado espaço na mídia, após liderar a marcha para Brasília, a fim de pressionar os congressistas para o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Em 2018, concorreu ao pleito para deputado federal pelo DEM e conquistou a eleição para o cargo, sendo o quarto mais votado. Poucos dias depois da eleição, anunciou que pretendia candidatar-se à presidência da Câmara.

Feitas essas contextualizações, a seguir, veremos seis recortes de comentários de seguidores de Olavo de Carvalho expostos em seu canal do *YouTube*, acerca do vídeo *Desenhando a explicação: Hawking e Darwin*, já com 328.864 mil visualizações, 26 mil curtidas e 1,6 mil descurtidas.

O vídeo faz parte de um dos cursos que Olavo de Carvalho ministrava em seu canal pela internet. Nele, colocando-se na posição de um pensador cristão, Olavo teceu comentários sobre o ateísmo na ciência, passou pelas Ciências da Natureza e Filosofia, dialogou com algumas ideologias políticas e terminou por criticar as universidades brasileiras, incitando a cassação de seus registros, taxando-as de estelionatárias e atribuindo a falência intelectual brasileira a elas.

FIG_1

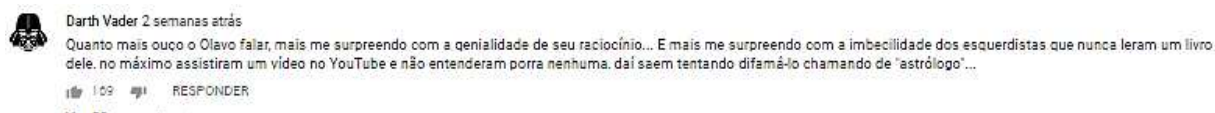


FIG_2

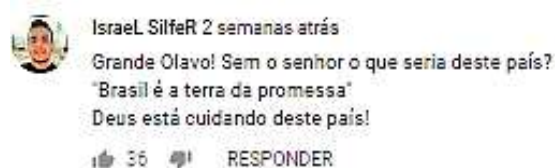
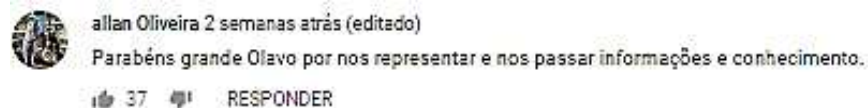


FIG_3



Os comentários expostos nas figuras 1, 2 e 3 mostram total adesão ao discurso apresentado por Olavo de Carvalho em seu vídeo de contestação aos pressupostos científicos consagrados como saber de conhecimento científico, ainda que Olavo de Carvalho não tivesse formação acadêmica na área sobre a qual discursava.

No vídeo em questão, há algumas opiniões contrárias que não foram destacadas para análise, no entanto, prepondera o número de seguidores que compartilham da mesma representação apresentada por Olavo, como se justifica pelo número expressivo de curtidas (26 mil) em oposição às descurtidas (1,6mil).

A legitimação de Olavo como intelectual, como uma figura de "saber ímpar", pode ser verificada pelos comentários nas figuras 1, 2 e 3. Especialmente no comentário 1, é possível perceber que a interseção de uma mesma ideologia política provoca uma forte mobilização do interlocutor expressa linguisticamente por uma forte modalização do discurso.

As quatro próximas figuras referem-se ao vídeo Professor arrogante troca de lugar e vira aluno, de Kim Katagiri, com 2.328.289 visualizações, 126 mil curtidas e 2 mil descurtidas.

O vídeo faz referência à gravação feita em uma câmara municipal de São Paulo, em que se trata do debate proposto pelo MBL acerca do tema escola sem partido. No debate, um professor apresenta-se, destacando sua experiência e qualificações, e questiona o fato de o assunto ser tratado por pessoas que não possuem legitimação institucional ou empírica para tal abordagem. Em resposta, Kim inicia seu discurso minimizando a importância das prerrogativas qualificativas expostas pelo professor e aponta, corrigindo, que a crítica feita pelo professor deveria ser tratada em esfera nacional e não municipal.

FIG_4

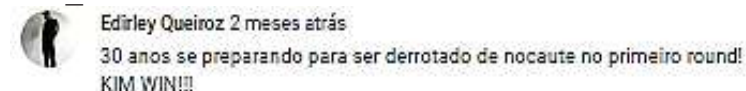


FIG_5

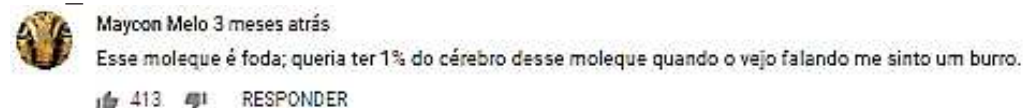


FIG_6

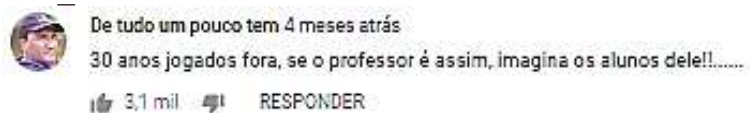
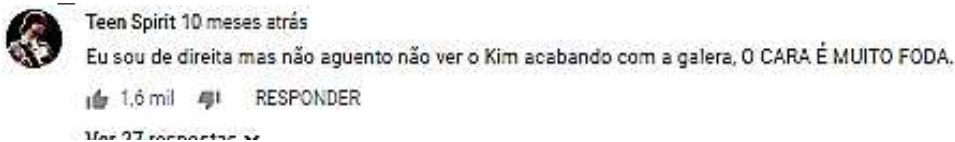


FIG_7



Os comentários de 4 a 7 também mostram total adesão ao discurso apresentado por Kim Kataguri, considerando-o um orador que consegue impor-se a um saber de conhecimento científico e de experiência apresentado previamente pelo professor que se contrapõe a ele no vídeo em questão, como se justifica nos comentários 4, 6 e 7.

Importante destacar também que o *Ethos discursivo* apresentado por Kim exerce forte poder de sedução, excluindo um possível filtro cognitivo que analisaria o conteúdo do discurso de forma crítica, em vez de afetiva, ou melhor, pode-se perceber pelos comentários que a encenação discursiva tem maior destaque que o conteúdo que ela representa, como se vê em todos os quatro comentários.

Considerações Finais

Como já sabemos, a identidade social, que espelha o *Ethos* prévio, é concedida pelas instituições sociais, formais ou não, e as respectivas normas regentes de cada domínio de prática. Podemos destacar, então, que os locutores em questão rivalizam com esse pressuposto, já que a força motriz de legitimação à fala não pode apoiar-se na concessão institucional, pois os locutores constroem seus discursos sobre domínios de prática não adequados ao seu *Ethos* prévio, por meio de um saber de opinião. Talvez, no caso de Olavo de Carvalho, houvesse uma identidade social de maior destaque, por já ter exercido a função de jornalista em importantes veículos midiáticos nacionais, o que lhe conferiria uma saber de experiência mais adequado à posição de fala, se comparado ao caso de Kim.

Dessa forma, é possível constatar que a concessão à posição de falante reconhecido no contrato de comunicação justifica-se por dois fatores: o compartilhamento de imaginários engendrados pelas representações sociais, produzindo estereótipos comuns entre locutor e interlocutor; e a identidade discursiva – que espelha o *Ethos* discursivo.

Os dois locutores apresentaram um discurso que seduz, na medida em que reproduziam o que seus interlocutores queriam ouvir, ainda que fazendo passar um saber de opinião por um saber de conhecimento.

Pôde-se verificar também, pelos comentários, que os dois locutores gozaram de grande credibilidade – por meio de uma atitude discursiva de engajamento – por permitirem uma interseção de imaginários sociodiscursivos. Além disso, podemos afirmar total reconhecimento pelos interlocutores do projeto de intencionalidade dos locutores, ou seja, os seus discursos também atravessaram o espaço de captação.

Olavo de Carvalho ancorou-se em teorias baseadas em bibliografias, ou seja, em um saber enciclopédico no sentido tradicional do termo, o que lhe concedeu o título de professor, dado por seus seguidores-interlocutores, como lhe concede ainda a permissão para realizar cursos, conferências e palestras.

Já no Caso de Kim Katagui, levanta-se a hipótese de que a pouca idade na época – que teoricamente não lhe forneceria um saber para contestar saberes instituídos academicamente – contrasta com a identidade sociodiscursiva apresentada em suas apresentações, criando um *Ethos* discursivo de menino genial.

É importante lembrar que, no caso de Kim, toda essa genial encenação discursiva foi construída em grande parte pela mistura de inúmeras semioses estrategicamente editadas, a fim de manter a imagem eminente de jovem revolucionário inteligente e altruísta, responsável pela mudança do Brasil.

Em suma, ainda que o *Ethos* seja produto da comunhão dos estatutos psicossociais do locutor e sua legitimidade para fala como produto de seu material linguageiro, pela análise feita sobre o contrato comunicativo em situação sociointerativa digital, foi possível concluir que o *Ethos* discursivo se sobrepõe ao *Ethos* prévio. Os locutores apoiaram seus argumentos sobre a *doxa* e modelaram seu *Ethos* discursivo com representações sociais que, no caso, assumem valor demasiadamente positivo diante de seus interlocutores que lhes concedem o direito à fala.

Referências

- AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Trad. CORRÊA, A. M. S... [et al.]. São Paulo: Contexto, 2018.
- (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2017 a.
- Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Trad. SILVA, A. L.; ANGRISANO, R. M. In: *Entrepalavras*, Fortaleza, v.7, p. 571-591, jan./jun. 2017b. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Les-stereotypes-c-est-bien-Les-98.html>>. Acesso em: 17 de set. de 2017.
- *Linguagem e discurso*. Trad. CORRÊA, A. M.S; LÚCIA, I. L. São Paulo: Contexto, 2016.
- Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p.309-326.
- FILHO, Claudio Luiz Cecim Abraão. *Comunicação e Subjetividade na Cibercultura: Contribuição para crítica da (des)subjetivação em redes sociodigitais*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MONNERAT, R. S. M.; PAULIUKONIS, M. A. L. Operações discursivas na enunciação. In: LARA, M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Org.). *Análise do Discurso hoje*. Volume 1, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ESTRATÉGIAS DO RISÍVEL NO HUMOR NEGRO

Alexandre Henrique dos Santos MONTEIRO (UERJ)

Introdução

O fenômeno da morte é uma constante que nos assombra, entretanto por motivos de ordem cultural não conseguimos vê-la como um fenômeno associado à vida. Sua representação abstrata carregada de valor negativo justifica os artifícios eufemísticos, sobretudo de natureza linguístico-discursiva, relegados a seu tratamento. (SANTOS; CUSTÓDIO, 2017).

A fim de atenuar o incômodo provocado pela presença de temas como esse em nossos eventos linguageiros, empregamos expressões substitutas, que tratem de referenciar o fenômeno da morte de forma a abrandar toda força negativa que ele representa.

Entretanto, essa abordagem linguístico-discursiva que o tema recebe gera efeitos eufemísticos capazes de “brincar” com a leitura do sujeito interpretante acerca da propaganda publicitária de temática mórbida

A partir dessa percepção, analisaremos o uso eufemístico do fenômeno semântico de ambiguidade expresso por meio de determinados vocábulos no tratamento de peças publicitárias que busquem o risível nas temáticas de *humor mórbido*, tendo como insumos as da empresa funerária Sinaf.

Sobre o Humor

Embora seja uma manifestação universal condicionada ao homem, o fenômeno *humor* ainda apresenta certa opacidade em sua definição. Assim, com vistas a um claro desenvolvimento, definiremos *humor* como um estado afetivo inerentemente humano e o *riso*, sua manifestação mais natural (EAGLETON, 2020).

Os primeiros estudos sobre o *humor* datam do início da civilização ocidental, com Platão e Aristóteles. Atualmente o interesse acerca do tema se mantém, sendo dessa forma matéria de pesquisa de inúmeros estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento humano: psicologia, antropologia, psicanálise, linguística. (FIGUEIREDO, 2012).

Esse enfoque multidisciplinar voltado ao estudo do *humor* gerou várias abordagens distintas, contudo, são de consenso geral apenas três linhas teóricas fundamentais de explicação desse fenômeno: *a teoria da superioridade*, *a teoria do alívio* e *a teoria da incongruência*.

A *teoria da superioridade* tem suas raízes nos estudos filosóficos gregos. Nessa abordagem o riso é visto como uma manifestação temporária de superioridade em relação a outrem.

Platão comenta no diálogo *Filebo* que a comédia nasce do escárnio malicioso. Já Aristóteles na *Poética* comenta que o *humor* é resultado do conhecimento das desgraças alheias ou da constatação das fraquezas de seus semelhantes. Destaca-se, entretanto, que, muito embora aceite um viés de correção política, proibindo o riso direcionado ao infortúnio alheio, para Aristóteles, o *humor* é algo abusivo.

Mais tarde, Hobbes corrobora para essa abordagem ao comentar – ainda que timidamente, em *Leviatã* –, que o *humor* está relacionado ao egoísmo, pois sua manifestação é consequência da percepção da diferença de posições psicossocioeconômicas entre o alvo do *riso* e a testemunha do ato (FIGUEIREDO, 2020).

Em seu turno, Bergson (2001) aborda o *humor* por meio das ferramentas da lógica filosófica, a fim de definir os mecanismos geradores do efeito risível. Conforme seus predecessores, considera também o *humor* fruto de um afastamento – uma perda, ainda que momentânea, de empatia –, pois, para ele, o que canaliza o efeito risível é o descaso para com o semelhante. De modo geral, em seu enfoque, Bergson considera como risível a mecanicidade das ações humanas.

Entretanto, quanto ao *humor* de cunho linguístico-discursivo comenta

A linguagem só obtém efeitos risíveis por que é obra humana, modelada com máxima exatidão possível pelas formas do espírito humano. Sentimos nela algo que vive de nossa vida; e se essa vida da linguagem fosse completa e perfeita, se nada houvesse nela de rígido, se a linguagem, enfim, fosse um organismo totalmente unificado, incapaz de se cindir em organismos independentes, escaparia a alma à vida que fosse harmoniosamente fundida, unida, semelhante a um espelho d'água bem tranquilo. Mas não há algo que não permita a flutuação de folhas mortas em sua superfície, não há alma humana sobre a qual não assentem hábitos que a endurecem para si mesma endurecendo-a para os outros, assim como não há língua bastante flexível e vivaz, suficientemente presente por inteiro em cada uma de suas partes, para eliminar o estereótipo e para resistir também às operações mecânicas de inversão, transposição etc. que desejaríamos nela executar, como se ela fosse uma coisa. O rígido, o estereótipo, o mecânico, por oposição ao flexível, ao mutável, ao vivo, a distração por oposição à atenção, enfim o automatismo por oposição à atividade livre, eis em suma o que o riso ressalta e gostaria de corrigir. (BERGSON, 2001, p.97-98)

A *teoria do alívio* tem como principais expoentes Sigmund Freud e Herbert Spencer e trata o *humor* uma espécie de escape para as tensões comuns que afloram nas relações humanas: “a hilaridade é causada pela golfada de sentimento prazeroso que se segue ao fim de uma tensão mental desprazerosa.”, Spencer (apud EAGLETON, 2020).

Para Freud, o *humor* emerge da liberação de um impulso contido; isto é, no prazer de uma piada, por exemplo, o Superego relaxa sua vigilância, permitindo que o Id manifeste-se fazendo emergir o sentimento outrora censurado.

Sobre isso, Eagleton comenta que

A construção da realidade social é um negócio cansativo que exige esforço prolongado, e o humor nos permite relaxar nossos músculos mentais. É como se, por baixo de nossas faculdades mais racionais, existisse um subtexto mais sóbrio, desganhado e cínico que acompanha nosso comportamento social convencional em todos os momentos e que, ocasionalmente, emerge na forma de loucura, criminalidade, fantasias eróticas ou em um exuberante jorro de espirituosidade. (EAGLETON, 2020, p.23)

Nota-se que nessa perspectiva teórica, o *humor* e seus efeitos envolvem uma deflagração de emoções sublimadas e desejos reprimidos, por meio do riso.

Já a *teoria da Incongruência (ou cognitiva)* trata o *humor* como resultado de uma surpresa – quebra de expectativa ou dissonância cognitiva – a qual provoca um estranhamento, uma incompreensão que leva o sujeito à compreensão da situação risível por meio de adaptações semânticas, que passam por camadas interpretativas, buscando melhores possibilidades de leitura para os elementos empregados nessa situação risível.

Nessa perspectiva, o *humor* eclode de situações e elementos fora de ordem, estranhos ou não familiares, ou seja, fenômenos fora do lugar:

(...) o humor surge do impacto entre aspectos incongruentes: uma súbita mudança de perspectiva, um deslize inesperado do significado, uma atraente dissonância ou

discrepância, uma momentânea desfamiliarização do familiar e assim por diante. Como temporário “descarrilamento do sentido”, ele envolve a perturbação do processo ordeiro de raciocínio ou a violação das leis e convenções.

É imperativo destacar que nem toda incongruidade reúne condições suficientes para provocar o *humor*. Algumas, por serem repulsivas, alarmantes, desagradáveis não provocam o efeito risível. Ademais, é imperativo salientarmos, conquanto seja comum manifestar-se por meio de semioses visuais, a incongruência pode ocorrer naturalmente por meio de signos verbais, quando, por exemplo, oferecemos o significado de um signo e logo depois o retiramos ou propomos sua ressignificação, provocando no interpretante da situação risível uma rápida mudança de perspectiva para acompanhar o deslizamento de significado entre uma camada de leitura e outra.

Quanto ao *humor mórbido* – um subgênero do *humor* – verifica-se a busca de efeitos risíveis a partir de temas sensíveis à nossa sociedade, como por exemplo, a morte.

A eleição desses temas considerados *tabus* – e que servem de escopo para o *humor mórbido* – é atravessa da pelas crenças e valores da sociedade em que se inserem os sujeitos implicados na situação risível (MASSONI, 1995).

Partindo de nossa necessidade básica de conveniência social e busca pela aceitação em um determinado grupo ou comunidade, tratamos, muitas vezes, de atenuar a dureza ou indelicadeza de certas expressões que, por razões psicossocioculturais ou pragmáticas, evocam *tabus*. Essas expressões atenuadoras são os eufemismos.

Para o homem, nada mais terrível que a do que a morte. Pois bem, na vida social, o vocábulo que define a ideia pura – *morrer*, é suavizado pelos seguintes eufemismos: falecer, expirar, decidir, acabar, parecer, ir para o céu, finar-se, fechar os olhos, entregar a alma a Deus, passar-se, etc. Tudo expressões que procuram atenuar a fealdade do horrível transe. E quando se anuncia no jornal a morte de alguém, pessoa católica e de bom-tom, a sua família não escreve, seca e trivialmente, morreu, mas sim um longo circunlóquio eufemístico: *Foi Deus servido chamar à sua divina presença Fulano de tal*. (LAPA, 1982, p. 24)

Os *tabus linguísticos* apresentam emprego restrito e, segundo Fiorin (2019) são relacionados a três temas específicos: *o medo* – associado a expressões que evocam nossa relação com a morte e o sobrenatural; *a delicadeza* – associado a expressões consideradas grosseiras, indelicadas, isto é, que infringem os códigos de etiqueta social; e *a decência* – associado a expressões que evoquem partes do corpo, necessidades e funções fisiológicas e que, por isso sejam consideradas vulgares ou agressivas ao pudor. (FIORIN, 2019).

Segundo Dominguez (2004), o eufemismo é uma estratégia discursiva capaz de atuar não apenas ao nível da língua, mas também ao nível das relações sociais, quando, por exemplo, adaptamos formas linguísticas tidas como politicamente corretas, em razão de estarem atreladas a um valor pejorativo.

Observando a peça publicitária a seguir, como exemplo, percebemos que a temática da morte tem seu valor negativo atenuado em razão da ambiguidade da expressão *passar para o outro lado* colocada em um *outdoor* próximo a uma travessia de veículo.



Em seu primeiro plano de leitura, “atravessar para o outro lado” refere-se à transposição física de um ponto a outro da estrada. Já em seu segundo plano de leitura, recupera-se a ideia de morte que, em razão da expressão eufemística, apresenta sua carga negativa atenuada

Inferimos, assim, que o fenômeno de ambiguidade é potencialmente deflagrado em nível pragmático, além de servir para, por meio desse deslize semântico em camadas interpretativas, distrair a percepção do sujeito interpretante da campanha publicitária, entre uma leitura objetiva acerca de sua realidade física naquele momento e uma leitura subjetiva, associada à finitude de sua vida.

Destaca-se que apenas no contexto linguageiro, quando estão em jogo as intenções, as crenças, o conhecimento de mundo entre os sujeitos do ato comunicativo, um enunciado pode ser entendido como eufemístico. Além disso, uma palavra ou expressão para serem legitimadas como *eufemismos* devem permitir mais de uma leitura – uma de natureza literal e outra de natureza eufemística.

Isso implica dizer que o fenômeno de ambiguidade encontra-se no cerne da legitimação de um eufemismo e que, por isso, não permite substituição por um termo equivalente sem implicar grave alteração aos efeitos de sentido pretendidos: “*La ambigüedad, por tanto, es inexcusable cuando queremos expresarnos eufemisticamente*”, Dominguez (2002, p.45).

Sob uma perspectiva referencial das propriedades semânticas (CANÇADO, 2008), entende-se “ambiguidade” como fenômeno semântico identificado quando um enunciado permite mais de uma leitura independente por parte do sujeito interpretante.

Se a um enunciado é possível atribuir duas ou mais interpretações, dizemos que ele caracteriza um caso de AMBIGUIDADE. É óbvio que muitas delas podem ser desfeitas porque o leitor tem conhecimentos implícitos ou pressupostos a respeito do fato ou da expressão empregada. A ambiguidade, como lembra Dubois (1978, p.45), pode ser do léxico, mas também pode “advir do fato de que a frase tenha uma estrutura sintática suscetível de várias interpretações”. É praticamente o mesmo que diz Ullmann (1964, p. 323), para quem “a AMBIGUIDADE é uma situação linguística que pode surgir por vários modos”, mas que do ponto de vista puramente linguístico pode ocorrer por razões fonéticas, gramaticais ou lexicais – mas acrescentamos: sempre no ambiente pragmático-discursivo e sempre pela exploração da massa sonora (e sua representação gráfica). (HENRIQUES, 2018, p.87)

Com base em Cançado (2008) e Fuchs (apud BRÄSCHER, 2002), afirma-se que a ambiguidade ocorre nos níveis: *morfológico*, quando uma mesma palavra oscila entre categorias gramaticais distintas – policategorização –, fenômeno comum com palavras em processo de gramaticalização; *sintático*, quando o arranjo sintático dos enunciados permite a percepção de mais de um significado para o enunciado; *semântico*, quando as interpretações possíveis são geradas pela correferencialidade de pronomes ou operadores de negação. Isto é, os pronomes do enunciado podem se ligar a mais de um antecedente ou ter mais de um escopo para o operador de negação; *pragmático*, quando a duplicidade referencial é condicionada à situação em que se encontra o falante no momento de sua enunciação; e lexical, quando uma unidade do léxico apresenta mais de um significado em um enunciado.

O uso da ambiguidade, na busca do efeito risível, vale-se de todos os recursos a que a língua dispõe, todavia consideramos a escolha lexical um recurso determinante na composição do texto publicitário, uma vez que, por meio dela, busca-se aproximar o produto ou serviço ao alvo da propaganda publicitária, por meio de um vocabulário que lhe seja familiar e comunique-se com seus desejos mais íntimos, para, assim viabilizar a adesão aos seus propósitos (PEREIRA; SALBEGO, 2010).

Isso significa produzir um discurso com características socioculturais e psicossociais comuns ao público alvo de modo a fazê-lo crer que a mensagem publicitária foi feita para ele.

Sob uma perspectiva lexical, a ambiguidade manifesta-se majoritariamente por meio dos fenômenos de *homonímia* e de *polissemia*. Segundo Cançado (2008) e Bräscher (2002) a *homonímia* ocorre quando dois ou mais vocábulos de significados distintos e independentes (signos linguísticos diferentes) – não relacionados – apresentam coincidência fonética e/ou gráfica (de significantes), representando, dessa forma, entradas lexicais distintas. Enquanto a polissemia ocorre quando um vocábulo (um mesmo signo linguístico) envolve sentidos distintos, mas relacionados entre si, representando, dessa forma, a mesma entrada lexical.

A peça publicitária abaixo faz uso de uma ambiguidade lexical gerada por homonímia, pois o vocábulo “coroa” em sua dupla leitura, evocadora do efeito risível, representa dois signos linguísticos diferentes para um mesmo significante, um referenciando o arranjo de flores utilizado em funerais e outro, de cunho coloquial vulgarizado, sendo reforçado pelo contexto verbo-visual em que está inserido – a imagem de um senhor de aparente idade avançada sorrindo, referenciando senhora de idade avançada.



Considerando o contexto de veiculação dessa peça publicitária e a intenção do enunciador, o conhecimento linguístico discursivo das expressões utilizadas e o conhecimento acerca das expressões não-verbais humanas, é possível entender o engendramento de mecanismos linguísticos discursivos que viabilizaram o *humor*.

Já nessa outra peça publicitária, o fenômeno de ambiguidade se expressa também por meio do léxico, entretanto, ancorado na polissemia, pois o signo “duro” apresenta um significante para mais de um significado, em sua dupla leitura evocadora do efeito risível – estar desprovido de reserva financeira e estar endurecido em consequência do *rigor mortis*.



Por buscar o risível em temas como deformações, mutilações, doenças, morte etc., o *humor mórbido* provoca um riso incerto, esporádico, constrangido, que nos desorienta e incomoda, pois é ao mesmo tempo engraçado e assustador.

No entanto, há algum deleite no riso gerado pelo *humor mórbido*, segundo Eagleton (2020, p.18) “há algo de prazeroso no ato de rir da morte e, assim, ser capaz de brincar com nossa própria mortalidade. Pois fazer piadas a respeito da morte é reduzir sua importância e diminuir eu terrível poder sobre nós.”

O *humor mórbido* nasce de uma atitude de negação momentânea dos medos e aflições que a presença constante da morte nos causa. Sob um enfoque psicanalítico, esse feito é visto como uma possível pulsão de morte – *tânato*, na perspectiva freudiana –, decorrente de um desejo inconsciente por aquilo que tememos, permitindo-nos eliminar os valores negativos atrelados socialmente a ela e deflagrar o riso. Nesse contexto, o *humor* compensa o medo com o riso como um paliativo para nossas aflições. Em outras palavras, confrontar nossa finitude com *humor* é transcendê-la, ainda que

Do ponto de vista linguístico-discursivo, o *humor mórbido* não se distânciava dos outros subgêneros do *humor*, porém, o riso que ele incita mostra-se diferente, pois fica no limiar entre o arrependimento, o medo e o risível. (MASSONI, 1995).

Como podemos verificar no exemplo abaixo:



A peça publicitária acima tem como tema a campanha novembro azul de conscientização sobre o exame preventivo ao exame de próstata. Ela deflagra o efeito risível ao fazer uso do fenômeno de polissemia expresso pela palavra *toque* que apresenta duas leituras, uma em que a palavra *toque* tem como significado clicar no link da campanha e participar dela, e na outra a palavra *toque* refere-se ao exame de toque retal, protocolar no exame para prevenção desse tipo de câncer, fato esse reafirmado pela presença do texto verbo-visual (foto de um homem com expressões faciais comuns a situações de surpresa ou susto).

O contexto de uso dessa peça publicitária é delicado, por se tratar do segundo tipo de câncer que mais mata homens no Brasil e por ser assombrado por um estigma social preconceituoso que entende o exame como uma afronta à virilidade masculina.

As peças supracitadas nos mostram como a publicidade usa o *humor mórbido* por meio de estratégias de cunho lexical devido a sua potencialidade persuasiva. Segundo Andrew et. al. (2016), a maior parte dessas técnicas baseia-se nas três necessidades básicas do homem: *necessidade sistêmica* – relacionada ao instinto de sobrevivência, responsável por desencadear comportamentos automáticos, além de nosso controle, antes mesmo que uma informação possa se tornar inteligível para uma decisão consciente; *necessidade social* – relacionada à busca por aceitação em nosso grupo social, obrigando a constantes adequações às normas socioculturais e ideológicas do grupo a que ansiamos pertencer; e *necessidade pessoal* (do Eu) – relacionada aos nossos interesses como indivíduos singulares e que nos faz

evitar a dor, o infortúnio, o perigo e buscar o prazer, a felicidade, a segurança e o sucesso, por meio da melhor escolha em cada caso.

É interessante lembrar que embora pareça paradoxal, se tomarmos superficialmente o uso das peças publicitárias supracitadas, é justamente por conseguir atenuar os valores negativos associados à morte, em consequência da incongruência na leitura ocasionada pela ambiguidade lexical das palavras *coroa*, *duro* e *toque*, que as peças conseguem nos fazer rir.

Considerações Finais

Observamos que o processo de dupla leitura executado pelo sujeito interpretante, possibilita a atenuação dos valores negativos atribuídos aos temas eleitos como tabus linguísticos.

Inferimos também que a leitura é feita em camadas: a mais superficial delas apresenta-se mais objetiva acerca de uma expressão de natureza coloquial, entretanto, na percepção da ambiguidade, passa-se a segunda camada, onde se estabelece o tema tabu. Essa incongruência de leituras, ao mesmo tempo em que permite a emergência do *humor*, distrai a percepção do sujeito interpretante de todo aspecto negativo associado ao tema, produzindo, assim, um efeito eufemístico.

Em outras palavras a ambiguidade é usada de forma estratégica para levar o interpretante a executar essa leitura em camadas. Nas peças analisadas a primeira camada de leitura permite a emergência de um significado distrator, que, inicialmente, toma a atenção do sujeito interpretante. Ao perceber o fenômeno de ambiguidade, o sujeito interpretante desliza sua atenção para a segunda camada de leitura, que, embora se construa sob o *humor mórbido*, provoca o efeito risível como consequência da incongruência de significados entre a primeira e a segunda camadas de leitura.

Dessa forma, entendemos que o fenômeno de ambiguidade age de forma eufemística, uma vez que a distração provocada pela ambiguidade e responsável pelo deslizamento semântico entre a primeira camada de leitura e a segunda atenua o valor negativo contido nos temas legitimados como tabu, viabilizando o efeito risível em casos de *humor mórbido*.

Referências

- ANDREWS, M.; VAN LEEUWEN, M.; VAN BAAREN, R. *Persuasão na Publicidade*: 33 técnicas psicológicas de convencer. Trad. Márcia Longarço. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.
- BERGSON, H. *O riso*. Trad. Ivone Castilho Benedetti – São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BRÄSHCER, M. *A Ambiguidade na Recuperação da Informação*. Revista de Ciência da Informação – v.3 n.1 fev/02
- CANÇADO, M. *Manual de Semântica*: noções básicas e exercícios. - Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008. DUBOIS, J. et. al. Dicionário de linguística. 2ª ed. – São Paulo: Cultrix, 2014
- DOMÍNGUEZ, P. J. C.. La función social y cognitiva del eufemismo y del disfemismo. In. *Panece@*. Espenha: Tremédica, v.5, n.15, p.45-51, mar. 2004.
- EAGLETON, T. *Humor*: o papel fundamental do riso na cultura. Trad. Alessandra Bonrruquer. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FIGUEIREDO, C. *Porque rimos: Um estudo do Funcionamento do Humor na Publicidade*. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

FIORIN, J. L. *Figuras de retórica*. – 1.ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019.

HENRIQUES, C. C. *Léxico e Semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

LAPA, M. R., *Estilística de língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MASSONI, M. I. O riso diferente. In. *Alfa*. São Paulo, v.39, p. 121-129, 1995.

PEREIRA, T. M.; SALBEGO, J. Z. *O Eufemismo como estratégia Persuasiva na Publicidade*. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

SANTOS, R. C. SILVA; CUSTÓDIO, L. M. G. *Reflexões sobre a finitude: concepções históricas, psicológicas e cognitivas sobre a morte*. Psicologia.PT, 2017.

DO CABRESTO ÀS REDES SOCIAIS: AS ELEIÇÕES NACIONAIS COMO OBJETO DO DISCURSO CHARGÍSTICO

Eveline Coelho Cardoso (UERJ/GPS-LeiFEn-UFF)

Rafael Guimarães Nogueira (IFRJ/GPS-LeiFEn-UFF)

Introdução

As reflexões tecidas neste espaço compõem as atividades de um grupo de trabalho centrado no estudo e no ensino do texto em suas diversas situações de uso, sob a perspectiva da Linguística Textual e em diálogo com outras teorias afins. Nesse âmbito e diante do atual contexto político do país, consideramos relevante eleger como objeto de pesquisa um grupo de quatro charges que tematizam as eleições brasileiras nos séculos XX e XXI – duas publicadas na década de 1920 e duas, no ano de 2022 – cuja materialidade ensinará a análise da construção verbo-visual dos objetos de discurso, permeada pela tendência predominantemente argumentativa desses textos. Para tal, recorreremos, além da Linguística Textual (CAVALCANTE *et alii*, 2015), à Semiótica da imagem visual (BARTHES, 1990), à teoria da metáfora conceitual, desenvolvida pela Linguística Cognitiva (LAKOFF; JOHNSON, [1980] 2012; FORCEVILLE, 2008), e à Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso (CHARAUDEAU, 2006).

Por meio do exame contrastivo do *corpus*, esperamos pôr em evidência os mecanismos verbais e visuais que constroem a referência e que, ao mesmo tempo, contribuem para a orientação argumentativa dos textos selecionados, desvelando possíveis aproximações na maneira como os chargistas interpretam o cenário político nacional e explicitam representações e avaliações acerca de personalidades políticas, do momento histórico e do próprio ato democrático no intervalo de um século.

Mídia Jornalística em Quadrinhos: o Gênero *Charge*

As charges têm origem no jornalismo ilustrado dos séculos XVIII e XIX e podem ser compreendidas como uma representação pictórica, marcadamente temporal e circunstancial, de caráter burlesco e caricatural (FONSECA, 1999). Como outros gêneros do domínio jornalístico, retratam fatos e situações contemporâneos de um determinado público, o que sustenta seu teor de reflexão e crítica social e se torna imprescindível à sua interpretação. O chargista Nani já afirmou que a charge é uma terceira ou quarta leitura do conteúdo diário jornalístico, sendo ela a notícia verdadeira, por vezes, contrária a tudo o que se disse no jornal (MALDITOS, 2012).

Entretanto, diferentemente dos textos da esfera jornalística, a charge tem outro compromisso com a realidade e a credibilidade, mostrando – algumas vezes de forma implícita – o ideário e as crenças de um grupo sobre outro por meio da maneira como representa personagens reais ou tipos socialmente reconhecíveis, sempre com humor e ironia. Segundo Teixeira (2005, p. 12), é um texto temperado com subjetividade e exagero, que se estabelece, contudo, como um documento do real, “porque produz verdade através de personagens que carecem de veracidade, e porque registra a história a partir do que a história, objetivamente, não registra”.

No amplo leque de textos jornalístico-midiáticos, a charge se destaca, portanto, por sua natureza signífica híbrida entre palavra e imagem, pelo laço referencial com o noticiário dos fatos sociais e pela predisposição ao humor e à crítica política. A opinião está na base

desse gênero empenhado em reconstruir uma mesma notícia de forma subjetiva e parcial, temperada com a permissividade de um discurso que “diz o que a palavra não pode, não deve, não ousa expressar” (TEIXEIRA, 2005, p. 13).

Em perspectiva semiolinguística, podemos dizer que as charges se submetem às restrições e liberdades de um contrato comunicativo midiático, cuja finalidade é relatar o que ocorre no espaço público de forma equilibrada entre duas atitudes enunciativas de base: informar, ou *fazer saber*, e captar, ou *fazer sentir* (CHARAUDEAU, 2006). O chargista pende para a captação nesse relato, explorando ao máximo a materialidade de um discurso verbo-visual marcadamente agressivo na forma, uma vez que revela um posicionamento direto e crítico em relação ao mundo, e delirante no conteúdo, porque ultrapassa os limites de sua expressão (TEIXEIRA, 2005).

Nessa empreitada mais atrativa do que informativa, o chargista promove a semiotização do mundo a ser noticiado/comentado e o torna inteligível com base em seus saberes de crença e de conhecimento para um público-alvo idealizado. Trata-se de um ciclo que gera a *notícia* por meio de um movimento de percepção-captura-sistematização-estruturação por parte do sujeito enunciador midiático, que obedece a critérios de atualidade, socialidade e imprevisibilidade na seleção dos acontecimentos; e, igualmente, por parte do sujeito interpretante receptor da informação (CHARAUDEAU, 2006, p. 114). O acontecimento comentado na charge é, pois, mediatizado sob um efeito de “espelho”: os parceiros sintonizam-se pelo viés de representações supostamente partilhadas entre si, as quais circulam livremente nos discursos e constituem o “real” emergente da atividade linguageira.

Gera-se, assim, um espaço para a chamada opinião pública, que, segundo Charaudeau (2006, p. 93), é atravessada por uma dramatização, na qual se percebem projeções de imagens cristalizadas de sujeitos e acontecimentos capazes de despertar, naquele que se informa, efeitos discursivos ligados à emoção. Uma das maneiras pelas quais essa dramatização se manifesta textualmente nas charges é a construção de objetos de discurso por meio da combinação de signos verbais e visuais, levando em conta os tecidos referenciais – muitas vezes, metafóricos – que emergem do encontro entre palavra e imagem.

Referenciação: Palavra e Imagem na Construção de Objetos de Discurso

Rompendo com a perspectiva referencialista da linguagem, segundo a qual a referência consistiria em uma verbalização de um objeto do mundo, os estudos textuais mais recentes, ao contemplarem aspectos sócio-pragmático-cognitivos, pressupõem que os referentes textuais não se confundem com a realidade extralinguística, pois consistem em constructos culturais, isto é, em representações geradas pela/na atividade linguística e condicionadas por determinadas condições de produção. Nesse sentido, investigando “como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão sentido ao mundo”, Mondada e Dubois ([1995] 2003, p. 20) advogam que não há designações corretas (verdadeiras), mas rótulos que se adéquam à pragmática da enunciação.

Assim, adotando uma perspectiva construtivista do fenômeno da referência, as autoras cunham o termo *referenciação*, caracterizando essa atividade sociocognitiva como a (re)construção de objetos de discurso, a partir da qual, além de se criarem cadeias coesivas, evidenciam-se, na seleção e na organização dos itens gramaticais e lexicais, marcas de subjetividade. A referenciação é, portanto, uma atividade discursiva estratégica, na qual o

sujeito enunciador realiza escolhas significativas de acordo com seu *querer-dizer*, apontando caminhos para a concretização de sua proposta de sentido.

Aprofundando a descrição dos processos referenciais, Cavalcante *et alii* (2015) pontuam, didaticamente, ser a referenciação: i) uma (re)elaboração da realidade, visto que se realiza, necessariamente, em uma situação concreta de interação, no seio da qual são produzidas versões do real; ii) uma negociação, pois emerge de acordos sobre significações; e iii) um processo sociocognitivo, porque evoca conhecimentos interacionais, contextuais e cognitivos.

Sob tal arcabouço teórico, estudos recentes procuram mostrar que a construção dos referentes não resulta somente do uso de expressões linguísticas, mas também de recursos imagéticos. Nesse sentido, merecem destaque os seguintes trabalhos: Ramos (2012), analisando tiras cômicas, demonstra a possibilidade de aplicar certas categorias referenciais empregadas na análise de textos verbais – como *instauração*, *retomada* e *recategorização* – à exploração de textos visuais e verbo-visuais. Lima e Cavalcante (2015), por sua vez, atestam a possibilidade de os objetos de discurso serem (re)construídos por meio de expressões imagéticas, seja pela recategorização sem menção referencial, seja pela convergência dos signos imagéticos e verbais em um processo de correferenciação. Cavalcante e Brito (2021), por seu turno, servindo-se da *Gramática do Design Visual*, de Kress e Van Leeuwen, analisam charges e acusações em redes sociais e, assim, atestam a possibilidade de as expressões linguísticas e visuais acionarem conhecimentos contextuais que cooperam na introdução e na retomada referencial. Logo, palavras e imagens operam, conjuntamente, na construção de objetos de discurso, que, nos textos chargísticos, são, muitas vezes, metafóricos.

Metáforas: da Cognição às Expressões Linguísticas e Visuais

No discurso verbo-visual das charges, a informação está subordinada ao estilo desenhado do artista, que lhe imprime uma conotação, como propôs Barthes (1990). Assim, o desenho, como outras mensagens conotadas, é uma estrutura apoiada em um segundo sentido, obtuso, simbólico, decorrente do estilo da reprodução e do tratamento da imagem pela ação do seu criador e cujo significado estético ou ideológico remete à cultura da sociedade.

Como em outros quadrinhos, a visualidade chargista está, pois, apoiada no princípio do cartum, o estilo simplificado que viabiliza parte importante de seu sentido conotativo, ressaltando os níveis abstrato e simbólico de sua representação agressiva e delirante (TEIXEIRA, 2005). Um dos recursos mais explorados por cartunistas para esse fim é comum às peças selecionadas em nosso *corpus*: a representação metafórica, que constrói um tipo de referência a um objeto de discurso em termos de outro objeto ou de outro campo semântico, potencializando o aspecto opinativo e dramático do arranjo de signos verbais e não-verbais.

No campo da Linguística Cognitiva, Lakoff e Johnson (2012) marcaram os estudos da metáfora na década de 1980, concebendo-a como uma operação cognitiva fundamental da comunicação linguística, um componente essencial do modo ordinário de conceptualizar o mundo. Assim, o termo *metáfora conceptual* é empregado para se referir a uma espécie de modelo mental sistemático, que nos permite experienciar um tipo de coisa em termos de outra, o que se materializa por meio de *expressões metafóricas*, como: “Seus argumentos são indefensáveis”, que manifesta o conceito DISCUSSÃO É GUERRA. Como nesse exemplo, uma metáfora é um mapeamento sistemático entre dois domínios conceituais distintos: um

domínio-fonte, de inferência (guerra), e um *domínio-alvo*, de aplicação dessas inferências (discussão).

Forceville (2008) aplicou tais pressupostos a textos de natureza multimodal, como anúncios publicitários, reconhecendo o maior apelo emocional das bases visuais e multimodais em relação às verbais, arbitrárias e de assimilação menos imediata. Ampliando o estudo de Lakoff e Johnson, o autor descreveu diferentes categorias de metáforas, conforme a relação entre domínio-alvo e domínio-fonte se desse entre semioses diversas. Os seguintes critérios se estabelecem para que essa mistura resulte em uma metáfora multimodal: i) Que haja um contexto que implique diferentes categorias para os fenômenos em jogo; ii) Que ambos possam ser alvo ou fonte e capturados sob o formato *A IS B*, que convida o destinatário a mapear traços da fonte no alvo; iii) Que os dois fenômenos (fonte e alvo) sejam descritos em diferentes semioses. Nessa perspectiva, as metáforas conceituais licenciam metáforas verbais e/ou visuais, de significativa potencialidade de captação.

As Eleições Nacionais de Ontem e de Hoje na Verbo-Visualidade da Charge

As quatro charges selecionadas como *corpus* desta pesquisa propõem uma dramatização do processo eleitoral brasileiro e permitem contrastar dois momentos históricos no país separados por um século: a década de 1920 e o ano de 2022. As peças que retratam um olhar para o passado eleitoral do Brasil são de Alfredo Storni (Texto 1), publicada na revista *Careta*, em 1927, e de K. Lixto (Texto 2), publicada na revista *Dom Quixote*, em 1º de março de 1922. O recorte contemporâneo foi ilustrado por Marco Jacobsen (Texto 3) para a *Folha de Londrina*, em 12 de julho, e por Laerte Coutinho (Texto 4), na *Folha de S. Paulo*, em 22 de setembro.

Em se tratando do percurso metodológico que delineou a análise proposta, pautamos nos seguintes procedimentos e categorias de análise: i) breve contextualização histórica referente à crítica veiculada em cada charge, haja vista a distância temporal das duas primeiras e, sobretudo, a importância dessas informações na interpretação das expressões referenciais; ii) identificação dos principais objetos de discurso constituintes de cada exemplar do *corpus*; iii) análise das estratégias verbo-visuais de referenciação, tendo em vista a construção metafórica e a orientação argumentativa de cada texto; iv) indicação de possíveis (de)semelhanças entre as estratégias analisadas.

O Texto 1 (Fig. 1), de autoria de Alfredo Storni, já foi reproduzido inúmeras vezes em livros didáticos, *blogs* sobre ensino de história e vestibulares, o que testemunha sua representatividade a respeito do período histórico da Primeira República no Brasil (1889-1930). A charge consolida a noção de que o voto no Brasil, nesse período, não expressava a vontade do cidadão, mas garantia a hegemonia dos grupos agrários por meio do chamado “voto de cabresto”: a prática de restringir os eleitores a um recinto (“curral eleitoral”), de onde saíam apenas para votar, já portando a cédula com os nomes dos candidatos do grupo político dominante. Na parcela não verbal do texto, a cena, elaborada em plano geral e ângulo médio, revela as figuras humanas por inteiro, dispostas próximas à urna eleitoral, em um cenário aberto e um pouco difuso.



Fig. 1 – Charge de Alfredo Storni, Revista *Careta*, 1927.

Fonte: LEMOS, R. (org.). *Uma história do Brasil através da caricatura: 1840-2006*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2006. p. 35.

Quanto à parcela verbal, na parte superior, o título aponta para todo o evento de que trata a charge, e os rótulos dispostos nas roupas dos personagens os identificam. Dessa forma, essas expressões verbais contribuem, em primeiro, para a *estabilização referencial*. Como destacam diferentes estudos (p. ex. MONDADA; DUBOIS, [1995] 2003, p. 20), há, entre as categorias e os objetos de discurso, uma “instabilidade constitutiva”, sendo, pois, a referenciação uma prática estabilizadora. Nesse sentido, em se tratando, principalmente, das representações imagéticas, que, por sua natureza icônica, são, com maior recorrência, polissêmicas, pode a parcela verbal que a elas se refere fixar-lhes o sentido (BARTHES, 1990). Logo, o título desse texto e as expressões nominais que etiquetam os personagens do processo eleitoral indicam, respectivamente, a cena imagetivamente representada como uma projeção acerca da “próxima eleição” e os agentes que a constituem, excluindo outras leituras.

Paralelamente, tais formas de referenciação também atuam como forma de *(re)categorização*. Antecipando a construção metafórica que alude ao curral eleitoral, o termo determinante “de cabresto” insere a eleição em uma categoria específica, denunciando a coação a que eram submetidos os cidadãos da época. Por sua vez, as formas “soberania”, “político” e “eleitor”, articuladas às representações imagéticas, tornam concretos conceitos abstratos, como “(ironicamente) a primazia e o caráter incontestável do voto”, “o poder de coação dos candidatos” e “o assujeitamento do eleitorado”, respectivamente. Explicita-se, dessa forma, a orientação argumentativa do texto.

Por fim, o título ancora os demais objetos de discurso que compõem essa dramatização antidemocrática, uma vez que funciona como um antecedente não correferencial a partir do qual novos objetos de discurso são ativados e introduzidos. Nesse

sentido, entre o título e as expressões (linguísticas e imagéticas) que representam a “soberania”, o “político” e o “eleitor”, bem como entre o termo “cabresto” e a imagem da rédea e do Zé Burro, instauram-se *anáforas indiretas* (MARCUSCHI, 2005). Haja vista o vínculo semântico entre o elemento âncora e os anafóricos – neste caso, de contiguidade, ou seja, relação meronímica ou de ingrediência –, torna-se ainda mais evidente a associação entre tais objetos de discurso, reforçando as avaliações a eles atribuídas e, ao mesmo tempo, fixando seus sentidos.

Logo, a expressão verbal “eleições... de cabresto”, conjugada à sua ilustração na charge, concretiza, uma metáfora multimodal, nos seguintes termos: manifesta-se o conceito ELEIÇÃO É CURRAL, cujo domínio-fonte é veiculado, na parcela verbal do texto, pela locução adjetiva “de cabresto” e pela nomeação do personagem eleitor como “Zé Besta” ou “Zé Burro”. Na parcela visual, essa caracterização do eleitor ganha corpo pela ilustração de um animal em trajes humanos, levado pelas rédeas pelo político. O domínio-alvo, por sua vez, verbaliza-se no substantivo “eleições”, no título da charge, e nos rótulos “político” e “eleitor” dos personagens. Na parcela visual, ativa-se pela presença da urna eleitoral e pela personificação humana da soberania popular. Os traços inferenciais mobilizados da fonte “CURRAL” para o alvo “ELEIÇÕES” são, principalmente, a sujeição e passividade do eleitor levado como um animal pelo político, seu “dono”, às urnas. Este detém, inclusive, a identidade e o próprio direito de fala do eleitor no processo eleitoral, o que recupera, metonimicamente, a função do “cabresto” de controlar, obstruindo a boca do animal.



Os imperterritos representantes da soberania popular não faltarão hoje ao cumprimento do dever cívico. Não tiveram, porém, o tempo preciso para trocarem de fantasia.

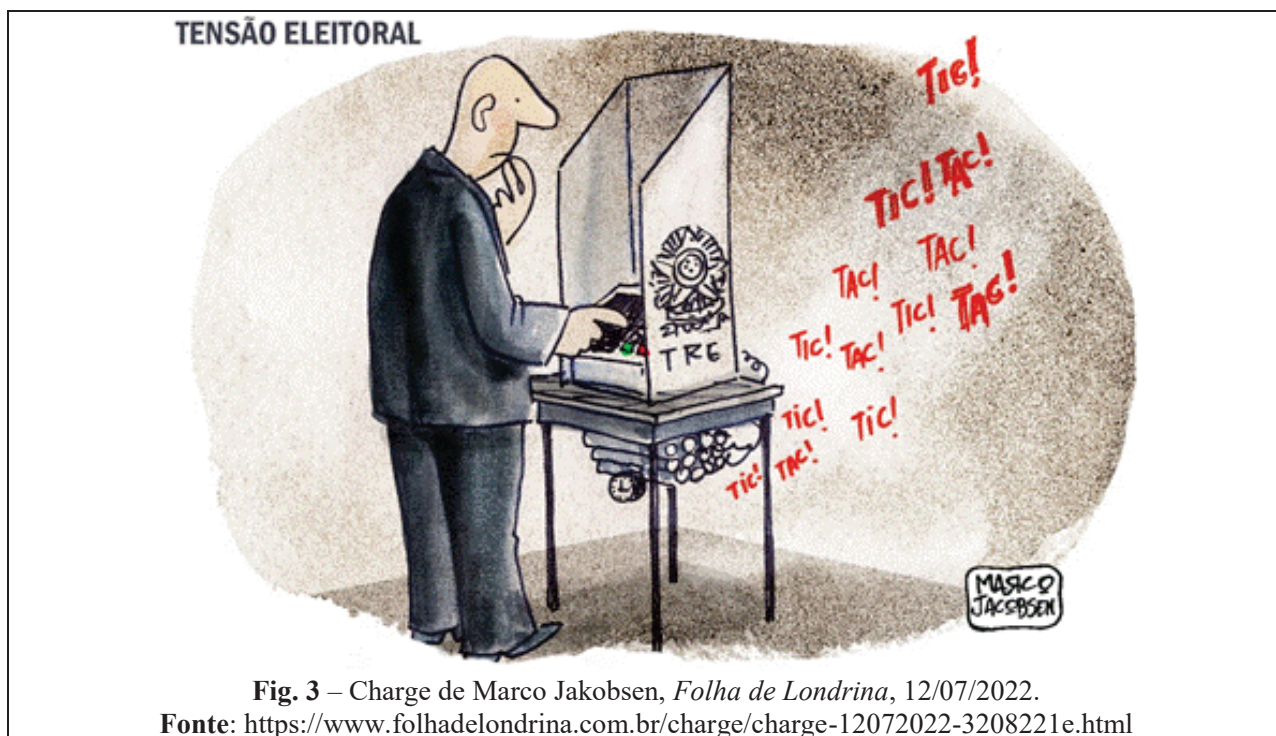
Fig. 2 – Charge “Cinzas, ressacas e eleições”, de K. Lixto, Revista *D. Quixote*, 1/3/1922.
Fonte: VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Petrópolis: KBR, 2015, p. 255.

No Texto 2 (Fig. 2), de K. Lixto, o título “Cinzas, ressacas e eleições” já sinaliza a aproximação entre o carnaval (que se encerra na Quarta-Feira de Cinzas) e a votação eleitoral. A propósito disso, explica-nos Velloso (2015, p. 256) que, “[n]os primórdios da República, a data das eleições ocorria logo após a folia carnavalesca, sendo comum que o dia da votação caísse na quarta-feira de cinzas”. Tal proximidade temporal motivava, portanto, a recorrente ruptura – na dinâmica social da época e, por conseguinte, nos textos chargísticos – da oposição entre os domínios da seriedade, da ordem e da verdade (na política) e da diversão, da desordem e da farsa (no carnaval). Dessa forma, nessa representação da “comédia político-carnavalesca”, o título, como uma forma de *estabilização* e de *(re)categorização referencial*, opera um estreitamento cognitivo, indicando a semelhança entre as festas da carne e da democracia.

Além disso, entre a parcela imagética e a legenda, destacam-se expressões de teor cômico-irônico. Em primeiro, “os impertérritos representantes da soberania popular”, fazendo menção às figuras masculinas, aponta, em uma relação de *correferencialidade*, uma qualificação negativa desses objetos de discurso, visto que “impertérito” (como sinônimo de “impávido”, “destemido”) pode sugerir que os eleitores não teriam medo do resultado/das consequências de votarem, irresponsavelmente, alcoolizados. Em segundo, o termo “o cumprimento do dever cívico” pode(ria) ser analisado como um *encapsulamento imagético* (LIMA, 2017), pois, aludindo ao processo eleitoral, atua(ria) como uma paráfrase resumitiva dos elementos visuais da charge, sumarizando toda a cena representada. Por fim, “[trocar] a fantasia” consiste em um *jogo de palavras* construído a partir da ambiguidade referencial (proposital) do termo “fantasia”, que, pelos *frames* acionados na charge em questão, pode fazer referência não só às indumentárias carnavalescas, como também ao caráter fantasioso (irreal ou mesmo mentiroso) do processo eleitoral. Haveria, nesse caso, uma sobreposição de sentidos para o termo “fantasia”, reforçando a fusão entre o carnaval e a política.

Assim sendo, tal fusão sustenta o conceito metafórico ELEIÇÃO É CARNAVAL, que, na parcela verbal da charge, expressa o domínio-alvo por meio das expressões “impertérritos representantes da soberania popular” e “cumprimento do dever cívico” e, na parcela visual, traduz-se na ilustração da mesa com a urna eleitoral. O domínio-fonte, por sua vez, ativa inferências a partir da menção verbal a “trocar de fantasia” e da representação visual dessa atitude nos trajés e no gesto extenuado dos personagens. Da fonte CARNAVAL, como já citado, o chargista destaca, então, os aspectos de distração, desordem e ilusão para o alvo “ELEIÇÃO”, considerando a não seriedade com que os eleitores comparecem para votar bem como os problemas que envolviam essa prática no início do século XX no Brasil.

Os Textos 3 e 4, produzidos recentemente, revelam sua atualidade na presença de recursos tecnológicos mais avançados, como as urnas eletrônicas, mas também na composição pictórica mais marcadamente visual que a das peças anteriores. Essa é uma tendência já sinalizada por Teixeira (2001), que descreve um movimento histórico evolutivo no traço chargístico brasileiro, que parte de uma expressão excessivamente cartesiana da realidade, ancorada na valorização da ilustração realista e na prolixidade dos textos verbais, para uma ilustração mais prosaica e mais livre do texto verbal, que garantiu à charge, logo após a ruptura que marcou o Estado Novo, a publicação diária e em cores nas primeiras páginas dos jornais.



Com efeito, o principal elemento verbal do Texto 3 é seu título (“Tensão eleitoral”), que aponta sua temática e, ao mesmo tempo, ancora as expressões imagéticas que o constituem (como a fisionomia do eleitor e a urna-bomba eleitoral). Trata-se, pois, de parcela verbal bastante enxuta, se levarmos em conta que as demais inscrições verbais – a sigla do Tribunal Superior Eleitoral (TRE) no emblema da urna eletrônica e a onomatopeia “tic tac” – ajudam a compor os elementos não verbais da cena. Nessa parcela do texto, o plano total um pouco mais aproximado dá destaque ao que parece ser um eleitor indeciso e à própria urna eletrônica, que, acoplada a uma bomba-relógio armada, ocupa a posição central da imagem.

A metáfora multimodal que apoia a opinião do cartunista expressa o conceito ELEIÇÃO É BOMBA/AMEAÇA. O domínio-fonte é veiculado, na parcela verbal do texto pelo substantivo “tensão” e pela onomatopeia “tic tac”, cuja complementaridade visual se percebe na ilustração da bomba-relógio e na própria composição cromática da onomatopeia em vermelho. Da mesma forma, o domínio-alvo aparece verbalmente no título da charge por meio do adjetivo “eleitoral” e também se percebe na composição do emblema do TRE, tendo como correspondente não-verbal a própria urna eletrônica e o gesto do eleitor para votar. Dessa vez, o alvo “ELEIÇÕES” capta do domínio-fonte a ideia de ameaça, de grande perigo iminente, que cabe ao eleitor, por meio de seu voto, desarmar. A tensão referida no título do Texto 3 se constrói, ainda, por meio da recorrência da onomatopeia para o som da bomba-relógio, que tem, ainda, efeito narrativo na representação da passagem do tempo até a data da eleição – ou da explosão.



Fig. 4 – Charge de Laerte, *Folha de S. Paulo*, 22/09/2022.

Fonte: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1742729785725597-charges-setembro-de-2022>

A ideia de perigo ou ameaça também se faz presente na representação do Texto 4, composta por Laerte Coutinho, uma das maiores chargistas do Brasil atual, cuja obra é reconhecida pelo caráter experimental, filosófico e poético. Igualmente atravessada pela predominância explícita do signo visual, a peça em questão seleciona um plano de visão geral e um ângulo levemente superior, que nos revelam, na parcela visual da charge, um jogo de amarelinha que termina na urna eletrônica. Contudo, para se chegar lá, há um bosque no caminho, que esconde um ser desconhecido, identificável apenas por uma cauda exposta entre as árvores. A parcela verbal se reduz à inscrição de título “Eleições. A reta final”, relacionada às representações visuais da charge ao contexto eleitoral.

O Texto 4 parece trabalhar a partir de dois conceitos conjugados: 1. ELEIÇÃO É JOGO e 2. ELEIÇÃO É AMEAÇA DESCONHECIDA, os quais convergem para uma possível intertextualidade com a narrativa infantil de Chapeuzinho Vermelho. Em ambos os conceitos, o domínio-alvo é veiculado, na parcela verbal da charge, pelo substantivo “eleições” e “reta final” e, na parcela visual, pela ilustração da urna eletrônica. O domínio-fonte JOGO se expressa na parcela visual pelo desenho da amarelinha; e o domínio-fonte AMEAÇA DESCONHECIDA é evocado pelo possível lobo escondido no bosque. No traço de Laerte, o alvo “ELEIÇÕES” capta do domínio-fonte 1 a ludicidade dos jogos de maneira geral, mas também resgata a necessidade de equilíbrio e desvios próprios da amarelinha, o que contrasta com a ideia de que o caminho para chegar à urna seja, de fato, uma “reta”. Do domínio-fonte 2, as eleições incorporam a necessidade de atenção e cuidado com um possível lobo escondido no bosque, que, como no conto infantil, poderia metaforizar o político interessado em ganhar votos a qualquer custo para, no fim, “devorar” o eleitor. Isso posto, a charge poderia se colocar como um alerta para as “chapeuzinhos vermelhos” desavisadas.

Considerações Finais

Nesta pesquisa, ao concebermos a charge como um comentário verbo-visual argumentado, que nos impele a tomar uma decisão de aderir ou rejeitar sua posição, constatamos, primeiramente, que, nos processos verbo-visuais de referenciação, as expressões linguísticas atuam na *estabilização/fixação* do referente-tema de que trata a

charge – o processo eleitoral no intervalo de um século no Brasil – e, ao mesmo tempo, na ancoragem de objetos de discurso que a ele, indiretamente, associam-se. Paralelamente, tendo em vista o caráter conotativo e cômico do texto chargístico, verificamos a recorrência de *(re)categorizações metafóricas*, que, construídas sob a relação de complementariedade (*relais*) entre palavra e imagem, ampliam a potencialidade do projeto de captação – o qual, na atualidade, apoia-se na maior liberdade das imagens em detrimento do verbal. Nesse sentido, nesta investigação acerca da verbo-visualidade, sublinhamos a proficuidade de se identificarem as metáforas conceituais, por meio das quais se pode mapear processos cognitivos abstratos e complexos, bem como examinar sua materialização em diferentes semioses.

Referências

- BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Tradução Léa Novaes. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2015.
- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. Estratégias de referenciação em textos multissemióticos. *SEDA - Revista de Letras da Rural-RJ*, v. 5, n. 12, 2021, p. 55-71.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- FONSECA, J. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- FORCEVILLE, C. Metaphor in pictures and multimodal representations. In: Raymond W. Gibbs, Jr. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge UP, 2008, p. 462-482.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Tradução Mara Sophia Zanotto (coord.). Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, [1980] 2002.
- LIMA, S. M. C. de. Referenciação e multimodalidade: revisitando os processos de recategorização e encapsulamento. **Rev. de Letras**, n. 36, v. 2, jul./dez, 2017.
- LIMA, S. M. C. de; CAVALCANTE, M. M. Revisitando os parâmetros do processo de recategorização. **ReVEL**, v. 13, n. 25, 2015.
- MALDITOS cartunistas. A série. Direção, produção, roteiro e fotografia de Daniel Garcia e Daniel Paiva. Realização Canal Brasil. Rio de Janeiro: Cavídeo, Tarja Preta e Daniéis Entretenimento, 2012 (13 episódios).
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora Indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. *et alii* (org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante; revisão de Francisco Roterdan F. Damasceno e Alena Ciulla. In: CAVALCANTE, M. M. *et alii* (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, [1995] 2003, p. 17-52.
- RAMOS, P. Estratégias de referenciação em textos multimodais: uma aplicação em tiras cômicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 3, dez, 2012, p. 743-763.

TEIXEIRA, L. G. S. **O traço como texto**: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

TEIXEIRA, L. G. S. **Sentidos do humor, trapaças da razão**: a charge. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

VELLOSO, M. P. **Modernismo no Rio de Janeiro**: turunas e quixotes. Petrópolis: KBR, 2015.

A interferência do Tu interpretante na construção de sentido em textos digitais

Hellen dos Santos LIRA (UERJ)

Introdução

Atualmente, os textos multissemióticos surgem de modo veloz e efêmero nos livros didáticos, nas campanhas publicitárias, nas plataformas digitais com o intuito de provocar a interação do possível destinatário. Esse tipo de mecanismo tem sido empregado nas escolas por professores de Língua Portuguesa, no entanto, percebe-se que poucos são os docentes que permanecem na jornada de conhecimento e da pesquisa. Assim, esse fator pode ser percebido na deficiência que os alunos têm de produzir construção de significados a partir de uma proposição apresentada em textos digitais. Apesar desses fazerem parte do cotidiano dos discentes, ainda assim, muitos não conseguem compreender a intencionalidade discursiva ali proposta. Primeiramente, pode-se pensar que o estudo da língua em uso não é abordado de modo prático e concreto em sala de aula, outro fator seria a precariedade da noção de linguagem que é abordada na formação desses sujeitos leitores.

Sob essa ideia, Antunes (2015) declara que a concepção de língua que o professor defende é a que levará para a sala de aula, por isso uns se apresentam como professores de Língua Portuguesa e outros, que têm uma visão social dela, como professores de linguagem. Em segundo plano, nota-se que a depender do material que é usado nas aulas, isso norteará o desenvolvimento linguístico-discursivo dos alunos.

Ademais, ainda é possível encontrar em muitas instituições de ensino um grupo de docentes que defende a gramática normativa somente utilizando frases intercaladas e descontextualizadas. Tal didática não contempla o olhar para o texto como um produto de fatores textuais, discursivos, pragmáticos e históricos.

Nesse sentido, torna-se imprescindível ancorar o ensino linguístico-textual nas construções cotidianas, sendo estas resultantes do contexto sociocultural em que o falante e o emissor estão inseridos.

Diante dessa perspectiva, a pesquisa visa abordar por meio da Linguística da Enunciação com ancoragem na Linguística Textual (LT), os modos de organização da construção de sentido em textos midiáticos, tal como a maneira de provocar essa habilidade de interpretação e julgamento de sentença que vêm dos alunos. Sabe-se que numa visão tradicional o conceito de “receptor” apresenta opacidade, visto que a pessoa ao receber a informação, não tem a posição de sujeito social, o que vem acompanhado de discursos, histórias e representatividade de um espaço que ocupa na sociedade.

Indo de encontro a essa noção, é que se torna relevante trabalhar a problematização dos discursos dos textos midiáticos nas aulas de linguagem conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular, os Parâmetros Curriculares Nacionais e outros textos normativos.

Cabe aqui uma contextualização desse novo olhar para o texto, tal como suas funções sociais. Sabe-se que um pouco antes do início do século XX, a Linguística Geral era pautada nas orientações teóricas de Ferdinand de Saussure, que defendia a língua como um sistema de signos e códigos linguísticos. Mais adiante, o norte-americano Noam Chomsky apresentou uma visão menos estruturalista e mais cognitiva, este desenvolveu as noções de competência e desempenho, sendo essas inerentes ao ser humano, ou seja, o indivíduo tem a capacidade

de criar inúmeras sentenças linguísticas de acordo com suas necessidades situacionais-comunicativas, já aquelas é o potencial a ser alcançado pelo sujeito.

Posteriormente, na década de 1980, os estudos avançaram e o texto passou a ser considerado como um fator histórico-social, substituindo, assim, a ideia de considerá-lo por partes, metodológico e descontextualizado. Noutras palavras, aqui, percebe-se que a LT considera o texto de modo linguístico-discursivo, como também as noções de pragmática que corroboram a produção textual.

Além disso, a teoria defende que, num evento comunicativo, a partilha de conhecimentos prévios e a expectativa dos interactantes da ação são elementos essenciais para compor a textualização.

Nesse sentido, com o desdobramento dessas teorias, o avanço das práticas discursivas visam não mais de tratar o texto, apenas, com estruturas interfrásticas, desconsiderando o contexto, o conhecimento prévio, a intencionalidade, dentre outros elementos que compõem a textualização. Pelo contrário, esses recursos formais e pragmáticos contribuem para a construção de sentido, desde então, o texto já começou ser considerado como um evento linguístico-discursivo com carga de intencionalidade e propósito comunicativo.

Semelhantemente a essa noção, na perspectiva da Linguística da Enunciação, os sujeitos participantes da comunicação e os contextos de produção são fatores relevantes para quem discursa a um “Tu”. Sob essa perspectiva, o “Outro” que foi instalado por um “eu”, é um sujeito social que interage, julga e faz ponderações do que lhe foi apresentado. Apesar de haver avanços nessa abordagem, tal percepção, por meio da AD de Maingueneau, urge ser empregada nas escolas. Para o estudioso, competência discursiva não se reduz a, tão somente, frases desvinculadas de uma intencionalidade, pelo contrário, o autor acredita nos sujeitos engajados discursivamente numa situação de interação.

Em *Gênese dos Discursos*, Maingueneau aborda os conceitos de “formação discursiva”, “interdiscurso”, “enunciação”, traçando um contraponto com estudos iniciais da Linguística tradicional e da AD da década de 80, que intensificou olhar dos textos como uma prática dotada de elementos textuais e pragmáticos, que ao se juntarem constróem o sentido textual.

Para além desses conceitos, ele estuda o discurso a partir do interdiscurso, de um já-dito, associando à ideia de uma possível formação discursiva, sendo esta responsável por definir um ambiente com a “coexistência” e encontro de outros discursos no campo discursivo.

Indo adiante, não só Maingueneau, mas outros Linguistas e Filósofos da linguagem, desconstróem a ideia do discurso “neutro”, equilibrado visto que Bakhtin já defendia o atravessamento dos discursos uma vez que estes se entrecruzam na conversação.

Para os estudiosos da linguagem, todo discurso é produzido numa situação sócia discursiva ou política. Assim, deve-se estar atento quanto à “neutralidade” dos discursos midiáticos, prioritariamente, àqueles que são disseminados nas plataformas digitais. É, portanto, de suma importância ler, interpretar e compreender os discursos construídos na sociedade por meio das entrelinhas, mesmo porque, a linguagem é reveladora de um mundo representativo de quem fala e de quem recebe.

Ademais, entende-se que a noção de “discurso” é empregada de acordo com a corrente a qual está relacionada. Numa concepção de linha francesa, é possível considerar como discurso todo e qualquer material que se remete a um determinado assunto. Maingueneau (2008, p. 20) observa que “...discurso é um conjunto de enunciados na medida em que eles decorram da mesma formação discursiva”. De modo a ratificar tal noção, Michel

Foucault, grande filósofo da linguagem, defendia discursos como “pequenos fragmentos de enunciados”. Igualmente a esta visão, Dominique Maingueneau observa que : “... Os discursos se entrecruzam em todos os sentidos, multiplicam-se indefinidamente em várias dimensões.”

1. Fundamentação Teórica

A fim de aprofundar essas reflexões, serão adotadas as visões teóricas de Luiz Antônio Marcuschi (2008), Dominique Maingueneau (2002,2008). Respectivamente, esses grandes autores abordam sobre a concepção de gênero textual e as habilidades interdiscursivas que são produzidas e interpretadas pelos sujeitos da comunicação que revela seu posicionamento a partir do que produz como sentido textual.

Por meio dessa Literatura, far-se-á as interfaces e dialogismo entre a Linguística Textual, Gêneros e suas naturezas: textual e discursiva, como também, tratarão dos elementos discursivos da construção enunciativa por um viés traçado a partir da Análise do Discurso.

Nesse tópico, a Análise do Discurso de linha francesa será abordada como desdobramento da LT. Marcuschi (2008) discorre acerca das ramificações dos estudos das linguagens e aponta para a Análise do Discurso: análise crítica e análise francesa. No decorrer da leitura é possível perceber que analista recorrer a noção de memória como um recurso intertextual e interdiscursivo. Sob esse aspecto, Orlandi (2005) acredita que “... *a memória também faz parte do discurso, logo, a maneira como ela surge, induz às condições de produção de discurso, e assim, a memória é considerada como interdiscurso*”. Igualmente, a composição do sentido está relacionada à memória e a sua formulação à atualidade em que está inserida. Foucault (2008, p. 32) corrobora essa opinião:

... por mais banal que seja por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento estranho, por certo inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre a si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro: em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação.

Nessa perspectiva, o interdiscurso é todo registro falado ou manuscrito anteriormente à criação do meme. Para Maingueneau (2008, p. 20), o interdiscurso precede o discurso, por isso, o entendimento e a compreensão textuais estão relacionados à memória, bem como o cenário que motivou a criação. Isso significa propor que a unidade de análise presente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos.”. Logo, o intertexto é um componente decisivo nas esferas discursivas, pois corrobora a produção de sentido e recupera o já-dito.

2. Apresentação do Corpus

O *corpus* desta pesquisa será construído por textos multissemióticos que contemplam o elemento verbo- visual, principalmente, os *memes* virais e suas possíveis classificações de acordo com a perspectiva de Recuero (2009).

Cabe mencionar que o contexto do trabalho está compreendido no período de Setembro/2022 a Outubro do mesmo ano, esse recorte temporal retrata, por meio das

produções midiáticas, o contexto inseguro, confuso e incerto do cenário político brasileiro. Para além disso, destaca-se, ainda, a importância e a contribuição da internet para a pesquisa visto que ela é facilitadora onde os materiais meméticos são postados, compartilhados e, conseqüentemente, viralizados. Igual valor têm as plataformas inseridas nela, tais como: *Instagram, Facebook, Twitter e WhatsApp*.

2.1. Análise do corpus



O meme da figura 1 é cunho político cujo objetivo nesse espaço discursivo seria de abordar, por meio de recurso do verbo-visual, crítica ao atual governo de Jair Messias Bolsonaro. A fim de que haja uma interpretação desse material, é necessário que o “Tu” construa caminhos de sentido e interferência a partir da recuperação do discurso, ou seja, do já-dito.

A enunciação dessa crítica é construída ao longo do Governo Bolsonaro, dos números positivos em relação a investimentos nas áreas da saúde, educação, baixo índice de desemprego e o Brasil fora do mapa da fome. No entanto, o “Tu” que é simpatizante deste governo não aceitará tal proposição e fará seus jogos imaginários e discursivos para interpelar o interlocutor (ou texto), sob essa questão, Maingueneau (2008, p. 99) recorre à polêmica como um fator de intercompreensão generalizada que seria o desencontro da intenção e projeção do emissor com a leitura e a interpretação do “Outro”. O autor considera que “... o espaço discursivo é considerado como uma rede de interação semântica (...) a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas (...) o discurso é delimitado por uma grade semântica, que em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco.”. Já no plano linguístico, é possível destacar o termo “semente” que está para a fruta melância como também pela representação simplificada do pronome de tratamento “Você” (cê), que atualmente é usado nas conversações cotidianas e que demonstram proximidade entre os sujeitos destas. Há duas considerações a fazer acerca dessa escolha de construção que se encontra nessa imagem, primeiro: Magali infantil é um personagem fictício pertencente ao gênero textual “Gibi”, isso poderia justificar a escolha dela pelo pronome “Cê” uma vez que ainda não tenha conhecimento que o pronome de tratamento seria “Vossa Excelência” ou a escolha foi intencional ao demonstrar descontentamento com o Presidente Bolsonaro. Outro aspecto intralinguístico ainda na palavra semente, é notar que há uma aglutinação de sujeito e ação “Cê mente demais”, isso posto perceber que o ato de mentir está intensificado pelo advérbio demais.

Figura 2



Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/bolsonaro-imoveis-dinheiro-vivo-redes-sociais/>. Último acesso em 07/10/22

O texto 2 é constituído por múltiplas semioses no plano verbo-visual e no discursivo. Neste plano discursivo, percebe-se que a interferência de compreensão do “Tu” dependerá do auxílio da memória como recurso de recuperação do interdiscurso. Assim, faz necessário remeter o objetivo do jogo “Banco imobiliário” que seria a conquista territorial de casas, terrenos ou posses. Tendo essa informação recuperada, torna-se possível construir o sentido do meme acima. Recentemente, foi divulgada a informação que o Clã Bolsonaro comprou da década de 90 até os dias atuais, 107 imóveis em dinheiro “vivo”. Tal informação contradiz o que é discursado por Bolsonaro e sua comitiva que afirmam que a transação bancária “Pix” foi fomentada na gestão atual, o que o faz se considerar o “Pai do Pix”. Ainda que de fato fosse um projeto dele, se essa transação fosse tão confiável as compras poderiam ter sido feitas por esse meio. Outro fator relevante é o enriquecimento hiperbólico diante do cenário econômico tão instável e com a inflação em alta desde os últimos 8 anos.

Apesar de haver confirmação desses dados da família Bolsonaro, mesmo assim o “Tu” que se identifica com a apolítica apresentada por ele, bem com suas falas e comportamentos, não associa tal prática como um possível indício de enriquecimento ilícito. Já o “Outro” que se posiciona como crítico e de marcação política aposta, entende que a vida na política de Jair Messias Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Carlos Bolsonaro. Essa contrariedade da intercompreensão discursiva também apresentada por Maingueneau (2008, p. 34) como uma “... concorrência deve ser entendida de maneira mais ampla ; ela inclui todo o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc (...) entre discursos que a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida.”. Esse desencontro pretendido por quem produz e para quem se produz marca a heterogeneidade dialógica do discurso, visto que nesse espaço discursivo há leituras divergentes de um mesmo material textual.

Outro recurso empregado neste meme seria a utilização da intertextualidade para construir o propósito pretendido pelo emissor. Tal fator de textualidade contribui como facilitador da tessitura textual. A AD acredita que a retomada da memória discursiva tornará possível propor a visitação ao intertexto, por meio de provocar a partir da semelhança do brinquedo “Banco imobiliário” das práticas da família Bolsonaro, bem como o fator gerador da enunciação.

Figura 3



Fonte: (<https://www.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/2205256186322384/?type=3>). Último acesso em 07/10/22

Na figura 3, é possível observar críticas à confiabilidade do discurso proferido por Bolsonaro e seus “Tu’s” admiradores. Em tempo, faz-se necessário empregar o recurso da memória para recuperar os discursos e suas respectivas formações discursivas. Nas eleições de 2018, a família instaurou o chamado “Gabinete do ódio”, onde se concentram informações que visavam criar falsas informações “*Faknews*” e disseminá-las nas plataformas digitais. Tal prática discursiva pode ter influenciado o resultado das eleições nesse ano, como o resultado foi favorável porque levou o presidenciável a ter êxito no pleito. Atualmente, essa mesma metodologia discursiva tem sido empregada nas eleições de 2022.

Para além disso, no contexto semiótico destaca-se Bolsonaro durante o seu governo perpetuando o aspecto linguageiro que foi produzido desde de 2018. No entanto, em 2022 em live no seu perfil do *Instagram* ele afirmou não ter provas e sim suspeitas de que houve fraude na formatação do programa das urnas.

Outro aspecto verbo-visual utilizado nos três primeiros balões é demonstrar convicção ao se referir ao processo eleitoral, já no quarto balão percebe-se Bolsonaro com um semblante “caído” ao dizer que não tem provas para confirmar o discurso.

Considerações Finais

Ao considerar os processos linguísticos como um produto da combinação de elementos verbais, não verbais, discursivos e pragmáticos, podemos perceber o quanto a Linguística Textual contribuiu para tudo isso. Nesse sentido, este trabalho abordou por meio dos gêneros textuais a funcionalidade e maleabilidade da língua em seus contextos diversos de interação.

Sendo assim, podemos destacar a contribuição de Marcuschi (2005), que observou os gêneros textuais como entidades formais, históricas e estáveis. Tal olhar remete à teoria bakhtiniana, que defendia que as atividades discursivas estavam relacionadas à língua. Ou seja, a depender da esfera comunicativa, o sujeito falante ajustava o discurso, que, ao ser verbalizado, transformava-se em um enunciado, sendo este projetado em um gênero textual.

Indo adiante, a pesquisa se debruçou na Teoria da Linguística Enunciativa de Maingueneau que visa estabelecer acordos pragmáticos das circunstâncias discursivas. Dessa

forma, os conceitos de contrato de comunicação, atos de linguagem, implícitos e explícitos na construção de sentido, noção dos sujeitos interactantes, entre outros, foram abordados e discutidos. Um dos objetivos específicos deste artigo era observar a relevância discursiva do gênero textual meme.

Nessa perspectiva, percebe-se que, apesar de o assunto ser pouco discutido na Academia, há trabalhos fecundos e de excelentes abordagens acerca do meme. Entende-se também como um dos nossos propósitos elevar a importância textual desse gênero e tratá-lo de forma significativa, importante, tal como seus pares: charge, cartum, histórias em quadrinhos.

Indo além, destacamos o humor, a pragmática, a intertextualidade e a interdiscursividade como fatores relevantes para a construção da compreensão e interpretação dos jogos dos seres imaginários e sociais. Ademais, ressaltamos a constituição do “Tu” nas circunstâncias comunicativas, visto que, a depender de quem seja o interlocutor, o contrato tácito situacional será norteador, previamente, pela construção inicial do “Eu enunciador”, que fará jogos linguísticos, discursivos e co-textuais a fim de viabilizar ao “outro” condições de compreender e interpretar aquilo que se tem como fim.

Referências

- ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Pontes, 1976.
- COSTA VAL, M. G., *Redação e Textualidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FIORIN, José Luiz. *Polifonia textual e discursiva*. In: BARROS, Diana L, P., José Luiz (org.) *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.
- FOUCAULT, Michel: *A Arqueologia do Saber*, 1926-1984; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, - 7ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (orgs) *Gêneros Textuais & ensino*. 2d. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. P. 19-36
- MARCUSCHI. *Produção Textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (orgs). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2005.
- RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. (Coleção Cibercultura).

SAUSSURE, Fernand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1969.

VALENTE, André. *A linguagem nossa de cada dia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

VALENTE. *Neologia na mídia e na literatura: percursos linguístico-discursivos*. Rio de Janeiro, Quartet, 2011.

**“TÁ TUDO CARO E A CULPA É DO BOLSONARO” – SERÁ?
UM ESTUDO ACERCA DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS
UTILIZADAS EM MANCHETES DE JORNAIS**

Janayna ROCHA (UFF)
Vivian Lúcia XAVIER (UFF)

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) adota uma perspectiva enunciativo-discursiva para a linguagem. Assim, a linguagem é pensada a partir das interações sociais mediadas por práticas discursivas.

Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 2018, p.63)

Por esse viés, o texto ganha centralidade e o seu sentido passa a ser visto a partir da interação texto-sujeitos, não sendo pensado como algo que preexistia a essa interação. Ademais, a BNCC apresenta como uma de suas competências gerais a argumentação. O documento afirma que o discente deve ser capaz de argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, a fim de que possa formular, negociar e defender ideias, pontos de vistas e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos. Philippe Breton afirma que

saber argumentar não é um luxo, mas uma necessidade. Não saber argumentar não seria, aliás, uma das grandes causas recorrentes da desigualdade cultural, que se sobrepõe às tradicionais desigualdades sociais e econômicas, reforçando-as? Não saber tomar a palavra para convencer não seria, no final das contas, uma das grandes causas da exclusão? Uma sociedade que não propõe a todos os seus membros os meios para serem cidadãos, isto é, para terem uma verdadeira competência ao tomar a palavra, seria verdadeiramente democrática? (2003, p.19)

Este trabalho, portanto, objetiva compreender quais estratégias argumentativas foram utilizadas em manchetes jornalísticas cujo tema é a economia brasileira. A escolha em se trabalhar com manchetes de jornais deu-se pelo fato de as manchetes servirem não só para atrair o leitor como também para fornecer-lhe informações fazendo com que ele consiga realizar predileções acerca do texto. Ocupando uma posição privilegiada, ela aparece no topo da notícia iniciando a matéria jornalística. Além do mais, este gênero textual é colocado em evidência na BNCC, já que há no documento o apontamento da importância de se trabalhar com gêneros textuais que estejam nos campos jornalístico-midiático.

Para atingirmos o nosso objetivo, o trabalho divide-se da seguinte maneira: pressupostos teóricos, análise do corpus e considerações finais. Os pressupostos tratarão da noção de texto para a Linguística Textual, do gênero manchete de jornal e das estratégias argumentativas. Vamos, então, aos estudos que nos dão base para esta investigação.

1. Pressupostos Teóricos

1.1. A noção de texto para a Linguística Textual

A Linguística Textual começou a se desenvolver na segunda metade da década de 1960 até meados da década de 1970, na Europa, especialmente na Alemanha. Surgiu com o intuito de romper com as limitações teórico-metodológicas da linguística formal, procurando ir além dos limites da frase. Segundo Marcuschi (2012), essa teoria surge com “um dogma de fé: o texto é uma unidade linguística hierarquicamente superior à frase. E uma certeza: a gramática de frase não dá conta do texto” (p.16). A LT, portanto, traz à baila o texto como uma unidade de estudo para o campo dos estudos linguísticos. Bentes aponta que

atualmente, tomar-se o texto como unidade de análise no campo dos estudos da linguagem pode parecer pouco questionável ou, mais ainda, constituir-se em uma verdadeira necessidade. No entanto, esta ideia nem sempre foi bem-aceita: houve um percurso de mais de 30 anos desde que o termo “Linguística de Texto” foi empregado pela primeira vez por Harald Weinrich, autor alemão que postula toda a Linguística ser necessariamente Linguística de Texto. (2012, p.259)

A LT percorreu um longo caminho até a sua chegada ao momento atual. Em cada passo dado, a noção de texto foi se modificando. Para a professora Ingedore Villaça Koch (2018), a LT pode ser dividida em quatro fases:

1. Análises interfrásticas e gramáticas de texto;
2. A virada pragmática;
3. A virada cognitivista;
4. A perspectiva sociocognitiva-interacionista

Em cada um desses momentos, pensou-se a noção de texto a partir de uma determinada perspectiva. Na fase da análise transfrástica e das gramáticas de texto, o texto era visto como uma sequência coerente de unidades linguísticas. Já na virada pragmática, passou-se a pensar o texto como o processo no qual sua constituição e verbalização ocorre por meio dos parceiros da comunicação. Na virada cognitivista, o texto é visto como o resultado de processos mentais segundo o qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados na memória que precisam ser ativados para que a atividade/interação verbal aconteça. Por fim, a perspectiva sociocognitiva-interacionista vê o texto como o próprio lugar de interação onde os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por eles são construídos. Cavalcante aponta que

hoje, o entendimento sobre o que vem a ser um texto é balizado pela noção de interação. O texto, então, é tomado como um evento no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais que levam em consideração o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural para a construção de sentidos e das referências do texto. (2020 p.19)

A perspectiva adotada pela Linguística Textual coaduna-se com a BNCC. Sendo assim, o aluno ao entrar em contato com o texto aciona não apenas os seus saberes linguísticos, mas também o seu conhecimento de mundo, suas práticas comunicativas, a sua cultura, ou seja, todo o seu repertório enquanto sujeito histórico a fim de construir possíveis sentidos. A interação sujeito-texto-sujeito faz com que o indivíduo construa e seja construído, enquanto ser, por meio de todos os textos com os quais entrou em contato durante a sua

jornada. Assim, urge a necessidade de que os estudantes criem o hábito de ler produções textuais da esfera jornalística e midiática, tendo em vista que, muitas vezes, é por meio desses textos que informações relevantes acerca de nosso país são veiculadas. A próxima seção, portanto, abordará o gênero textual manchete de jornal.

1.2. O Gênero Textual Manchete de Jornal

Compreendemos que toda comunicação verbal é realizada por meio de um gênero, que, por sua vez, é materializado em textos; esses são constituídos por enunciados organizados em uma estrutura dominante. Dell’Isola (2012), em seu artigo “A noção de gêneros textuais e discursivos: percursos teóricos”, mostra-nos que “a produção de linguagem de um indivíduo é uma ação resultante de um conjunto de decisões dentre as quais está a escolha de certos gêneros para a tessitura do texto que deve atender a uma determinada situação comunicativa” (p. 8). Assim, as manchetes de jornais cumprem uma função discursiva pertinente à situação que estão inseridas, isto é, destacam, resumidamente, o que é considerado o ápice da notícia, a fim de chamar a atenção do sujeito leitor para um maior aprofundamento da temática abordada.

Marchuschi define os gêneros textuais como “fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia” (2010, p. 19). Dessa maneira, os gêneros textuais são vistos como ações sociodiscursivas que servem para agir e dizer o mundo.

Sendo assim, ao nos comunicarmos, o enunciador, mesmo que inconscientemente, seleciona o gênero textual que melhor se adapta ao que quer transmitir ao seu interlocutor; desse modo, é necessário que se dominem as estruturas que constituem os gêneros, para que a intenção comunicativa aconteça sem falhas. Segundo Koch; Elias,

no processo de leitura e construção de sentido dos textos, levamos em conta que a escrita/fala baseiam-se em formas padrão e relativamente estáveis de estruturação e é por essa razão que, cotidianamente, em nossas atividades comunicativas, são incontáveis às vezes em que não somente lemos textos diversos, como também produzimos ou ouvimos enunciados, tais como: “escrevi uma **carta**”, “recebi o **e-mail**”, “achei o **anúncio** interessante”, “o **artigo** apresenta argumentos consistentes”, “fiz o **resumo** do livro”, “a **poesia** é de um autor desconhecido”, “li o **conto**”, “a **piada** foi boa”, “que **tirinha** engraçada”, “a **lista** é numerosa”. (2015, p.101) (Negrito das autoras)

Produzimos, portanto, esses enunciados elencados por Koch; Elias, pois, de acordo com Marcuschi, “quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares” (2008, p. 154). Esse entendimento também é defendido por Carolyn Miller (1984) *apud* Marcuschi (2008), e por Bronckart (1999), para quem “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades humanas” (1999, p.103).

Os gêneros podem ser caracterizados pela sua maleabilidade, dinamicidade e plasticidade, portanto, surgem em conjunto com as necessidades e atividades socioculturais e na relação com as inovações tecnológicas. Atualmente, alguns gêneros textuais migraram para o ambiente digital, mantendo suas características fundamentais, acrescidos de particularidades existentes, em especial, nas redes sociais. Segundo Cope e Kalantzis (2000, p.5), há uma integração de modos de construção de sentido onde o textual está também

relacionado ao visual, ao áudio, ao espacial, ao comportamental, e assim por diante, o que é particularmente importante na hipermídia eletrônica.

Dessa forma, as mudanças produzidas pelos avanços tecnológicos e pelas transformações sociais fizeram com que o trato da informação também se modificasse. A internet reúne múltiplos chamarizes, então, a manchete, no terreno digital, torna-se uma forma de prender a atenção do leitor, tornando-se uma notável estratégia de captação. A próxima seção tratará das estratégias argumentativas utilizadas nas manchetes de jornal.

1.3. Estratégias Argumentativas

Koch e Elias (2018, p.23) apontam que “se o uso da linguagem se dá na forma de textos e se os textos são construídos por sujeitos em interação, seus quereres e saberes, então, *argumentar é humano*”. Nesse viés, argumentar não é apenas produzir uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos, pois, muitas vezes, o aspecto argumentativo encontra-se na parte implícita do ato de linguagem. A argumentação ocorre quando o sujeito que argumenta está imbuído de uma convicção, essa será explicada e transmitida ao interlocutor com o intuito de convencê-lo a modificar o seu comportamento e/ou pensamento.

Aliado a esse pensamento, Philippe Breton em sua obra ‘A argumentação na comunicação’ (2003) defende que argumentar não é apenas transmitir uma mensagem a um receptor por meio de um emissor. Sendo assim, é preciso refletir sobre um esquema de comunicação argumentativo. Para o autor, a argumentação é construída em diferentes níveis. São eles: a opinião do orador, o orador, o argumento, o auditório e o contexto de recepção. A opinião pertence ao domínio do verossímil. Trata-se de uma tese, de uma causa, de uma ideia ou de um ponto de vista. O orador é quem dispõe de uma opinião e se coloca na postura de transportá-la ao outro. Já o argumento é a opinião colocada em um raciocínio argumentativo. O auditório, por sua vez, trata-se de uma pessoa, de um público, de um conjunto de públicos ou até mesmo do próprio orador quando ele procura se autoconvencer. Por fim, o contexto de recepção é o conjunto de opiniões, valores ou julgamentos prévios partilhados pelo auditório e que existem anteriormente ao ato da argumentação.

Assim, a argumentação é o resultado textual de uma combinação de diferentes componentes, exigindo do orador – o sujeito que argumenta – a construção de um argumento por meio de um ponto de vista racional. O argumento será formulado a partir das experiências individuais e sociais do indivíduo que está imbuído em realizar a argumentação em um determinado espaço, tempo e em uma situação comunicativa com finalidade persuasiva.

Amossy (2020) aponta que o uso da palavra está ligado à eficácia. As manchetes de jornais, por exemplo, buscam captar o leitor por meio de sua forma – posição de destaque no jornal – e de sua função - síntese do que será abordado por meio de escolhas lexicais que chamem a atenção do leitor. A palavra, neste contexto, visa a adesão de um grupo indefinido, podendo ser desde o leitor assíduo de um determinado jornal até alguém que se deparou com o periódico na banca ou na internet e resolveu lê-lo. Segundo a autora,

(...) o discurso procura sempre produzir um impacto sobre seu público. Esforça-se, frequentemente, para fazê-lo aderir a uma tese: ele possui, então, uma visada argumentativa. Mas o discurso também pode, mais modestamente, procurar modificar a orientação dos modos de ver e sentir: nesse caso, ele possui uma dimensão argumentativa. (AMOSSY, 2020, p.7)

Dessa forma, Amossy (2020), com o qual este trabalho se coaduna, pensa que a argumentação está presente em todos os textos e não apenas nos que apresentam uma tese bem definida. As manchetes de jornais, muitas vezes, possuem uma forma narrativa, ou até mesmo, descritiva, no entanto, a função é argumentativa, tendo em vista que buscam que as suas posições sejam acolhidas pelos interlocutores. Tal fato será visto na próxima seção que trará a análise do *corpus*.

2. Análise do *Corpus*

2.1. O *Corpus*

Popularmente, os leitores das matérias veiculadas em jornais físicos ou digitais, em geral, creem que as informações contidas nesses canais de comunicação avizinham-se à neutralidade, no entanto, os estudos da linguagem nos mostram que ainda que o autor não tenha interesse em direcionar o ponto de vista do leitor, há um imbricamento sintático-semântico que é intrínseco ao ato de comunicar. Sendo assim, visando uma aproximação com a imparcialidade linguística, as manchetes de jornais, sobretudo no terreno digital – espaço de grande propagação – precisam filiar-se à realidade dos fatos. Contudo, com a polarização política fortemente estabelecida no contexto brasileiro no ano de 2022, tornou-se possível visualizar com mais nitidez os direcionamentos textuais, que impactam na formação de sentido extratextuais.

Para demonstrar o esquema argumentativo presente, daremos destaque a duas manchetes difundidas no ambiente virtual, a fim de demonstrarmos as desigualdades abissais encontradas hoje no Brasil.

2.2. A Análise do *Corpus*

No Brasil, o acesso à *internet* chega a três em cada quatro domicílios do país, segundo dados revelados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 95,5% dos usuários acessam a *internet* para trocar mensagens por aplicativos. Tais mensagens são concretizadas por meio de textos verbais escritos, verbais orais, imagéticos ou multissemióticos.

O texto verbal, o imagético e o sonoro compõem a básica tríade das redes que se formam via *web*. Esses são os elementos responsáveis por estabelecerem os laços sociais entre os sujeitos envolvidos. Em meio à discussão sobre a relevância das redes, a relação entre “o que está” e “quem está” dentro de fora das telas merece atenção. As postagens e reações das postagens são criadas e planejadas de acordo com a conexão eu-tu, tu-eu interessados em acessá-las.

Cabe dizer que o objeto de análise foi retirado da rede social digital *Instagram*. O *Instagram* possui uma particularidade que o difere das outras redes sociais. Nele, o compartilhamento de informações somente é possível quando acompanhado de texto imagético estático ou em movimento, ou seja, todas as postagens, obrigatoriamente, necessitam vir em conjunto com foto ou vídeo. Esta rede possibilita também a ligação com outras redes, como *Facebook*, *Twitter*, *Flickr* e *Tumblr*.

As redes sociais da *internet* são espaços que escapam à dominância dos governos e empresas que monopolizam os canais de comunicação (Castells, 2012). Os eventos, compartilhamentos, mobilizações e o que mais diz respeito a esse universo não se tateiam,

não se mapeiam facilmente. Deste modo, a circulação de informação é imensurável, complexa, crescente. Como vemos a seguir:



Figura 1: Posts Instagram

Fonte: @todasfridasoficial e @serginhobc. Acesso em 15/10/2022.

As páginas do *Instagram* @todasfridasoficial e @serginhobc, juntas, possuem mais de 745 mil seguidores atualmente, logo, o poder argumentativo das páginas alcança inumeráveis aparelhos eletrônicos que se encontram nas palmas das mãos dos leitores, formando, assim, novos pontos de vista, a partir da exposição de manchetes tendenciosas. Para a análise, nos debruçaremos em três manchetes de jornais que foram repostadas nas páginas em questão, a fim de mostrarmos como a argumentação, partindo das escolhas lexicais, trilham caminhos variados para a mesma manchete.

Pela ótica de Koch e Elias (2018), vimos que o sujeito que argumenta está impregnado de uma convicção. Começamos pela manchete veiculada na página G1 – rede pertencente ao grupo Globo - e compartilhada no *Instagram* das páginas @todasfridasoficial e @serginhobc: “Idoso de 75 anos com Parkinson e enfisema supera o peso da idade e as doenças para trabalhar e poder comprar remédios e comida em Bertioga” (grifos nossos). Na parcela imagética, vemos o senhor em pé, com uma bandeja pendurada no pescoço contendo doces à venda.

Segundo o dicionário Michaelis online, o verbo superar apresenta algumas acepções tais como: conseguir domínio ou vitória sobre; dominar, vencer, ser, ficar ou tornar-se superior a; levar vantagem a; exceder, sobrepujar. Em todas essas significações, o verbo remete ao campo semântico da vitória. Contudo, um idoso necessitando trabalhar, mesmo doente, para custear a sua alimentação e os seus medicamentos não pode ser considerado algo vitorioso. A manchete, portanto, dá ênfase ao esforço individual do cidadão, furtando-se de destacar o papel governamental inerente ao cenário.

Por se tratar de um texto presente na rede social digital *Instagram*, é possível identificarmos a adesão ou não do leitor à manchete que, embora não seja um texto argumentativo prototípico, apresenta, segundo os postulados de Amossy (2020), uma

dimensão argumentativa. O @serginhobc (ou @serginhoFUP na rede social Twitter) que – inicialmente – é um leitor, mostra sua indignação com a escolha do vocábulo “supera” e reposta a imagem, de forma irônica, com o título “exemplo de superação”, seguido da legenda “o absurdo que é viver nesse país”.

Baseado no esquema de comunicação argumentativa postulado por Breton (2003), vemos:

A opinião do orador	Superação do idoso.
O orador	G1 – jornal virtual.
O argumento	Se um idoso de 75 anos com parkinson e enfisema consegue trabalhar, qualquer outra pessoa consegue.
O auditório	Os seguidores / leitores.
O contexto de recepção	O incômodo de um seguidor que destaca a palavra “supera” e reposta com outra possibilidade interpretativa.

O mesmo ocorre com a segunda manchete analisada, cujo texto verbal é “avião, plano de saúde, escola privada; brasileiro abre mão de benefícios para viver com inflação e desemprego”, (grifos nossos) veiculada pela página do UOL notícias. A expressão popular ‘abrir mão’, de acordo com o dicionário (in)formal, apresenta as seguintes compreensões: desistir, renunciar, ceder. Mais uma vez, a manchete busca tratar de um assunto de caráter coletivo – a economia brasileira – por um prisma individual, isentando qualquer responsabilidade do governo brasileiro em relação a questões tão cruciais, para uma sociedade, como saúde e educação.

O @serginhobc (ou @serginhoFUP na rede social Twitter) destaca a expressão ‘abrir mão’ e, em seguida, insere o emoji que representa a figura de um palhaço. O emoji opera por meio da semelhança, fazendo com que haja o reconhecimento por parte do leitor. Assim, ao aliar a parcela verbal a parcela visual, aponta-se para a ideia de que os brasileiros estão sendo feitos de palhaços, já que não usufruir de avião, plano de saúde e escola particular não é uma escolha, mas uma necessidade imposta pela atual conjuntura econômica.

A tese construída na manchete pode ser observada, mais uma vez, de acordo com o esquema argumentativo de Breton (2003):

A opinião do orador	Brasileiro abre mão.
O orador	UOL notícias.
O argumento	Os brasileiros cortam os “supérfluos” para adaptação à realidade.
O auditório	Os seguidores / leitores.
O contexto de recepção	O incômodo de um seguidor que destaca a expressão “abre mão” e reposta com outra possibilidade interpretativa.

As manchetes analisadas revelam que as escolhas lexicais realizadas por quem enuncia buscam apaziguar a situação econômica vivenciada no país por meio do verbo ‘superar’ e da expressão ‘abrir mão’. Assim, há uma tentativa de mascarar decisões governamentais que interferem diretamente na economia brasileira e, conseqüentemente, na vida do cidadão brasileiro. Bakhtin aponta que

não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou coisas más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (1998, p.95)

Dessa forma, as manchetes não funcionam apenas para destacar as informações mais pertinentes de uma notícia, mas também revelam o ponto de vista de quem enuncia. Tal fato corrobora a noção defendida, por muitos estudiosos da linguagem, de que todo discurso possui uma dimensão argumentativa. Alguns se apresentam como explicitamente argumentativos e outros não se apresentam como tal. Contudo, todos são argumentativos.

Considerações Finais

As manchetes de jornais, como vimos, preocupam-se em levar até o leitor os assuntos de interesse social. Este estudo buscou acentuar a importância da clareza argumentativa no campo político, visto que os textos verbais e não verbais são primordiais, em especial, no terreno virtual. Sendo assim, urge a necessidade de que os discentes sejam capazes de reconhecer e compreender a argumentatividade presente nos textos, tendo em vista que o ensino de língua deve ser apresentado, pelo docente, como um instrumento político que visa a transformação social.

Acreditamos que, na contemporaneidade, as redes sociais possibilitam novas formas de comunicação, além de estarem cada vez mais inseridas em nosso cotidiano. Esses novos modos de comunicação pressupõem novas capacidades para uma interação eficiente. Dessa forma, entendemos que trabalhar a leitura de textos que estão inseridos no terreno digital em sala de aula é uma prática que deve ser realizada de forma sistematizada.

Referências

- AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Coordenação e tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira; tradução de Angela M. S. Corrêa...[et.al.]. 1ª ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, volume 1. São Paulo: Cortez, 2012.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. São Paulo: EDUSC, 2003.
- BRONCKART, Jean Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. Trad. Anna Rachel Machado, Pericles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2020.
- COPE, B.; KALANTZIS, M. (Eds). *Multiliteracies: Literacy Learning and the Design of Social Futures*. Londres: Routledge. 2000.

DELL'ISOLA, Regina. *Perspectivas teóricas subjacentes às noções de gêneros: textuais ou discursivos?* In: DELL'ISOLA, Regina (Org.). *Gêneros textuais: o que há por trás do espelho?* Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à Linguística Textual: trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, Ingedore Villaça.; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, Angela P. et al. *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

A ARGUMENTAÇÃO COMO ESTRATÉGIA LINGUÍSTICA, DISCURSIVA E IMAGÉTICA NA MÍDIA IMPRESSA

Luciana da Silva GOMES (UFF)

Introdução

A argumentação está presente no nosso cotidiano. Trata-se de uma característica essencial à linguagem. É uma atividade discursiva, que visa influenciar o outro por meio de argumentos, atraí-lo para a nossa percepção dos fatos. Nesse sentido, envolve os sujeitos, seus conhecimentos e maneiras de compreender o mundo que os cerca. Pressupõe, portanto, intencionalidade e aceitabilidade.

Nesse contexto, o presente trabalho se justifica pela relevância social de se refletir, em dimensão nacional, acerca da corrupção no Ministério da Educação (MEC), na gestão de Milton Ribeiro, no governo Bolsonaro, exposta pela mídia falada, escrita e digital e divulgada pelos suportes tecnológicos midiáticos (jornais, revistas, televisão, rádio e internet), a partir de 28 de março de 2022, nada imunes a um viés ideológico programado pelas instâncias de mídia brasileira. Além disso, torna-se relevante devido à importância do ensino da argumentação nas aulas de Língua Portuguesa, ancorada na BNCC (2018) – competência nº 7, que pressupõe a defesa de um ponto de vista de maneira ética e responsável.

Dentro desse contexto, esta pesquisa assume o objetivo mais geral de analisar o funcionamento da comunicação humana como fenômeno linguageiro, cognitivo e sociopolítico, por meio da análise da seguinte estratégia argumentativa – a multimodalidade.

A partir desse enquadramento mais geral, delineamos também os objetivos mais específicos, a saber: (i) examinar a orientação argumentativa empregada pela instância midiática de produção *Extra*; (ii) reconhecer as estratégias argumentativas – linguísticas, discursivas e imagéticas – empregadas pelo sujeito comunicante e; (iii) perceber a dimensão das práticas discursivas, a partir da produção de sentidos veiculados pelas linguagem verbal e não verbal.

Nossa análise vincula-se tanto à Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso quanto à Linguística Textual. Metodologicamente, a pesquisa possui uma abordagem de cunho qualitativo e o *corpus* é composto por uma notícia de capa de um periódico popular de enorme circulação no Estado do Rio de Janeiro, denominado *Extra*, publicada no dia 23 de junho de 2022, que tematiza a corrupção no Ministério da Educação durante o governo de Jair Bolsonaro.

No intuito de promover uma reflexão acerca das práticas discursivas que circulam socialmente na mídia impressa sobre a corrupção no Ministério da Educação, no governo de Jair Bolsonaro, este artigo está organizado da seguinte maneira. Além desta introdução e das considerações finais, há mais três partes a integrarem-no: na primeira, expomos dois conceitos basilares da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, como o ato interenunciativo entre sujeito comunicante e sujeito interpretante e o processo de semiotização do mundo; na segunda, esboçamos um breve panorama sobre a argumentação, com respaldo, principalmente, em Charaudeau (2018; 2012), Amossy (2018), Cavalcante et al. (2020), Elias (2016) e Koch e Elias (2017) e na terceira, examinamos minuciosamente a notícia de capa do jornal *Extra*, embasados em um critério analítico de extrema importância para os estudos da argumentação – a multimodalidade.

Alguns Conceitos Basilares da Teoria Semioliológica

A Teoria Semioliológica de Análise do Discurso salienta que todo ato de linguagem é uma encenação, que comporta quatro sujeitos, sendo dois sociais, externos, e dois discursivos, internos. Os sujeitos “externos” são o Eu-comunicante e o Tu-interpretante e os sujeitos “internos”, o Eu-enunciador e o Tu-destinatário.

Debruçando-nos, então, sobre o *corpus* proposto neste artigo, temos o sujeito comunicante, constituído por jornalista, diagramador, fotógrafo, editor, dentre outros, ou seja, quem produziu a notícia – a instância midiática de produção *Extra* –, que coloca em cena o sujeito enunciador. No caso da notícia em tela, é o desdobramento do próprio jornalista, fotógrafo, diagramador, editor... Os sujeitos comunicantes e enunciadores são vários. Por isso, podem ser classificados como sujeitos compostos.

O sujeito enunciador composto será o encarregado por semiotizar o acontecimento bruto principal – a corrupção no Ministério da Educação no governo Bolsonaro –, de modo mais ou menos objetivo, a partir de seus propósitos comunicativos. Trata-se, pois, de uma atividade de reconstrução de significação da realidade, que ocorre por meio dos processos de transformação e de transação.

Transpondo a teoria para a prática, temos um acontecimento bruto principal – a corrupção no Ministério da Educação –, que necessita ser de conhecimento e ciência da população. Todavia, quando chegar ao sujeito interpretante, isto é, o leitor, o acontecimento já estará filtrado e interpretado pelos sujeitos enunciadores, que o inserem no discurso.

Por essa razão, o sujeito interpretante tem acesso apenas àquilo que a instância midiática de produção deseja que ele veja e saiba. Nesse sentido, em uma situação de comunicação, alguns elementos precisam ser considerados como a identidade dos parceiros, a finalidade do ato de linguagem, o propósito e o dispositivo.

Em relação à finalidade, a realização de uma encenação enunciativa pode ser produzida por diferentes estratégias discursivas, sendo que algumas chegam até mascarar o fazer pelo dizer. Segundo Charaudeau (2018, p. 69), todo ato de linguagem é ordenado em função de um objetivo: “fazer fazer”, “fazer saber”, “fazer crer” e “fazer sentir”.

Na notícia de capa a ser analisada neste artigo, verificamos duas visadas predominantes – “fazer saber” e “fazer sentir”, uma vez que

o contrato de informação midiática é, em seu fundamento, marcado pela contradição: finalidade de fazer saber, que deve buscar um grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização. (CHARAUDEAU, 2018, p. 92).

Assim, no processo de transformação, constatamos que alguns elementos são deixados de lado e outros são intensificados. Esse processo, de acordo com o semiolinguista (2007, p. 14), inclui quatro tipos de operação que o sujeito falante precisa realizar: a identificação, a qualificação, a ação e a causação.

Convém enfatizar que essa apreciação da construção linguageira, por parte do interlocutor, dá-se sempre em um quadro de negociação comunicativa. Sob essa ótica, todo processo de transformação submete-se, primeiramente, a um processo de transação, assim designado por Charaudeau (2007).

No momento em que há a transformação das categorias de língua em categorias do discurso, temos o processo de transação, que se refere ao processo de troca entre os sujeitos

envolvidos no ato de comunicação. É o processo de transação, guiado pelos princípios de alteridade, pertinência, influência e regulação, que conduz o processo de transformação.

Na seção a seguir, discorreremos sobre a argumentação na perspectiva da Teoria Semiolinguística e na visão da Linguística Textual.

Argumentação: um Breve Panorama

A argumentação é calcada em uma perspectiva dialógica, visto que os sujeitos se encontram em interação. Por meio de argumentos, visamos persuadir nosso interlocutor a concordar com o nosso ponto de vista e a modificar seu comportamento. Com esse propósito, estruturamos nosso raciocínio e empregamos estratégias linguísticas, discursivas e imagéticas.

Segundo Charaudeau (2012, p. 205), a argumentação pauta-se em:

- uma *proposta sobre o mundo* que *provoque um questionamento*, em alguém, quanto à sua *legitimidade* (um *questionamento* quanto à *legitimidade da proposta*).
- um *sujeito* que *se engaje* em relação a esse questionamento (convicção) e *desenvolva um raciocínio* para tentar estabelecer uma *verdade* (quer seja própria ou universal, quer se trate de uma simples *aceitabilidade* ou de uma *legitimidade*) quanto a essa *proposta*.
- um *outro sujeito* que, relacionado com a mesma *proposta*, *questionamento* e *verdade*, constitua-se no *alvo* da argumentação. Trata-se da pessoa a que se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a *compartilhar* da mesma verdade (persuasão), sabendo que ela pode aceitar (ficar *a favor*) ou refutar (ficar *contra*) a argumentação. (grifos do autor)

Em outras palavras, tanto a intencionalidade quanto a aceitabilidade permeiam a argumentação, na medida em que o sujeito argumentante elabora seus argumentos. A fim de expressar um ponto de vista e convencer o seu interlocutor, recorre a experiências individuais e sociais. Este, por sua vez, pode aceitar ou não a tese defendida. Assim, em uma perspectiva dialógica, faz-se necessário considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das teses e propostas que lhe são apresentadas.

Desse modo, a argumentação presente nos discursos é inscrita na própria textualização e é construída a partir das relações cotextuais e contextuais, em uma determinada situação comunicativa.

Ancorados em uma perspectiva sociocognitiva e interacional da linguagem, assumimos que o texto é constituído a partir da interação verbal. Nessa concepção, é considerado um evento comunicativo singular que ocorre por meio da construção negociada de sentidos em situação sócio-historicamente contextualizada.

Sob esse prisma, o texto mobiliza uma série de estratégias – de ordem sociocognitiva, interacional e textual –, com o propósito de promover a produção de sentidos. Para isso, o sujeito comunicante investe nas crenças e nos valores do sujeito interpretante, visando induzi-lo a determinado comportamento. Assim, o uso da linguagem é basicamente argumentativo.

A argumentação, portanto, está vinculada à negociação persuasiva dos sentidos, com a finalidade de endossar uma determinada visão dos fatos ou de modificá-la. Assim, apesar de o jornal *Extra* não ter total controle sobre o seu dizer nem sobre os efeitos de sentido dele decorrente, é capaz de se expressar de forma intencional e estratégica.

Nessa direção, Charaudeau (2018, p. 25-26) nos explica que “tais práticas e tais discursos circunscrevem uma intencionalidade orientada por ‘efeitos de sentidos visados’,”

pois a instância de produção não tem uma garantia de que os efeitos pretendidos corresponderão àqueles realmente produzidos no receptor.”

Além disso, como as notícias jornalísticas possuem uma tese implícita que é compreendida por meio do enredo e têm como objetivo incutir ideias, revelando causas, consequências e circunstâncias, apresentam também uma dimensão argumentativa.

A professora Ruth Amossy (2018, p. 7), ressalta que o discurso, além de pretender produzir um impacto sobre seu público e fazê-lo aderir a uma tese, visa ainda transformar a orientação dos modos de ver e de sentir. Por essa razão, o discurso assume uma dimensão argumentativa. Seu raciocínio (ibid., p. 12) pauta-se no fato de que

não há discurso sem enunciação (o discurso é o efeito da utilização da linguagem em situação), sem dialogismo (a palavra é sempre, como diz Bakhtin, uma reação à palavra do outro), sem apresentação de si (toda fala constrói uma imagem verbal do locutor), sem o que se poderia chamar de ‘argumentatividade’ ou orientação, mais ou menos marcada no enunciado, que convida o outro a compartilhar modos de pensar, de ver, de sentir.

Assim, ao buscar persuadir o outro a aderir o seu ponto de vista, o sujeito comunicante recorre a recursos composicionais e linguísticos, guiados pelos padrões discursivos do gênero. Logo, é preciso considerar as práticas discursivas que o engendram.

Seguindo esse raciocínio, o gênero discursivo orientará a enunciação e regulará a modalidade argumentativa, na medida em que nas práticas discursivas, ao dialogar com o seu possível auditório e com os discursos que circulam na sociedade, o sujeito comunicante também está dialogando com os gêneros discursivos que são característicos de determinados campos da comunicação, em suas formas, conteúdos temáticos e estilos. A título de exemplificação, na esfera do discurso jornalístico, temos a notícia que subsidia o nosso *corpus*.

Existem inúmeras formas de argumentar a disposição de um projeto de dizer. Dentre elas, a multimodalidade, a qual nos deteremos no decorrer da análise presente na seção subsequente.

Argumentação e Multimodalidade: Análise do *Corpus*

Com vistas a atender aos seus propósitos comunicativos, o sujeito comunicante, ao elaborar um texto, recorre a recursos linguísticos e visuais, permeados de valores argumentativos e de subjetividade. Com isso, é possível notar sua marca na enunciação e verificar o modo como ele se situa em relação aos interlocutores.

Para aprofundar essa discussão, dentre as diversas estratégias argumentativas, nos debruçaremos sobre a multimodalidade. Propomo-nos a analisar a notícia de capa do jornal popular *Extra*, publicada no dia 23 de junho de 2022, extraída do site <<https://www.vercapas.com.br/>> e reproduzida a seguir.



Figura 1 – Recorte da capa do jornal *Extra* de 23 jun. 2022

A fim de examinar a função dos elementos multimodais que configuram a notícia em tela, a partir da organização e da argumentação do texto, nos debruçamos sobre as parcelas verbal e não verbal. Por meio das estratégias linguística, discursiva e imagética, será possível identificar as identidades dos sujeitos envolvidos no contrato comunicativo firmado entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante. Desse modo, a credibilidade (fazer saber) e a captação (fazer sentir) tão desejada pelo jornal *Extra* para a fidelização do seu público leitor estará assegurada.

Como o ato de argumentar pressupõe uma negociação, Mônica Cavalcante (2017) sinaliza que todo texto apresenta os sentidos projetados pelo locutor e os efeitos produzidos pelo interlocutor. Vale frisar que esses efeitos produzidos se vinculam ao conjunto de possibilidades autorizadas pelo texto. Assim, é fundamental, considerar alguns aspectos, a

saber: (i) as instruções de interpretação, claramente indiciadas ou inferenciáveis; (ii) o contrato comunicativo; e (iii) as especificidades dos gêneros.

Ao nos determos sobre o recurso visual cromático utilizado no sobretítulo, percebemos que o sujeito comunicante emprega o fundo vermelho e as letras brancas.

De acordo com Guimarães (2003, p. 91), “a cor pode ser utilizada para informar e para comunicar”. Nesse sentido, implica intenções e responsabilidades. Trata-se de uma cor-informação. O **vermelho**, na visão desse estudioso (2002), pode também estar atrelada à cor da ação e da imposição. É a cor do dizer não. Sob esse prisma, reiteramos que existe um projeto de dizer do Eu-comunicante: é prioritário, diante da inevitável “corrupção no governo” decretada, cumprir a prisão do ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, imposta pela ação da Polícia Federal. Dentro desse contexto, a cor de fundo vermelho contextualiza a informação, visto que simboliza algo a explodir e a ser combatido – a corrupção no governo Bolsonaro.

Nota-se, portanto, que a informação cromática – **vermelho** – materializa semioticamente a intencionalidade do sujeito comunicante ao produzir efeitos de dramatização, objetivando despertar sentimentos e emoções – no quadro de uma visada patêmica persuasiva – no sujeito interpretante. Desse modo, a instância midiática *Extra* assume um projeto de influência – o “fazer sentir”. De acordo com Charaudeau (2018, p. 92), para satisfazer o princípio de emoção,

a instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso de informação, baseando-se, ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam – pois as emoções não são um inefável aleatório. Elas são socializadas, resultam de regulação coletiva das trocas. Essa regulação, por um lado, segue os movimentos da afetividade e, paralelamente, as representações que atribuem valores às condutas e às reações emocionais.

Existe uma correspondência entre o conteúdo produzido pela instância midiática *Extra* e o conhecimento de mundo do sujeito interpretante, pois, além de sensibilizá-lo para o fato de que há a acusação de corrupção no Ministério da Educação no governo de Jair Bolsonaro, o periódico, visando atender o papel do contrato de comunicação estabelecido para o gênero “notícia jornalística” – o “fazer saber” –, precisa satisfazer o “princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade” (CHARAUDEAU, 2018, p. 92).

Já o título principal e o subtítulo apresentam letras brancas sob um fundo preto. Guimarães (2003, p. 110), afirma que “a binaridade polarizada e assimétrica mais primitiva da cor é a oposição do branco e preto, síntese das polaridades luz-trevas [...] com a assimetria jogando a carga negativa para o preto.” A partir dessa definição, compreendemos que a sua utilização não foi realizada aleatoriamente, já que existe uma preocupação básica de visibilidade e legibilidade do título principal e do subtítulo. Podemos, pois, inferir que há a intenção do sujeito comunicante em demonstrar que há algo errado na conduta do presidente, desvalorizando-a.

Constatamos que o título principal apresenta o corpo da fonte maior e está em caixa alta e em negrito. Tais recursos tipográficos almejam a facilitação da leitura a distância e, conseqüentemente, a captação do leitor. Sob esse prisma, assumem o propósito comunicativo de atrair o leitor, já que visam despertar seu interesse para a leitura da notícia de capa.

O sentido construído por essa organização semiodiscursiva vincula-se à estruturação particular dessas formas. Assim, para que haja, de fato, a troca comunicativa, é fundamental

seu reconhecimento pelo receptor. Conforme explica Charaudeau (2018, p. 27), “o sentido é o resultado de uma *cointencionalidade*.” (grifo do autor).

Pelo título principal, notamos também que o aspecto argumentativo desse discurso está implícito, uma vez que o enunciado, aparentemente, irônico pode significar que, se o presidente da República endossa as atitudes do ministro da Educação, ele pode também estar ciente da corrupção no Ministério da Educação. Logo, torna-se cúmplice.

Da ironia subjacente a esse enunciado, revela-se, talvez, uma atitude de zombaria do sujeito enunciatador. A ironia, nesse caso, é empregada pela instância midiática de produção como um mecanismo discursivo que provoca o humor. Charaudeau (2011, p. 3 apud CARDOSO e XAVIER, 2021, p. 381) explica que a ironia trata “sempre de uma troca de liberdade, posto que o ato humorístico se volta para o mundo, no desejo de questioná-lo, e para o outro, no desejo de torná-lo cúmplice”.

Dessa forma, a ironia, neste caso, é considerada uma estratégia argumentativa, visto que o sujeito enunciatador não pode ou não deve dizer explicitamente que a conduta do chefe do Poder Executivo está inadequada.

Na sequência, em consonância com o título principal, temos os enunciados expressos nos balões de fala. Percebemos que, no dia 24 de março de 2022, em uma *live*, o presidente da República afirma “Eu boto a minha cara no fogo pelo Milton Ribeiro. Minha cara toda!”. Ao fazer esse pronunciamento, Jair Bolsonaro, em seu projeto de fala, deseja atribuir credibilidade ao ex-ministro da Educação por ter legitimidade para isso. Revela-se alinhado a ele. Está, portanto, de pleno acordo com atitudes e posicionamentos do titular da pasta.

No entanto, o que o ele não previa era o fato de que, três meses depois, no dia 22 de junho, o seu aliado Milton Monteiro fosse realmente preso pela Polícia Federal face à corrupção dentro do Ministério da Educação. Vale lembrar que esse ministro facilitava a ação de lobistas pastores, uma vez que, em troca da liberação de recursos da Educação, os pastores teriam pedido dinheiro e até ouro a prefeitos.

Diante desse cenário turbulento, o pronunciamento de Jair Bolsonaro revela, argumentativamente, um posicionamento imprudente. Por conseguinte, procurando eximir-se da responsabilidade, o presidente recorre a Deus, símbolo de amor e fraternidade. Trata-se de um argumento pelo modelo relacionado à religião, como depreendemos de sua declaração à Rádio Itatiaia: “Ele que responda pelos atos dele. Peço a Deus que não tenha problema nenhum”.

Assim, além desses ditos relatados, o jornal *Extra* acrescenta, na construção de sua tese, a reprodução de duas fotografias do presidente da República, em perspectiva diacrônica. Na primeira (24/03/2022), ressaltamos a postura da mão de Bolsonaro em uma posição que tampa parcialmente a boca, expressando sigilo, segredo. Como o enunciado foi proferido em uma rede social, em que, normalmente, o chefe do Poder Executivo se dirige ao seu auditório, ou seja, aos seus eleitores e apoiadores, seu olhar é direto, como se expressasse algo positivo. Na segunda (ontem – 22/06/2022), destacamos que a face do presidente se encontra levemente arqueada, como se estivesse carregando um sobrepeso nas costas; seu olhar para baixo permite inferir que, agora, ele já não encara seus eleitores diante dos fatos negativos – as evidências de corrupção no Ministério da Educação – e, por fim, sua boca cerrada leva-nos a pressupor que se calará diante do grave escândalo de corrupção em seu governo.

O jornal *Extra*, por sua vez, ao confrontar essas duas cenas enunciativas, sinaliza a contradição do presidente da República. Tal fato visa influenciar o público leitor, instigando-o a pensar sobre essas condutas e, se possível, alterar seus julgamentos acerca de Jair Bolsonaro.

Nesse contexto, de acordo com Charaudeau (2001, p. 25), o discurso “ultrapassa os códigos de manifestação linguageira na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos.”. Para o semiolinguista (2012, p. 17),

o ato de linguagem não esgota sua significação em sua forma explícita. Este explícito significa outra coisa além de seu próprio significado, algo que é relativo ao contexto sócio-histórico. Um dado de ato de linguagem pressupõe que nos interroguemos a seu respeito sobre as diferentes leituras que ele é suscetível de sugerir. O que nos leva a considerá-lo como um objeto duplo, constituído de um Explícito (o que é manifestado) e de um Implícito (lugar de sentidos múltiplos que dependem das circunstâncias de comunicação).

Da imbricação do verbal com o visual, depreendemos que, ao noticiar o caso de corrupção no Ministério da Educação, esse periódico dramatiza o fato narrado, com vistas a despertar no leitor certo estado emocional que possibilite a recepção do conteúdo e dos sentidos da notícia.

Considerações Finais

Ao nos debruçarmos sobre o estudo da argumentação, pretendemos ampliar a visão dos docentes em sala de aula acerca do trabalho com a leitura, interpretação e produção de textos, uma vez que a argumentação pode ser encontrada em toda e qualquer situação de interação e que a tentativa de influenciar o outro é inerente aos textos.

Os resultados do estudo apontam, por meio do discurso midiático aferido no jornal em tela, calcados em diferenciados recursos – linguísticos, discursivos e imagéticos –, que a argumentatividade do texto está presente tanto no uso da língua, quanto no modo como esse uso se configura em práticas textuais e comunicativas que demandam a mobilização de diferentes linguagens.

Com apoio nas evidências alcançadas, este artigo visa contribuir para uma reflexão acerca dos discursos que circulam socialmente na mídia impressa, na medida em que, constantemente, orientam a forma de os sujeitos se posicionarem no mundo.

Nesse sentido, faz-se necessário trabalhar todos esses recursos em sala de aula – da Educação Infantil ao Ensino Superior –, visto que desempenham um papel retórico na construção de sentido dos textos.

Convém salientar que a descrição e o ensino de uma língua estão imbricados em um contexto social. A língua resulta dos usos, das interações que as pessoas estabelecem entre si para buscar se compreender e para influenciarem-se mutuamente, lançando mão da persuasão e da sedução. Desse modo, utilizam a linguagem para transmitir valores sociais e para construir a sua identidade de ser falante.

Portanto, o ensino da Língua Portuguesa deve ter o texto como ponto de partida e de chegada. Cabe ao professor mediar o entendimento do aluno de como a língua funciona na prática e demonstrar que todo texto agrega valores e intencionalidades que merecem ser refletidos pela sociedade, com vistas a não se tornar “massa de manobra” e ter maior consciência acerca dos seus atos.

Referências

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*, 2018.

CARDOSO, Eveline; XAVIER, Glayci. “Tentando amenizar a impotência do confinamento”: a rotina pandêmica à luz da ironia dos *Bichinhos de Jardim*. In: *Gláukus: Revista de Letras e Artes* – jan./jun. 2021 – vol. 21, n. 1, p. 370-398.

CAVALCANTE, Mônica et al.. *Linguística Textual e Argumentação*. 1.ed. Campinas: Pontes, 2020.

CAVALCANTE, Mônica. *Os sentidos do texto*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida; GAVAZZI, Sigrid. (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-29.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. (orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001. p. 23-37.

ELIAS, Vanda. Estudos do texto, multimodalidade e argumentação: perspectivas. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016.

GUIMARÃES, Luciano. *As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2002.

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda. *Escrever e argumentar*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

COMENTÁRIO, BOATO E *FAKE NEWS* NO DISCURSO SOBRE A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

Maraline Aparecida SOARES (UNEMAT)

Hélio Ferreira MENDES JUNIOR (UNEMAT)

Sílvia Regina NUNES (UNEMAT)

Introdução

A presente pesquisa se inscreve no campo de estudos da Análise de Discurso de linha materialista e tem como *corpus* de análise uma publicação do perfil da Revista Galileu no *Facebook* seguida de um comentário sobre esse *post*, marcado na classe dos “mais relevantes”. A publicação foi realizada no dia 27 de junho de 2022 e está relacionada à vacinação contra a Covid-19. O *post* apresenta, inicialmente, o seguinte excerto, extraído de uma matéria jornalística de divulgação científica: *Estudo britânico concluiu ainda que, caso a meta da OMS de imunizar 40% da população mundial até o final de 2021 tivesse sido atingida, mais de 600 mil vidas poderiam ter sido salvas*. Logo após esse trecho, tem-se a imagem de uma mão com luva hospitalar segurando um frasco de vacina. A finalização da postagem se dá com o título do texto, em negrito: “Vacinas contra Covid-19 preveniram 20 milhões de mortes em um ano”.

O comentário que será analisado se encontra relacionado a essa postagem. Ele aparece como primeiro (a partir da categoria de relevância):

Tomei 3 doses e peguei covid 2 vezes.

E desta vez foi pior.

Sou saudavel, caso eu tivesse alguma comorbidade tinha morrido.

Estas vacinas servem pra tudo, menos imunizar.

Estou positivada novamente.

Diante dessa imbricação compósita própria desse material de análise, questionamos como a postagem sobre a vacinação contra a Covid-19 produz efeitos de sentidos para os sujeitos da/na rede? Como o funcionamento de *Fake News* na relação com o que é dito e o que é silenciado no comentário significa? Qual a relação entre *Fake News* e Boato? Nosso foco é compreender, na formulação do comentário, a produção de efeitos contraditórios em relação ao texto postado na página da Revista Galileu.

Princípios Teóricos, Procedimentos Analíticos, Condições de Produção

Partimos da premissa de que para compreender os efeitos de sentidos produzidos pelo comentário precisamos analisar sua relação com os dizeres do texto postado e considerar o modo de circulação desses dizeres nas redes sociais digitais, atendo-nos ao que Orlandi afirma sobre o funcionamento discursivo: “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (**em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música, etc.**)” (ORLANDI, 2012, p. 11-12, grifos nossos). Com relação a esses três momentos de produção do discurso, sendo: a constituição, formulação e circulação, são eles indissociáveis, mas por uma questão metodológica Orlandi (2012) nos orienta que, estando diante de um discurso eletrônico (na atual conjuntura nomeado como digital), devemos tomar como ângulo de entrada a circulação dos sentidos para, a partir dela, pensar os outros dois momentos.

Em concordância com essa sugestão metodológica, seguimos esse trajeto para a nossa análise. Precisamos considerar inicialmente a relação da *Internet* com o *corpus* da pesquisa, pois esse é o seu lugar de formulação e circulação.

A criação da *Internet* e seus avanços têm ressignificado a forma de funcionamento da sociedade e da linguagem, pois diferentemente de seu projeto inicial em que o uso era restrito para interligar laboratórios de pesquisas, a prática digital se expandiu, promovendo a abertura para *blogs* e *chats*, mídias sociais e colaborativas e as chamadas redes sociais. A partir desse processo, houve a entrada do sujeito internauta nesse espaço, tanto para produzir conteúdo, quanto para se relacionar com os textos em circulação através de curtidas, reações e comentários, como é o caso de nosso material de análise na rede social *Facebook*.

Desde então, as redes sociais tornaram-se ambientes de grandes fluxos de acesso de usuários, o que chamou a atenção de vários segmentos da sociedade a se integrarem à essa forma de interatividade que passou a apresentar-se mais determinante que a mídia televisiva, por exemplo. Nesse processo, a mídia jornalística também recorreu a esse novo formato que pode ser considerado parte do aparelho ideológico “de informação” (ALTHUSSER, 1992). Compreendemos, de acordo com o aparato teórico da Análise de Discurso, que esse processo de integração dos âmbitos da sociedade ao digital não é algo neutro, está para além dos efeitos de sentido de modernização.

Diante dessas questões, salientamos que a Análise de Discurso de linha materialista tem desenvolvido estudos e instrumentos analíticos que dão condições para compreensão do funcionamento dos efeitos de sentido do discurso digital na língua(gem). Dias (2018), é uma das principais autoras que toma o digital como objeto de análise.

[...] o digital produz um novo tipo de relação entre o sujeito e o social, uma nova relação das práticas políticas e discursivas que não são da ordem da banalidade. É preciso compreendê-las para além do utilitário dos sistemas aplicativos que facilitam a vida, a circulação dos dizeres e armazenamento das memórias. Essa compreensão passa pela sobredeterminação do político ao econômico, ao consumo, ao mercado de dados (DIAS, 2018, p. 170).

É na direção do que a autora propõe que consideramos o digital para além do que é meramente técnico. Configurando-se também como uma conjuntura ideológica constituída no e pelo capitalismo, que tem manifestado diferentes efeitos nas formas de identificação dos sujeitos com os sentidos em circulação no digital.

Nesse contexto, as revistas de divulgação científica, como a Revista Galileu, também migraram para a *Internet*, na condição de perfis em redes sociais. A estrutura e o funcionamento da rede social *Facebook* apresenta uma relação constitutiva com o modo como a postagem da notícia sobre a vacina produz efeitos para o sujeito, sendo instado a se dizer/significar através de comentários.

Sobre a circulação do conhecimento científico, Lagazzi (2011) afirma que há na relação entre a produção que se legitima como científica e sua divulgação uma equivocidade constitutiva do lugar de circulação. Nesse sentido, a autora questiona como o conhecimento científico se adequaria ao público leitor, pois há uma transferência **da ordem do discurso científico para a ordem do discurso jornalístico** (conforme Orlandi, 2008). Nas palavras de Lagazzi:

[...] Por um lado, a especificidade de se produzir conhecimentos e compreensões no espaço da linguagem científica; por outro, **o exercício de transformar esses conhecimentos e compreensões em objeto de consumo de um público leitor não especialista**. Um percurso que do cientista ao público leitor deixa brechas e

traz para a cena da divulgação do conhecimento diferentes efeitos de sentido que se sobrepõem a partir de diferentes posições do sujeito [...] (LAGAZZI, 2011, p. 497 – 498, grifos nossos).

E acrescentamos que a divulgação da ciência ocupou o espaço das redes sociais, produzindo diferentes efeitos de sentidos. Como os que a autora mencionou, na relação com as diferentes posições do sujeito, pois nas redes sociais tem-se, também, a possibilidade de abertura aos comentários e reações. Então, o processo de significação do conhecimento científico/divulgação científica para os sujeitos leitores não especialistas da/na rede significa diferentemente do modo como produz sentidos para leitores especialistas, como os da Pesquisa Fapesp, ainda na versão impressa, que a autora citada analisou. Nessa direção, podemos problematizar como se daria a circulação dos efeitos de sentidos para o leitor não especialista, diante de um texto científico ou de divulgação científica? Quais as margens de abertura que ele teria para expor o modo como o texto significou para ele, pensando em suas relações cotidianas e no funcionamento das redes sociais? Comumente, no cotidiano, a reflexão sobre um texto poderia se dar através da discussão oral por mensagens dirigida a um interlocutor específico, ou ainda por meio de uma publicação nas redes sociais para comentar seu entendimento com alguém de sua “bolha” de relacionamento. Contudo, o processo de significação sobre o que foi lido e discutido se daria da mesma maneira como para aquele sujeito leitor que acabou de ter contato com um texto na rede social e em seguida se posicionou de forma imediata (sem refletir, pesquisar, questionar) sobre a publicação, como ocorre nos comentários no *Facebook*? Como funciona essa prática de leitura?

Um Gesto de Análise

Apresentado o modo de funcionamento da *Internet* e da circulação de textos científicos/divulgação científica nas redes sociais, adentramos outra etapa da nossa análise, agora mais especificamente para pensarmos os efeitos de sentidos de um comentário sobre a vacinação contra o Coronavírus. A postagem da Revista Galileu era a seguinte:

Título: Vacinas contra Covid-19 preveniram 20 milhões de mortes em um ano.

Estudo britânico concluiu ainda que, caso a meta da OMS de imunizar 40% da população mundial até o final de 2021 tivesse sido atingida, mais de 600 mil vidas poderiam ter sido salvas.

Retomamos a formulação do comentário da internauta, diante da postagem sobre a eficácia da vacinação, contra o número de mortes:

Tomei 3 doses e peguei covid 2 vezes.

E desta vez foi pior.

Sou saudável, caso eu tivesse alguma comorbidade tinha morrido.

Estas vacinas servem pra tudo, menos imunizar.

Estou positivada novamente.

Como podemos observar, na postagem o texto afirma e reitera que as vacinas previnem a morte. Em nenhum momento é dito que a vacinação impede a contaminação e ou sintomas, conforme a internauta reclama no comentário. Há, então, um descompasso entre o asseverado na postagem e o comentário. Uma diferença que convoca um gesto analítico para verificar de onde advêm esses sentidos que a internauta requer da vacina.

É de conhecimento mundial quão traumática foi a contaminação do Coronavírus em seres humanos, desde o ano de 2020. A pandemia que se instaurou pelo SARS-CoV-2 se mostrou um enorme desafio sanitário em nível global. Foi um desespero para encontrar mecanismos que fossem capazes de conter a letalidade do vírus, em menos tempo, tendo em vista a rapidez com que ele se alastrava e o alto número de mortes em progressão.

Os pesquisadores tomaram posição diante dessa tragédia, em todo o mundo se dedicaram arduamente ao trabalho de pesquisa científica para conter a proliferação do vírus e a morte de pessoas e chegaram à produção das vacinas. Mas diferente da ciência, diferente dos pesquisadores foi o comportamento do representante do povo brasileiro, o presidente da república, que, caso notório, postergou o início da vacinação, entre outros problemas no combate à pandemia.

Conforme consta no *site* do Senado o Brasil poderia ter sido o primeiro do mundo a vacinar a população. Segundo Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan, em depoimento à CPI da Pandemia, a primeira oferta de vacinas contra Covid-19 foi feita ao Ministério da Saúde, em 30 de julho de 2020, mas não obteve resposta. Seriam disponibilizadas no último trimestre daquele ano aproximadamente 60 milhões de doses. O que não ocorreu, devida a inoperância do governo.

A vacinação, na maior parte do mundo, começou no dia 08 de dezembro de 2020, enquanto no Brasil teve início apenas em 17 de janeiro de 2021, pois somente em outubro de 2020 houve a assinatura de um protocolo de intenções pela vacina, porém, ainda assim, esse contrato ficou "suspense" por quase três meses após declarações do presidente da república contra a aquisição dos imunizantes, conforme consta divulgado na agência do Senado.

Foi somente em 07 de janeiro de 2021 que o compromisso de compra das vacinas ficou efetivamente firmado. Dimas Covas atribui o atraso às manifestações do presidente “dizendo que a vacina não seria de fato incorporada, não haveria o progresso desse processo [...]” (Agência do Senado).

Nessa direção, ao retomar as questões de análise observamos como a vacina começou a ser significada, justamente pelo presidente do país, constituindo uma rede de sentidos que foi por ele mesmo sendo ampliada com outras formulações como as divulgadas pela página Congresso em Foco, ao informar que o representante maior do país, durante o evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e na cerimônia de assinatura dos contratos de concessão do 5G, declarou:

“Quem tomou a vacina não precisa se preocupar com quem não tomou, não vai ser contaminado. A liberdade acima de tudo”.

Nessa formulação, é possível compreender um efeito de ironia em relação às possibilidades de contaminação. Semelhante ao que a internauta requer da vacina no comentário, pois tomou as três doses recomendadas e pegou Covid duas vezes, “sendo a última ainda pior e que por isso essas vacinas fazem de tudo, menos imunizar”.

Em outro momento, o presidente volta a atacar a eficácia da ciência, ao dizer no mesmo evento que:

“Nós disponibilizamos a vacina para quem quisesse. Mas hoje em dia, todo mundo sabe que quem toma a vacina pode contrair o vírus, pode transmitir o vírus e pode morrer”.

Ou seja, há uma simplificação da questão que fica subsumida pelo ato de compra da vacina e que apresenta como consequência um efeito de inutilidade delas, uma paráfrase

possível seria: gastei à toa com vacinas, porque não servem para nada! Esses dizeres foram sendo difundidos formando uma cadeia de sentidos contra a ciência. Nesse ponto, podemos perguntar: qual seria a sustentação desses dizeres do presidente contra a vacina? Há um descompasso entre o que a ciência sustenta e o que o presidente comenta acerca das vacinas. Comentários que se inscrevem, no mínimo, no discurso do senso comum, ou, também, numa prática que aponta para um projeto de morte coletiva da população.

Conforme já mencionado, ao observarmos as falas do presidente do Brasil sobre as vacinas, como por exemplo, quando diz: “Quem tomou a vacina não precisa se preocupar com quem não tomou, não vai ser contaminado. A liberdade acima de tudo” – vemos uma relação de semelhança com a formulação do comentário:

Tomei 3 doses e peguei covid 2 vezes.
E desta vez foi pior.
Sou saudável, caso eu tivesse alguma comorbidade tinha morrido.
Estas vacinas servem pra tudo, menos imunizar.
Estou positivada novamente.

O presidente difundiu que quem tomou a vacina não seria contaminado, portanto não precisava se preocupar, e no comentário consta que mesmo tomando as três doses da vacina, houve reincidência de contaminação de Covid por mais 2 vezes e que a última foi ainda pior. Algo que nos faz compreender que o comentador que se vacinou três vezes compartilhava do entendimento difundido pelo presidente, ou seja, um imaginário de que estando vacinado não seria contaminado pelo vírus novamente. E o mais interessante é que o comentário não estabelece relação causal específica com a postagem, uma vez que essa não menciona essa questão.

Nessa direção, a formulação do comentário adquire seus efeitos de sentidos pelo funcionamento da memória discursiva, que para a Análise de Discurso se constitui como:

(...) aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2015, p.46).

Outra parte do comentário em que podemos ver esse funcionamento da memória é o seguinte: “Sou saudável, caso eu tivesse alguma comorbidade tinha morrido”. Essa formulação atualiza a memória discursiva da possibilidade da morte, caso tivesse comorbidade, e joga, pelo efeito de contradição, diretamente com o texto do *post* que defende, conforme o título, que as “vacinas contra Covid-19 preveniram 20 milhões de mortes em um ano”. Sua sustentação se inscreve na afirmação do presidente: “Nós disponibilizamos a vacina para quem quisesse. Mas hoje em dia, todo mundo sabe que quem toma a vacina pode contrair o vírus, pode transmitir o vírus e pode *morrer*”. A atualização se constitui na alegação de que não morreu, quando foi contaminado pela segunda vez, apenas porque não tem comorbidade e não porque já estava vacinado. Outra relação que é possível de se estabelecer refere-se ao enunciado que diz: “Estas vacinas servem pra tudo, menos imunizar”. Essa formulação está em relação à afirmação do presidente de que “[...] hoje em dia, todo mundo sabe que quem toma a vacina pode contrair o vírus, pode transmitir o vírus e pode morrer”. O comentário remete a mesma ideia do presidente, porque se uma vacina não serve para imunizar o que seria esse “tudo” que ela pode? E o comentário é encerrado com a formulação: “estou positivada novamente”. Ou seja, reiterando que a vacina não serve

para proteger da contaminação da Covid-19, ainda sustentada no sentido de que estando vacinada não deveria ser contaminada, e sendo contaminada, equivale a dizer que a vacina não serve para nada, não faz efeito algum, não previne a contaminação e nem mesmo a morte. A relação do comentário, de maneira geral, com as formulações do presidente é tão próxima que é possível dizer que o comentário se traduz como uma paráfrase dos dizeres do chefe maior da nação, através do funcionamento da memória discursiva.

Considerações Finais

O funcionamento do comentário sobre a postagem de uma notícia da Revista Galileu coloca questões importantes sobre a linguagem jornalística na divulgação da ciência. O texto do *post* atende aos requisitos exigidos de um texto jornalístico para promover o efeito de verdade próprio a esse tipo de texto. Contudo, o que estamos denominando de “descompasso” entre o que está escrito na postagem e o gesto de interpretação do internauta se configura no modo como Lagazzi (2011) explica a noção de equivocidade. A formulação e circulação dos comentários nas redes sociais, dada a abertura que o sujeito internauta tem para se expressar e pôr em descrédito a informação, dá visibilidade a esse efeito contraditório.

Isso é possível porque, conforme Pêcheux (2014), a concepção de língua enquanto mero instrumento de comunicação, que transmite informações, se estilhaça em relação ao funcionamento descrito. E é por isso que o autor chama a atenção para o fato de que a língua serve para “comunicar e não comunicar”:

A tese pecheutiana de que a “língua serve para comunicar, e também para não comunicar” (PÊCHEUX, 1997a) marca o deslocamento de uma concepção instrumental de língua, ou seja, questiona a atribuição de uma função para a língua, a que seria a de um código que “transmitiria literalmente” as informações aos interlocutores. Contudo, as coisas não são tão simples assim, pois tomar a língua apenas como instrumento de transmissão seria ignorar as condições de produção que permitiram o dizer, ou seja, silenciar quem diz, desconsiderar quem ouve e apagar os processos históricos que permitiram dizer uma coisa e não outra (NUNES, 2012, p.35-36)

Podemos compreender o que diz a autora citada através do que ocorreu na relação entre o comentário e o *post* jornalístico. Não foi possível estabelecer o efeito de verdade da ciência para o sujeito internauta autor do comentário, porque este estava historicamente inscrito em outros sentidos, isto é, numa relação com os dizeres proferidos pelo presidente da república. É por isso que, conforme a pesquisadora, não se pode desconsiderar quem diz e quem ouve, ou quem lê, no caso específico de nossa análise. Compreendemos, então, que na contemporaneidade, por conta dos efeitos de velocidade instaurados pelas condições de produção do digital, há uma reiteração de uma determinada noção de verdade como sendo absoluta e inquestionável, desde que o estatuto dessa verdade funcione por um viés de confirmação de crenças e convicções de posições-sujeito comentaristas, o que aponta para uma reiteração de “suas” verdades, em detrimento da formulação do texto divulgado.

A questão é que no descompasso entre o que foi postado e o que foi comentado se constituem duas posições distintas sobre a vacinação: a da ciência, reiterada pelo discurso de divulgação científica e a da anticiência, difundida pelo presidente. Desse modo, a luz da Análise de Discurso, compreendemos que os efeitos de sentidos sobre a vacina contra a Covid-19 passaram a coexistir em duas formações discursivas, pois “o que é silenciado em uma formação discursiva é acolhido em outra formação discursiva [...]” (ORLANDI, 2015, p. 58). Então, o que é dito na formação discursiva da ciência é silenciado na formação

discursiva da anticiência. Nesse sentido, o discurso do presidente sobre a vacina contra Covid-19 rebate a eficácia científica, reproduzindo o funcionamento das chamadas *Fakes News* que, conforme Adorno & Silveira (2019), são dizeres que:

[...] desafiam as instituições que, há alguns séculos, detém o poder de determinar qual é a verdade: a ciência e a imprensa. É uma mudança na economia política das interpretações. Boatos e rumores sempre existiram. Seu estatuto no regime e na vontade de verdade, para retomar conceitos de Michel Foucault, transformaram-se (p.215).

Com relação a concepção de boato, compreendemos, discursivamente, que este não pode ser tomado como sinônimo de *Fake News*. A estrutura e a significação de cada um apresentam características distintas. Não negamos que há uma forte semelhança entre eles enquanto aquilo que funciona como “notícia anônima que se expande publicamente sem confirmação” (ORLANDI, 2012, p. 134), mas o boato é fortemente afetado pela oralidade, e, além disso, apresenta a formulação que garante a ressalva da legitimidade dos fatos o “diz – que, diz – que”. Já as *Fake News*, no século XXI, são predominantes nas redes sociais digitais e podem ocorrer tanto em formulações verbais, visuais e audiovisuais.

Dada a grande semelhança entre o boato e as *Fakes News* atualmente, consideramos o boato como um dos elementos da constituição das *Fake News*, que traria o funcionamento de uma possível memória discursiva destas. O boato, o comentário e a fofoca em tempos remotos tinham uma maneira distinta de se significarem na sociedade. No contemporâneo, tem-se outra condição de produção, a do espaço digital e das redes sociais. As noções de boato, comentário, fofoca e mentira funcionam, na atualidade, de um modo distinto, por conta de sua circulação, que é de outra ordem, sustentada no digital. Na conjuntura contemporânea, não se diz que um fato é uma mentira ou fofoca, entre outros. Diz-se que se trata de *Fake News*.

As *Fake News* tomam uma dimensão outra, possibilitada pela tecnologia e pela popularização do sistema digital. Não se trata de um dizer de boca em boca, mas um dizer que se atualiza pelo efeito da memória metálica. De modo que o discurso sobre um determinado fato, a cada vez que é proferido, permite a atualização (da memória) pela formulação, em certas condições de produção. Esse dizer toma um sentido, no social, que é identificado pelo número de curtidas e compartilhamentos de uma determinada publicação, o que garante sua relevância, conforme a análise que mostramos.

Expandindo um pouco mais a discussão sobre o comentário, vale ressaltar que esse que estamos analisando se inscreve num discurso “fundador” negacionista da ciência e inaugura na página a circulação de uma possível *Fake News* sobre efeitos colaterais da vacina. É importante salientar que há réplicas a esse comentário que estão ali em funcionamento como um desmentido, e filiadas a formação discursiva da ciência. Nessa direção é fundamental que se busque a dimensão da ausência como diz Orlandi:

[...] toda língua está necessariamente em relação com o não-lá, com o não-mais-lá, com o ainda-não-lá e com o jamais –lá da percepção imediata”. [...]Ai daquele que não procura entender a constituição, a formulação e, sobretudo, a circulação de boatos, de fofocas (ORLANDI, 2001, p. 45).

Quanto ao comentário, este deixa entrever o contexto sócio-histórico, político e ideológico no qual estamos inseridos em pleno século XXI, após um enorme desastre mundial em razão do aparecimento do Covid-19. No deslize da língua no comentário que diz que “as vacinas servem para tudo, menos imunizar”, podemos acessar uma espécie de *Fake*

News frente a eficácia da vacina, que tem prevenido o crescimento do número de mortes no mundo todo. Ressalte-se que o comentário analisado teve 32 curtidas e gerou mais de 100 respostas. Essa repercussão, conforme o algoritmo do *Facebook*, o faz permanecer em circulação na página da revista, configurado entre os mais relevantes. Independentemente do descompasso, materializado na equivocidade do comentário, o que importa para as redes sociais é que isso circule, conforme orientou Pêcheux (1981) em *Ça Circule* (Isso Circula), “não importa quê”.

Referências

- ACHARD, Pierre... [et al.]. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes – 4ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- ADORNO, Guilherme & SILVEIRA, Juliana. **Pós-verdade e Fake News: equívocos do político na materialidade digital**. Campinas: SP. Editora Pontes, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- DIAS, Cristiane Pereira. **Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- LAGAZZI, Suzy. **A equivocidade na circulação do conhecimento científico**. Revista Linguagem em (Dis) curso, Tubarão, SC, v.11, n. 3, p. 497-514, set./dez. 2011.
- NUNES, Silvia R. **A geometrização do dizer no discurso do infográfico**. Tese defendida em 2012 – Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP.
- PÊCHEUX, Michel. **Ouverture du colloque**. In. CONEIN, Bernard et al. (Org.) *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 15-18.
- PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. – 5a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, Eni, P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos** – São Paulo. 8 ed. Pontes, 2009.

**SEGURANÇA DE URNAS ELETRÔNICAS:
ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO EM PORTAIS DE NOTÍCIA**
Miguel RODRIGUES NETTO (UNEMAT)

*A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos
com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar.*
(ORLANDI, 2009, p. 9)

Introdução

O presente artigo se propõe analisar e compreender o processo de produção dos sentidos de textos jornalísticos em portais de notícias da internet. Para tanto escolhemos o tema segurança das urnas eletrônicas nas eleições de 2022. Ao todo foram analisados aqui quatro textos, sendo dois de conformação opinativa (“A enésima prova de lisura das urnas” e “Documento da Defesa sobre as urnas reafirma segurança, mas reforça pedido de credibilidade ao processo”) e dois de abordagem informativa (“Comissão conclui testes com urnas, faz sugestões e destaca ‘maturidade’ do sistema” e “Comissão valida teste de segurança realizado nas urnas eletrônicas”), tendo as pistas para entrada no funcionamento discursivo sido dadas pela relação entre as manchetes e formulações presentes na própria matéria correspondente, fundamentando-nos nas propostas teóricas de Mariani (1999; 2006) e Orlandi (1987; 2009). Os textos que compõem o *corpus* foram extraídos dos portais de comunicação do jornal O Estadão, da rádio Jovem Pan, da Carta Capital e da Gazeta do Povo.

Se propomos esse debate acerca das formas que textos de opinião e de informação assumem enquanto gêneros do campo jornalístico, a partir da fundamentação teórica da Análise de Discurso de base materialista, é porque queremos promover necessariamente um deslocamento da discussão sobre “o que está sendo dito” para “o modo como” se está dizendo. Ou seja, mais do que perseguir uma leitura que “atravessaria” as palavras para alcançar um suposto sentido literal, o nosso intuito é o de explicitar o funcionamento discursivo (ORLANDI, 1987, p. 124), convocando para o debate as condições de produção, que são constitutivas dos sentidos. Além disso, elas nos permitem entender como as construções linguísticas participam do processo de ativamento de memórias, na relação com o dizível, ou seja, com o interdiscurso, por meio do funcionamento dos pré-construídos. Assim, ao estabelecerem relações parafrásticas e polissêmicas entre dizeres efetivamente – ou possíveis de serem – formulados, tais construções significam.

Gêneros Jornalísticos

Quando o assunto são gêneros jornalísticos, é necessário levar em consideração que existe uma vasta diversidade de classificações, propostas por autores de diversas partes do mundo, que até são alvo de críticas por parte de pesquisadores e de pares. No Brasil, Marques de Melo (2009, p. 35), (propõe) uma das (divisões) mais difundidas em âmbito nacional, segundo a qual cinco gêneros se dividem em subgêneros correspondentes: *informativo*; *opinativo*; *interpretativo*; *diversional*; e *utilitário*. Neste artigo, tendo em vista que os objetos de análise são os de cunho opinativo e informativo, focou-se nesses dois gêneros.

No entanto, antes de nos aprofundarmos neles, e de buscar compreender quais tipos de textos eles incluíam, cabem (a) um retrospecto do ponto de vista histórico, político e

ideológico a respeito da dicotomia opinião *versus* informação, dentro do campo do jornalismo, e (b) uma pergunta: afinal, do que trata a questão dos gêneros?

Começando pela questão (b), trazemos a contribuição de Pena (2005, p. 66), quando afirma:

Como resposta simplista, posso dizer que *trata, basicamente, de ordenações e classificações*. Seu objetivo é *fornecer um mapa* para a análise de *estratégias do discurso, tipologias, funções, utilidades e outras categorias*. Ou seja, propõe uma classificação a posteriori com base em critérios a priori. (grifos nossos)

A classificação por gêneros no jornalismo, portanto, segundo Pena, permite pensar uma espécie de cartografia estratégica das composições textuais elaboradas no âmbito da imprensa, tomando como base as “tipologias, funções, utilidades e outras categorias”. Como consequência, tem-se que, tanto no momento da produção textual quanto no da leitura, algumas restrições surgem para direcionar o que pode – e como deve – ser dito/lido.

O jornalismo no Brasil nasceu essencialmente utilizando o gênero de textos opinativos. Para se ter uma ideia, Romancini (2007) relata que o primeiro jornal impresso no país foi a Gazeta do Rio de Janeiro, cuja data de estreia foi 10 de setembro de 1808. Era um folhetim que, embora não se declarasse como oficial, mas que veiculava conteúdos bajuladores do e subservientes ao poder político e econômico da época, com o objetivo de defender os interesses da corte. Pelo menos, é o que mostra a passagem a seguir:

Com as transformações ocorridas na sociedade, ligadas a processos de modernização e avanços tecnológicos, a produção jornalística se intensifica, porém se apoia em um *papel ideológico, submetido a questões*, por exemplo, *propagandistas, exaltando governo, religião e bons costumes*, ou, ainda, de *propagação de conceitos e teorias políticas*, e não à *transmissão de informações, utilitárias ou de interesse público*. (ADVÍNCULA, 2018, p. 2. grifos nossos)

Com o passar do tempo e de mudanças políticas, sociais e culturais, os veículos de comunicação de massa começaram a mesclá-lo com o informativo. Então, entre o fim do século XIX e início do século XX, ocorre um desenvolvimento no mundo da imprensa periódica. O jornal passa a ser encarado como um produto que poderia ser vendido e distribuído em larga escala e gerar lucros. Assim, o gênero opinativo entrou em declínio, pois o jornalismo tinha um novo produto: notícias baseadas em fatos, não em opiniões.

Com relação aos tipos inclusos nos gêneros informativo e opinativo, propostos por Marques de Melo (*op. cit.*), pode-se perceber um critério seguido pelo autor. No caso do universo informativo, as diferenças encontram-se na progressão dos acontecimentos, que vai de um relato de acontecimento em processo de construção até um ainda mais amplo, que já teve tempo para repercutir em diversas esferas sociais.

Na prática, uma nota pode ser utilizada para relatar que está em curso um incêndio em um prédio no Centro da cidade, mas que ainda não teve um desfecho. Já a notícia poderia ser usada, nesse exemplo, para relatar que o incêndio aconteceu, já foi controlado, e trazer informações um pouco mais detalhadas e conclusivas sobre o trabalho das forças de segurança, vítimas, possíveis causas, entre outros aspectos. No caso da reportagem, o relato poderia ser mais aprofundado e trazer informações que estariam repercutindo em torno do acontecimento: por exemplo, os problemas e dificuldades enfrentadas pelas famílias desabrigadas em razão do incêndio no prédio.

O autor ainda criou a tipologia de entrevistas dentro do gênero informativo, que obviamente é uma espécie de texto que prioriza de forma direta um ou mais personagens que estão envolvidos no acontecimento.

Os gêneros que correspondem ao *universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística*: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área de opinião, *a estrutura da mensagem é codeterminada por variáveis controladas pela instituição jornalística* e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião) (MARQUES DE MELO, 1985, p. 64. Grifos nossos)

Com relação aos tipos dentro do gênero opinativo, Marques de Melo (2003) explica que o comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta possuem a identificação de autoria. O editorial é o único que não tem autor específico, pois seu objetivo é o de representar a opinião da instituição jornalística como um todo.

No que tange ao que chama de angulação temporal, que seria o caráter imediatista do texto, o comentário, editorial, coluna e caricatura têm por característica serem veiculados em sincronia com o momento em que os acontecimentos emergem ou repercutem. Ao contrário, a resenha, artigo, crônica e carta são descritos pelo autor como tendo modos temporais mais defasados.

No caso da angulação espacial, o autor refere-se à origem da opinião. Por exemplo, a caricatura nutre-se dos valores defendidos pela política editorial da instituição. Já a carta do leitor reproduz o viés opinativo dos receptores, por exemplo.

Para Manoel Chaparro (2008), não há como separar o gênero informativo do opinativo. O comentário, por exemplo, destacado como um dos tipos pertencentes ao gênero opinativo para Marques de Melo, necessita de se sustentar em informações confiáveis. O autor acredita também que não é possível isolar a opinião dentro de uma notícia, que é tida como um relato objetivo. De uma forma ou de outra, a opinião está presente para o autor.

No “policiamento” da opinião, que os crentes da objetividade fazem, é claramente identificável um viés moralista, como se a opinião, por si só, tornasse suspeita a informação. E a questão não é só moral nem ética, mas técnica: para o relato dos acontecimentos, a narração é mais eficaz. Ao relatar, narra-se uma história, com suas complicações e seus sucessos, mas os juízos de valor estão lá, explícitos, nas falas (escolhidas) dos personagens, às vezes até na agressividade dos títulos, e implícitos, nas intencionalidades preexistentes das estratégias autorais e nas intencionalidades adquiridas pelo próprio texto (CHAPARRO, 2008, p.163).

Os gêneros jornalísticos, porque veiculados sob a forma de textos, trazem consequentemente marcas linguísticas que sustentam um direcionamento interpretativo, ao mesmo tempo em que expõem, em certa medida, as condições de produção dentro do campo, uma vez que, enquanto os textos informativos devem obedecer a processos de apuração exaustivamente praticados pelos jornalistas, o texto opinativo é mais livre dessas amarras metodológicas. Nessa direção, explica Erbolato:

[...] a evolução e a adoção de novas técnicas do jornalismo, elevado à profissão e não mais praticado por simples diletantismo, levaram a uma conquista autêntica: a separação entre, de um lado, o relato e a descrição de um fato, dentro dos limites de objetividade permitidos pela natureza humana, e, de outro, a análise e o comentário da mesma ocorrência. O jornalismo ficou, a essa altura, dividido em dois grandes grupos ou seções principais: o informativo e o opinativo (que incluía a análise e a interpretação) (ERBOLATO, 2002, p.34).

Um aspecto crucial na formulação de conteúdo jornalístico na atualidade diz respeito aos processos de convergência tecnológica que possibilitaram um aumento exponencial no fluxo de informações via internet. Para Recuero (2009, p. 26) existe um fenômeno que representa mudanças profundas das formas de organização, identificação, conversação e mobilização social. “Essa comunicação, mais do que permitir os indivíduos a comunicar-se, ampliou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas”. Corroborando com essa linha de análise Lopez (2010, p.16), quando diz que “em certa medida a convergência midiática é uma consequência da convergência industrial, já que os processos de fusões e aquisições de meios de comunicação aceleraram a transição para essa era da convergência”. Netto (2021) também destaca que As transformações pelas quais passaram a sociedade desde o declínio da economia keynesiana até nossos tempos foram marcadas também por profundas mudanças nas bases tecnológicas. “Do Long Player – LP até o fenômeno dos smartphones, um longo caminho foi percorrido e o que temos hoje é fruto de intensa e duradoura interação e diversas áreas”(Netto, 2021, p.52).

Existem significativas diferenças na produção de conteúdo para mídias impressas, ou mesmo eletrônicas como rádio e televisão, quando comparamos com os meios digitais. Os jornalistas digitais precisam sempre pensar em elementos diferentes e em como eles podem ser complementados. O público digital é mais receptivo para estilos não convencionais, já que “o leitor não tem tanto compromisso ao navegar, ele ‘zapeia’ pelos canais, ficando pouco tempo mesmo na notícia que lhe interessa” (FERRARI, 2007, p.49).

A produção de conteúdo para veículos de mídia digital aos poucos conseguiu capturar essa dinâmica produtiva, pois, ao longo dos anos, foi visível a melhora dos *sites*, que deixaram de ser réplicas mal feitas das produções impressas e passaram a apresentar uma identidade própria, dinâmica e contemporânea incorporando as nuances do trabalho jornalístico na rede.

O trabalho jornalístico na Web é sinérgico, reunindo áreas que à primeira vista são estanques, como exercício de jornalismo e usabilidade, mas que se encontram, por exemplo, no momento em que o designer senta ao lado do editor, que já desempenha atualmente a função de um gerente de produto (NETTO, 2012, p.58).

A evolução dos aparelhos celulares tradicionais, que se transformaram em *smartphones*, aliada ao aumento da acessibilidade de internet, deu origem à produção de conteúdos jornalísticos por meio de mídias móveis, deslocando o profissional de imprensa da tradicional redação. Com isso, “tornou-se possível não só a leitura de notícias, mas também a própria produção jornalística, diretamente do local de onde ocorreu o fato” (VIRGÍNIO; BEZERRA, 2011, p.3). Para Recuero (2009, p.23), “o jornalismo móvel está reconfigurando a maneira de fazer e receber notícias”.

A questão é que estamos diante de um novo contexto de produção de notícias. Os meios de comunicação de uma forma geral – e não apenas aqueles voltados para internet – já perceberam que a rotina produtiva mudou drasticamente desde a intensificação da convergência de mídias.

A digitalização dos processos comunicacionais implicou em mudanças substanciais na essência do trabalho do jornalista nos mais variados suportes. Todas as etapas, incluindo a coleta, o processamento e a transmissão dos conteúdos informativos passaram por uma reformulação devido às possibilidades ofertadas pelas tecnologias, pela difusão do acesso às tecnologias e às novas formas de fruição que a aproximação do público com as ferramentas propicia. Desta forma, observa-se que pensar a convergência passa a ser uma ação mais ampla, para além do determinismo tecnológico (LOPEZ, 2010, p.18).

Como consequência dessa fluidez e velocidade de produção, abre-se um cenário mais favorável à produção e reprodução de conteúdos baseados em distorções e falseamentos que, na literatura jornalística, recebem a nomenclatura de *fake news*. Mas a “contribuição da análise de discurso [...] permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem” (ORLANDI, 2009, p. 9), permitindo-nos, conseqüentemente, assumir uma posição menos ingênua com as produções jornalísticas.

Ad, Comunicação e Jornalismo

Ao falarmos em análise de discurso materialista, falamos necessariamente da entrada em cena das condições de produção, que são, como dito na seção introdutória, constitutivas dos sentidos, e são representadas pelo sujeito e pela situação (ORLANDI, 2009, p. 30). Nessa direção, se objetivamos analisar discursivamente textos jornalísticos, devemos referir seus produtos – matéria opinativa ou notícia informativa – aos sujeitos (que ocupam a posição de autor [do texto] em relação às posições-sujeito do discurso de acordo com as formações discursivas às quais se filiam e de onde “tiram” seus sentidos) e ao contexto (imediato e conjuntural) em que foram produzidos, de tal forma que possamos “pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem” (*id.*, *ibid.*, p. 16).

No que tange aos sujeitos enunciadoreis, enquanto autores responsáveis legais pelos textos produzidos, tem-se as seguintes relações:

Jornal	Condição de acesso	Convergência midiática
O Estado de São Paulo (Estadão)	paywall	multiplataforma + newsletter
Carta Capital	livre	multiplataforma
Jovem Pan	livre	multiplataforma + TV + panflix + app news
Gazeta do Povo	paywall	multiplataforma

Analisando o quadro, vemos que todos os veículos circulam pelos espaços virtuais, não apenas por meio da página oficial na rede mundial de computadores, mas também por se fazerem presentes na vida dos leitores via aplicativos de interação mais dinâmica, de tal maneira que se chega a produzir um efeito de proximidade entre sujeitos escritores e sujeitos leitores. Tal efeito contribui para a construção de um imaginário segundo o qual as fronteiras entre quem faz a notícia e quem a recebe seriam mais fluidas e menos delineáveis *a priori*, com maior interpenetração entre lugares socialmente constituídos. Reforçamos, no entanto, que se trata de um efeito, possivelmente produzido pela atual configuração da escrita na sua relação com a leitura, quando tais atividades são pensadas a partir da dinâmica de circulação nas redes sociais.

A separação entre sujeito-autor dos textos jornalísticos e sujeito-leitor, contudo, para muito além do efeito de proximidade construído pela suposta fluidez das fronteiras espaciais que o funcionamento das redes sociais constrói como evidente, é material, e sua superação é improvável, uma vez que a reversibilidade é controlada pela institucionalização de lugares sociais que assegura, a cada uma dessas posições, as suas relativas estabilidades, tanto para textos informativos, quanto para os opinativos.

Trata-se, portanto, de matérias produzidas por jornais de grande circulação no país, ainda que cada veículo possua uma capacidade particular de alcance – que leva em conta alinhamento político do leitor, possibilidade de acesso às matérias (se os jornais permitem a livre leitura ou se exigem que o leitor assine, para poder ler), funcionamento algorítmico de cada veículo na sua relação com cada plataforma (um mesmo veículo pode ter uma circulação no facebook maior ou menor do que a que tem no twitter, por exemplo) entre outros aspectos objetivos –, cujas matérias possuem um grande potencial de influência na circulação e produção de sentidos.

Marcas Textuais Discursivas

Os textos que compõem o corpus da pesquisa foram extraídos dos portais de comunicação do jornal O Estadão, da rádio Jovem Pan, da revista Carta Capital e do jornal Gazeta do Povo. Dois tem conformação opinativa “A enésima prova de lisura das urnas” e “Documento da defesa sobre as urnas reafirma segurança, mas reforça pedido de credibilidade ao processo”. Dois de abordagem informativa “Comissão conclui testes com urnas, faz sugestões e destaca ‘maturidade’ do sistema” e “Comissão valida teste de segurança realizado nas urnas eletrônicas”.

Se propomos esse debate acerca das formas que textos de opinião e de informação assumem enquanto gêneros do campo jornalístico, a partir da fundamentação teórica da Análise de Discurso de base materialista, é porque queremos promover necessariamente um

deslocamento da discussão sobre “o que está sendo dito” para “o modo como” se está dizendo. Ou seja, mais do que perseguir uma leitura que “atravessaria” as palavras para alcançar um suposto sentido literal, o nosso intuito é o de explicitar o funcionamento discursivo (ORLANDI, 1987, p. 124), convocando para o debate as condições de produção, que são constitutivas dos sentidos.

No quadro seguinte trazemos as quatro matérias abordadas na pesquisa e marcas textuais discursivas que selecionamos e grifamos em negrito:

Quadro 1 – Marcas discursivas em excertos extraídos de textos jornalísticos selecionados

Veículo	Marcas Textuais Discursivas
Jornal Estadão	Auditoria do TCU lança nova pá de cal nas teorias conspiratórias de Bolsonaro sobre a segurança do voto eletrônico. A cada dois anos, dezenas de milhares de políticos apelam às paixões dos eleitores buscando conquistar sua confiança. Partidos de todas as colorações ideológicas investem bilhões nas disputas por votos, que desde 1996 são versados em urnas eletrônicas. Mesmo com tantas partes interessadas, com tantos e tão conflitantes interesses, pode-se contar nos dedos as acusações à higidez do sistema. Residuais, circunstanciais e periféricas , elas nunca prosperaram por falta de indícios relevantes .
Portal Jovem Pan	Documento da Defesa sobre as urnas reafirma segurança, mas reforça pedido de credibilidade ao processo. As urnas eletrônicas não foram reprovadas pelos militares . O documento enviado ao Tribunal Superior Eleitoral pelo ministro da Defesa, general Paulo Sérgio, reafirma a segurança das urnas, mas coloca novas sugestões para aumentar a confiabilidade do processo. Em resumo, o documento sugere que existem ainda possibilidades de interferência e é preciso se antecipar aos problemas .
Revista Carta Capital	Comissão conclui testes com urnas, faz sugestões e destaca ‘ maturidade ’ do sistema. A Comissão Avaliadora do Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação divulgou nesta segunda-feira 30 seu relatório final. O documento aponta os resultados da etapa de confirmação e sugere aprimoramentos para reforçar a segurança do pleito.
Jornal Gazeta do Povo	Comissão valida teste de segurança realizado nas urnas eletrônicas. A Comissão Avaliadora do Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação (TPS) divulgou nesta segunda-feira (30) o relatório final sobre uma série de testes feitos nas urnas eletrônicas. A comissão considerou que os resultados obtidos demonstram "maturidade dos sistemas eleitorais" . O TPS é um evento no qual técnicos, hackers , peritos da Polícia Federal, entre outros, são chamados a Brasília para tentar invadir e burlar o funcionamento normal das urnas eletrônicas.

Elaborado pelo autor.

O texto do jornal Estadão apresenta uma direção ideológica contrária ao campo bolsonarista, isto se reflete na marca discursiva “pá de cal”, expressão idiomática utilizada para dizer que algo acabou, que está encerrado. No caso as teorias conspiratórias do governo sobre a segurança das eleições. O sentido discursivo de desqualificação das teorias do

governo aparecem em outras marcas discursivas como em “apelam às paixões” e “colorações ideológicas”. O veículo afirma categoricamente que as especulações sobre as eleições são infundadas. As marcas “contar nos dedos”, “residuais, circunstanciais e periféricas” e “falta de indícios relevantes” são construções linguísticas que estão ali para reforçar o discurso do veículo de comunicação.

O portal da Jovem Pan vai na direção contrária. No título da matéria ao dizer que o documento da Defesa reafirma segurança, mas reforça pedido de credibilidade ... aí a contradição está posta porque segurança e credibilidade caminham sintaticamente na mesma prateleira, ocorre que a conjunção adversativa “mas” introduz um discurso de há algo de errado por aqui. No texto a expressão “urnas eletrônicas não foram reprovadas pelos militares” continua apostando na contradição, pois dois efeitos estão aí: primeiro que “não foram reprovadas” não tem o mesmo valor linguístico de “foram aprovadas”, e segundo que o lugar de destaque é dado aos militares, pois foram eles os sujeitos responsáveis pela aprovação. E para fechar a desconfiança trazem no texto a marca discursiva “existem ainda possibilidades de interferência”, ou seja, é possível sim fraudar as eleições segundo a matéria da Joven Pan.

Essa matéria traz como ilustração uma urna eletrônica, mas o que chama atenção como marca textual é a legenda da foto “Ministério da Defesa afirmou que 39% das urnas não passaram por testes públicos”, ou seja, de cada dez urnas quatro não foram testadas publicamente o que mais uma vez faz coro com o discurso de fraude eleitoral.

Figura 1 – Urna eletrônica e legenda da matéria da Joven Pan
Ministério da Defesa afirmou que 39% das urnas não passaram por testes públicos



Fonte: Extraído do portal Joven Pan

Sabemos que por se tratar do meio digital, a hierarquização tradicional não ocorre de forma tão estática como no impresso. Assim uma simples legenda pode adiquirir mais

relevância na construção do discurso do que o título propriamente dito, por isso nos explica Maingueneau (2015):

A Web tende a desestabilizar a hierarquia entre o que seria um texto principal e um paratexto (prefácio, notas de rodapé ...) o que está ligado ao fato de que não se pode abranger com uma só olhada o conjunto da “página”: é uma “tela” que se oferece ao olhar, captura parcial de uma totalidade que não se dá jamais como tal, que é necessário fazer rolar tela abaixo. Na maior parte dos sites, uma página de tela não é um texto, mas um mosaico de módulos, heterogêneos do ponto de vista enunciativo e modal (MAINGUENEAU, 2015, p.163).

O texto da revista Carta Capital é dos quatro selecionados o que apresenta a menor incidência das marcas discursivas que evidenciam a posição-sujeito jornalista. Existe no título da matéria a marca “maturidade”, que se refere às urnas eletrônicas particularmente e ao sistema eleitoral de modo geral. No corpo do texto mais uma vez essa marca textual aparece quando se diz que o documento “sugere aprimoramentos” para “reforçar a segurança” o que vai na linha de se admitir que o processo pode melhorar, mas não coloca em xeque a lisura das eleições.

E por fim o texto do periódico Gazeta do Povo que não traz marca textual de destaque no título e que no corpo do texto também afirma que o relatório da comissão formada pelo Ministério da Defesa aponta para “maturidade dos sistemas eleitorais”. a matéria retrata ainda que testes foram realizados com hackers e que não houve êxito na tentativa de “invadir e burlar o funcionamento normal” das urnas eletrônicas.

Nos quatro textos analisados encontramos características que Charaudeau (2019) nos descreve como modos de organização do discurso. Na perspectiva argumentativa a função de base é “expor e provar casualidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor” (Charaudeau, 2019, p.75). Vemos que os veículos de comunicação a partir de seu contexto de produção, seja impresso, eletrônico e sobretudo o digital, se inserem nesta perspectiva na medida em que constroem trilhas discursivas permeadas pela argumentação que fica envolta na “cortina de fumaça” denominada imparcialidade e objetividade jornalística.

Referências

ADVÍNCULA, Nathália Carvalho; ALVES, Kellyane Carvalho. **Informação x Opinião: caminhos históricos dos gêneros jornalísticos**. In: 8º Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo, 2018, São Paulo.

BARTON, David; LEE, Carmen. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

CHAPARRO, Manoel Carlos. **Sotaques d’aquém e d’além mar**. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2019.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo. Redação, captação e edição no jornal diário**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. São Paulo: Contexto, 2003.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermidiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all News brasileiro em um contexto de convergência tecnológica.** São Paulo: Labcom Livros, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso.** São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARIANI, Bethânia. **Discurso e instituição: a imprensa.** Campinas: Revista Rua. 1999. v. 5, n. 1, pp. 47-61. Acesso em: <<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>>>.

_____. **Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise.** Cuiabá: Revista Polifonia. 2006, v. 12, n. 1, pp. 21-45. Acesso em: <<<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1078>>>.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro.** 2 ed. revista. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro.** 3º ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. **Jornalismo: compreensão e reinvenção.** São Paulo: Saraiva, 2009.

NETTO, Miguel Rodrigues (org.). **Diálogos em comunicação: reflexões em cenários contemporâneos.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

_____. **As técnicas de comunicação e linguagem no contexto empresarial.** (Monografia de Especialização em Gestão da Comunicação Empresarial). Rio de Janeiro: Faculdades Integradas de Jacarepaguá, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso.** 2. ed. rev. aum.. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** 3.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto: 2015.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROMANCINI, R.; LAGO, C. **História do Jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2007.

VIRGÍNIO, Rennam; BEZERRA, Marcos. **Jornalismo na era das mídias sociais: as transformações e as novas práticas da profissão.** São Paulo: Revista Temática Ano VII, nº 9 set-2011.

A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DOS SUJEITOS MANIFESTANTES: RECURSOS LINGÜÍSTICOS COMO FERRAMENTAS DE AGIR SOCIAL

Paula Pereira Soares da SILVA (UERJ)
Michelle Gomes Alonso DOMINGUEZ (UERJ)

Introdução

Em dezembro de 2019, autoridades chinesas alertaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre casos de pneumonia com razões desconhecidas. Em 9 de janeiro do ano seguinte foi confirmada a primeira morte associada ao Sars-CoV-2. As proporções da contaminação eram mundiais e letais. No Brasil, a primeira morte foi confirmada em 17 de março de 2020 e um ano depois o número de óbitos já passava dos 282 mil, apesar do início da vacinação em 17 de janeiro de 2021. A população ainda lutava pela vida – contra o vírus e pela sobrevivência como efeito da desaceleração da economia –, quando se deparou com a necessidade de lutar também pela lisura e transparência na compra das vacinas. Veio à tona a exigência de US\$1 de propina para que se firmasse o contrato de compra do imunizante. O povo, movido por forte emoção e pelo zelo à vida, foi às ruas em 3 de julho de 2021.

A manifestação em forma de protesto tem sido uma das formas mais expressivas do exercício coletivo. Em sentido amplo, Maria da Glória Gohn (2011, p. 335) trata os movimentos recentes acontecidos no Brasil “como ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. A estética contemporânea dos atos conta com o potencial convocatório das redes sociais, resultando na multiculturalidade das vozes e das pautas. Os sujeitos podem tanto se reunir, como agir individualmente, dispensando uma liderança central e organizada para os atos.

As manifestações de rua podem ser acompanhadas por diferentes vieses. Aqui nos interessam as características que emergem dos sujeitos e dão contornos ao evento em análise. Novos e diversos atores, com novas pautas, acabam por trazer uma identidade particular ao evento. Através deles, de como se apresentam, dos saberes que trazem, do segmento social que representam, buscamos uma regularidade enunciativa e, pelos seus efeitos, saber mais sobre estruturas sociais em pauta ali.

Definido que os sujeitos estão à frente do que se quer apresentar neste estudo, encontramos na Teoria Social do Discurso, subsidiada pelos fundamentos da Análise do Discurso Crítica de Norman Fairclough, o método de análise com o direcionamento social e político de que precisamos. Objetivamos, portanto, extrair dos fenômenos linguísticos as pistas sobre a constituição identitária destes sujeitos em seu agir social.

O principal recurso porta voz das pretensões de um protesto são os cartazes, incluindo-se em tal denominação toda a diversidade em que tal gênero discursivo se materializa. Faixas, camisetas, muros e até carros, por sustentarem as ações discursivas, por constarem na mesma esfera de atividade e por ela serem reconhecíveis, receberão o mesmo tratamento de gênero típico deste setor social. Diferentemente, tratamos como suporte o objeto que sustenta a ação do gênero.

O corpus selecionado é um recorte do que foi capturado na manifestação popular realizada em 3 de julho de 2021, na Avenida Presidente Vargas, Centro do Rio de Janeiro. Trata-se de imagens coletadas presencialmente pela pesquisadora através do celular, sem critério prévio de seleção. Acreditamos, no entanto, que, em conformidade com Fairclough

(2001), o analista inicia sua trajetória já impregnado por algumas noções sobre a prática social, e, desse modo, mesmo que de forma inconsciente, a escolha pelos cartazes fotografados partiu de modelos que confirmassem a expectativa da analista sobre formatos prototípicos dessa prática ou a surpreendessem pela quebra de padrão.

1. A Análise do Discurso Crítica

A Análise de Discurso Crítica (ADC) desenvolvida por Norman Fairclough se apresenta como uma vertente da AD e fornece desdobramentos que possibilitam a análise para a materialização de ideologias e seus efeitos na sociedade, como o poder e a transformação social.

O que se busca é uma análise de discurso que focalize a variabilidade, a mudança e a luta: variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais.” (FAIRCLOUGH. 2001 p. 58 e 59)

1.1. A Teoria Social do Discurso

Como proposta de organização de análise, Norman Fairclough desenvolve sua Teoria Social do Discurso (TSD). Por ela, o linguista se dedica à estrutura social com mais profundidade e propõe o estudo do discurso com direcionamento socio teórico. Conforme explicam Viviane Resende e Viviane Ramalho (2006), a TSD oferece meios para a análise de diversas práticas da vida social e destrincha como a própria prática e os recursos linguísticos em uso se entrecruzam na atividade discursiva.

Para Fairclough (2001), além de refletir a sociedade, o discurso – em sentido contrário e complementar – também constrói este mesmo indivíduo que revela, e o posiciona de diferentes maneiras. A TSD se presta a didatizar os efeitos históricos desse movimento dialético entre discurso e sociedade, ou seja, como seus usos e articulações possam “contribuir para sua (*da sociedade*) constituição, reprodução e mudança.” (FAIRCLOUGH 2001, p.90). A partir de um modelo tridimensional do discurso, os procedimentos de análise levam em conta o texto, a prática discursiva e a prática social.

O texto, além de comportar o discurso, é, segundo Fairclough (2003), o meio pelo qual os sujeitos podem agir e interagir no curso de eventos sociais. Uma organização maleável – é nessas palavras que Ingedore Koch (2003) concebe o texto. A autora vê nas incontáveis possibilidades de organização, promovidas pelas escolhas dos sujeitos, as condições para as também múltiplas possibilidades de sentido. Ou seja, o sentido não é construído individualmente e não se resume ao texto.

É claro que esta atividade compreende, da parte do produtor do texto, um “projeto de dizer”; e, da parte do interpretador (leitor/ouvinte), uma participação ativa na construção do sentido, por meio da mobilização do contexto (...), a partir das pistas e sinalizações que o texto lhe oferece. (KOCH 2003, p. 19)

Para fins de organização, são elencados quatro itens para análise textual: a estrutura textual, a coesão, a gramática e o vocabulário.

Por sua motivação social, Norman Fairclough (2001) recorre à teoria sistêmico funcional de Halliday (2004) como uma abordagem útil, visto que esta reconhece a ambivalência do texto como solucionada a partir da valorização dos contextos de uso, das escolhas dos usuários e fora da tradição dos livros de gramática.

Segundo Viviane Ramalho e Viviane Rezende (2006, p. 13),

Para analistas de discurso, somente o conceito funcionalista de discurso é aplicável, uma vez que o foco de interesse não é apenas a interioridade dos sistemas lingüísticos, mas, sobretudo, a investigação de como esses sistemas funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias no discurso.

A prática discursiva se materializa em um eixo em que se cruzam estrutura social e materialidade discursiva. Esta dimensão do evento reproduz linguisticamente a estrutura da sociedade e, a partir das representações feitas, insinua as transformações sofridas. Os processos que compõem a prática discursiva são: produção, distribuição e consumo dos textos. A análise se inclina sobre a coerência, a força e a intertextualidade.

A ‘intertextualidade’ ocorre pela retomada de textos prévios, aos quais se responde no novo discurso e se diferencia em ‘intertextualidade manifesta’ e ‘interdiscursividade’ ou ‘intertextualidade constitutiva’. Na primeira, as referências feitas a outros textos são explícitas, como marcas lingüísticas. Em sua segunda forma, a intertextualidade acontece por meio dos vestígios perceptíveis nas ordens de discurso.

É em Jacqueline Authier Revuz (1990) que Norman Fairclough (2001) encontra um estudo mais profundo sobre as formas de inscrição do outro em uma sequência discursiva. Dando continuidade à teoria de dialogização interna do discurso de Mikhail Bakhtin, para a autora nenhuma palavra é neutra, mas afetada pelos discursos que atravessaram a vivência do sujeito. Desdobramentos enunciativos trazem para o novo discurso as concepções de sujeito e as formas como ele se relaciona com a linguagem. Localizar a heterogeneidade é perceber a oposição, o contraste de um fragmento em relação ao restante da cadeia, contestando uma unicidade.

Para entender a noção de prática social dentro da proposta de organização de análise é preciso pensar em possibilidades que se excluem ou permanecem para que se componha o evento nas configurações conhecidas. Essas variações lingüísticas que organizam o social são as ‘ordens de discurso’: o discurso, o gênero, o estilo e são eles que definem a oferta lingüística que atenderá a certa área social (Fairclough, 2003). A prática social tomada como interesse de análise neste estudo são as manifestações populares e deste ambiente é que serão extraídas as identidades construídas - outras desconstruídas - as (des)conexões estabelecidas e as possíveis mudanças nas estruturas que as constituem.

A prática social é composta por elementos sociais, chamados de “momentos da prática” (RESENDE; RAMALHO 2006, p. 40), tais como o gênero, estilo, variações temporais e espaciais. Estes atuam juntamente ao discurso sobre a amostra discursiva, influenciando e sendo simultaneamente influenciados nesta relação dialética.

Uma prática particular traz consigo diferentes elementos da vida - tipos particulares de atividade, ligadas de maneiras particulares a condições materiais, temporais e espaciais específicas; pessoas particulares com experiências, conhecimentos e disposições particulares em relações sociais particulares; fontes semióticas particulares e maneiras de uso da linguagem particulares; e assim por diante. Uma vez que esses diversos elementos da vida são trazidos juntos em uma prática específica, nós podemos chamá-los "momentos da prática" e ver cada momento como "internalizando" os outros sem ser redutível a eles. (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH 1999, p. 21 apud RESENDE e RAMALHO 2006, p. 38)

2. A Representação dos Atores Sociais

Para representar os atores sociais, relacionaremos os conceitos de formação discurso, ideologia e hegemonia.

As formações discursivas são regras que nos permitem perceber a configuração da maneira particular de como cada enunciado se realiza. É a mobilização dessas regras que indica a constituição e a transformação do objeto deste estudo: o discurso dos manifestantes. Uma formação discursiva aponta para uma modalidade de uso e posicionamento social dos sujeitos.

Para Michel Peucheux a linguagem é a materialidade da ideologia e as tais posições que identificamos para esse sujeito no texto refletem suas posições ideológicas, as quais, por sua vez, incorporam uma formação discursiva. Em sentido semelhante, Fairclough (2001) entende que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações sociais.

Nessa perspectiva, a ideologia se manifesta na linguagem em seus variados níveis, constituindo os sujeitos e refletindo a luta hegemônica no discurso. Atentar-se a esses fatores reflete as relações de poder presentes no discurso, geralmente sem que haja consciência dos sujeitos sobre essas implicações. Na representação dessa “realidade ocultada”, a ideologia se serve das formas simbólicas “através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações;” (THOMPSON, 2011, p.76), e assim reforça as relações estabelecidas entre os grupos.

Para conferir os investimentos ideológicos no texto, Norman Fairclough (2001) se atenta à hegemonia como foco que se empreende para manter ou romper as relações de dominação e/ ou subordinação entre as classes contrastantes no discurso, contribuindo para a transformação também das relações sociais. Segundo Michelle Dominguez (2021), a hegemonia se estabelece sob a premissa da verdade, reafirmada por outras vozes e discursos anteriores. Quando identificada uma posição dominante no texto, observa-se se foram lançados meios de negá-la, aí revela-se a resistência. Considerando os objetivos deste trabalho, perceberemos como isso se faz linguisticamente e se, pelo confronto, há indicações de mudança nas estruturas sociais. É uma “recusa a uma alteridade reconhecida como hegemônica” (DOMINGUEZ 2021, p. 50)

3. A Identidade dos Manifestantes como Atores Sociais

Procedemos a identificar os fenômenos linguísticos que emergem dos discursos. Serão aproveitados na discussão somente aqueles cujos efeitos de fato colaborem para dar contornos ao componente social em observação, os sujeitos. Aqui nos importa captar estratégias linguísticas, a fim de que esses padrões nos indiquem os contornos dos sujeitos manifestantes, assim como os efeitos que suas práticas discursivas podem gerar na sociedade em que se inserem e reproduzem.



FIG_1

Uma rede extensa de **cadeias intertextuais** pode ser percorrida através enunciado do cartaz. O significado formal de 'CPF cancelados' faz referência à irregularidade no cadastro de pessoa física. Porém, o termo foi apropriado pelo jargão policial para remeter à situação de meliantes que tiveram a vida ceifada. A expressão tomou o domínio jornalístico, fazendo a mesma correspondência. Há, portanto, no momento do consumo do cartaz, uma infestação de vozes e intertextos que arrebatam o leitor e o novo discurso. A leitura do cartaz requer um sujeito interpretante capaz de apreender o tom agressivo da expressão; sabendo, contudo, que seu novo uso não guarda rigor com a realidade, a não ser pelo **interdiscurso** de desvalorização à vida. O leitor deste cartaz guarda os sentidos que as vozes da documentação, do policial e do jornalista trazem, mas reatualizando para a violenta e trágica morte de cidadãos acometidos pelo coronavírus, em vez de criminosos.

A ideologia está no sujeito, em sua formação discursiva, e não no texto. É este sujeito, constituído por um conhecimento sobre uma descrição de violência, violado emocionalmente pelas omissões do governo em relação às vidas, que relaciona os discursos pelo eixo da morte e atualiza o novo texto. É sua formação discursiva que embasa seu posicionamento ideológico de reação ao tratamento dado à vida, ou à morte.

O **vocabulário** 'CPF' é artifício para objetificar as pessoas e assim reforçar, ironicamente, aquele tom adotado pela hegemonia.



FIG_2

Carros de som ou da polícia prestam apoio a um movimento, compondo o tipo de discurso político. Mas é inovadora a posição do fusca, assumindo diante da prática a função social de um sujeito manifestante. Como suporte para o gênero, o fusca revela estratégias ideológicas ao relacionarmos sua condição de existência ao enunciado que carrega.

Após sua chegada ao Brasil em 1957, o fusca ganhou popularidade como representante de um modelo barato. Enquanto o carro remete a baixo custo, o enunciado é sobre enriquecimento. Sendo assim, a segunda parte do trecho 'de morte em morte/ Bolsonaro enche o cofre' se integra ao suporte por contraste. O amarelo do carro e da bandeira marcam o patriotismo do sujeito produtor e as estrelas trazem para o protesto o

grupo político de oposição ao sistema vigente. O fusca é a representação da polaridade que se dá na realidade.

‘Encher o cofre’ é a forma linguística figurada para enriquecer. Já o trecho ‘de morte em morte’ tem mais apelo e faz acusações sobre as práticas do governo, revelando um sujeito que conduz seu protesto atacando seu opositor e expondo como seu grupo é afetado. O trecho completo recupera o **interdiscurso** do provérbio ‘de grão em grão, a galinha enche o papo’, o qual orienta a interpretação que se terá do cartaz. Na tradição popular a galinha se farta dos grãos, enquanto na voz do produtor o presidente Bolsonaro enriquece às custas das mortes dos cidadãos. Para o interpretante é necessário acessar essa outra voz trazida pelo texto recuperado.



FIG_3



FIG_4



FIG_5

Os cartazes das figuras 3, 4 e 5 cumprem as ordens de discurso conhecidas para esta prática social: são breves, rudimentares, usam linguagem simples. Todos trazem a temática principal do evento: a insatisfação com o governo. O advérbio ‘fora’ inicia a frase, recebendo o status de informação de destaque no complexo ‘fora, genocida/ alma sebosa/ bozo’. Seguindo a orientação da **gramática**, este termo fornece a circunstância de lugar. A oposição ‘dentro- fora’ afasta dois espaços distintos, ocupados separadamente por narrador e interlocutor, cabendo a este último o lugar de exclusão.

O contexto de situação oferece as dicas para que este bloco linguístico reflita as noções de protesto, de grupo e de posicionamento político. E isso se dá graças à historicidade do termo ‘fora, ____’ revisitado no uso de ‘fora, Collor’ do passado. A memória discursiva do sujeito interpretante é que preenche de sentido os acontecimentos recentes.

A referência ao Presidente Jair Bolsonaro, ora como ‘genocida’, ora como ‘alma sebosa’, ou ‘bozo’, é um tipo de **coesão** lexical. Este é um dos mecanismos de coesão listados por Halliday e Hasan (1976) e adotados por Ingedore (1997). A ligação entre os termos acontece pelas apreciações que o sujeito interpretante já tem sobre o referente ou pelas associações que faz diante do contexto.

O tom negativo das escolhas lexicais, indicam outra propriedade do texto, destacada por Fairclough: a falta de **polidez**, através da qual observamos como o eu constrói sua relação com o interlocutor- opositor. Renunciar ao tratamento cortês e hierárquico, bem como substituí-lo por expressão depreciativa, indicam mais que uma despreocupação com a manutenção das relações de poder, mas a coragem de qualificar, condenar e contestá-las. Esta **relexicalização** do interlocutor tem razões políticas e ideológicas. Observando o

atravessamento entre essas palavras e seus sentidos, percebemos como a hegemonia é reconstruída pelo sujeito- nomeada e rejeitada.

A luta contra-hegemônica se faz perceptível pela marcação de lugares opostos. O produtor aponta o dedo aos antagonistas, ao trazer para o cartaz as práticas que identifica no governo. Discursivamente temos um processo de transformação social iniciado, visto que os setores de poder são trazidos ao confronto. A contestação é o início do caminho para a destituição.



FIG_6

A **referenciação pronominal** promove o encontro entre produtor e leitor no cartaz ‘seu parente morto rendeu 1 dólar de cashback’. Há a **pressuposição** de que o leitor foi acometido pela morte de um familiar e, pelo contexto da ocasião, se pressupõe que a razão tenha sido a contaminação por covid. Se depreende daí que o elo entre os sujeitos acontece enquanto um oferece seu eu político e o outro seu eu constituído psicologicamente pelo impacto da perda (morte).

No nível do texto, a **gramática sistêmico funcional** nos respalda para explicar a articulação que acontece no espaço oracional. O produtor opta pelo pronome possessivo ‘seu’ topicalizado, promovendo uma ação imediata de convocação do leitor. Este, independentemente de seu consentimento, é trazido para texto através da verdade sobre a morte de seu parente.

O resultado de decidir tematizar a morte e não a corrupção revela um sujeito que novamente dá características sensíveis a uma prática conhecida por sua configuração

agressiva, corporal, física. É ideológico e contra hegemônico marcar a afetividade em oposição ao lucro, que seria a escolha do governo.

O **vocabulário** tem seu potencial na estrutura através da relação do termo ‘cashback’ com a apreensão do todo: o parente morreu. Acontece um processo de **relexicalização**, visto que o termo é deslocado do ambiente financeiro para, agora no protesto, insinuar o recebimento ilícito de valores. Esta atualização de sentido sugere que o parente morto teria sido ‘negociado’ por uma vantagem, um ‘cashback’ – dinheiro de volta.

A escolha e a adoção de um sentido é uma forma de luta. Deslocar um termo do domínio financeiro e posicioná-lo como ganho face à morte é a forma de reação do sujeito produtor contra a intenção de lucro por parte do governo.



FIG_7

O enunciado é introduzido na prática social pelo corpo da manifestante, na camiseta, sua peça de roupa é o suporte, que recategoriza esse sujeito à condição de portador (Maingueneau, 2021). Esta integração entre enunciado e seu suporte reforça as particularidades do agir individual.

O texto ‘ele não/ ele nunca/ ele jamais’ reporta à pauta principal do evento: a insatisfação com a gestão do presidente em exercício. O sujeito produtor usa a **intertextualidade** para trazer como verdade a voz de que ‘ele sim’. Então usa a redundância para explicitar sua contrariedade e repete um **vocabulário** do mesmo universo semântico:

‘não’, ‘nunca’, ‘jamais’. São advérbios de circunstâncias diferentes – negação e tempo – mas ambos remetem à ideia comum de esgotamento, fim.

A referência exofórica ‘ele’ como mecanismo de **coesão** gera o mesmo efeito na estrutura textual. A repetição do pronome, ainda que sem nomeá-lo, o enfatiza, e atribui ao sujeito interpretante um conhecimento sobre o termo referenciado, portanto, sobre o contexto de situação do evento.

Considerações Finais

Seria improdutivo a tentativa de esgotar a apresentação de todos os sujeitos que se revelam em uma manifestação social, haja vista que se sabe da pluralidade como característica dos protestos recentes. Portanto, este artigo, a partir do recorte discursivo colhido, assume a infinitude de sua heterogeneidade, e dele se serve para desenhar versões e ações de sujeitos, reconhecendo-os como reflexo dos discursos que realizam.

O fenômeno linguístico mais explorado na preparação dos enunciados foi a intertextualidade. Pelo deslocamento do texto de um domínio a outro, o sujeito produtor mostrou que desliza por épocas e espaços discursivos. O movimento ‘fora Collor’, além de ditos populares e recontextualizações de expressões, foram formas de preencher a manifestação com outras vozes. Este fato confirma a heterogeneidade como uma das características de como se desenha o protesto na atualidade.

O vocabulário também foi elemento determinante na construção dos sujeitos. Palavras foram ressignificadas, como ‘CPF’, ‘cashback’, ‘bozo’. Estes fenômenos nos revelaram diferentes sujeitos interpretantes: aquele que circula em uma formação discursiva específica e um manifestante comum, que é dispensado de uma vivência política e compõe os sentidos acessando discursividades diversas.

A forma individual de protestar não enfraquece o caráter coletivo da prática social, mas garantiu espaço para este manifestante que não frequenta os fóruns de organização e discussão política. E aponta para que esta se confirme como uma tendência dos movimentos recentes.

O advérbio ‘fora’, juntamente à dispensa do pronome de tratamento adequado à figura presidencial, revelaram a postura ríspida e diretiva do produtor. Assim ele movimentou os setores, e o fez com a participação do interpretante para corroborar o discurso que trouxe.

A forma de se relacionar entre produtor, leitor e o mundo também foram evidenciadas na materialidade colhida. Os recursos coesivos demonstraram um universo comum entre eles. Seja lexical, sequencial, pronominal ou situacional, o componente foi referido com a indicação do conhecimento extralinguístico do leitor sobre ele.

Os estilos empregados se aproximam do ‘jingle’, gerando um reconhecimento em relação às configurações do evento. A rima facilitou o acesso do interpretante ao texto, e mostrou também o interesse do produtor em reforçar a adesão ao protesto.

As organizações sociais foram movimentadas, seja por meio da quebra nas convenções ou por estruturas simbólicas desvendadas. Elementos novos dividiram espaço com outros já previsíveis, mas ambos colaboraram para desmoronar um projeto hegemônico. As inovações desestruturaram e os padrões reacenderam sentidos, já atrelados a formas simbólicas desvendadas. Na interpretação, os sujeitos precisaram superar as convenções que projetaram nesta prática social, para então acessar os novos sentidos. Mas em outros momentos retomaram um modo para remontar um sistema reconhecido.

As desconstruções observadas no discurso são, dialeticamente, reflexos dos sujeitos que o operam- desconstruídos, portanto, do cimento que se quebra e os distingue dos apoiadores do sistema vigente para sugerir novas dinâmicas e alianças na sociedade.

Referências

AUTHIER - REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Campinas, p. 25 – 42, jul/dez. 1990. Trad Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi.

DOMINGUEZ, Michelle Gomes Alonso. #Resistência: a construção de discursos contra-hegemônicos na internet. *Relatório de pesquisa pos-doutoral*. Universidade Aberta. Portugal, 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Coordenadora da trad. Izabel Magalhães. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

_____, Norman. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. New York. Taylor & Francis e-Library, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, n. 47, v. 16, maio/ ago. 2011.

HALLIDAY, M.A.K.; MATHIESSEN C. M. I. M. *An Introduction to Function Grammar*. 3. ed. London: Arnold, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfield Villaça. *A coesão textual*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____, Ingedore Grunfield Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortex, 2003.

MAIGUENEAU, Dominique. Enunciados aderentes. *Revista de documentação de estudos em linguística teórica e aplicada*. São Paulo. v. 36, n. 3, mar. 2021. Trad Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

**A REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DO ASSASSINATO
DE LÍDERES INDÍGENAS EM DIFERENTES NOTÍCIAS DE JORNAL:
UMA EXPERIÊNCIA ANALÍTICA PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA
PELO VIÉS DA REFERENCIAÇÃO**

Silvia Adélia Henrique GUIMARÃES (DLL-CAp-UERJ)

Introdução

O artigo resulta de uma sequência didática centrada no gênero textual/discursivo notícia de jornal, realizada com estudantes do ensino fundamental II. Ao trabalharmos quatro notícias com temática indígena, publicadas entre o final de 2019 e o início de 2020, comparamos as escolhas léxico-gramaticais selecionadas para noticiar o assassinato de diferentes lideranças indígenas. A perspectiva educacional que acolhe a seleção do tema abarca a Lei 11.645/2008 e seus desdobramentos, que garantem os estudos da(s) História(s) e Cultura(s) Afro-Brasileira e Indígena – o que inclui, a nosso ver, a desnaturalização de discursos preconceituosos e folclorizados sobre estes grupos.

Escolhemos abordar o racismo estrutural contra os indígenas, pela perspectiva da notícia: 1) por seu poder de alcance em larga escala; 2) por seu papel na história brasileira de representar os aparelhos ideológicos do estado; 3) pela relação histórica da imprensa oficial brasileira com as elites; e 4) pelo poder argumentativo que esse gênero tem – oriundo da imanência argumentativa própria das linguagens.

No modelo analítico por nós empreendido, texto e co(n)texto são, igualmente, considerados na construção dos sentidos possíveis. Assim, além de observar a forma como os objetos de discurso (OD) analisados eram (re)categorizados nos quatro textos noticiosos, consideramos o contexto sociopolítico do jornalista/jornal, o conhecimento compartilhado e outras formas de co(n)textos como modos de atravessamentos que propiciavam a (re)construção online dos OD observados nas notícias.

Apesar de se tratar de textos com temática, forma-função e circulação similares, o saber teórico sobre a imanência criativa da língua permitiu-nos prever que as autorias e os lugares sociais distintos que forjavam a produção/circulação dos textos materializariam formas discursivas distintas. Assim, consideramos uma análise comparativa como ferramenta eficaz de observação da relação indissociável entre materialidade linguístico-textual e discurso – neste caso, perceber que as diferentes formas de materialização do racismo no contexto brasileiro incluem o modo como a mídia noticia os históricos e recorrentes massacres das lideranças indígenas brasileiras.

Tendo em vista os limites espaciais do artigo, e para nos concentrarmos no modelo teórico-metodológico de análise, não descreveremos, aqui, a transposição didática por nós praticada. Isso em vista, o artigo está formalmente organizado da seguinte maneira, a partir desta introdução: na primeira seção, resgatamos algumas bases teóricas, concentrando-nos na perspectiva de recategorização que adotamos; na segunda seção, apresentamos uma proposta de análise sobre a representação da morte de lideranças indígenas em quatro notícias para, em seguida, na forma de considerações finais, sumarizar e encaminhar a discussão, que é tanto urgente quanto necessária.

1. Aspectos Teóricos

Alinhado à noção sociocognitiva e interacional de língua(gem), o texto tem sido definido na forma de um processo sociocognitivo complexo, em que deixa de ser concebido como um produto previamente finalizado que precisa ser decodificado pelo leitor/ouvinte. Entende-se, atualmente, que os sentidos não residem no texto: constroem-se na/pela própria interação, em processo de coconstrução (KOCH, 2004).

Em consonância com essa base dialógica, a teoria da referenciação assume a noção de referente pela perspectiva da “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS 2003, p. 20). Deste modo, entende-se o *referente* como uma manifestação discursiva de instabilidade imanente que, apenas momentaneamente, é estabilizado pelo projeto de dizer do enunciador no momento da interação – ao que se tem denominado objeto de discurso (doravante, OD, ou referente como termo equivalente) (CAVALCANTE, 2011).

Esse pressuposto autoriza uma noção redimensionada em que a *recategorização* 1) tem o mesmo teor substancial de instabilidade do OD; 2) não se limita ao evento linguístico da remissão por meio de expressões referenciais; 3) aproxima-se, atualmente, de uma dimensão *ainda mais* cognitiva que acompanha a noção multimodal, cognitiva e discursiva da referenciação; 4) é assumida em conjunto com uma noção integrada de texto-discurso; 5) pode ser efetivada pelos elementos linguísticos presentes no entorno discursivo (CIULLA, 2008; CUSTODIO FILHO, 2012; LIMA, CAVALCANTE, 2015; CAVALCANTE; SANTOS, 2012; CAVALCANTE; BRITO, 2016).

Tendo em vista essa noção, entendemos que diferentes fontes podem servir à efetivação da recategorização, incluindo a predicação, cuja construção semântica é percebida, também, pela instrumentalidade de elementos considerados, gramaticalmente, vazios de sentidos (pronomes e elipse, por exemplo). Além disso, filiamo-nos à compreensão do contexto como parte integrante do texto (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010) e, conseqüentemente, assumimos os elementos contextuais como partes da forja de uma recategorização referencial. Trata-se de uma recategorização conforme explicita Alves Filho (2010), segundo quem, um empreendimento efetivamente dialógico, nos termos bakhtinianos, precisa assumir o lugar social dos coenunciadores na interação, tendo em vista que o lugar de cada sujeito intersubjetivo leva-o a atribuir diferentes sentidos a um mesmo “objeto de mundo”.

Assumimos, por isso, que o conhecimento compartilhado (assim como a *forma* como esse conhecimento é propagado e cristalizado em sociedade) direciona a (re)construção do referente. Portanto, para além de compreender a recategorização do ponto de vista léxico-gramatical, por exemplo, nós a observamos pelas especificidades semânticas do léxico, porquanto as retomadas lexicais podem assumir valores semânticos distintos a depender dos grupos sociais que empreendem a interação, ou das causas e tempos sociais em que eles se situam (BRONCKART, 2012).

Para Van Dijk (2012), a repetição sistemática de certo modelo de experiências vivenciadas a partir de certo lugar resulta em um “modelo de contexto” revelado na/pela língua. Esse modelo abrange experiências psicológicas, cognitivas, relacionais, etc. que são exclusivas de determinado grupo, tratando-se de categorias compartilhadas que atravessam uma base cultural e são por ela atravessadas – base esta que, portanto, englobará papéis

sociais, tempo sócio-político-cultural, propósitos comunicativos, conhecimento compartilhado e ações também específicos. Para o contexto deste trabalho convém especificar que, para van Dijk (2021), esses modelos de contextos atravessam a sociedade, também, pela forma como a própria noção do que seja antirracismo foi discursivamente construída no Brasil. Essa pode ser uma ferramenta importante para que certos saberes já sedimentados de forma estruturalmente racista sejam desconstruídos. Tal compreensão pode conduzir, por exemplo, a uma seleção crítica de textos, de forma a apresentar aos estudantes modelos antirracistas de contextos. Desta forma, a sociedade brasileira pode passar a ser educada pela educação para a alteridade, e perceber o protagonismo dos indígenas na construção e na participação da sociedade brasileira (MUNDURUKU, 2012).

2. Análise e Interpretação dos Dados

Pelo objetivo específico do artigo, o que descrevemos na seção é tão-somente um *recorte* analítico, pois seria contrário à base dialógica aqui defendida desconsiderar a integralidade do gênero textual/discursivo ao praticar esta análise em contexto de sala de aula. Trata-se de um recorte, também, no que tange à teoria da recategorização tal como acreditamos, pois a imagem, elemento constituinte da natureza multimodal da notícia é, também, um elemento potencialmente recategorizador. Sigamos:

Notícia 1

Publicada na seção “Direitos Humanos” do Jornal “Brasil de Fato”, a notícia está inscrita no seguinte contexto de publicação: um jornal criado por movimentos sociais que buscavam a democratização dos meios de comunicação e que presume contribuir “no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país”, mostrando as notícias por meio de uma “visão popular das cidades, do Brasil e do mundo” (BRASIL DE FATO: Quem somos). Tais informações marcam o contexto de produção, bem como sugerem o leitor potencial dessa notícia: um leitor de cunho social e com perspectivas regional e popular. Partindo dessas informações indiciais, percebamos a construção do fato noticiado.



Além de guiar a informatividade da notícia, noticiar a “morte” de cidadãos brasileiros pertencentes a estes dois grupos étnicos, o OD “indígenas e quilombolas” guia toda a orientação discursiva do texto. No subtítulo, o autor retoma o referente por meio do sintagma nominal (SN) “povos tradicionais e originários” e repete essa estratégia de substituição no primeiro parágrafo da notícia, alternando os SN (povos tradicionais e originários/ indígenas

e quilombolas). Tal estratégia anafórica presente no início da notícia autoriza uma primeira compreensão:

Ao selecionar, como núcleos do SN, vocábulos comumente presentes no campo semântico da resistência social/popular, o autor possibilita uma recategorização do OD, guiada pelo conhecimento de mundo do leitor, ao menos de duas formas (apenas a título de possibilidades): a) um leitor engajado em causas político-sociais pode aderir à leitura de forma positiva; b) um leitor situado em contexto sócio-político-cultural de desconhecimento das causas e das nomenclaturas antirracistas pode aderir à leitura de modo informativo, passando a conhecer/naturalizar formas outras de nomear aquelas que ele amplamente conhece, apenas, como “índios” e “negros”.

Contudo, ao longo da notícia, o referente “lideranças indígenas” é inserido, exclusivamente, como *exemplo* das mortes noticiadas e representa uma *uma categoria* dentro do OD que serve como coluna dorsal da notícia: “índigenas e quilombolas”:

*O número de **lideranças indígenas** mortas em conflitos no campo, por exemplo, foi o maior em pelo menos 11 anos. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) registraram sete mortes [0] em 2019, contra duas mortes [0] em 2018. (Brasil de Fato)*

Na sequência, o referente “lideranças indígenas” é retomado duas vezes por meio de elipse, o que leva a uma provável manutenção do lugar secundário e sem representatividade central das lideranças indígenas nos assassinatos noticiados. Assim, apesar de selecionar itens lexicais que respeitam os movimentos negros e indigenistas, a notícia provoca um apagamento do protagonismo das lideranças indígenas no desenvolvimento das ações que levam aos conflitos e assassinatos noticiados.

Além disso, a progressão tópica da notícia associa diferentes naturezas de ataques ao OD “índigenas e quilombolas”. Trata-se de predicções que relacionam ataques com diferentes fatores motivacionais, diferentes locais geográficos e diferentes grupos étnicos. Exemplos dessas diferentes instaurações e retomadas do OD na notícia estão em “sete mortes [0] em 2019, contra duas mortes [0] em 2018”; em “cerca de 180 famílias Guarani e Kaiowá”; e em “um indígena de 12 anos que perdeu três dedos da mão esquerda”. Notemos que, enquanto a retomada do OD “lideranças indígenas” é feita por meio da *elipse*, a retomada do OD “índigenas” é feita por sintagmas nominais, cujos núcleos podem acionar envolvimento emocional do leitor: “família”, “menino”. Além disso, há recategorizações do OD indígenas por meio da estratégia de especificação das etnias indígenas (“Guarani”, Kaiowá”). Ao passo que essa especificação faz adesão ao discurso indigenista, no sentido de não generalizar os diferentes povos indígenas e não apagar suas identidades, a estratégia da retomada por elipse generaliza o OD “lideranças indígenas”. Tais estratégias referenciais pode conduzir à recategorização cognitiva do OD “lideranças indígenas”, marcando seu lugar discursivo como de menor relevância, não apenas no seio no seio da notícia, como também no seio comunitário. Tais estratégias de retomada carregam a notícia dos assassinatos das lideranças indígenas a um campo semântico secundário, tanto minimizando a motivação política dos assassinatos dessas lideranças, como, também, minimizando o peso da representatividade de um líder indígena para sua comunidade.

Não apenas isso, na notícia em foco, o OD “lideranças indígenas” representa, discursivamente, aqueles que estão fora do seu lugar, sendo recategorizados como os que ocupam territórios que não são seus, conforme excerto que segue.

A ação de seguranças privados de fazendeiros contra os indígenas que ocupam os territórios nos limites da Reserva de Dourados, do qual foram expulsos, é constante.

A representação da morte de lideranças indígenas ocorre, pelo viés analítico ora empreendido, de modo a reforçar o senso comum de indígenas como invasores; portanto, de lideranças causadoras dos conflitos. Tal condução leva ao esvaziamento da pauta política das lideranças indígenas, de sua centralidade no processo de representatividade política e do projeto racial que fundamenta os ataques e assassinatos.

Embora nada disso seja construído por meio de retomadas realizadas em escolhas lexicais pejorativas, o entorno discursivo é essencial para a condução da recategorização do OD na notícia. Ao construir a cadeia referencial para o OD “Dois camponeses quilombolas”, o autor o recategorizar: “Lideranças da associação quilombola do Cedro”; “Celino Fernandes e Wanderson de Jesus Rodrigues Fernandes”; “pai e filho”; “os trabalhadores”; e “os quilombolas maranhenses”. Nota-se, nesta cadeia referencial, a condução argumentativa do trecho da notícia, que representa o OD por meio de aspetos sociais positivos, sejam sociais (lideranças), familiares (pai e filho) e morais (trabalhadores). O OD é recategorizado por meios das estratégias de especificação (de forma a identificar sua base cultural/geográfica e a nomear, incluindo sobrenome), o que garante, discursivamente, a idoneidade dos sujeitos. Além disso, em “pai e filho, foram mortos com tiros no rosto após terem a residência invadida por quatro pistoleiros”, agregam-se ao OD detalhes da morte, o que também conduz o leitor ao lugar de aproximação/identificação ao recategorizar esse OD.

Estratégia semelhante ocorre em: “Três indígenas do povo Miranha”; “[0] Da terra indígena Cajuhiri Atravessado” “As mortes [0]”; “**Indígenas** e não indígenas”. Nesta cadeia referencial, reitera-se o conhecimento das estratégias referenciais de que dispõem o jornalista: novamente, ele nomeia os grupos, agora as etnias indígenas. Contudo, diferentemente do que faz no parágrafo anterior, ao relacionar assassinato e lideranças quilombolas, o autor, novamente, seleciona estratégia de eclipse e de termos generalizantes (“indígenas”). O que podemos depreender, da notícia, é seu engajamento com as comunidades indígenas e quilombolas, assim como proposto no título (cumpre-se, portanto, adequada e positivamente, tanto o propósito social do jornal, quanto o propósito discursivo do gênero notícia). O que pesa, entretanto, é que o OD lideranças indígenas é representado de forma minimizada no texto, fato linguístico que reforça os saberes socialmente difundidos sobre a pouca visibilidade dada a esse papel social no contexto brasileiro, o que, para a causa indigenista, é tanto um apagamento historicamente construído para diminuir a força de sua representatividade, quanto uma reprodução linguisticamente naturalizada – muitas vezes, mesmo no discurso engajado.

Notícia 2

A segunda notícia em tela foi publicada pelo G1, na seção *Natureza*. Nota-se, pela escolha da seção, que a temática não está associada a questões políticas, criminais, etc. Deduz-se, portanto, pelo pano de fundo, que a associação identitária sugerida para a causa indígena relaciona-os à “natureza”; logo, despe a causa de sua cidadania e protagonismo político, associação esta sugerida por uma empresa historicamente ligada às diferentes elites, ao empresariado, à direita política. Esta é uma primeira leitura do plano macrossocial em que se insere o texto. Passemos a alguns aspectos linguísticos:



A notícia em tela instaura, já no título, o OD “lideranças indígenas” e o associa a duas informações socialmente relevantes para o direcionamento discursivo da notícia: 1) o superlativo do número de mortes; b) a fonte de informação sobre a estatística. Contudo, ao retomar o OD, inscreve-o na categoria “pessoas” (“das 27 *pessoas* que morreram...”). Essa relação do OD “líderes indígenas” com a categoria “pessoas” leva ao apagamento de informações como a causa da morte: *assassinato* (podendo levar o leitor à interpretação de que tenha sido morte por causa natural); e ao apagamento da identificação das vítimas: são Indígenas? Não indígenas? Fazendeiros?

Embora o texto esteja construído em torno do OD lideranças indígenas, as retomadas não apresentam estratégias que proponham uma quebra da noção de apagamento e de inexpressividade difundidas a respeito dessas lideranças na sociedade brasileira. Na sequência textual, o OD é recuperado em sua forma genérica, por meio do SN, “lideranças indígenas”, que, em seguida, é retomado por duas elipses, conforme:

*O número de **lideranças indígenas** mortas em conflitos no campo em 2019 foi o maior em pelo menos 11 anos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgados nesta segunda-feira (9). Foram 7 mortes [0] em 2019, contra 2 mortes [0] em 2018.*

Ademais, a construção do cenário das mortes (“conflitos”) permite inferir às lideranças indígenas e seus assassinos em equivalência e forças, o que justifica a escolha pelo léxico “morte” e não “assassinato”, por exemplo, mesmo quando ocorre a estratégia de especificação das lideranças indígenas, como no excerto que segue.

No último fim de semana, três ativistas indígenas foram mortos no país: no Maranhão, em Jenipapo dos Vieiras, dois indígenas Guajajara morreram e outros dois ficaram feridos durante um atentado no sábado (7); em Manaus, no Amazonas, o ativista da etnia Tuyuca Humberto Peixoto Lemos morreu no hospital após ser agredido a pauladas.

É senso comum na sociedade brasileira filiar *conflito* ao campo semântico da disputa/briga. Por isso, o termo *disputa* pressupõe que os dois lados têm razão defensável. Por associação, o léxico “disputa”, tão naturalizado nas notícias sobre questões territoriais, pode cristalizar uma visão equivocada sobre esse objeto de mundo, a) tirando *conflito* do campo discursivo da necessária luta por reparação histórica; b) possibilitando justificar o

ponto de vista do Estado/Agronegócio/ “Proprietários”; e c) (consequentemente) tirando as mortes do campo discursivo de massacre.

Notícia 3

A terceira notícia em leitura foi publicada no “Diário de Pernambuco”, na seção “Notícias do Brasil”. Fundado em 1825, trata-se do “jornal mais antigo em circulação da América Latina”. Em sua versão on-line, limita-se a se descrever como um jornal que, mais do que agregar notícias, faz história, defendendo fazer isso, desde o início, por meio de “experimentos de interatividade” com seus leitores. Iniciemos, a partir desse pincelamento sócio-histórico, breves análises da recategorização na notícia:

The screenshot shows the homepage of the Diário de Pernambuco website. At the top, there is a navigation bar with categories like 'ÚLTIMAS', 'POLÍTICA', 'BRASIL', 'MUNDO', 'ECONOMIA', 'SUPERESPORTES', 'VIDA URBANA', 'VIVER', 'LEIA +', 'COLUNAS', and 'IMPRESSO'. Below this, there is a banner for the 'DIÁRIO de PERNAMBUCO' with the tagline 'CONFIRA O JORNAL DIGITAL DO DIA'. The main headline is 'Mais um líder é encontrado morto em terra indígena no Maranhão' under the 'NOTÍCIA DE BRASIL' section. The article is attributed to 'GUAJAJARA' and has a sub-headline 'Mais um líder é encontrado morto em terra indígena no Maranhão'. The article is dated '31/03/2020 16:22' and updated at '31/03/2020 16:27'. To the right of the main article, there is a sidebar with 'mais lidas' (most read) articles, including one about 'Dor de cabeça e perda do olfato, sintomas mais comuns nas formas leves de Covid-19 na Europa' and another about 'Bairro da Cohab está em segundo lugar em número de mortes por Covid-19'.

Na notícia 3, o OD instaurado é “líder” e não especifica a que liderança remete. Neste caso, é a predicação, por meio do SN “terra indígena”, que autoriza a especificação dessa liderança. Assim como nos dois primeiros textos, o acontecimento noticiado encontra-se no campo semântico da *não marcação da causa, nem do agente da morte* – “encontrado morto”.

Reiteramos que a leitura de uma notícia efetiva-se pela multissemiose, o que está defendido, inclusive, nos estudos atuais da teoria da Referenciação. Portanto, imagens e legendas são processadores, também, da recategorização referencial (neste caso, a foto e a legenda são responsáveis por recategorizar, especificando, o “líder” instaurado no título – ou vice-versa), assim como o próprio contexto social em que se insere o jornal ou o texto. Um exemplo da relação texto-contexto pode estar representada pela presença do intensificador “mais”, no título da notícia, que remete a um pressuposto de que, anteriormente a esta notícia, houve outra(s) “morte(s)” de líderes, e que isso seja um conhecimento compartilhado (premissa que permite ser depreendida não apenas da materialidade linguística, como também da autodescrição do jornal de interatividade): ou porque se difundiu amplamente pela comunidade, ou porque o próprio jornal já noticiou em edição recente. Isso ratifica, afinal, o conhecimento compartilhado como um fator que contribui para a forma como o OD receberá certos sentidos.

Por outro lado, sabemos que uma não especificação tem fins discursivos, e o SN “Mais um líder” pode corroborar o enfraquecimento da agenda específica das causas

indigenistas. Essa construção genérica exatamente no título da notícia (tendo em vista as funções formais e discursivas de um título de notícia) é um indicador importante, pois, sabidamente, o título conduz leituras e carrega valores, inclusive ideológicos.

No corpo da matéria, o OD é retomado como “liderança indígena” e, assim como nas demais notícias, sua predicação relaciona-o com “morte”. Na sequência, o OD “líder” é recategorizado por meio de sua especificação étnica e por suas funções social, política e intelectual, conforme demonstra o excerto que segue.

Mais uma liderança indígena foi encontrada morta no estado do Maranhão. Nesta terça (31), o **professor Zezico Rodrigues Guajajara, diretor do centro de educação escolar indígena Azuru**, foi **vítima de uma suposta emboscada** numa estrada que dá acesso à aldeia Zutuia.

Ao fim, ao ser recategorizado como “Vítima de suposta emboscada”, o OD pode receber diferentes compreensões, a depender do contexto de leitura. Destacamos, para esta recategorização a ética jornalística de não difundir fatos não confirmados, o que se materializa pelo adverbial “suposta”. Entretanto, a estratégia da não confirmação relaciona-se, exclusivamente, aos dados do assassinato, como em “*amigos relataram através de grupos de WhatsApp*”. Tendo em vista o atual cenário político-social brasileiro, em que “grupos de WhastApp” têm sido relacionados a desinformação e a *fakenews*, a seleção da informação pode conduzir a uma leitura desconfiada sobre a informação reportada pela fonte que “relatou” a emboscada, possibilitando a ênfase do adverbial “suposta” na recategorização do OD. Comparemos com o trecho que segue:

a morte do líder indígena foi **confirmada** pelo governo do Maranhão. *O estado* afirmou que recebeu a informação de *um homicídio*, mas até o momento não tem como afirmar a causa do *óbito* porque uma equipe da Polícia Civil foi enviada à região no começo da tarde.

No trecho acima, o OD “a morte do líder indígena” está predicado pelo verbo “confirmar”. Contudo, o agente dessa confirmação é o poder público. O mesmo ocorre na segunda oração do período, quando o OD é recategorizado como “um homicídio” (indeterminado, duplamente: pelo artigo indefinido e pela elipse – esta retoma o OD genérico “líder indígena”) e, posteriormente, como “óbito” (determinado por já ter sido evocado; indeterminado, devido à elipse). Além desta recategorização minimizar o efeito criminoso da ação contra a *liderança indígena* (morte → um homicídio → óbito, a confiabilidade informativa é, novamente, creditada ao estado – o agente que “informa” (não relata, não especula: informa). Entendemos que, de um lado, trata-se de um argumento de autoridade e de confiabilidade da fonte, o que é altamente recomentado. Entretanto, ponderamos existir outras fontes confiáveis e oficialmente representativas das vozes indígenas; portanto, a escolha pela relação discursiva estado-confiabilidade possibilita perpetuar o poder histórico do Estado na construção das crenças a respeito das causas indígenas – minimizando-as, vitimizandolas e falando em nome delas.

Notícia 4

Relevante textualizar que o jornal Amazônia Real é um jornal independente e que isso implica na seleção e organização de seu conteúdo. Como o próprio site divulga, sua

“linha editorial é voltada à defesa da democratização da informação, da liberdade de expressão e dos direitos humanos”. Passemos à leitura analítica.



Na notícia publicada pelo Jornal Amazônia Real, o OD instaurado é “Zezito Guajajara”. A escolha do nome Zezito implica na personalidade, personificação do líder. Aqui, observa-se que o autor presume o conhecimento enciclopédico do leitor, que, provavelmente, será capaz de identificar o OD em sua memória discursiva. Esse tipo de estratégia textual-discursiva pode apontar para a importância e reconhecimento comunitários do líder em referência, que sequer precisaria ser adjetivado.

Diferentemente das demais notícias, a escolha lexical presente no título acolhe o sentido de denúncia: assassinato. Além disso, a forja do entorno discursivo autoriza o sentido de que a vida indígena importa. Possibilita essa leitura a relação entre o OD “líder indígena” e outros OD, como “Secretaria de direitos humanos”, “Força Tarefa de Proteção à vida Indígena”. São escolhas sintagmáticas que colocam a representatividade indígena no papel agenciador – diferentemente do que ocorre nas notícias anteriores, em que a agência associou-se a OD que representam, socialmente, as forças opressoras que querem, historicamente, mitigar os direitos dos indígenas.

Na cadeia referencial, por meio da expressão nominal com substituição lexical, o OD é recategorizado de forma a representar a liderança indígena Zezico: a) pelo papel social de líder indígena. b) pela especificidade de sua etnia, o que desconstrói a ideia de que “índio é tudo uma coisa só”; e c) pelos papéis sociais por ele desempenhados, relacionados ao saber formal; d) pela importância e alcance políticos de sua liderança; e e) pelo reconhecimento e popularidade de sua liderança. A compreensão discursiva dessas recategorizações é possível pelas retomadas: “O líder Zezico Rodrigues Guajajara, da aldeia Zutiwa, da Terra Indígena Arariboia”; “Zezico Guajajara”; “o líder Guajajara”; “líder da Coordenação da Comissão dos

Caciques e Lideranças da TI Arariboia (CCOCALITIA)”; “Zezico”; “Professor e diretor do Centro de Educação Escolar Indígena Azuru”; “Zezico Rodrigues”; “quinto indígena Guajajara assassinado”.

Embora estejamos frente a um texto noticioso, que pressupõe neutralidade, sabemos que, a escolha por nomear, descrever a importância do indígena que foi assassinado, e por adjetivar a forma de sua morte (assassinato) é um posicionamento. Trata-se de um OD recategorizado desde o título: não é um “Zezico qualquer”, mas um “Zezico” que ganhou especificidade: líder, professor, coordenador... assassinado. E escolher apagar, como vimos nas demais notícias, também, é um posicionamento. Diferentemente da notícia 3, esta notícia é textualizada como verdade, e não como boato. Expressões como “averiguou” marca o campo discursivo do jornalismo sério.

Breves Considerações

O recorte teórico-metodológico da recategorização, conforme adotamos, possibilita um jogo de leituras que elucida a forma como os diferentes lugares de fala difundem diferentes crenças sobre os povos indígenas e sua participação na sociedade brasileira contemporânea. Elucida, igualmente, essas representações discursivas como herdeiras de um discurso histórico, enraizado na memória discursiva brasileira, por meio da instrumentalidade de textos noticiosos – os quais cumprem papel social de propagação de fatos com amplo poder de alcance; e o papel político e ideológico de difusão de certos valores, funcionando como um dos aparelhos ideológicos do Estado.

Isso defendido, propusemos uma análise da representação do assassinato de diferentes lideranças indígenas, em quatro textos noticiosos, conforme descrita no artigo. Embora a análise linguística tenha sido apresentada estanque de seu contexto de transposição didática (e, por isso, descolada da integralidade textual do gênero notícia), acreditamos que o recorte possibilita a observação de que a instauração e retomada de um referente sejam ferramentas poderosas para materializar um projeto ideológico e marcar posicionamento no gênero textual que se acredita imparcial.

Essa representatividade ideológica foi observada no *corpus* apresentado, quando: a) nos jornais de base tradicional, os OD analisados foram (re)tomados de forma a gerar/reforçar fragilidade, falta de representatividade política, separatismo, preconceito e racismo; e b) no jornal independente, a notícia efetivou-se por meio de construções lexicogramaticais que propagam saberes sociais voltados para o engajamento político e social dos indígenas e que difundem saberes combativos à cultura da opressão colonizadora. Essa demonstração reforma nossa defesa de que, para ser plena, uma prática pedagógica que relaciona notícia e argumento precisa incluir em sua proposta a(s) intencionalidade(s) e o(s) lugar(es) de fala dos coenunciadores como fatores contextuais imprescindíveis para as construções de sentidos, conforme demonstramos.

Por fim, defendemos que um trabalho alinhado à referência que tematize a causa indigenista responde aos documentos legais/paramétricos no ensino básico (dentre eles, a Lei 11.645/2008); coopera para as formações inicial e continuada de professores dessa etapa do ensino; movimenta a própria discussão acadêmica sobre o tema; e, especialmente, naturaliza o movimento da educação linguística para o antirracismo.

Referências

- ALVES FILHO, F. *Sua casinha é meu palácio: por uma concepção dialógica de referenciação*. Ling. (dis)curso (Impr.), v.10, n.1, 2010, p.207-226.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.
- BRASIL. *Lei n.º 11.645*, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003a, p. 01. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm
- BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2012.
- CAVALCANTE, M. M.. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC v. 1, 2011.
- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. *O caráter naturalmente recategorizador das anáforas*. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (Orgs.). *Estudos do discurso: caminhos e tendências*. São Paulo: Paulistana, 2016.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. *Revisitando o estatuto do texto*. *Revista do GELNE*, v. 2, 2010, p. 56-71.
- CAVALCANTE, M.; SANTOS, L. W. 2012. Referenciação e marcas de conhecimento compartilhado. *Lingua(gem) em Discurso*, v. 12, n. 3, p. 657-681.
- CIULLA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. Tese - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- CUSTÓDIO FILHO, V. *Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica*. *Linguagem em (Dis)curso* (Online), v. 12, 2012, p. 839-858.
- DIJK, T. V. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. S.P: Contexto, 2012.
- DIJK, T. V. *Discurso antirracista no Brasil: da Abolição às ações afirmativas*. São Paulo: Contexto, 2021.
- KOCH, I. *Introdução à linguística textual: Trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIMA, S. M. C.; CAVALCANTE, M. M. *Revisitando os parâmetros do processo de recategorização*. *ReVel*, v. 13, n. 25, 2015, p. 295-315.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.
- MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

Corpus de Análise

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Mais um líder é encontrado morto em terra indígena no Maranhão*. Diário de Pernambuco, 31/03/2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2020/03/mais-um-lider-e-encontrado-morto-em-terra-indigena-no-maranhao.html>

FARIAS, E. *Zezico Guajajara é assassinado no Maranhão*. Amazônia Real, 31/03/2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/zezico-guajajara-e-assassinado-no-maranhao/>

FIGUEIREDO, P. *Número de mortes de lideranças indígenas em 2019 é o maior em pelo menos 11 anos, diz Pastoral da Terra*. G1. Rio de Janeiro, 10/12/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/10/mortes-de-liderancas-indigenas-batem-recorde-em-2019-diz-pastoral-da-terra.ghtml>

SUDRÉ, L. *Primeiros dias de 2020 já registram ataques contra indígenas e quilombolas*. Brasil de Fato, São Paulo, 14 de Janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/14/primeiros-dias-de-2020-ja-registram-ataques-contra-indigenas-e-quilombolas>

EM NOME DE DEUS, EU POLITICO: O ATRAVESSAMENTO DO DISCURSO BÍBLICO NO POLÍTICO

Suellen Moutinho da Silva de OLIVEIRA (UERJ/SME-RJ)

Introdução

Ao observar o atual cenário político do Brasil (nos anos de 2019 e 2020), em especial, do Rio de Janeiro, percebemos que há sujeitos que trazem, em seu discurso, elementos bíblicos; referências a Deus que, concatenadas ao discurso político, apresentam uma esperança de “salvação”, “conserto”, do cenário político. Temos então imagens de sujeitos políticos criadas a partir das conexões com o discurso bíblico. São essas conexões que a presente pesquisa analisa a fim de constatar as implicações discursivas do atravessamento do discurso bíblico no discurso político.

Para identificar a presença do discurso bíblico no político, analisamos os discursos do presidente da República, Jair Bolsonaro (empossado em 2018), e do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (cujo mandato foi de 2017 a 2020), em postagens, na rede social Twitter. Nessas postagens, observamos a presença do discurso bíblico, fora de seu contexto original, como estratégia política.

Debruçamo-nos sobre a análise semiolinguística do discurso, que expõe a base teórica da análise do discurso postulada por Patrick Charaudeau (2005). A partir dessa teoria, compreendemos os conceitos gerais, o lugar de fabricação do discurso político, o contrato de comunicação no ato de linguagem e o atravessamento do discurso bíblico no político como uma nova estratégia do discurso político.

A Relação entre Bíblia e Sociedade

A necessidade de aclarar a importância da bíblia na sociedade surge a partir do resultado “a bíblia é o livro mais lido no território nacional”, de uma pesquisa da Plataforma Pró-Livro. Essa plataforma é conhecida por desenvolver o projeto de pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, cuja finalidade é “Conhecer o comportamento leitor, ao medir a intensidade, a forma, as limitações, a motivação, as representações e as condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira” (Instituto Pró-Livro – 2019/2020).

Dentre as várias leituras citadas pelos cidadãos brasileiros entrevistados, o resultado da pesquisa asseverou que a Bíblia (do grego *biblos* - quer dizer coletânea de pequenos livros) é o livro mais lido pelos brasileiros. Ao observar a preferência de leitura dos habitantes de nosso país, percebemos a necessidade de investigar a influência dessa obra tão presente nos discursos políticos dos sujeitos políticos Marcelo Crivella, e Jair Bolsonaro.

A Análise Semiolinguística do Discurso

A análise do discurso que aplicamos neste artigo é semiolinguística porque analisamos a relação entre estrutura e semântica dos constituintes do discurso (palavras, imagens, vídeos etc.) na situação de comunicação. “[...] Diremos que uma análise semiolinguística do discurso é Semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade”. Também chamamos essa análise de “[...] linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de

um trabalho de conceituação estrutural dos fatos linguageiros” (CHARAUDEAU, 2016, p. 21).

No ato de linguagem, atentamos para o que está posto e para o que se quer comunicar por meio dos sujeitos de fala. São quatro os sujeitos da teoria de Charaudeau: sujeito destinatário (TUd), sujeito interpretante (TUi), sujeito enunciador (EUe) e o sujeito comunicante (EUc). Esses sujeitos promovem um encontro dialético entre dois processos: de *produção* (criado por um EU e dirigido a um TUd); e de *interpretação* (criado por um TUi, que constrói uma imagem EU do locutor) (CHARAUDEAU, 2016, p. 44).

No processo de **produção**, a construção dos sujeitos se dá pela intencionalidade. O EUe é uma construção imagética do EUc (produtor de fala) que de forma consciente ou inconsciente revela a sua intencionalidade comunicativa por meio de uma coerência psicossociolinguageira. Já no processo de **interpretação**, o TUi constrói (a partir da interpretação que faz) uma imagem de enunciador do EUe “como uma hipótese de como é a intencionalidade do EUc, realizada no ato de produção” (CHARAUDEAU, 2016, p. 48).

Conforme Charaudeau (2016), TUd (sujeito destinatário) atua na dependência do EU (sujeito de fala). TUd é inerente ao ato de produção discursiva do EU. Já o TUi (sujeito interpretante) atua de forma independente ao EU. O EUe (ser de fala enunciativa) é o ser enunciador na situação comunicativa. O EUc (sujeito comunicante) é um ser social, comunicante.

O Discurso Político

Para Charaudeau (2018b, p. 16), o discurso político é constituído em um contexto psicossocial, linguageiro e requer dos sujeitos uma tomada de posição com relação à “linguagem, ação, poder, e verdade, a fim de determinar a problemática particular na qual será estudado o discurso político”, haja vista que ele não pode ser desvinculado de uma perspectiva particular, individual.

Temos as instâncias política e cidadã que podemos depreender na ação política, onde a primeira “que é delegada e assume a realização da ação política (...) é de decisão, deve, portanto, agir em função do possível”. A segunda, “que está na origem da escolha dos representantes do poder por uma vontade cidadã (e não autoritária), que a elegeu para realizar o desejável” (2018b, p. 18-19). Assim compreendemos:

“Isso faz com que ao espaço de discussão que determina os valores responda um espaço de persuasão no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação. Todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um sentir com os outros que, é preciso acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 19).

O discurso político também é constituído por noções de filosofia política que “se questiona sobre os fundamentos do pensamento político”; por ciência política que “se questiona menos sobre o fundamento de um tipo de pensamento que sobre a própria ação política em relação às suas finalidades pragmáticas e a seus efeitos” (2018b, p. 34). Essas noções são relevantes para analisar o fracasso e o progresso do sujeito político, princípios de governanças, comportamentos, ideologias, pensamentos, entre outros.

O Lugar de Fabricação do Discurso Político e as Estratégias

O lugar de fabricação do discurso político, conforme Charaudeau, é a situação que torna o discurso político. “A produção de sentido é, uma vez mais, uma questão de interação e é, portanto, segundo os modos de interação e a identidade dos participantes implicados que se elabora o pensamento político” (2018b, p. 40). Logo, Charaudeau propõe três lugares de fabricação do pensamento político, baseados na troca linguageira, cuja interação proporciona um lugar de elaboração dos sistemas de pensamento político, de comunicação e de produção de comentários.

Esses lugares de fabricação do discurso, que não são estanques, estão em plena simbiose, uma vez que todo discurso de qualquer formação discursiva é social e, ao interagir nos grupos, reconstrói-se. Assim temos o **sistema de pensamento**, cujo discurso político é fundador de um ideal em função de certos princípios a fim de construir opiniões e posicionamentos; o **ato de comunicação** com os atores da cena política que influenciam opiniões para obter seus interesses, constroem imagens e usam de estratégias de persuasão; o **comentário** é um discurso sobre o político, fora da ação política, cujo objetivo é o conceito político.

Logo, podemos inferir que a maioria dos cidadãos eleitores (TUi) escolhem seu candidato a partir de uma análise superficial da imagem criada pelo discurso do EUe-político, cuja principal característica é expressar propostas que atendam ao bem comum de todos. O EUc (político), conscientemente ou não, fabrica uma imagem discursiva de líder responsável, preocupado pelo interesse da população em geral, em seus programas políticos. Com isso, usa dupla identidade discursiva, persuasão / argumentação, a imagem construída, dramatização, a figura do mal/do bem, escolha de valores, simplicidade, mentira etc., como estratégias em seu discurso político (CHARAUDEAU, 2018, p. 80-91).

Sistema de Participação

Atentaremos, especificamente, para o sistema de participação, “categoria fundamentalmente pragmática”, que perpassa por inúmeros **lugares**, sem, necessariamente, corresponder a um **procedimento**. A participação é uma palavra-valise que promove a fusão entre participação e citação (MAINGUENEAU, 2008, p. 93), isto é, uma citação de cunho participativo, cujo objetivo é complementar, acrescentar algo no discurso proferido a fim de ser reconhecido pelos destinatários.

Devido às inúmeras variedades de situações sócio-históricas em que os modos de participação estão em contato, aparentemente, é laborioso sistematizá-los. Por isso, apenas, foram formados alguns grupos de participação, cujos funcionamentos pragmáticos se dão por afinidades. São: as **participações sentenciosas**, cujo apagamento enunciativo é mais notório e se desdobra em: enunciação proverbial, adágio jurídico; as **participações gráficas**, cujas citações são reconhecidas naturalmente e subdividem em: citações conhecidas, participação humanista, tesouro bíblico; as **participações de grupo**, ou seja, com locutores coletivos, pertencentes a grupos. Nesse caso, temos: participações militantes, participações de comunhão.

Desses desdobramentos, focamos nas **participações gráficas**, especificamente, no *tesouro bíblico* e nas **participações de grupo**, notadamente, nas *participações de comunhão*, em especial, na *oração*. Esse recorte teórico se justifica pela disposição dos tweets

selecionados (o corpus desta pesquisa), pois essas variações elementares são reconhecidas nos discursos político-bíblicos analisados nesta pesquisa.

Atravessamentos do Discurso Bíblico no Discurso Político

Na presente análise, temos a figura do presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (capitão reformado do Exército), com ampla experiência política (foi deputado federal por sete mandatos), que se identifica como um adepto a fé cristã e aos ensinamentos bíblicos.

Jair Messias Bolsonaro tem características peculiares em sua identidade discursiva: apresenta ideais ufanistas, uma vez que assume a postura de patriota (faz questão de declarar “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), revela seguir instruções do tesouro bíblico; posiciona-se como conservador e zelador dos bons costumes cívicos e morais, conforme preconiza a constituição brasileira e o tesouro bíblico.

Na figura de prefeito da cidade do Rio de Janeiro (nos anos de 2019 a 2020), temos Marcelo Bezerra Crivella, cuja identidade discursiva é constituída por experiências religiosas (é Bispo da igreja Universal do Reino de Deus) e vivências em atividades políticas (foi senador de 2003 a 2016). No cargo de prefeito, evidenciou que sua gestão era pautada nos ensinamentos do tesouro bíblico e na legislação do país. Em sua trajetória de vida, sempre defendeu os bons costumes, a liberdade religiosa e a preservação da família, conforme preconiza o tesouro bíblico.

Ao analisar os discursos políticos, percebemos a necessidade dessas informações biográficas serem antepostas à análise, a fim de aclarar pontos imprescindíveis no discurso dos sujeitos políticos e revelar o lugar de fala de cada um.

Para o reconhecimento e constatação do discurso político-bíblico, apresentamos a análise a partir de uma organização temática de elementos regulares: Palavras, expressões que remetem ao texto bíblico. Esses elementos estabelecem uma relação interdiscursiva com o discurso bíblico e evocam uma memória em quem é conhecedor dos textos do tesouro bíblico.

Palavras, Expressões que Remetem ao Texto Bíblico

Figura 1 - Marcelo Crivella



Fonte: <https://twitter.com/MCrivella>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 1, no processo de semiotização, temos a foto, seguida do nome de Crivella (EUC) e o símbolo de autenticidade dado pelo dispositivo Twitter. Esse símbolo comunica a intencionalidade de validar a identidade da pessoa que se diz ser. Logo, os seguidores têm a certeza de que estão seguindo o Prefeito da cidade.

Já, na situação comunicativa, o interior do gênero discursivo tweet, temos a voz do Prefeito da cidade, Marcelo Crivella, o EU enunciativo (EUE), cuja imagem é construída em

suas mídias sociais. Nesse tweet, o EUe comunica a abertura do hospital de Campanha para seus interlocutores (TUi).

Ao analisar a construção discursiva desse tweet, destacamos que o EUc constrói a imagem discursiva (EUe) de um líder preocupado com a saúde de seu povo (eleitorado) ao construir um hospital, onde “muitas vidas serão salvas”. Usa essa imagem como estratégia do discurso político, a fim de conquistar a instância cidadã, para se manter no poder, como líder que cuida do povo.

Observamos, nesse tweet, o atravessamento de expressões que remetem ao texto bíblico “Com a graça de Deus”, no discurso político. Tratam-se de enunciações memoráveis e memorizáveis do tesouro bíblico, que possibilitam a participação entre o discurso político e o discurso bíblico. A citação dessa expressão está tão entrelaçada ao discurso político, que sua origem só é reconhecida por adeptos do tesouro bíblico ou leitores atentos.

Por causa dessa característica de discursos entrelaçados, chamamos o discurso de político-bíblico, pelo processo de participação. Nele, há a seguinte participação: “com a graça de Deus”, referente ao cumprimento de uma ordenança inspirada por Deus, presente no texto bíblico: “Em tudo dai graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco” (1 Tessalonicenses 5:18). Essa participação coloca o EUe em um lugar específico de quem não é só conhecedor, mas é cumpridor do que preconiza o texto bíblico.

No contexto bíblico, na referência do texto em 1 Tessalonicenses 5:18, temos uma carta escrita pelo apóstolo Paulo aos moradores da cidade de Tessalônica. Essa cidade, há mais de dois mil anos, foi a capital da Macedônia, considerada a 2ª maior cidade na época do império bizantino. Atualmente, é a 2ª maior cidade da Grécia e se chama Salônica.

Na época de Paulo, era uma cidade marcada pela idolatria e práticas pagãs (ou seja, não cristãs). O Apóstolo funda uma igreja a partir de uma teologia cristã, pautada na salvação pela graça e escreve várias orientações aos tessalonicenses a fim de doutriná-los. Uma dessas orientações foi “Em tudo, dai graças”, que significa louvar a Deus, reconhecer seu poder, adorá-lo. A partir dessa orientação “Em tudo, dai graças”, os personagens bíblicos atribuíam sua boa obra ao Deus único. Por isso, é muito comum ler essa expressão na bíblia.

No contexto atual, a ideia do versículo se funde a fala do EUe, tornando-se uma participação “com a graça de Deus, abrimos, nesta sexta-feira (01/05), o nosso Hospital de Campanha no Riocentro, um lugar onde muitas vidas serão salvas”. Além de relacionar a ideia de “com a graça de Deus” também será “um lugar onde muitas vidas serão salvas”.

Essa participação cria a imagem do EUe que faz a obra com louvor, alinhado à vontade de Deus e com reconhecimento, pois tudo que fez, só fora possível, porque o fizera por meio da graça de Deus. Esse discurso comunica que uma ação política é viabilizada pela graça de Deus. Isso é facilmente compreendido, principalmente, pelos asseclas do tesouro bíblico.

Na constituição da construção semiolinguística desse enunciado, o EUe usa o modo indicativo, na expressão verbal, para afirmar algo que ele não pode garantir. Logo, produz também um efeito de esperança de uma suposta salvação aos enfermos. Assim, mostra o quanto sua obra é abençoada por Deus. Evoca um hiperenunciador, ser soberano, transcendental, ao qual é dado todo crédito da ação política.

Essa suposta “bênção” é construída pelos significantes “graça”, “Deus”, “salvação” que trazem, em seu significado, a ideia do sobrenatural, da intervenção divina. Na presente organização sintática, insuflam um efeito de uma ação sobrenatural. Logo, se ponderarmos o uso do determinante “muitas” em vez do pronome indefinido “todas”, perceberemos que não há nada de sobrenatural na suposta “salvação” de vidas. Pois sabemos que, em um hospital,

algumas vidas são tratadas e restauradas e outras não. Isso é um processo natural. O sobrenatural só existiria, se o determinante fosse “todas”.

Apesar dos elementos linguísticos denunciarem o jogo de máscaras entre o sobrenatural e natural, a construção discursiva sobrepõe o sobrenatural por causa de outros elementos. Aqui, também se revelam os constituintes da imagem do EUe-prefeito, a qual é formada por um Bispo de uma instituição religiosa, obediente às sagradas escrituras, que atravessa a imagem política do EUe-prefeito. O EUe traz à luz uma memória do texto bíblico, no interdiscurso, que não só atravessa o discurso político, mas se funde a ele, tornando-o um discurso político-bíblico, pelo processo de particitação (como temos sinalizado).

Logo, a expressão “onde muitas vidas serão salvas” também pode ser atribuída ao discurso bíblico como consequência de quem está sob “a graça de Deus”, pois há uma asseveração de que vidas serão salvas. O “onde” retoma a palavra hospital. Quando se fala em hospital, constroem-se um efeito de sentido de lugar de tratamento, cujo objetivo é a recuperação, a restauração, do enfermo. Contudo, não se pode afirmar que de fato a cura física acontecerá.

Por isso não se trata de um enfoque meramente banal, corriqueiro, mas de um atravessamento do discurso bíblico, que transforma o “hospital” (que fora feito com a graça de Deus) em um lugar “onde muitas vidas serão salvas”. Não se trata apenas de um hospital comum, mas de um lugar de esperança, de um evento sobrenatural. No processo de semiotização do mundo, o hospital passa a ser um objeto enunciado com significado conotativo.

Essa expressão “onde muitas vidas serão salvas”, como já vimos, também exprime a falsa certeza de uma salvação, supostamente, física. Neste momento, o EUe-prefeito transfere a responsabilidade de “salvar vidas” para o hiperenunciador individual, no caso, Deus. Exime o “homem” de quaisquer responsabilidades sobre a falta de salvação para todos. O EUe pronuncia palavras, expressões, que evocam a crença da população, para produzir um efeito de proximidade com o TUi.

Como se Deus fosse salvar as vidas através do hospital que fora criado com louvor, adoração, reconhecimento, somente, a Deus. Ou seja, se por acaso alguma vida deixar de ser salva, é porque Deus quis. Uma vez que o Deus poderoso é dono de tudo, ele pode decidir quem será curado ou não. Essa ideia produz um efeito de aceitação às vidas que não forem beneficiadas pela dádiva da cura sobrenatural, a qual só Deus pode conceder.

O EUe usa, no interdiscurso, essas particitações sem citar sua fonte, como algo inerente a sua fala. Os seguidores, que tiverem familiaridade com os textos bíblicos, provavelmente, reconhecerão esses elementos. A partir dessa identificação, podemos dizer que esse reconhecimento pode ser feito, principalmente, pela comunidade leitora do tesouro bíblico. Os participantes desse grupo, os seguidores de Crivella são, provavelmente, capazes de resgatar a memória do texto bíblico, relacionando-o ao discurso proferido pelo sujeito de fala.

Figura 2 – Jair Messias Bolsonaro



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 2, na perspectiva semiolinguística, temos a foto, seguida do nome de Jair M. Bolsonaro (suposto EUc) e o símbolo de autenticidade dado pelo dispositivo Twitter, cuja intencionalidade é a de validar a identidade da pessoa que se diz ser. Logo, os seguidores têm a certeza de que estão seguindo o Presidente do Brasil. O número 3, antes do discurso do EUe, representa uma terceira postagem de uma sequência sobre assuntos militares e, em resposta, a sua própria postagem. Ou seja, O EUe-político comenta sua própria postagem. O dispositivo twitter, quando isso acontece, gera, automaticamente, a frase “Em resposta a”.

Na situação comunicativa, no interior do gênero discursivo tweet, temos a voz do Presidente do Brasil, o EU enunciador (EUe), construída por Jair Bolsonaro ou um assessor responsável por suas mídias sociais (EUc).

O EUe comunica “tive a satisfação também de presenciar a passagem do Comando Militar do Leste neste dia! Sucesso! Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!” aos seus interlocutores (TUi). Na construção discursiva, percebemos o atravessamento de expressões que remetem ao texto bíblico, ou seja, enunciações memoráveis e memorizáveis, do tesouro bíblico.

No discurso, há uma declaração explícita de uma liderança guiada por Deus, na participação: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (slogan de campanha do Presidente). Observamos, nesse caso, a referência ao texto bíblico: “Quem vem das alturas certamente está acima de todos; quem vem da terra é terreno e fala da terra; quem veio do céu está acima de todos” (João 3.31). O Brasil é o elemento terreno submisso a Deus que está no céu, acima de todos.

No discurso do EUe-presidente, o atravessamento bíblico se revela a partir de um enfoque ufanista, de alguém, cuja imagem é constituída por elementos da esfera militar (por causa de sua vivência empírica no meio militar). Não se trata de uma figura religiosa, mas de uma figura que faz parte de um grupo adepto do tesouro bíblico. O EUe estabelece um vínculo com seus TUi por meio da identificação e do reconhecimento do interdiscurso bíblico que atravessa o discurso político, pelo processo de participação, constituindo o que apresentamos aqui como o discurso político-bíblico.

O EUe se apresenta por meio de uma estratégia política, como se fosse o libertador, enviado por Deus para libertar o povo do opressor. Contudo, nessa postagem, o trecho “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos” tem a função de mantra, pois não se correlaciona, sintaticamente, com o período anterior. Aparece fora de contexto sem se perceber sua origem inicial (slogan de campanha do Presidente).

O seguidor de Bolsonaro, se for um assecla do tesouro bíblico, provavelmente, será capaz de resgatar a memória do texto bíblico, relacionando-o em seu contexto atual e em seu contexto bíblico. No contexto bíblico, na referência ao texto de João 3.31, João dá testemunho da origem celestial de Cristo, afirma que ele veio do céu, que Deus está no céu, por isso está acima de todos. Conforme a tradição, João foi um dos apóstolos de Jesus Cristo, além de ser seu primo. Foi testemunha ocular dos feitos de Jesus, era também seu amigo íntimo.

No contexto atual, Bolsonaro faz menção ao texto bíblico por participação, ou seja, funde sua fala com o texto bíblico, produz um efeito de sentido de conhecedor, praticante, das orientações do texto bíblico. Revela-se um adepto ao tesouro bíblico e integrante de sua comunidade, sem ser uma figura religiosa.

O EUE-presidente usa os textos bíblicos, para constituir seu discurso político, a fim de produzir um efeito de reconhecimento de que o EUE é guiado, em tudo o que faz, por Deus, o todo poderoso, o qual a história, a cultura, a tradição, registra suas manifestações.

Considerações Finais

No processo de investigação, descobrimos, por meio de uma instituição de pesquisa (Pro-Livro), cuja principal função é traçar o perfil do leitor brasileiro, que a bíblia é o livro mais lido pela população brasileira. Assim, entendemos a constante presença dos textos bíblicos nos discursos políticos. Contudo, seguimos com a pesquisa a fim de compreender o efeito de sentido produzido nos enunciados. Para isso, aplicamos os postulados do Charaudeau sobre o discurso político e a análise semiolinguística do discurso.

Constatamos que o atravessamento do discurso bíblico no discurso político se revela pelo processo interdiscursivo, o qual Maingueneau, chama de participação. A partir da aplicação desse processo, compreendemos como o discurso bíblico atravessa o discurso político. Também notamos que o discurso bíblico era usado com um significado diferente do original. Era retirado de seu contexto e inserido em um novo, no contexto político.

Os sujeitos políticos, como estratégia de persuasão, usam o discurso bíblico fora de contexto, expressam-no por meio da participação que é uma citação de cunho participativo, cujo objetivo é complementar, acrescentar algo no discurso proferido a fim de ser reconhecido pelos destinatários. Assim, discretamente, ressignifica o texto bíblico a favor de seus interesses e objetivos comunicativos (explicitados na análise do corpus). Para perceber essa ressignificação do texto bíblico, o sujeito destinatário precisar ser um conhecedor dedicado aos estudos dos textos bíblicos. Se for um mero conhecedor superficial, talvez, não perceba tal alteração.

Na presente pesquisa, identificamos não só o atravessamento do discurso bíblico no político, como também ressaltamos a aplicação do discurso bíblico fora do contexto de origem, sendo ressignificado a partir do contexto atual, sem preocupação com o significado original do texto. Logo, a nova variante do discurso político, o discurso político-bíblico, tornou-se eficaz para persuadir a instância eleitoral e conquistar os asseclas do tesouro bíblico.

Em suma, este artigo é um trabalho de pesquisa, na área da análise semiolinguística do discurso, sobre o atravessamento do discurso bíblico no discurso político e suas implicações discursivas. Asseveramos que seja uma ferramenta acadêmica capaz de contribuir para a sociedade e para os estudos do discurso, pois argumenta sobre uma nova (e

cada vez mais recorrente) variante discursiva, o discurso político-bíblico. Também visto como uma estratégia eficaz na disputa eleitoral.

Referências

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. *Revista Diadorim - Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 10, dez. 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed.. São Paulo: Contexto, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

TRAJETOS TEMÁTICOS E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS: ANÁLISE DA SEÇÃO DE AVALIAÇÕES DA PÁGINA DO *FACEBOOK* DE UMA IGREJA INCLUSIVA

Dilermando M. COSTA (UERJ/UFRRJ)

Introdução

Este trabalho apresenta uma parte da pesquisa de pós-doutoramento do autor e está fundamentado, teórica e metodologicamente, na Análise de Discurso (PÊCHEUX, 2014a [1969]; 2014b [1975]; ORLANDI, 2007; 2015). Nosso objetivo principal é analisar a seção de avaliações da página do *Facebook* da Igreja Cristã Contemporânea (ICC), que é, atualmente, uma das mais (re)conhecidas igrejas inclusivas brasileiras.

A análise proposta se centrará na identificação das formações discursivas (PÊCHEUX, 2014a [1969]; 2014b [1975]) que produzem dizeres sobre a ICC, bem como no delineamento dos trajetos temáticos (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014 [1994]) que emergem da divisão de sentidos produzida por essa forma de inclusão religiosa. De forma específica, nos propomos discutir a noção de igreja que circula nas postagens avaliativas, assim como descrever as (des)continuidades que a ICC apresenta quando comparada às demais igrejas protestantes, as quais assumem uma compreensão heterocêntrica da sexualidade humana.

Na primeira parte deste trabalho, apresentamos a emergência das igrejas inclusivas, nos Estados Unidos e no Brasil. Em seguida, discutimos algumas noções teóricas relacionadas à AD, como a de formação discursiva e a de trajeto temático. Por fim, apresentamos a constituição e a análise do corpus, por meio do qual identificamos três formações discursivas, a excludente, a inclusiva e a assimilatória, bem como três trajetos temáticos, de negação, de inclusão e de camuflagem.

Igrejas Inclusivas: entre Rupturas e Suturas

As igrejas inclusivas são comunidades de fé evangélicas que provocam uma ruptura no protestantismo pela aceitação das diversidades sexuais e de gênero. Historicamente, essas diversidades têm sido tratadas como práticas pecaminosas pelo cristianismo como um todo, ou seja, pelos católicos, pelos Santos dos Últimos Dias, pelos Adventistas do Sétimo Dia etc., os quais apenas reconhecem as identidades heterossexuais (HELMINIAK, 1998; FEITOSA, 2010; MUSSKOPF, 2012), considerando quaisquer desvios como uma grave ofensa ao Sagrado.

O movimento religioso comumente associado à inclusão de dissidentes sexuais no protestantismo aconteceu em 1968, nos Estados Unidos, sob iniciativa de Troy Perry. Segundo Arnold (2002), desde a juventude, Perry havia se tornado um divulgador da fé protestante, porém a tendência homossexual acabou por afastá-lo de seu ministério.

Distante da religião, o então ex-reverendo se rendeu à homossexualidade, vivenciando um contexto muito hostil acerca dos desviantes sexuais, os quais eram forçados a viver à margem da sociedade. Bullough (2002) explica, por exemplo, que havia certa censura não oficial à época quanto a alguns significantes, como homossexual e gay, além de haver monitoramento da vida de suspeitos de práticas homoeróticas.

Após presenciar um ato de humilhação policial praticado contra um rapaz que estava com Perry num encontro, o ex-reverendo se sentiu incumbido da missão divina de criar um espaço de fé para o acolhimento de todos (ARNOLD, 2002). Esse gesto foi, ao mesmo tempo, religioso e político, pois rompeu com séculos de exclusão das diversidades sexuais da vida comunitária cristã e instituiu um espaço onde estas seriam celebradas e não reprimidas.

Dessa iniciativa, surgiu a Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), que se tornou um grupo bastante ativo na defesa dos direitos humanos, pois, ao mesmo tempo defendia dois pontos estratégicos da vida social: a religiosa, subvertendo a leitura bíblica heterocêntrica supostamente contrária a práticas homoeróticas, e a política, por reivindicar visibilidades e direitos a grupos minorizados. No Brasil, a ICM chegou, oficialmente, no início dos anos 2000 e, hoje em dia, está presente em diferentes estados da federação. Uma divisão interna na ICM Rio resultou na formação da Igreja Cristã Contemporânea (ICC), em 2006 (NATIVIDADE, 2010), sobre a qual falaremos.

A ICC figura entre as mais populares e atuantes denominações inclusivas na atualidade. Só no Estado do Rio de Janeiro, o grupo possui 07 templos, além de estar presente em outras 03 capitais brasileiras: São Paulo-SP; Belo Horizonte-MG; e Salvador-BA. Recentemente, o grupo lançou a proposta de uma igreja digital com objetivo de ministrar cultos online para a captação e o acompanhamento de membros, acompanhando o crescimento do mundo virtual e a emergência do metaverso.

Berkenbrock (2019) considera os grupos inclusivos como igrejas de segmento, isto é, organizações religiosas que se especializam no atendimento a um público específico. Todavia, Musskopf (2012) amplia a discussão por sinalizar que os grupos inclusivos podem ser compreendidos como comunidades de fé que se fundamentam na perspectiva de que o Evangelho é para todos, independentemente de possíveis estigmas.

Destacamos que esses grupos não podem ser considerados como comunidades uniformes. Porém, e com efeito, se configuram como um movimento de dissidência em escala atômica por romper com um dos pontos de coesão no cristianismo quanto à sexualidade. Ou seja, esses grupos quebram uma homogeneidade lógica (PÊCHEUX, 2015 [1983]) que incompatibiliza, há séculos, diversidades sexuais e de gênero e protestantismo. A seguir, apresentamos algumas noções basilares para a realização de nossa análise, como as noções de formação discursiva e de trajeto temático.

Análise de Discurso: Formação Discursiva e Trajeto Temático na Produção de Sentidos

A Análise de discurso (AD) à qual nos filiamos se opõe a práticas de leitura centradas exclusivamente na superfície linguística. Isto é, compreendemos que os textos não possuem um único sentido, o qual precisaria ser descoberto pelos leitores, mas, ao contrário, que produzem efeitos de sentidos pela determinação da ideologia e pelos movimentos da história (PÊCHEUX, 2014A [1969]; 2014b [1975]; ORLANDI, 2007). A AD põe em relação língua, sujeito, história e ideologia nas práticas de interpretação.

Uma importante noção na AD é a de formação discursiva (FD). Apoiados em Pêcheux (2014b [1975]), entendemos ser esta a matriz de sentidos que possibilita o dizer; em outros termos, é a fonte da qual emerge “o que pode e deve ser dito” pelos sujeitos (PÊCHEUX, 2014b [1975], p. 147), colocando em relação a trama que constitui o discurso: o linguístico, o ideológico, o debate quanto às lutas de classes etc.

Tomada por empréstimo de Foucault (PÊCHEUX, 2014c [1983]), essa noção passou por deslocamentos e por retificações no quadro teórico da AD, mas se manteve alinhada a

uma tese basilar: a crítica “de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso” (PÊCHEUX, 2014c [1983] p. 307). Essa matriz de sentidos responde à formação ideológica, na interpretação da realidade, e à memória discursiva, que “diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2014, p. 105-106, destaque do autor), rompendo com a noção de um sujeito dono de si.

A noção também avançou em direção à alteridade e à exterioridade, porquanto, como defende Pêcheux (2014c [1983], p. 310), “uma FD não é um espaço fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais”; isto inscreve a presença do outro no discurso. Assinalamos, portanto, a presença de um sujeito universal, determinado pela ideologia, que espelha uma forma-sujeito particular (PÊCHEUX, 2014b [1975]), que recorre à matriz de sentido para produzir seu dizer.

A FD também explicita “a linha tênue entre a regularidade e a instabilidade dos sentidos no discurso” (GREGOLIN, 2020, p.379), o que nos permite compreender, alinhados a Pêcheux e Gadet (2015 [1991]), que reprodução não é sinônimo de repetição. Portanto, a atuação da memória discursiva nos possibilita identificar as paráfrases ao mesmo tempo em que nos permite reconhecer, no fio do discurso, a emergência de pontos de deriva (PÊCHEUX, 2015 [1983]). Assim, podemos identificar as marcas da circulação do discurso, que constroem seus percursos a partir das FDs.

A circulação dos discursos produz diferentes trajetos temáticos, os quais podem ser apreendidos por meio de outra noção: a de arquivo. A perspectiva discursiva interroga possíveis compreensões a respeito do arquivo enquanto um repositório de documentos, fechado sobre si mesmo, e que estaria à espera de alguém que aplicasse a ele a sua própria compreensão de leitura (PÊCHEUX, 2014d [1994]). Apoiados em Guilhaumou e Maldidier (2014 [1994], p. 170), assumimos o entendimento de que “o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite leituras que trazem à tona dispositivos e configurações significantes”.

Essa concepção de arquivo lança luz sobre a prática de leitura do analista ao colocar em relação a emergência e a circulação de textos, considerando a conjuntura histórico-social que permite a materialização destes. Logo, é neste sentido que compreendemos a argumentação de Guilhaumou e Maldidier (2014 [1994], p. 170) de que “o arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco”. Isto é, sublinhamos a necessidade de produzi-lo considerando o linguístico e o histórico, o sistema e a exterioridade. A partir de uma inquietação teórica, mobilizamos um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2014d [1994], p. 59) e um arcabouço teórico-metodológico para empreender os gestos de descrição e de interpretação (PÊCHEUX, 2015 [1983]).

A construção de trajetos temáticos sublinha a urgência de pensarmos o aspecto transformador pelo qual os temas passam ao longo dos processos históricos. Considerar o tema por si só, na sua emergência, pode produzir um efeito de transparência indesejável e distante dos pressupostos da AD, uma vez que dissimula o fato de ele ser, também, afetado pela história e pela ideologia. Pensá-lo “de um acontecimento a outro” (GUILHAUMOU; MALDIDIER; 2014 [1994], p. 173) nos auxilia a conhecer as reformulações nos sentidos e nos sujeitos.

Na análise discursiva do arquivo, podemos pôr em debate os temas e o acontecimento discursivo que os enseja com vistas a discutir “o conjunto de possibilidades atestadas em uma

situação histórica dada” e a disputa por sentidos “na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014 [1994], p. 172). O trajeto temático, portanto, é o que “reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014 [1994], p. 173). É, então, fundamental identificar o tensionamento e a transformação pelos quais os sentidos passam para se tornarem transparentes em dada conjuntura, o que inclui a disputa ideológica.

Enquanto certas práticas de tematização podem se basear apenas na repetição, o trajeto temático se volta à identificação do novo nessa repetição (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014 [1994]), entrecruzando as noções de paráfrase e de polissemia (ORLANDI, 2015); isto é, perseguindo aquilo que se mantém na reprodução enquanto se busca a irrupção do novo. A seguir, passaremos à constituição e à análise do corpus.

A Constituição e a Análise do Corpus Discursivo

Neste trabalho, analisamos o intervalo de avaliações no *Facebook* da ICC entre 2013 (quando estas começaram) e 2021 (últimas avaliações sobre o grupo até o momento da produção do corpus discursivo). Na referida página, consideramos as postagens como um arquivo empírico, no qual há uma vasta gama de textualidades relacionadas ao posicionamento de sujeitos quanto a essa igreja.

Partimos do entendimento de que o arquivo dissimula certa unidade quando consideramos a disposição vertical que apresenta. Contudo, o que há é uma dispersão: as postagens recobrem um intervalo temporal de cerca de 08 anos, de sujeitos de diferentes Estados que assumem posições diversas quanto às propostas da ICC de distintas maneiras (membros, visitantes, opositores etc.). Excluímos as postagens que não apresentavam justificativas quanto à avaliação; logo, das 785 recomendações disponíveis, produzimos um corpus discursivo com 147 sequências discursivas (SDs).

Este estudo foi orientado por duas questões: a) Como a designação *igreja* produz sentidos nas publicações? Esse questionamento nos permite perceber a ação da memória discursiva na produção de sentidos quanto a *ser* igreja; b) Quais (des)continuidades as igrejas inclusivas apresentam em relação às demais comunidades de fé protestantes? Essa questão nos permite identificar tanto a repetição quanto o novo que dela desponha.

Analisamos as postagens avaliativas considerando as marcas linguísticas apresentadas no corpus, como as regularidades, as alusões a outras textualidades, as comparações entre os grupos, as palavras de ordem etc., que produzem efeitos de sentidos relacionados à proposta inclusiva da ICC. Identificamos três matrizes de sentido: a FD excludente (FDE), a FD inclusiva (FDI) e a FD assimilatória (FDA), que delineiam os trajetos temáticos quanto à ICC ao se movimentarem entre três pontos: a *negação*, a *segmentação* e a *camuflagem*. Por restrição de espaço, não apresentaremos o corpus discursivo, mas faremos referências a este durante a discussão.

As FDs produzem um efeito de transparência para o sujeito devido ao recobrimento deste pelo sujeito universal, bem como o reconhecimento (PÊCHEUX, 2014b [1975]) entre sujeitos que recorrem à mesma matriz de sentidos para construção do dizer. Iniciamos a discussão pela FDE, que produz discursos que se apoiam em ideias binárias na interpretação que fazem da vida a partir da formação ideológica religiosa. Ela também sustenta ser a norma heterossexual o padrão universal da sexualidade, rejeitando outros saberes que reconheçam as diversidades existentes.

Para amparar esse posicionamento, a FDE recorre a um gesto de interpretação da Bíblia que se opõe a comportamentos e a identidades não heterossexuais, promovendo leituras condenatórias de passagens como Gênesis 19, Levítico 18:22 e 20:13, Romanos 1:26 e 27, entre outras. Na relação entre FDE e memória discursiva, observamos que certos significantes, como inclusão, aceitação e diversidades, não fazem parte do processo discursivo, ou seja, “do sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2014b [1975], p. 148), sustentando a noção de igreja como um espaço fechado, de total sujeição à leitura canônica da Bíblia.

A partir da identificação da FDE, podemos estabelecer o primeiro ponto do trajeto temático, o qual traça uma linha intransponível entre o certo e o errado com base no que entendemos ser o tema recorrente nas postagens: a centralidade da Bíblia (ou a sujeição a um gesto de interpretação heterocêntrico desta) de modo a desqualificar a ICC. Na FDE, há apenas uma postagem que menciona explicitamente a homossexualidade, o que sinaliza um efeito de pré-construído, isto é, de um saber pensado antes, mas que também fala nos enunciados (PÊCHEUX, 2014b [1975]) que torna ‘óbvia’ a incompatibilidade entre o protestantismo e as diversidades sexuais.

O trajeto temático da negação é sustentado por uma determinação total da ideologia protestante heterocêntrica, que revigora o entendimento de que a Bíblia não está aberta a outras interpretações. Observamos que as SDs produzem sentidos ao reproduzirem paráfrases quanto à centralidade da Bíblia (ensinar; pregar; palavra de Deus etc.) e objetivam estabilizar a ideia de esta ser imutável. Quaisquer outras teorias sobre gênero e sexualidade são ignoradas dada a irreversibilidade e a monossemia do discurso religioso (ORLANDI, 1987), cujos sentidos só podem seguir em uma direção: a da voz que a igreja heterocêntrica diz ser a do Sagrado e do gesto de leitura que não se transformou ao longo do tempo. A designação igreja se refere, na FDE, àquela que reproduz a interpretação heterocêntrica da Bíblia.

A forma-sujeito espelhada pelo sujeito universal que governa a FDE busca o fechamento interno, o qual resiste à passagem da alteridade. A ICC, portanto, é tratada como uma anti-igreja pela FDE por destoar de uma suposta interpretação condenatória da Bíblia às diversidades. Porém, considerando que, ao negar algo, assinalamos a existência da alteridade, seguimos para a análise das outras duas formações discursivas que contradizem a FDE, ainda que de diferentes maneiras.

Outra FD identificada, a inclusiva (FDI), se apoia em dois temas relacionados às diversidades: a aceitação e o combate ao preconceito. A recorrência desses temas sinaliza um distanciamento das igrejas heterocêntricas na construção de um espaço que valida outras identidades. A aceitação produz o efeito de sentido de reconhecimento, pois a condição sexual do sujeito, por exemplo, é constitutiva deste e não uma escolha passível de cura (NATIVIDADE, 2010). O reconhecimento inscreve a presença de um movimento político, que irrompe em meio à monossemia do discurso religioso.

À medida que a ICC é referida como a igreja de rejeitados, entendemos que a alteridade do discurso se opõe à naturalização da heterossexualidade. Identificamos, portanto, o estabelecimento de um público alvo a ser acolhido pela ICC: os dissidentes sexuais. A postagem *tem muitos homossexual aqui sem poder ir a igreja por falta de uma igreja aqui* reafirma o trabalho da ICC de propor um segmento protestante para incluir quem não é reconhecido por outras igrejas. Isto é: existem igrejas diversas, mas não uma que corresponda às necessidades de um grupo em particular. Na FDI, o sentido sobre ser igreja é produzido pela inclusão de rejeitados, como os dissidentes sexuais.

Logo, ao observarmos a FDI, percebemos o deslocamento no trajeto temático da negação à segmentação, no qual os discursos que incompatibilizam as diversidades e o protestantismo se rompem pelo acolhimento da alteridade. A defesa da proposta de inclusão, no entanto, não recorre às passagens da Bíblia (com exceção da postagem que comenta sobre a *acepção de pessoas*), mas, sim, nas referências ao amor de Deus. A citação direta da literatura bíblica ocorre apenas em uma postagem, o que sinaliza que os textos amplamente utilizados pelas demais igrejas contra as diversidades sexuais e de gênero não impedem o reconhecimento dessas subjetividades.

As avaliações emergentes da FDI reproduzem os *slogans* da ICC (*Sorria! Jesus te aceita!; Levando o amor de Deus sem preconceitos!*) como forma de legitimar os discursos pela identificação com o grupo. O trajeto temático da segmentação sinaliza a abertura de um espaço que privilegia a socialização de uma parcela outrora excluída da filiação religiosa. Ao contrário da FDE, na FDI a (homos)sexualidade é santificada (NATIVIDADE, 2010).

Por outro lado, e destoando da FDI, existe a FD assimilatória (FDA), que focaliza o fato de a ICC ser uma organização que reproduz características e práticas religiosas legitimadas pelo protestantismo, o que chamamos de suturas. Ou seja, a coerência produzida no interior dessa FD se ancora no fato de a ICC proporcionar experiências cristãs autênticas, fazendo emergir um efeito de verdade a partir de manifestações espirituais e transformadoras. Anteriormente, vimos que os trajetos temáticos em torno de *igreja inclusiva* se movimentaram entre a negação e a segmentação; agora, chegamos a mais um ponto desse percurso: a camuflagem.

No trajeto temático da camuflagem, a negação é esquecida, a divisão entre inclusão e exclusão é ignorada e o que se sustenta é a ideia de a ICC ser uma igreja protestante como qualquer outra denominação. Há um retorno ao espaço protestante, mas desconsiderando as críticas históricas a práticas e a identidades não heterossexuais. Chegamos a esse ponto ao observarmos a recorrência de dois temas: o acolhimento à vida comunitária, sem ressalvas quanto a rejeições anteriores, e as experiências espirituais que legitimam a presença do Sagrado na igreja.

Quanto ao tema do acolhimento, há um efeito de integração orgânica ao grupo, pois os sujeitos recebem *abraços e sorrisos*, são *acolhidos e se sentem motivados a voltar ao templo*, pois ninguém pode ficar de fora. Sobre as experiências sobrenaturais, destacamos que as postagens assumem um caráter testemunhal, cujo objetivo é declarar publicamente a experiência bem-sucedida com o Sagrado pela transformação na vida dos sujeitos. Em outras palavras, observamos a passagem de uma recomendação pontual para um testemunho de vida, que divide a experiência em antes e depois da ICC.

Contudo, a igreja não é mais designada como o lugar para quem não é aceito, rejeitando a divisão política entre o heterocentrismo e as diversidades sexuais, mas apenas como o lugar do Sagrado. As diversidades, então, são ofuscadas pelo aspecto religioso, produzindo um efeito de reconhecimento entre (tod)as denominações protestantes e se rendendo ao sujeito universal protestante. Como já dito, observamos, por exemplo, a referência explícita à ICC como uma igreja evangélica; ou seja, uma vez que o aspecto relacionado à inclusão é omitido na FDA, a ICC deixa de ser *anti/outra igreja*, produzindo o sentido de ser *mais uma igreja*.

A possibilidade de se camuflar garante a sobrevivência na natureza tanto pela proteção contra predadores quanto pela possibilidade de se alimentar de presas que estavam alheias a um perigo iminente. Com essa analogia, entendemos que, segundo a FDA, a filiação à ICC pode evitar perseguições e preconceitos, assim como garantir o intercâmbio de fiéis

entre as denominações, o que é comum entre as igrejas protestantes. Em uma das postagens, a denominação Assembleia (de Deus) e a ICC são tratadas (e, conseqüentemente, comparadas) como igrejas protestantes, com seus erros e acertos, o que apaga o elemento que as põe em rota de colisão.

Embora a menção direta à Bíblia ocorra apenas uma vez, outras postagens sinalizam que *a palavra de Deus* é pregada nos cultos. Essas referências indicam mais um aspecto de identificação com o sujeito universal protestante: a assimilação de práticas ritualísticas, como adoração, comunhão, testemunho de vida, chamado ministerial, salvação, batalha espiritual, cura, evangelização, entre outras.

Por fim, entendemos que, na FDA, a ICC deixa de ser compreendida como uma igreja inclusiva, posto que não sublinha questões relacionadas à inclusão, para ser apresentada apenas como mais uma igreja, como antecipado. Ser voltada a *todos*, no entanto, produz um efeito de apagamento quanto às diversidades sexuais e de gênero, que foram o estopim para a criação dessas igrejas, e um efeito de esvaziamento, dada a inespecificidade que marca o significativo *todos*.

Considerações Finais

Nosso gesto analítico nesta pesquisa assinalou a presença de três matrizes de sentido na seção de avaliações do *Facebook* da Igreja Cristã Contemporânea, a excludente, a inclusiva e a assimilatória. Após essa etapa, delineamos três trajetos temáticos, a saber, a negação, a inclusão e a camuflagem, que emergiram da produção de sentidos de cada formação discursiva.

Este estudo sinalizou a adaptabilidade do protestantismo brasileiro, que construiu discursos de modo a (cor)responder às necessidades da vida social contemporânea, tanto para as negar quanto para as incluir em suas liturgias. Fato é que esse grande braço do cristianismo nunca esteve alheio às transformações sociais e econômicas.

Quanto à inclusão das diversidades sexuais e de gênero no protestantismo, percebemos ainda forte influência de uma leitura bíblica que resiste ao reconhecimento de outros saberes, se calcando em uma compreensão binária da vida. Embora as igrejas já tenham reconhecido outros gestos de leitura acerca de questões socialmente sensíveis, há uma forte oposição às discussões sobre essas diversidades. A emergência das igrejas inclusivas sublinha, portanto, um importante movimento rumo à inclusão, mas ainda mantém forte alinhamento ao modelo protestante heterocêntrico.

Referências

ARNOLD, Lee. Troy Perry (1940-). In: BULLOUGH, Vern L. (org.). *Before Stonewall: Activists for Gay and Lesbian Rights in Historical Context*. London; New York: Routledge, 2002. p. 393-398.

BERKENBROCK, Volney J. *O mundo religioso*. Petrópolis: Vozes, 2019.

BULLOUGH, Vern L. (org.). *Before Stonewall: Activists for Gay and Lesbian Rights in Historical Context*. London; New York: Routledge, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FEITOSA, Alexandre. *Bíblia e homossexualidade: verdades e mitos*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020, p.377-393.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeito do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni. *Gestos de leitura: da história no discurso* (Org.). 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014 [1994], p. 169-1991.

HELMINIAK, Daniel. *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*. São Paulo: Summus, 1998.

MUSSKOPF, André. *Via(da)gens teológicas - Itinerários para uma teologia queer no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma homossexualidade santificada?: Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. *Religião & Sociedade*, v. 30, p. 90-121, 2010.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas (SP): Pontes; 2007.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014a [1969], p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014b [1975].

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014c [1983], p. 307-315.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. *Gestos de leitura: da história no discurso* (Org.). 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014d [1994], p. 57-67.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015 [1983].

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. In: ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP; Pontes Editores, 2015 [1991], p. 93-105.

O MANIFESTO DO FUTURISMO ITALIANO E O DISCURSO MIDIÁTICO NO JORNAL *LE FIGARO*

Iuri PAVAN (UFF)

Introdução

Um manifesto consiste, temos defendido, numa prática discursiva heterogênea nos seus meios de formulação e circulação: ora é um panfleto, ora figura dentro de periódicos, ora assume a forma de livro, ora é publicado em meio eletrônico, entre outros, a depender das condições de produção do discurso. Por outro lado, a imprensa periódica, em especial jornais e revistas, emergiu como o canal hegemônico, nos séculos XIX e XX, para essas obras, principalmente no caso de manifestos modernistas. Partindo desse entendimento, pretendemos enfocar, neste trabalho, o manifesto do Futurismo italiano, de Filippo Tommaso Marinetti, em sua primeira publicação: figurando na capa do jornal francês *Le Figaro* de 20 de fevereiro de 1909, foi o primeiro texto da edição do dia. Nosso objetivo é refletir sobre o funcionamento discursivo midiático de *Le Figaro* na publicização do discurso futurista e, consequentemente, sobre a circulação de manifestos via imprensa periódica.

O Simbolismo e o Futurismo no Discurso Midiático

Queremos começar o nosso gesto de leitura da publicação do manifesto do Futurismo italiano por meio da publicação do manifesto do Simbolismo, que trazemos como corpus-satélite para um batimento com o primeiro. A palavra “publicação” é chave aqui: esse é o foco da nossa análise, e não os manifestos em si.

O manifesto do Simbolismo, de Jean Moréas, foi publicado no suplemento literário do jornal francês *Le Figaro* em 18 de setembro de 1886, portanto agora nos deteremos numa reflexão sobre o funcionamento do discurso jornalístico. De acordo com Bethania Mariani (1998, p. 61), “o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro”, na medida em que (produz, para si, a imagem de que) mediatiza o mundo — a ilusão da informatividade. Para tal, a imprensa mascara o apagamento da interpretação jornalística — a determinação histórica e ideológica da enunciação —, o que “deixa” os fatos falarem por si sós, pois o tratamento linguístico-editorial que se dá a eles não é posto em evidência, apesar de materializado. Para Mariani (1998, p. 93):

[...] o texto final do discurso jornalístico congrega, simultaneamente, 1) o apagamento das posições enunciativas dos ‘sujeitos-jornalistas’; 2) posições enunciativas que se mostram ou se fundindo nas vozes específicas de determinados articulistas, cronistas e chargistas ou se delimitando no espaço editorial; resultando em 3) uma unificação majoritária do conjunto de vozes que interfere no resultado textual final.

Mas essa categoria, o discurso jornalístico, não nos parece suficiente para a nossa entrada de análise. Isso porque os manifestos em questão não constituem materialidades significantes desse discurso, ou seja, não são notícias, reportagens, artigos. O que não significa que, nos casos simbolista e futurista, não esteja em jogo um funcionamento propriamente jornalístico. Para avançarmos nessa leitura, recorreremos à reflexão de Silmara Dela Silva (2021, p. 50) sobre os efeitos de imbricação entre os discursos jornalístico e publicitário, “assumidos como práticas discursivo-midiáticas em nossa formação social”. Trata-se, assim, de um duplo funcionamento, por isso discurso midiático. É claro que, ao

falarmos das edições do *Le Figaro* em que foram publicados os manifestos, estamos falando da Paris do fim do século XIX e do início do século XX — são condições de produção diferentes das que Dela Silva (2021) considera na sua análise, embora sustentemos que os efeitos de imbricação podem ser observados nas condições com que trabalhamos.

Entremos, enfim, no primeiro dos nossos objetos (Figuras 1 e 2):

Primeiramente, é importante notar que se trata do suplemento literário do *Le Figaro*. O imaginário de um jornal é o de um produto midiático que dá a saber, ou discursiviza, os acontecimentos do dia ou da semana que podem e devem ser sabidos no interior da formação ideológica em que ele se inscreve, comportando as formações discursivas (FDs) das quais os sujeitos-jornalistas enunciam. Na nossa leitura, a multiplicidade de FDs é determinante para o efeito ideológico de imparcialidade do discurso jornalístico (que se materializa linguisticamente em dizeres como “ouvir os dois lados”, “diversidade de opiniões”, entre outros), desde que elas não se desidentifiquem com a FD dominante, que constitui a linha editorial do jornal.

Para refletirmos sobre o objeto discursivo suplemento, precisamos abordar o interlocutor do jornal. Dissemos que o jornal é um produto midiático que discursiviza *os acontecimentos do dia ou da semana*. Nessa formação imaginária, paráfrases a essa expressão são “cotidiano”, “dia a dia”, “assuntos gerais”, “assuntos de interesse geral” etc. O interlocutor — ou público leitor, nos discursos jornalístico e editorial — produzido no interior dessa formação imaginária, portanto, é o público geral, o grande público, a população. Uma vez que o suplemento consiste “numa resposta do jornal ou da revista a interesses do subconjunto de seus leitores, como é o caso de suplementos literários ou educacionais” (NEIVA, 2013, p. 526), o interlocutor produzido é um público segmentado. Nesse sentido, entendemos que o imaginário do suplemento é o de um subproduto de um produto midiático, logo inscrito na FD dominante deste, que discursiviza os acontecimentos que podem e devem ser sabidos por esse outro interlocutor. Ao mesmo tempo, isso quer dizer que o que circula no suplemento não é significado na FD dominante como noticiável ao grande público — como assunto geral.

Mas ainda é significado como noticiável. A própria designação “suplemento” — parafraseada como “caderno”, ao menos contemporaneamente — produz um efeito de sentido de completude: os suplementos supririam as faltas constitutivas do jornal, permitiriam ao jornal (a ilusão de) “falar de tudo”, ou “falar de todos os assuntos de interesse geral”. Em outras palavras, os suplementos permitiriam ao jornal, como uma instituição do aparelho ideológico de Estado da informação, “difundir, com as variantes convenientes ao respectivo público, os grandes temas da missa ideológica perpétua do Estado burguês, ou seja, os da *Ideologia de Estado*” (ALTHUSSER, 1999 [1995], p. 107, grifo do autor), bem como estabelecer a própria hegemonia na institucionalização social de sentidos (MARIANI, 1998).

Falando das práticas discursivo-editoriais do *Le Figaro*, queremos chamar a atenção para a disposição dos textos da edição: “O Simbolismo” é publicado na segunda e terceira páginas do suplemento, sendo o quarto de seis textos. Em primeiro lugar, visto que a capa é o espaço de maior evidência de um jornal, a disposição de textos nela produz um efeito de relevância, enquanto os textos das páginas internas são significados como menos relevantes, o que nos parece ser o caso do manifesto do Simbolismo. Em segundo lugar, a diagramação do *Le Figaro* causa uma leitura linear, que produz um efeito de ordenamento, reforçado pelo sumário na capa. Em outros termos, a diagramação, na maior parte das vezes, não usa hierarquia visual nem altera a colunagem para destacar um texto em relação aos outros. É verdade que cada título tem uma tipografia própria, mas o que predomina graficamente é a regularidade, que favorece o sentido de leitura ocidental (da esquerda para a direita). Tudo isso determina, no nosso entendimento, uma ordem de leitura e, por consequência, uma hierarquia editorial: os textos vão decrescendo em relevância até o fim da edição.

No espaço de publicação do manifesto, o texto de Jean Moréas é antecedido por uma mediação do sujeito-jornalista. Neste ponto, interessa-nos a noção de discurso sobre em Mariani (1998):

Consideramos o discurso jornalístico como uma modalidade de *discurso sobre*. Um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento — o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial — e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão.

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento [...]. (MARIANI, 1998, p. 60, grifos da autora).

Com isso, a mediação do sujeito-jornalista opera como discurso sobre e produz alguns efeitos de sentidos. Um deles é a significação, no título (“Um manifesto literário”), do discurso-origem como manifesto: de fato, podemos argumentar, com base na memória, que o texto funciona discursivamente como um manifesto, mas Moréas não usa essa designação — o título que dá é “O Simbolismo”. Trata-se, assim, da institucionalização, por parte do discurso jornalístico, de um sentido que vai entrar para a memória do discurso literário. Ainda, “literário” semantiza “manifesto”, deslizando-lhe o sentido. No momento histórico em questão, o sentido dominante do objeto discursivo manifesto era político, o que pode ter sido determinante para que Moréas não designasse o próprio texto como tal. Mas, como num jornal circulam várias FDs, entendemos que, através do discurso sobre, o sujeito-jornalista opera, em nome do efeito de didatismo, esse deslizamento da designação “manifesto” do discurso político para o discurso literário.

Para sustentarmos materialmente a nossa leitura, montamos o seguinte quadro de excertos do *Le Figaro* com o significante “manifesto”, a partir de consultas ao acervo digital Gallica, da Biblioteca Nacional da França. O recorte temporal toma o ano da Comuna de Paris como marco inicial e os quatro anos posteriores.

Quadro 1 — Significante “manifesto” no *Le Figaro* de 1871 a 1875

1871	16 de junho, página 3: “Temos hoje três manifestos republicanos, assinados, o primeiro, por 22 deputados da esquerda, que podem ser chamados, sem inconveniência, de radicais; o segundo, somente pelo sr. Quinet; o terceiro, por um grande número de deputados de opinião republicana moderada?” [No original: “Nous avons aujourd’hui trois manifestes républicains, signés le premier de vingt-deux députés de la gauche, qu’on peut sans inconvénient traiter de radicaux; le second, de M. Quinet seul; le troisième, d’un grand nombre de députés appartenant à l’opinion républicaine modérée?”] 29 de junho, página 3: “Um parisiense, como o sr. Gambetta, pode passar quatro meses em San Sebastián, mas continua sempre sendo parisiense; com um talento que demonstra sua perspicácia, o sr. Gambetta encontrou o único jornal que poderia apoiar sua candidatura sem se contradizer demais: foi no <i>La Vérité</i>, único jornal comunal que sobreviveu à Comuna, que circulou o pequeno manifesto eleitoral do sr. Gambetta.” [No original: “Un Parisien, comme M.
------	---

	Gambetta, a beau passer quatre mois à Saint-Sébastien, il reste toujours Parisien; avec um flair qui dénote sa perspicacité, M. Gambetta a trouvé le seul journal qui pût appuyer sa candidature sans trop se contredire: c’est dans la <i>Vérité</i> , le seul journal communautaire qui ait survécu à la Commune, qu’a passé le petit manifeste électoral de M. Gambetta.”]
1872	1^o de fevereiro, página 3: “Segundo diversos jornais, o manifesto do sr. conde de Chambord foi completamente inesperado; a <i>Gazette de France</i>, que o tomou emprestado do <i>Union</i>, afirma que só o recebeu ontem de manhã, e legitimistas muito notáveis não sabiam de sua existência.” [No original: “D’après plusieurs journaux, le manifeste de M. le comte de Chambord était complètement inattendu; la <i>Gazette de France</i> qui l’avait emprunté à l’<i>Union</i>, dit ne l’avoir reçu que hier matin, et des légitimistes très considérables n’en connaissaient pas l’existence.”] 12 de fevereiro, página 2: “A direita moderada, cujas reuniões são presididas pelo sr. Moulin, que se coloca a igual distância da centro-direita e da extrema-direita, acaba de escrever um manifesto muito importante, destinado a transmitir ao país os seus pontos de vista e as suas esperanças.” [No original: “La droite modérée, dont M. Moulin préside les réunions et qui se place à une égale distance du centre droit et de l’extrême droite, vient de rédiger un très-important manifeste, destiné à traduire devant le pays ses vues et ses espérances.”]
1873	5 de dezembro, página 1: “Os dissidentes da extrema-direita acabaram de lançar um manifesto, ou — se essa palavra tem uma solenidade que sua modéstia patriótica recusa — formular seu programa.” [No original: “Les dissidents de l’extrême droite viennent de lancer un manifeste, ou — si le mot a une solennité à laquelle se refuse leur modestie patriotique, — de formuler leur programme.”] 12 de dezembro, página 2: “Os partidários da Comuna que se refugiaram em Londres, sem dúvida com medo de que a memória de sua imbecilidade criminosa fosse apagada, lançaram um manifesto ‘ao povo de Paris e dos departamentos’. Esse manifesto, cujo texto o <i>La Patrie</i> publica, trata da prorrogação dos poderes do marechal.” [No original: “Les communards réfugiés à Londres, craignant sans doute que le souvenir de leur criminelle imbécillité ne s’effaçât, ont lancé un manifeste «au peuple de Paris et des départements». Ce manifeste, dont la <i>Patrie</i> publie le texte, s’occupe de la prorogation des pouvoirs du maréchal.”]
1874	9 de junho, página 2: “O manifesto da centro-esquerda ganhou as proporções de um acontecimento, e a alegria da esquerda beira até o cômico. Tem-se uma mania de tudo engrandecer, tirar de proporção: por que tanto êxtase, tantos elogios? Porque 108 deputados declararam que faríamos bem em proclamar a República.” [No original: “Le manifeste du Centre gauche a pris les proportions d’un événement et l’allégresse de la gauche touche même au comique. On a ainsi la manie de tout agrandir, de tout disproportionner: pourquoi tant

	d'extases, tant de compliments? Parce que cent huit députés ont déclaré qu'on ferait bien de proclamer la République.”] 6 de novembro, páginas 1 e 2: “Na segunda-feira, os presidentes e delegados de 42 consistórios se reuniram, informa D’Antin, na capela de Santo André; e, como afirmam representar 260 pastores e 350 mil protestantes, escreveram um manifesto aos ‘membros liberais das igrejas cristãs reformadas da França’.” [No original: “Lundi, les présidents et les délégués de 42 consistoires se sont réunis, cite d’Antin, dans la chapelle St-André; et, comme ils prétendent représenter 260 pasteurs et 350,000 protestants, ils ont rédigé um manifeste aux «membres libéraux des églises chrétiennes réformées de France.»”]
1875	25 de fevereiro, página 1: “Assegura-se que, imediatamente após a validação das leis orgânicas, os dirigentes das esquerdas da Assembleia publicarão um manifesto, tanto para explicar ao país republicano — aos velhos e novos estratos sociais — a dolorosa afronta de que foram obrigados a fazer o sufrágio universal, quanto para expor suas esperanças com base no estado de coisas que estamos prestes a desfrutar.” [No original: “On assure que, immédiatement après la validation des lois organiques, les chefs des gauches de l’Assemblée publieront um manifeste, tant pour expliquer au pays républicain — anciennes et nouvelles couches sociales — le douloureux affront qu’ils ont été obligés de faire au suffrage universel, que pour exposer leurs espérances fondées sur l’état de choses dont nous allons jouir.”] 1º de dezembro, página 2: “Diversos jornais comentaram o manifesto eleitoral do <i>Le Figaro</i>. Voltaremos em breve às discordâncias levantadas e aos pormenores, que, obviamente, terão que ser discutidos com muita atenção. Por hoje, contentamo-nos em indicá-los.” [No original: “Plusieurs journaux se sont occupés du manifeste électoral du <i>Figaro</i>. Nous reviendrons prochainement sur les objections qu’il soulève et les questions de détail qu’il faudra évidemment traiter de fort près. Pour aujourd’hui, nous nous contentons de les indiquer.”]

Fonte: elaboração própria.

Numa breve leitura desse quadro, identificamos FDs diferentes — que podemos chamar de eleitoral, partidária, jornalística, religiosa, entre outras —, mas significadas pelo político. Isso demonstra que o manifesto é, nessas condições de produção, materialidade significativa do discurso político.

Voltando ao nosso corpus-satélite, trazemos também para análise, como sequência discursiva, o discurso sobre o texto simbolista:

Sequência discursiva 1 (SD-1)
Já faz dois anos que a imprensa parisiense está muito atenta a uma escola de poetas e prosadores conhecidos como “decadentes”. O escritor de <i>Thé chez Miranda</i> (em colaboração com M. Paul Adam, autor de <i>Soi</i>), o poeta de <i>Syrtes</i> e <i>Cantilènes</i>, M. Jean Moréas, um dos mais proeminentes dos revolucionários das letras, formulou, a nosso pedido, para os leitores do suplemento, os princípios fundamentais da nova manifestação artística.

Aí se dá o processo de imbricação entre os discursos jornalístico e propagandista. Dizemos “propagandista” em vez de “publicitário”, como o faz Dela Silva (2021), por duas questões. Primeiro porque temos compreendido o manifesto como uma materialidade significativa do discurso propagandista, na medida em que ele publiciza uma tomada de posição numa luta ideológica (PÊCHEUX, 2015 [1979]). Segundo porque as práticas discursivas publicitárias materializam práticas comerciais, que podem, no nosso entendimento, se imbricar com o discurso propagandista, mas não constituem uma mesma discursividade.

Além da discursividade propagandista do manifesto, o efeito de imbricação também é produzido pela prática discursivo-editorial: os adjuntos “a nosso pedido, para os leitores do suplemento” marcam que se trata de um texto *encomendado*, no sentido de que o contexto imediato de circulação e o interlocutor do discurso-origem — e, consequentemente, a textualização — são condicionados pela demanda jornalística (a publicação num suplemento literário, por exemplo, nos parece determinante para que Moréas tenha incluído no manifesto um pequeno texto dramático autoral).

Ainda, essa prática marca a imparcialidade ilusória do discurso jornalístico, que é introduzida na materialidade linguística na forma do já-dito “Já faz dois anos que a imprensa parisiense está muito atenta a uma escola de poetas e prosadores conhecidos como ‘decadentes’”. Esse enunciado produz um efeito de evidência de que o interlocutor do suplemento já sabe da cobertura dos decadentes, que decorre, inclusive, de uma imagem de que esse interlocutor é leitor de vários jornais — não é somente o *Le Figaro* que tem estado atento à escola decadente, e sim toda a imprensa parisiense.

Por sua vez, o manifesto do Futurismo italiano, de Marinetti, foi publicado na capa da edição de 20 de fevereiro de 1909 do *Le Figaro* (Figura 3):

Gaston CALMETTE
Directeur-Gérant
RÉDACTION — ADMINISTRATION
10, rue Drouot, Paris (9^e Arr)
POUR LA PUBLICITÉ
D'ABONNEMENTS, 26, RUE DROUOT
A PARIS
ET POUR LES ANNONCES ET RÉCLAMES
Chez MM. LAGRANGE, CERF & Co
8, place de la Bourse

H. DE VILLEMESSANT
Fondateur

RÉDACTION — ADMINISTRATION
10, rue Drouot, Paris (9^e Arr)
TÉLÉPHONE: 101-102-103-104-105-106-107-108-109-110-111-112-113-114-115-116-117-118-119-120-121-122-123-124-125-126-127-128-129-130-131-132-133-134-135-136-137-138-139-140-141-142-143-144-145-146-147-148-149-150-151-152-153-154-155-156-157-158-159-160-161-162-163-164-165-166-167-168-169-170-171-172-173-174-175-176-177-178-179-180-181-182-183-184-185-186-187-188-189-190-191-192-193-194-195-196-197-198-199-200-201-202-203-204-205-206-207-208-209-210-211-212-213-214-215-216-217-218-219-220-221-222-223-224-225-226-227-228-229-230-231-232-233-234-235-236-237-238-239-240-241-242-243-244-245-246-247-248-249-250-251-252-253-254-255-256-257-258-259-260-261-262-263-264-265-266-267-268-269-270-271-272-273-274-275-276-277-278-279-280-281-282-283-284-285-286-287-288-289-290-291-292-293-294-295-296-297-298-299-300-301-302-303-304-305-306-307-308-309-310-311-312-313-314-315-316-317-318-319-320-321-322-323-324-325-326-327-328-329-330-331-332-333-334-335-336-337-338-339-340-341-342-343-344-345-346-347-348-349-350-351-352-353-354-355-356-357-358-359-360-361-362-363-364-365-366-367-368-369-370-371-372-373-374-375-376-377-378-379-380-381-382-383-384-385-386-387-388-389-390-391-392-393-394-395-396-397-398-399-400-401-402-403-404-405-406-407-408-409-410-411-412-413-414-415-416-417-418-419-420-421-422-423-424-425-426-427-428-429-430-431-432-433-434-435-436-437-438-439-440-441-442-443-444-445-446-447-448-449-450-451-452-453-454-455-456-457-458-459-460-461-462-463-464-465-466-467-468-469-470-471-472-473-474-475-476-477-478-479-480-481-482-483-484-485-486-487-488-489-490-491-492-493-494-495-496-497-498-499-500-501-502-503-504-505-506-507-508-509-510-511-512-513-514-515-516-517-518-519-520-521-522-523-524-525-526-527-528-529-530-531-532-533-534-535-536-537-538-539-540-541-542-543-544-545-546-547-548-549-550-551-552-553-554-555-556-557-558-559-560-561-562-563-564-565-566-567-568-569-570-571-572-573-574-575-576-577-578-579-580-581-582-583-584-585-586-587-588-589-590-591-592-593-594-595-596-597-598-599-600-601-602-603-604-605-606-607-608-609-610-611-612-613-614-615-616-617-618-619-620-621-622-623-624-625-626-627-628-629-630-631-632-633-634-635-636-637-638-639-640-641-642-643-644-645-646-647-648-649-650-651-652-653-654-655-656-657-658-659-660-661-662-663-664-665-666-667-668-669-670-671-672-673-674-675-676-677-678-679-680-681-682-683-684-685-686-687-688-689-690-691-692-693-694-695-696-697-698-699-700-701-702-703-704-705-706-707-708-709-710-711-712-713-714-715-716-717-718-719-720-721-722-723-724-725-726-727-728-729-730-731-732-733-734-735-736-737-738-739-740-741-742-743-744-745-746-747-748-749-750-751-752-753-754-755-756-757-758-759-760-761-762-763-764-765-766-767-768-769-770-771-772-773-774-775-776-777-778-779-780-781-782-783-784-785-786-787-788-789-790-791-792-793-794-795-796-797-798-799-800-801-802-803-804-805-806-807-808-809-810-811-812-813-814-815-816-817-818-819-820-821-822-823-824-825-826-827-828-829-830-831-832-833-834-835-836-837-838-839-840-841-842-843-844-845-846-847-848-849-850-851-852-853-854-855-856-857-858-859-860-861-862-863-864-865-866-867-868-869-870-871-872-873-874-875-876-877-878-879-880-881-882-883-884-885-886-887-888-889-890-891-892-893-894-895-896-897-898-899-900-901-902-903-904-905-906-907-908-909-910-911-912-913-914-915-916-917-918-919-920-921-922-923-924-925-926-927-928-929-930-931-932-933-934-935-936-937-938-939-940-941-942-943-944-945-946-947-948-949-950-951-952-953-954-955-956-957-958-959-960-961-962-963-964-965-966-967-968-969-970-971-972-973-974-975-976-977-978-979-980-981-982-983-984-985-986-987-988-989-990-991-992-993-994-995-996-997-998-999-1000-1001-1002-1003-1004-1005-1006-1007-1008-1009-1010-1011-1012-1013-1014-1015-1016-1017-1018-1019-1020-1021-1022-1023-1024-1025-1026-1027-1028-1029-1030-1031-1032-1033-1034-1035-1036-1037-1038-1039-1040-1041-1042-1043-1044-1045-1046-1047-1048-1049-1050-1051-1052-1053-1054-1055-1056-1057-1058-1059-1060-1061-1062-1063-1064-1065-1066-1067-1068-1069-1070-1071-1072-1073-1074-1075-1076-1077-1078-1079-1080-1081-1082-1083-1084-1085-1086-1087-1088-1089-1090-1091-1092-1093-1094-1095-1096-1097-1098-1099-1100-1101-1102-1103-1104-1105-1106-1107-1108-1109-1110-1111-1112-1113-1114-1115-1116-1117-1118-1119-1120-1121-1122-1123-1124-1125-1126-1127-1128-1129-1130-1131-1132-1133-1134-1135-1136-1137-1138-1139-1140-1141-1142-1143-1144-1145-1146-1147-1148-1149-1150-1151-1152-1153-1154-1155-1156-1157-1158-1159-1160-1161-1162-1163-1164-1165-1166-1167-1168-1169-1170-1171-1172-1173-1174-1175-1176-1177-1178-1179-1180-1181-1182-1183-1184-1185-1186-1187-1188-1189-1190-1191-1192-1193-1194-1195-1196-1197-1198-1199-1200-1201-1202-1203-1204-1205-1206-1207-1208-1209-1210-1211-1212-1213-1214-1215-1216-1217-1218-1219-1220-1221-1222-1223-1224-1225-1226-1227-1228-1229-1230-1231-1232-1233-1234-1235-1236-1237-1238-1239-1240-1241-1242-1243-1244-1245-1246-1247-1248-1249-1250-1251-1252-1253-1254-1255-1256-1257-1258-1259-1260-1261-1262-1263-1264-1265-1266-1267-1268-1269-1270-1271-1272-1273-1274-1275-1276-1277-1278-1279-1280-1281-1282-1283-1284-1285-1286-1287-1288-1289-1290-1291-1292-1293-1294-1295-1296-1297-1298-1299-1300-1301-1302-1303-1304-1305-1306-1307-1308-1309-1310-1311-1312-1313-1314-1315-1316-1317-1318-1319-1320-1321-1322-1323-1324-1325-1326-1327-1328-1329-1330-1331-1332-1333-1334-1335-1336-1337-1338-1339-1340-1341-1342-1343-1344-1345-1346-1347-1348-1349-1350-1351-1352-1353-1354-1355-1356-1357-1358-1359-1360-1361-1362-1363-1364-1365-1366-1367-1368-1369-1370-1371-1372-1373-1374-1375-1376-1377-1378-1379-1380-1381-1382-1383-1384-1385-1386-1387-1388-1389-1390-1391-1392-1393-1394-1395-1396-1397-1398-1399-1400-1401-1402-1403-1404-1405-1406-1407-1408-1409-1410-1411-1412-1413-1414-1415-1416-1417-1418-1419-1420-1421-1422-1423-1424-1425-1426-1427-1428-1429-1430-1431-1432-1433-1434-1435-1436-1437-1438-1439-1440-1441-1442-1443-1444-1445-1446-1447-1448-1449-1450-1451-1452-1453-1454-1455-1456-1457-1458-1459-1460-1461-1462-1463-1464-1465-1466-1467-1468-1469-1470-1471-1472-1473-1474-1475-1476-1477-1478-1479-1480-1481-1482-1483-1484-1485-1486-1487-1488-1489-1490-1491-1492-1493-1494-1495-1496-1497-1498-1499-1500-1501-1502-1503-1504-1505-1506-1507-1508-1509-1510-1511-1512-1513-1514-1515-1516-1517-1518-1519-1520-1521-1522-1523-1524-1525-1526-1527-1528-1529-1530-1531-1532-1533-1534-1535-1536-1537-1538-1539-1540-1541-1542-1543-1544-1545-1546-1547-1548-1549-1550-1551-1552-1553-1554-1555-1556-1557-1558-1559-1560-1561-1562-1563-1564-1565-1566-1567-1568-1569-1570-1571-1572-1573-1574-1575-1576-1577-1578-1579-1580-1581-1582-1583-1584-1585-1586-1587-1588-1589-1590-1591-1592-1593-1594-1595-1596-1597-1598-1599-1600-1601-1602-1603-1604-1605-1606-1607-1608-1609-1610-1611-1612-1613-1614-1615-1616-1617-1618-1619-1620-1621-1622-1623-1624-1625-1626-1627-1628-1629-1630-1631-1632-1633-1634-1635-1636-1637-1638-1639-1640-1641-1642-1643-1644-1645-1646-1647-1648-1649-1650-1651-1652-1653-1654-1655-1656-1657-1658-1659-1660-1661-1662-1663-1664-1665-1666-1667-1668-1669-1670-1671-1672-1673-1674-1675-1676-1677-1678-1679-1680-1681-1682-1683-1684-1685-1686-1687-1688-1689-1690-1691-1692-1693-1694-1695-1696-1697-1698-1699-1700-1701-1702-1703-1704-1705-1706-1707-1708-1709-1710-1711-1712-1713-1714-1715-1716-1717-1718-1719-1720-1721-1722-1723-1724-1725-1726-1727-1728-1729-1730-1731-1732-1733-1734-1735-1736-1737-1738-1739-1740-1741-1742-1743-1744-1745-1746-1747-1748-1749-1750-1751-1752-1753-1754-1755-1756-1757-1758-1759-1760-1761-1762-1763-1764-1765-1766-1767-1768-1769-1770-1771-1772-1773-1774-1775-1776-1777-1778-1779-1780-1781-1782-1783-1784-1785-1786-1787-1788-1789-1790-1791-1792-1793-1794-1795-1796-1797-1798-1799-1800-1801-1802-1803-1804-1805-1806-1807-1808-1809-1810-1811-1812-1813-1814-1815-1816-1817-1818-1819-1820-1821-1822-1823-1824-1825-1826-1827-1828-1829-1830-1831-1832-1833-1834-1835-1836-1837-1838-1839-1840-1841-1842-1843-1844-1845-1846-1847-1848-1849-1850-1851-1852-1853-1854-1855-1856-1857-1858-1859-1860-1861-1862-1863-1864-1865-1866-1867-1868-1869-1870-1871-1872-1873-1874-1875-1876-1877-1878-1879-1880-1881-1882-1883-1884-1885-1886-1887-1888-1889-1890-1891-1892-1893-1894-1895-1896-1897-1898-1899-1900-1901-1902-1903-1904-1905-1906-1907-1908-1909-1910-1911-1912-1913-1914-1915-1916-1917-1918-1919-1920-1921-1922-1923-1924-1925-1926-1927-1928-1929-1930-1931-1932-1933-1934-1935-1936-1937-1938-1939-1940-1941-1942-1943-1944-1945-1946-1947-1948-1949-1950-1951-1952-1953-1954-1955-1956-1957-1958-1959-1960-1961-1962-1963-1964-1965-1966-1967-1968-1969-1970-1971-1972-1973-1974-1975-1976-1977-1978-1979-1980-1981-1982-1983-1984-1985-1986-1987-1988-1989-1990-1991-1992-1993-1994-1995-1996-1997-1998-1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006-2007-2008-2009-2010-2011-2012-2013-2014-2015-2016-2017-2018-2019-2020-2021-2022-2023-2024-2025-2026-2027-2028-2029-2030-2031-2032-2033-2034-2035-2036-2037-2038-2039-2040-2041-2042-2043-2044-2045-2046-2047-2048-2049-2050-2051-2052-2053-2054-2055-2056-2057-2058-2059-2060-2061-2062-2063-2064-2065-2066-2067-2068-2069-2070-2071-2072-2073-2074-2075-2076-2077-2078-2079-2080-2081-2082-2083-2084-2085-2086-2087-2088-2089-2090-2091-2092-2093-2094-2095-2096-2097-2098-2099-2100-2101-2102-2103-2104-2105-2106-2107-2108-2109-2110-2111-2112-2113-2114-2115-2116-2117-2118-2119-2120-2121-2122-2123-2124-2125-2126-2127-2128-2129-2130-2131-2132-2133-2134-2135-2136-2137-2138-2139-2140-2141-2142-2143-2144-2145-2146-2147-2148-2149-2150-2151-2152-2153-2154-2155-2156-2157-2158-2159-2160-2161-2162-2163-2164-2165-2166-2167-2168-2169-2170-2171-2172-2173-2174-2175-2176-2177-2178-2179-2180-2181-2182-2183-2184-2185-2186-2187-2188-2189-2190-2191-2192-2193-2194-2195-2196-2197-2198-2199-2200-2201-2202-2203-2204-2205-2206-2207-2208-2209-2210-2211-2212-2213-2214-2215-2216-2217-2218-2219-2220-2221-2222-2223-2224-2225-2226-2227-2228-2229-2230-2231-2232-2233-2234-2235-2236-2237-2238-2239-2240-2241-2242-2243-2244-2245-2246-2247-2248-2249-2250-2251-2252-2253-2254-2255-2256-2257-2258-2259-2260-2261-2262-2263-2264-2265-2266-2267-2268-2269-2270-2271-2272-2273-2274-2275-2276-2277-2278-2279-2280-2281-2282-2283-2284-2285-2286-2287-2288-2289-2290-2291-2292-2293-2294-2295-2296-2297-2298-2299-2300-2301-2302-2303-2304-2305-2306-2307-2308-2309-2310-2311-2312-2313-2314-2315-2316-2317-2318-2319-2320-2321-2322-2323-2324-2325-2326-2327-2328-2329-2330-2331-2332-2333-2334-2335-2336-2337-2338-2339-2340-2341-2342-2343-2344-2345-2346-2347-2348-2349-2350-2351-2352-2353-2354-2355-2356-2357-2358-2359-2360-2361-2362-2363-2364-2365-2366-2367-2368-2369-2370-2371-2372-2373-2374-2375-2376-2377-2378-2379-2380-2381-2382-2383-2384-2385-2386-2387-2388-2389-2390-2391-2392-2393-2394-2395-2396-2397-2398-2399-2400-2401-2402-2403-2404-2405-2406-2407-2408-2409-2410-2411-2412-2413-2414-2415-2416-2417-2418-2419-2420-2421-2422-2423-2424-2425-2426-2427-2428-2429-2430-2431-2432-2433-2434-2435-2436-2437-2438-2439-2440-2441-2442-2443-2444-2445-2446-2447-2448-2449-2450-2451-2452-2453-2454-2455-2456-2457-2458-2459-2460-2461-2462-2463-2464-2465-2466-2467-2468-2469-2470-2471-2472-2473-2474-2475-2476-2477-2478-2479-2480-2481-2482-2483-2484-2485-2486-2487-2488-2489-2490-2491-2492-2493-2494-2495-2496-2497-2498-2499-2500-2501-2502-2503-2504-2505-2506-2507-2508-2509-2510-2511-2512-2513-2514-2515-2516-2517-2518-2519-2520-2521-2522-2523-2524-2525-2526-2527-2528-2529-2530-2531-2532-2533-2534-2535-2536-2537-2538-2539-2540-2541-2542-2543-2544-2545-2546-2547-2548-2549-2550-2551-2552-2553-2554-2555-2556-2557-2558-2559-2560-2561-2562-2563-2564-2565-2566-2567-2568-2569-2570-2571-2572-2573-2574-2575-2576-2577-2578-2579-2580-2581-2582-2583-2584-2585-2586-2587-2588-2589-2590-2591-2592-2593-2594-2595-2596-2597-2598-2599-2600-2601-2602-2603-2604-2605-2606-2607-2608-2609-2610-2611-2612-2613-2614-2615-2616-2617-2618-2619-2620-2621-2622-2623-2624-2625-2626-2627-2628-2629-2630-2631-2632-2633-2634-2635-2636-2637-2638-2639-2640-2641-2642-2643-2644-2645-2646-2647-2648-2649-2650-2651-2652-2653-2654-2655-265

Diferentemente do caso simbolista, o manifesto de Marinetti não só foi publicado no caderno geral do jornal, o que o insere na ordem dos assuntos de interesse geral, como foi o primeiríssimo texto da edição. Uma vez que os efeitos de regularidade gráfica e, conseqüentemente, hierarquia editorial permanecem, entendemos que se trata do texto de maior relevância do dia.

O espaço de publicação do manifesto começa pelo título “O Futurismo”, que é seguido por uma nota editorial do *Le Figaro* em apresentação ao manifesto e, depois, pelo texto de Marinetti. Num batimento com o nosso corpus-satélite, identificamos efeitos de sentidos diferentes: (i) ao se referir ao texto simbolista com o título “Um manifesto literário”, o *Le Figaro* põe em evidência a forma, na medida em que “manifesto” é o núcleo do sintagma que compõe o título; já, (ii) ao se referir ao texto futurista com o título “O Futurismo”, põe em evidência o conteúdo.

Na sequência, chamamos atenção à nota editorial, traduzida ao português por Gilberto Mendonça Teles (2009 [1973]):

Sequência discursiva 2 (SD-2)
O Sr. Marinetti, o jovem poeta italiano e francês de talento notável e arrebatado, que retumbantes manifestações fizeram conhecido em todos os países latinos, seguido de uma plêiade de discípulos entusiastas, acaba de fundar a Escola do “Futurismo”, cujas teorias ultrapassam em audácia todas as das escolas anteriores ou contemporâneas. <i>Le Figaro</i> , que já serviu de tribuna a vários dentre eles, e não os menores, oferece hoje a seus leitores o Manifesto dos “Futuristas”. É necessário dizer que deixamos ao signatário toda a responsabilidade de suas ideias singularmente audaciosas e de um exagero frequentemente injusto para com as coisas eminentemente respeitáveis e, felizmente, por todos respeitadas? Mas era interessante reservar a nossos leitores o primor desta manifestação, qualquer que seja o julgamento que ela comporte.

A nota funciona discursivamente como o que conhecemos, na atualidade, pelo nome de aviso legal. Em termos analíticos, consiste numa materialidade significativa do discurso sobre caracterizada pela produção do efeito ideológico de imputabilidade do discurso-origem. Pela sustentação jurídica da forma-sujeito-histórica, a posição-sujeito jornalista, que opera por meio do imaginário da informação, é revestida pelos efeitos de responsabilidade e imputabilidade associadas à liberdade do sujeito (PÊCHEUX, 2014 [1975]). Ao veicular uma informação que pode lhe imputar negativamente, portanto, o sujeito-jornalista atribui ao discurso-origem tais efeitos: “É necessário dizer que deixamos ao signatário toda a responsabilidade de suas ideias”. Fazendo isso, o *Le Figaro* torna o manifesto do Futurismo noticiável.

Na superfície linguística, é importante notar que o léxico do discurso sobre não é literário. O único significativo que produz essa evidência é “poeta”, que significa o autor, e não o objeto de sua autoria. Retomando o nosso batimento, no discurso sobre o texto simbolista, o sentido dominante é literário: “poetas”, “prosadores”, “escritor”, “autor”, “poeta”, “letras”, “manifestação artística”. Assim, a nossa leitura é de que o manifesto futurista só foi publicado no caderno geral do *Le Figaro* — e não no suplemento literário, ou mesmo não publicado, caso o suplemento não circulasse mais — porque o que predomina discursivamente nele não é literário, embora esse sentido esteja materializado. Talvez seja justamente essa “falta de literariedade” que determine a antecipação do texto por um aviso legal.

Considerações Finais

Portanto, se o *Le Figaro* significou o texto simbolista como literário, não podemos afirmar o mesmo do texto futurista. E, uma vez que o discurso jornalístico contribui para a construção de uma memória do futuro, a prática discursivo-editorial de publicação do manifesto do Futurismo italiano nos diz que há algo ali de outra ordem — que, anos mais tarde, se identificaria com o fascismo.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999 [1995].
- DELA SILVA, S. Efeitos de imbricação em discursos da/na mídia. *Triade*, Sorocaba, v. 9, n. 22, p. 47-63, dez. 2021.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- NEIVA, E. Suplemento. In: NEIVA, E. *Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia*. São Paulo: Publifolha, 2013. p. 526.
- PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? [1979]. In: PÊCHEUX, M. *Análise de discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 73-92.
- PÊCHEUX, M. O marxismo-leninismo transforma a relação entre a forma-sujeito do discurso e a prática política. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1975]. p. 183-196.
- TELES, G. M. *Vanguarda europeia & Modernismo brasileiro*. 19. ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes, 2009 [1973].

ANÁLISE DE DISCURSO E AUDIODESCRIÇÃO PARA SUJEITOS CEGOS: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Ana Paula Lima SANTOS (UFRJ/UERJ)

Introdução

As tecnologias da informação continuam avançando na sociedade contemporânea e atreladas a elas, caminham a questão da acessibilidade e da inclusão social. O apelo visual, que compõe majoritariamente as informações diárias veiculadas pelos meios de comunicação no Brasil e no mundo, indica a necessidade de se questionar os paradigmas existentes, considerando as demandas da atualidade.

A influência do ambiente online na sociedade contemporânea tem aumentado exponencialmente, numa proporção que indica a predominância desse ambiente no cotidiano dos sujeitos, principalmente em relação ao marketing digital.

Segundo dados da pesquisa Global Digital Report de 2022, estima-se que, atualmente, mais de 4,95 bilhões de pessoas no mundo inteiro estabelecem conexões diárias com o universo virtual, contando com um número também na casa dos bilhões de pessoas ativas no ambiente online no Brasil (KEMP, 2022).

O cenário favorece o setor empresarial, no sentido de investimento de transmissão de conteúdo e informações na captação de mercado consumidor, focando nos usuários em massa das redes sociais, através de plataformas, responsáveis por esse compartilhamento em tempo real.

Assim, a publicidade assume certa centralidade na formulação de discursividades que tendem a buscar estabelecer outra relação com o público consumidor na sociedade capitalista. Desta forma, inclui-se um outro sujeito, que é produzido nessas relações estabelecidas pela publicidade: o sujeito-cego-consumidor.

Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os cidadãos com deficiência visual representavam 3,2% da população brasileira, número considerável de consumidores que são produzidos pelo e para o mercado audiovisual, que atenta a formas diferenciadas de interpelar esse sujeito.

O presente artigo visa contribuir para a promoção de reflexões acerca da publicidade na sociedade de consumo e os sujeitos cegos consumidores usuários do recurso da Audiodescrição, na tentativa de depreender novos deslizamentos de sentido em relação à “deficiência”.

1. Análise de Discurso e Produção de Sentidos

De acordo com o pensamento de Malididier (1997), a emergência da Análise do Discurso ocorre duplamente na França, “(...) em torno de dois pólos simbolizados pelos nomes de J. Dubois e M. Pêcheux” (MALDIDIER, 1997, p. 16).

Na contramão das ideias dominantes, eles partilham as mesmas evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social. (...) O projeto da AD nasce dentro desse contexto. Limitando-nos estreitamente ao que um e outro dizem, o elo entre a expansão da linguística e a possibilidade de uma disciplina de análise do discurso é explícito. (...) Desse modo, marxismo e linguística presidem o nascimento da AD na conjuntura teórica, bem determinada, da França dos anos 1968-70. (MALDIDIER, 1997, p. 17-18)

O livro “Análise Automática do Discurso”, publicado em 1969 é considerado um marco na fundação da Análise de Discurso a partir dos aspectos trabalhados por Pêcheux, “fundador da escola francesa de Análise de Discurso que teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem” (ORLANDI, 2005, p. 10).

A Análise de Discurso (AD) não se refere ao estudo de estruturas linguísticas ou ao sistema interno de signos e regras formais de uma língua, mas considera o discurso seu objeto de estudo, enviesando-se por suas características peculiares, ainda que todo o conjunto linguístico lhe seja útil. Etimologicamente, derivada do latim *discursus*, a palavra possui ideia de movimento, de percurso, prática de linguagem. É através dessa prática que o homem produz sentido ao significar e ao significar-se, na discursividade.

Desta forma, a AD percebe a linguagem enquanto constitutiva e intercessora entre o homem e a realidade em que vive, ou seja, no trabalho simbólico humano. A teoria considera, assim, os processos e as condições de produção de sentido produzidos na materialidade linguística: quem fala, por que fala, para quem fala, como fala, quando fala, nas relações existentes entre a linguagem e sua exterioridade.

Na AD, articulam-se conhecimentos do campo das Ciências Sociais e da Linguística com a finalidade de associar Língua e História na constituição dos sentidos produzidos. No conflito entre o político e o simbólico,

(...) essa nova forma de conhecimento coloca questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam (ORLANDI, 2020, p. 14).

Dessa convergência, resulta a materialidade específica da ideologia, o discurso, objeto sócio-histórico, no qual o linguístico interfere enquanto pressuposto. Assim, os aspectos linguísticos não são trabalhados a partir de uma lógica reducionista, mas a partir de uma forma material inscrita na história para significar, já que produtora de sentidos. “Essa inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história é que é a discursividade” (ORLANDI, 2020, p. 44).

Na concepção da AD, a percepção de discurso afasta-se da simples transmissão de informação, como habitualmente se denota a partir de uma ideia recorrente de comunicação. No funcionamento da linguagem, ocorre um processo de significação que estabelece uma conexão entre sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, o que evidencia a impossibilidade de se encarar uma prática discursiva de forma reducionista, como um mero processo de decodificação de códigos emitidos numa mensagem.

Nas palavras de Orlandi (2020, p. 20), “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores”.

Assim, a Análise do Discurso é assumidamente crítica em relação à questão da apreensão dos sentidos, balizando-se na busca das relações entre o sujeito e os sentidos, a língua e a história. Nessa ótica, não cabe deixar de aludir que toda leitura necessita de um artefato teórico para que dela se procedam gestos de interpretação (ORLANDI, 2007).

Torna-se imprescindível salientar a importância que a Análise de Discurso de materialista ocupa neste estudo, ao permitir o investimento no olhar sobre o sujeito cego numa sociedade de cultura visual.

2. Discursividade sobre Deficiência – Algumas Considerações

Ao pensar nas condições de produção de certa discursividade sobre Deficiência, podemos dizer se tratar de um fenômeno construído socialmente, particular de cada povo, cada cultura, por meio de relações sociais estabelecidas, a época e, ainda, a ordem política e econômica de cada sociedade. Cabe frisar que as condições de produção, segundo Orlandi (2020),

compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. (...) podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se a considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico ideológico (ORLANDI, 2020, p. 28 e 29).

As significações de Deficiência como incapacidade e limitação do sujeito, durante um longo período, deslocaram para um modelo social mais abrangente somente a partir do século XX. Em outras palavras, há uma historicidade que indica a permanência da discursividade médica, mas também a emergência de outra, a social. Usavam-se termos como *inválidos*, *incapacitados*, *defeituosos*, *doentes*, entre outros, para se referir às *pessoas com deficiência* (PcD).

Estes termos eram utilizados com frequência até a década de 80. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época (SASSAKI, 2003, p. 160).

De acordo com a Análise de Discurso, sujeitos e sentidos constituem-se na determinação histórica. Esta assume nas diferentes formas sociais, uma forma material distinta, produzida entre o possível e o historicamente determinado.

É isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados *ad eternum*, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. É porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém. Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são (ORLANDI, 2007, s.p.).

Devido à historicidade, vários enunciados passaram a ser considerados incorretos em determinado momento e substituídos por outros, o que nos leva a concluir que nenhum termo pode ser considerado completamente válido a qualquer tempo em qualquer condição de produção, pois seus sentidos não são fixos e estão sempre suscetíveis a serem outros.

(...) O sentido (de uma palavra, uma expressão ou uma proposição) se constitui em cada formação discursiva (não havendo um sentido que lhe seja ‘próprio’, vinculado a sua literalidade), nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 2014, p. 147 -148).

Sujeitos e sentidos não são estáveis, mas instáveis, incompletos, fluidos. Vão se instituindo historicamente na relação com a materialidade significativa, numa tensão entre mundo e linguagem, submetidos às condições de produção e à memória discursiva. A esse respeito, destaca-se que “o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições. A deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras” (ORLANDI, 2020, p. 51).

Orlandi assevera que os sentidos estão sempre tocando o possível, o diferente, o novo. Provocam efeitos nos sujeitos, entre a repetição e a diferença, num espaço gerido pela “simbolização das relações de poder” (ORLANDI, 2020, p. 36).

Evidencia-se, desta forma, que não há um sentido único realizável, mas uma construção simbólica inscrita em formações discursivas dadas, “que representam no discurso as injunções ideológicas” (ORLANDI, 2020, p. 51). As tensões entre o simbólico com o real e o imaginário propiciam um processo de significação aberto à outras inúmeras possibilidades de sentidos, interligados às condições de produção do discurso, além de submetidos à língua e à história.

Na contemporaneidade, diversos grupos com direitos diferenciados tiveram suas especificidades inseridas em termos de direitos sociais e materiais. Enunciados como “incluir”, “aceitar”, “integrar” e “tolerar” circulam na grande web, nos meios de comunicação em massa, nas redes sociais etc., atravessados pela globalização e o neoliberalismo, num embate diário entre a cultura da padronização e a homogeneização, em detrimento à diversidade.

Desta forma, no discurso, o que significa são as posições em relação ao contexto sócio-histórico e à memória discursiva. Nessa relação discursiva,

as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica (ORLANDI, 2020, p. 38).

Pode-se dizer que a busca por uma *normalidade*, se mantém viva, nos discursos sobre a diversidade, camuflada no direito à igualdade. Distingue-se, assim, a relevância das condições de produção nas relações de sentidos, nos efeitos produzidos entre os sujeitos e seus interlocutores, além das relações de força que se sustentam a partir do poder dos locais sociais desses sujeitos.

Torna-se fundamental, desta forma, retomar o momento de pandemia ocasionada pelo novo coronavírus em escala mundial e sua discursividade.

Durante o período de isolamento imposto à população pela urgência em deter a propagação do vírus Sars-coV-2, o desequilíbrio dos cenários político e econômico agrava-se, o que produz um impacto relevante no mercado comercial, demandando dele novos subterfúgios em direção à ampliação do mercado consumidor.

Investimentos na transmissão de conteúdo e informações no ambiente online, passam a focar nos usuários em massa das redes sociais. Simultaneamente, a necessidade de cumprimento do disposto no decreto nº 5.296/04, provoca a aceleração da disponibilização de conteúdo acessível nos serviços de comunicação audiovisual.

Assim, a publicidade assume certa centralidade na formulação de discursividades sobre deficiência e inclusão social, estabelecendo relações com os sujeitos consumidores na sociedade capitalista, tópico que será desenvolvido na próxima seção.

3. Pandemia da Covid-19 e Sujeitos Consumidores

A hodiernidade atravessa um período em que o consumismo se evidencia como um elemento central, levando alguns estudiosos a considerarem a sociedade atual como uma sociedade de consumo. Bauman (2001, p. 7) compreende esse período como uma modernidade líquida e veloz.

O autor discute as transformações atuais utilizando a metáfora da modernidade “líquida” como forma de ilustrar a circunstância dessas mudanças, vistas por ele como fluidas, adaptáveis, vulneráveis. Para o sociólogo,

Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. (...) não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por um momento” (BAUMAN, 2001, p. 7).

Logo, é possível depreender que os sujeitos estão submetidos ao momento sócio-histórico dessa forma de sociedade, afetados pela fugacidade, pela língua e influenciados pelo capitalismo. A massificação da cultura de consumo é fortalecida através das mídias, numa velocidade e dimensão particulares da evolução tecnológica, a qual imprimiu novos paradigmas na sociedade, assim como novos processos de interação e comunicação.

Os sentidos são, destarte, determinados no interior das formações discursivas nas quais se inscrevem, pelos posicionamentos ideológicos em exercício “no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2020, p. 40).

Assim, observa-se que o período pandêmico suscitou muitas incertezas, desafiando o mercado a acompanhar as variáveis de comportamento do sujeito consumidor. Segundo afirma Santos, “(...) a pandemia enquanto acontecimento discursivo, trouxe novos desafios, impelindo as marcas a repensarem estratégias, com o intuito de se adaptarem às novas contingências, caracterizadas, maioritariamente, pela incognoscibilidade do futuro” (SANTOS, 2021, p. 4).

Consequentemente, o mercado competitivo virtual cresceu nas plataformas digitais, reflexo de uma sociedade tecnológica e consumista que estava fadada ao confinamento. Manifestaram-se novos padrões de processos comunicacionais e a consequente demanda por mais estímulos, criatividade e humanização.

A partir da web 2.0, diversas marcas passam a ocupar diferentes espaços virtuais em maior escala, oferecendo diferentes oportunidades de consumo, valendo-se da cibercultura e da possibilidade de comunicação integrada disponível na rede.

Desta maneira, o sujeito-cego-consumidor passa a integrar o novo rol de possíveis consumidores no mercado, ou melhor, assume a posição sujeito cego-consumidor, possibilitada pela tecnologia assistiva da Audiodescrição.

4. Audiodescrição – Materialidade Discursiva Significante

No intuito de compreender as redes de sentido às quais os sujeitos se filiam na trama discursiva produzida a partir da materialidade da Audiodescrição para sujeitos cegos, este estudo se apoia nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, que a compreende como prática de linguagem, acontecimento. “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2020, p. 13).

Desta maneira, a linguagem visual constitui-se produzindo efeitos de sentido, pois também é o lugar da falha, do equívoco, do apagamento. Ao serem veiculadas socialmente a partir de condições de produção dadas, as imagens que aparecem para o espectador durante um comercial publicitário estabelecem uma relação discursiva com a memória.

Como aponta Lagazzi, trata-se de “(...) analisarmos as diferentes materialidades significantes uma no entremeio da outra” (LAGAZZI, 2011, p. 402). Evidencia-se, portanto,

a necessidade de considerar as particularidades das diversas materialidades na composição visual compreendidas num filme, neste caso, o publicitário.

Especificamente, em relação à materialidade imagética, retomamos a noção de intericonicidade, ou seja, “a relação entre imagens externas, mas também entre imagens internas, as imagens da lembrança, as imagens de rememoração, as imagens das impressões visuais armazenadas pelo indivíduo” (COURTINE, 2011, p. 160).

A materialidade da imagem produz sentidos articulados com o domínio da memória discursiva sob a perspectiva da intericonicidade, que segundo Courtine (2011, p. 160), é “(...) a relação entre imagens externas, mas também entre imagens internas, as imagens da lembrança, as imagens de rememoração, as imagens das impressões visuais armazenadas pelo indivíduo”.

Toda imagem se assenta em uma cultura visual e detém uma característica histórica possível de ser recobrada pelos sujeitos, sobretudo no contexto midiático de uma sociedade alicerçada num contexto de frequente competitividade.

O sujeito consumidor que enxerga, ao assistir a um filme publicitário, lança mão de um arquivo mental de imagens gerais, relacionadas a seu contexto sócio-histórico, imagens coletivas que transitam, repercutem e compõem discursos, possibilitando o surgimento de novas imagens pela atuação do interdiscurso.

De maneira semelhante, é o que acontece com o sujeito cego consumidor, mesmo que este não tenha qualquer experiência imagética visual, pois a imagem armazenada pelo sujeito pode ser simplesmente imaginada.

As imagens são produções interiores e exteriores a nós e que nossas vidas estão recheadas de imagens de todos os lados, tanto em nossos entornos quanto dentro de nós, ou seja, qualquer imagem ou paisagem mental que é por nós (re)criada, imaginada ou sonhada. Há, assim, um laço inseparável entre as imagens exteriores e as imagens interiores que são percebidas pelo nosso olhar, pelo nosso corpo, que olha para fora e para dentro de si. (MILANEZ, 2015, p. 201)

Para ter acesso ao conteúdo imagético produzido nos diferentes domínios do mundo globalizado, os sujeitos cegos passam a lançar mão do recurso da Audiodescrição.

Segundo Motta e Romeu Filho, a Audiodescrição é

um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual (...), por meio de informação sonora. É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. (MOTTA; FILHO, 2010, p. 7)

Na perspectiva assumida pelos autores citados, a Audiodescrição buscaria atuar como facilitadora da integração entre todos, a partir do momento em que contribui para a produção simbólica de um contexto, se tornando uma materialidade importante para que o sujeito cego apreenda os signos visuais e as relações semânticas estabelecidas em determinadas formações discursivas.

Os sujeitos cegos, ocupam, assim, uma posição face a um enunciado imagético, além de serem marcados por uma história de imagens produzidas e imaginadas, ao mesmo tempo em que se debruçam em selecionar e excluir enunciados em meio à resistência, às memórias sociais e coletivas.

Desta forma, é possível compreender a Audiodescrição enquanto um acontecimento discursivo.

Considerações Finais

Buscou-se, neste artigo, aproximar conceitos da Análise do Discurso materialista com base nas reflexões de Pêcheux (2014) e Orlandi (2020), tais como as condições de produção e o conceito de discurso, à Audiodescrição. Além disso, procurou-se refletir sobre essa modalidade de tradução enquanto materialidade discursiva significativa a partir do pensamento de Courtine (2011) sobre imagem e memória discursiva.

Essa rede interdiscursiva pode ser compreendida como uma projeção imaginária do lugar social ocupado pelo sujeito cego consumidor, provocando um deslizamento de sentido de “deficiência” como “incapacidade” para “capacidade de consumo”.

É possível depreender, portanto, que não há qualquer possibilidade de se controlar os sentidos produzidos na língua em uso, pois estão sempre em movimento. Ademais, destaca-se que os discursos produzidos estarão sempre atravessados por uma memória discursiva, atribuindo-lhes sentidos produzidos na relação do histórico com o simbólico.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência 2012. Brasília, SDH-PR/ SNPD, 2012. 32 p. Disponível para download em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido-original-eleitoral.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- BRASIL. Decreto 5.296/2004. Regulamenta as Leis nos 10.048/2000 e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 02 jan. 2020.
- COURTINE, Jean-Jacques. “Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário”. Tradução de Carlos Piovezani. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. (Org.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos, SP: Claraluz, 2011. p.145-162.
- KEMP, Simon. Digital 2022: Brazil. Datareportal, 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- KEMP, Simon. Digital 2022: Global Overview Report. Datareportal, 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. *Linguagem em (Dis)curso*, vol.11, n.º 3, Tubarão, Set./ Dez. 2011. p. 497 – 574. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/issue/view/72. Acesso em: 26 out., 2021.
- MALDIDIER, D. “Elementos para uma história da análise do discurso na França”. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 17-30.

MILANEZ, N. Intericonicidade: da repetição de imagens à repetição dos discursos de imagens. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 37, n. 2, p. 197-206, 28 jul. 2015.

MOTTA, Livia Maria V.; ROMEU FILHO, Paulo. (orgs.): *Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. Disponível para download em: <http://www.vercompalavras.com.br/livro>

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, Eni P. A questão do Assujeitamento: um caso de determinação histórica. *Com Ciência Revista eletrônica de jornalismo científico do Labjor*. [S.l.]. 10 de jul. de 2007. ISSN: 1519 7654. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>. Acesso em: 07/08/2021.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

SANTOS, Cristina. *A pandemia e a publicidade: pistas para futuras reflexões*. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cp.12119> . Acesso em: 16 abr. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Mídia e Deficiência*. Veet Vivarta (org.), Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165.

O PORTUGUÊS, O “PRETUGUÊS” E O ENSINO DE LÍNGUA NO BRASIL: UMA PROPOSTA DE ATIVIDADES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Janara Puchulate de MORAES (UERJ-FFP)

Andréa RODRIGUES (UERJ-FFP)

Introdução

Esse trabalho apresenta a proposta de elaboração de um caderno de atividades a ser disponibilizado para professores da educação básica, e que se inspira no debate em torno do termo “pretuguês”, proposto por Lélia Gonzalez (2020), com o principal objetivo de promover, em sala de aula, práticas de oralidade, leitura e escrita sobre a língua portuguesa como língua de colonização no Brasil.

Esta pesquisa está inserida no contexto de produção de dissertação para o Mestrado Profissional em Letras, PROFLETRAS, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Cabe observar que desde a pandemia, esse Programa de Pós-Graduação, que faz parte de uma rede nacional, apresentou como possibilidade de trabalho final a apresentação, com fundamentação teórica e metodológica, de um trabalho propositivo que pudesse ser destacado da dissertação e colocado em prática por outros professores além do autor/mestrando. Assim, nossa proposta é criar um caderno de atividades que dialogue com um professor imaginário, que pode se apropriar das práticas propostas e levá-las para a sua sala de aula da educação básica, em qualquer região do nosso país.

Na versão do professor, o material irá trazer caixas de diálogo com o professor/leitor do caderno, em que estão inseridas sugestões e comentários sobre as atividades apresentadas. Com textos que consideramos acessíveis e propostas de atividades pensadas para a faixa etária de alunos que estejam cursando no mínimo o nono ano do Ensino Fundamental, as práticas de linguagem propostas pretendem trazer à tona, ao debater sobre os possíveis sentidos do “pretuguês”, questões como os processos de identificação/ não identificação de brasileiros com a língua portuguesa; o preconceito e o autopreconceito linguístico (MARIANI, 2016) decorrentes das condições de produção no uso e no ensino dessa língua.

A pesquisa tem como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso materialista (PÊCHEUX, 1969; 1975; ORLANDI, 1998), e mobiliza principalmente as noções de práticas de leitura e de escrita nessa abordagem (ORLANDI, 1988; INDURSKY, 2001; 2009) e a História das Ideias Linguísticas (ORLANDI, 1996; 2001; 2002; 2009; AUROUX, 2009), para pensar de que modo podem ser criados instrumentos linguísticos para o ensino de língua portuguesa no Brasil que dialoguem com a questão da língua de colonização. Nossa inspiração parte do extenso trabalho de Mariani (2018) sobre a colonização linguística, em que a autora observa como o uso de diferentes línguas não é levado em conta em grande parte dos discursos sobre a colonização. Inspiradas também no mote apresentado no resumo do Grupo de Trabalho História das Ideias linguístico-gramaticais no/do Brasil: passado, presente e futuro – “sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber”, destacamos que um ensino de língua que traga para a sala de aula o debate sobre questões como a colonização, o racismo e a língua pode trazer contribuições para uma educação linguística antirracista.

1. O Português e o “Pretuguês”: uma Abordagem Discursiva

O ponto de partida para a proposta das atividades vem da possibilidade de se destacar a divergência entre o nome do nosso país (Brasil) e o nome oficial de sua língua (língua portuguesa), ou seja, a língua oficial do Brasil é efeito da colonização que se deu durante alguns séculos em nosso território, e esse processo pode – e deve – ser desnaturalizado quando pensamos no ensino dessa língua.

Nosso caderno busca trazer textos e propostas de debates que possam promover um conjunto de reflexões com alunos da educação básica sobre o que é uma língua de colonização, e sobre como, nesse embate, outras línguas, de outros povos, podem acabar sendo silenciadas. Lembramos, assim, que esse processo de colonização tem relação com questões sobre a língua que precisam ser trazidas à tona para as práticas de ensino de língua.

Desse modo, as atividades propostas no caderno pretendem provocar esses debates, inserir professores e alunos no debate sobre a língua do/no Brasil. Até que ponto a designação “língua portuguesa” pode provocar a sensação de permanência da colonização e das mazelas que a acompanharam? Até que ponto essa mesma designação pode provocar um afastamento, uma não identificação do falante/aluno com essa língua?

Nosso texto se constrói a partir do ano em que comemoramos duzentos anos de Brasil independente e é muito pertinente discutirmos aqui esse processo de formação da identidade nacional. Desde a independência, o debate em torno da língua usada no Brasil foi intenso, como observa Orlandi (2001):

O século XIX, no Brasil, é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. (ORLANDI, 2001, p. 8).

As ideias descritas na citação acima são reforçadas por Orlandi (2009) ao retomar em outra obra o debate sobre “a materialidade da nossa língua e a materialidade da história em que essa língua se inscreve” (ORLANDI, 2009, p. 9). Ou seja, o debate histórico em torno da escolha da língua falada no Brasil independente é extremamente relevante. Tal debate envolveu também a escolha do nome dado à língua e o esforço para normatizar o uso dessa língua.

Esse último movimento permaneceu para além do momento da independência e até mesmo para além do momento do Brasil Império, como vemos no texto “Notícias de duas pesquisas: ideias linguísticas e governo JK” das autoras Bethania Mariani e Vanise Gomes de Medeiros (2007). Nesse texto, percebemos o interesse dos intelectuais de conhecer e normatizar a língua falada no Brasil, incluindo aqui o uso dos instrumentos linguísticos.

Pensando em todo esse movimento em torno da língua nacional desde nossa independência é importante ressaltar que ao se criar e ao se pensar no que seria a cultura nacional, buscou-se deixar de fora traços de influências indígena e africana. E é a partir dessa ideia de exclusão que a autora Lélia Gonzalez (GONZALES, 2020) propõe o termo “pretuguês”, para pontuar que a língua portuguesa falada no Brasil difere da de Portugal. Entre outras razões, essa diferença se dá pela influência das centenas de línguas africanas que acompanharam pessoas nascidas na África que foram sequestradas, escravizadas e trazidas para o Brasil para trabalhar sob um regime da mais completa e complexa exploração.

O tratamento que africanos e africanas receberam no Brasil passou por um processo de reificação, “mas ainda que um ser humano olhe para outro e veja um objeto, aquele que é

olhado como coisa continua sendo humano e continua possuindo cultura” (MORAES, 2021, p. 329). Dessa forma, a cultura brasileira se formou também a partir da herança africana e por uma questão histórica e também legal (BRASIL, 2003), esses assuntos precisam ser trabalhados em sala de aula.

Quando olhamos para o passado brasileiro - ou nas palavras de Lélia Gonzalez: “Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão” (GONZALEZ, 2020, p. 81) - e levamos em consideração os diferentes volumes populacionais comparando pessoas brancas e pretas, percebemos que é difícil não imaginar uma contribuição das línguas africanas na formação da língua usada no Brasil. Sobre isso, Castro nos informa que:

A densidade populacional estimada entre quatro a cinco milhões de africanos transplantados para substituir o trabalho escravo ameríndio no Brasil originou, durante três séculos seguidos, um contingente de negros e afro-descendentes superior ao número de portugueses e outros europeus, de acordo com as informações históricas disponíveis e a estimativas demográficas de época, a exemplo do censo de 1823, que apontava 75% de negros e mestiços no total da população brasileira. (CASTRO, 2014, p.4).

Ao continuar sua explanação sobre a presença de africanos e de afrodescendentes na formação do Brasil, Castro (2014) indica a influência dessas pessoas no cotidiano das pessoas brancas que exerciam papel de donos e donas dos escravizados e das escravizadas. É nesse ponto que vemos a figura da mãe preta. Essa imagem é retomada por Gonzalez (2020). Tal autora demonstra que essa mulher preta, que criava os filhos e as filhas daquelas que eram suas donas, dava para as crianças que criava o seu amor ao mesmo tempo em que dava uma “rasteira na raça dominante” (GONZALEZ, 2020, p. 87), na cultura que a submetia à escravidão. Cestari, Chaves e Baldini (2021) analisam a afirmação de Gonzalez sobre a “rasteira na raça dominante” (GONZALEZ, 2020, p. 87) e assim como Gonzalez demonstram que é a dita mãe preta que vai introduzindo na língua da elite a língua que Gonzalez chama de “pretuguês”.

Tanto Gonzalez como os três autores citados que analisam sua obra demonstram como a figura da mulher preta que cuida das crianças brancas não é vista como ameaça pelas classes dominantes. Mas essas mulheres possuem um papel crucial numa virada cultural que introduz no pensamento branco hegemônico o uso de elementos culturais pretos vistos como subalternos.

Ter na figura feminina preta o papel de transformadora cultural é extremamente simbólico, pois, ao longo de sua obra, Gonzalez (2020) demonstra como a mulher preta sofre uma dupla tentativa de desmerecimento já que é preta e mulher. E se tomarmos uma questão de classe, podemos ainda levar em consideração que muitas mulheres pretas eram e são pertencentes às classes mais baixas economicamente falando.

Ao apresentar um caderno de atividades que pode ser usado em sala de aula abordando os temas de que tratamos até aqui, buscamos inserir essa produção no contexto dos instrumentos linguísticos. Esse termo aponta para a ideia de produtos que refletem a língua como dicionários e gramáticas. Nosso produto também é apresentado pensando essa reflexão, só que a trazendo para um contexto que escape do eurocentrismo que tantas vezes ronda os instrumentos linguísticos, quando muitos deles consideram a nossa língua apenas a partir da influência portuguesa. Nosso texto se propõe na construção de um saber metalinguístico usando a própria língua para pensar sobre ela e busca se inserir na ideia de “rasteira” (GONZALEZ, 2020, p. 87) quando se propõe a ser usado nas aulas de língua

portuguesa – vista como continuidade da colonização – para debater o saber herdado do colonizador.

As atividades que propomos aqui buscam levar os alunos a refletir sobre como a Língua Portuguesa do Brasil se constitui não apenas a partir da língua portuguesa europeia, mas também a partir de línguas indígenas e africanas, embora nosso foco seja a influência africana presente em nosso idioma.

2. Proposta de Caderno de Atividades

A seguir, apresentaremos exemplos de atividades que estamos inserindo em nosso caderno – algumas estão sendo também usadas em sala de aula por uma das autoras, como forma de refletir sobre as práticas propostas. Pela limitação do espaço, apresentaremos essa proposta de caderno voltada para discentes, lembrando, contudo, que a versão final do material irá também apresentar uma versão docente com diálogo com possíveis professores e professoras.

Caderno Discente

PARTE I – SONDAGEM INICIAL

Olá, estudante,

Apresentamos a seguir algumas questões para pensar o nome oficial de nossa língua e outros nomes que essa língua poderia ter; mas, para começar, tente responder nossa primeira pergunta:

I – Você conhece o nome oficial da língua falada no Brasil?

II – Se você respondeu língua portuguesa, você acertou. Legalmente, língua portuguesa é o nome da língua oficial no nosso país, mas, muitas vezes, a chamamos apenas de português. Pensando nesses adjetivos (português, portuguesa), percebemos que eles nos lembram o nome de um país, qual país seria esse?

III – O nome do nosso país é Brasil, mas os adjetivos que se referem à nossa língua nos lembram o nome de outro país, Portugal. Você sabe qual foi o processo histórico que criou o Brasil e o levou a usar a língua de Portugal?

IV – Colonização é o processo pelo qual um país toma posse de um território que estava além do que ele possuía. Durante um processo de colonização, o país colonizador usufrui das riquezas naturais da área colonizada e costuma impor a ela sua cultura, incluindo sua língua. O povo português ocupou a região do Brasil durante alguns séculos, mas outros povos já estavam aqui e outros ainda foram trazidos para cá pelos portugueses. Cite os nomes desses povos que também estiveram presentes na formação do Brasil:

V – Os povos originários viviam no território que hoje se chama Brasil há milhares de anos antes da chegada dos portugueses. Alguns povos africanos foram trazidos para o Brasil como trabalhadores escravizados durante os primeiros séculos após o momento em que os portugueses chegaram aqui. Tanto povos indígenas quanto africanos colaboraram para que a língua portuguesa falada aqui se diferenciasse da língua portuguesa falada em Portugal. Para lembrar a importância das centenas de línguas africanas que estiveram nesse processo, Lélia

Gonzalez cunhou o termo “pretuguês”. O que você acha dessa palavra? Como você acha que Lélia Gonzalez chegou à construção dessa palavra?

VI – Quando uma pessoa fala algo ou produz conhecimento, sua produção costuma ter relação com tudo que viveu e estudou ao longo da vida. Lélia Gonzalez foi uma mulher preta, nascida em Minas Gerais, que se mudou para o Rio de Janeiro ainda bem nova junto com sua família. A partir de sua experiência de vida, Lélia Gonzalez voltou sua pesquisa acadêmica para os temas da negritude e estudou como as pessoas pretas são discriminadas, observando esse fenômeno no mundo do trabalho e até mesmo na linguagem. Você conhece ou já ouviu falar de outros intelectuais pretos que também reflitam sobre os temas da negritude? Quem são?

VII – A lei 10.639 (BRASIL, 2003) institui o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas. Você considera que falar sobre a ideia de “pretuguês” se insira na determinação dessa lei? Por quê?

IX – Agora, que já conversamos um pouco sobre a nossa língua e a ideia de Lélia Gonzalez sobre “pretuguês”, chegou a sua vez de produzir. Separe uma folha e escreva um pequeno texto sobre sua relação com a língua portuguesa do Brasil. Escreva como você se sente em relação ao nome da nossa língua. Escreva também se antes de fazer as questões acima você já havia pensado nas influências de línguas indígenas e africanas que a língua portuguesa usada no Brasil recebeu e comente o termo criado por Lélia Gonzalez. Entregue seu texto para seu professor ou sua professora e, seguindo orientações, procure debater com seus colegas o que você escreveu.

PARTE II – CONHECENDO MAIS SOBRE O “PRETUGUÊS”

Olá, estudante,

Você aprendeu na seção anterior que a lei 10.639 nos leva a estudar a influência da cultura africana na formação do nosso país e que Lélia Gonzalez criou o termo “pretuguês” para tratar da influência da cultura e das línguas africanas em nossa língua e nossa cultura. Agora, vamos ler um parágrafo de Lélia Gonzalez que está em seu texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Nesse texto, Gonzalez aborda o modo como a cultura brasileira se formou recebendo influências africanas e como isso se deu desde os tempos em que ainda se praticava escravidão no Brasil.

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira, como diz Caio Prado Jr. Essa criança, esse *infans*, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura... (GONZALEZ, 2020, p. 88)

I – Vamos conversar sobre esse trecho de Lélia Gonzalez? No parágrafo que lemos, ela fala sobre “pretuguês” e mostra como as línguas africanas foram se misturando à língua portuguesa e formando a língua que usamos no Brasil. Lélia Gonzalez nos mostra que muitas crianças no Brasil colonial e imperial foram criadas por mulheres pretas escravizadas e que

mesmo após o fim da escravidão muitas mulheres pretas continuaram atuando como babás ou empregadas domésticas. A autora mostra que esse processo colaborou para a formação do que ela chama de “pretuguês”. Em relação ao vocabulário, vamos testar os seus conhecimentos e marcar com um X as palavras que você considera que possuem origem africana?

- | | | | |
|-----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| ☐ mulher | ☐ árvore | ☐ caçula | ☐ casa |
| ☐ quilombo | ☐ baobá | ☐ samba | ☐ oca |

III – Quilombo, baobá, caçula, samba, bunda, cafofo, cochilar, cafuné. Todas essas palavras possuem origem em uma das cerca de duzentas línguas africanas que foram trazidas junto com os africanos e com as africanas escravizados. Mas não foi só no vocabulário que podemos perceber as influências africanas na língua portuguesa do Brasil. A estrutura que costumamos usar de dupla negação, como quando dizemos “Não é isso não.” Apesar de tantas influências, a herança africana nem sempre é debatida na escola. Comente como você interpreta a ausência do debate da herança africana na escola e cite uma ação que poderia acontecer para aumentar esse debate:

IV – Ao usarmos palavras de origem africana para nomearmos coisas no Brasil, não apenas demonstramos a influência das línguas africanas na língua portuguesa do Brasil, mas também em nossa maneira de viver; pois, geralmente, nomeamos as coisas que fazem parte da nossa realidade. Vamos pensar um pouco sobre essa influência na música e na dança. Escreva abaixo os nomes de manifestações artísticas da música e da dança que você imagina que receberam influência africana:

V – O samba e o axé são ritmos musicais brasileiros que surgiram a partir da influência africana, essa influência não é vista apenas nos nomes dos ritmos, mas também em como as músicas são tocadas. Existem também no Brasil religiões que surgiram aqui e que receberam influência africana, você conhece o nome de alguma dessas religiões?

VI – O candomblé e a umbanda são as religiões de matriz africana mais conhecidas no Brasil. Essas religiões e outras como elas, além de guardar costumes africanos, também guardam muito do vocabulário das línguas africanas, criando uma espécie de língua que só os iniciados das religiões conseguem compreender. Você já teve a experiências de criar palavras com seus amigos ou modificar o sentido de expressões de maneira que só vocês compreendam o sentido. Faça um comentário se já tiver vivido essa experiência:

VII – A pesquisadora Y. Pessoa de Castro pesquisa as questões linguísticas que envolvem algumas das religiões de matriz africana no Brasil. Para nomear toda a influência africana em nossa vida, essa pesquisadora chama cada uma dessas influências de africanias. Você conhece alguma africana além das já citadas aqui? Comente a sua resposta:

Considerações Finais

Ao propor o termo “pretuguês”, Gonzalez (2020) toma uma posição em defesa da ancestralidade africana que se manifesta na cultura brasileira de inúmeras formas.

Ao inseri-lo no nosso caderno de atividades, como destacamos no início, pretendemos promover um ensino que suscite reflexões sobre a língua, a história, a colonização do nosso país. Embora o material ainda esteja em fase de elaboração e reformulações, podemos afirmar desde já o que ele pretende ser: um instrumento linguístico que ajude a formar alunos críticos, e que inspire outras práticas de ensino e também a criação de outros instrumentos linguísticos, por outros professores da educação básica – autores em potencial de um ensino de língua mais democrático e antirracista.

Um caderno de atividades com práticas de linguagem que provoquem reflexões sobre a língua portuguesa como língua de colonização e sobre a designação “pretuguês” proposta por Lélia Gonzalez poderá contribuir para formar alunos que irão refletir sobre a língua no contexto social brasileiro.

Referências

BALDINI, L. J.S.; CHAVES, T. V.; CESTARI, M. J.. O Pretuguês, a língua materna e os discursos fundadores da brasilidade. In: ZOPPI-FONTANA, M.; BIZIAK, J.S. (Org.) *Mulheres em Discurso: lugares de enunciação e corpos em disputa* – V. 3. Campinas, SP: Pontes, 2021.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A influência das línguas africanas no português brasileiro*. Secretaria Municipal da Educação, Prefeitura de Salvador, 2014. Disponível em <http://smec.salvador.ba.gov.br>. Acesso em 04 de agosto de 2021

GONZALES, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S.B. (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.

INDURSKY, F. A escrita à luz da Análise do Discurso. In: CORTINA, A.; NASSER, S. M. G da C. (Orgs.). *Sujeito e linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MARIANI, B. O político, o institucional e o pedagógico: Quanto vale a língua que ensinamos? *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 28, 2016.

MARIANI, B.. *Colonização lingüística e outros escritos*. New York: Peter Lang, 2018.

MORAES, J. P. de. Regime de historicidade iorubá apresentado na trilogia Deuses de dois mundos. In: TOSTES, E.G.; FREITAS, J.M.; SOUZA, M.A.C. *Anais Eletrônicos da XXXVII Semana de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas do tempo*. Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2010/02/Anais-Semana-de-Hist>. Acesso em 03 de maio de 2022.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1988.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

ORLANDI, E. P. *História das Ideias Linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. *Língua Brasileira e Outros Escritos: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

O *ETHOS* DE D. ISAURA: POLÍTICA, GÊNERO E RAÇA NAS TIRAS DE JUNIÃO

Maria Thárgilla Larissa Silva (UERN)
Verônica Palmira Salme de Aragão (UERN)

Em um contexto em que o racismo é, cada vez mais, evidenciado e o feminicídio ganha proporções assustadoras¹, insurgem vozes que, até então, eram invisibilizadas. O confronto a essas formas de opressão tem possibilitado a expressão de mulheres e homens pretos, capazes de se posicionar e reivindicar mudanças, fazendo ecoar formas de resistência e lutas contra esses sistemas. Nesse sentido, o objetivo maior, deste trabalho, consiste em estabelecer um diálogo interseccional entre gênero, raça e feminismo negro, mais especificamente no que se refere ao *ethos* de Dona Isaura, vó preta, e chefe de família no Brasil atual. Para tanto, selecionamos um *corpus* de três tiras, intituladas “Dona Isaura”, homônimo da personagem protagonista, uma senhora negra de meia idade, de autoria do ilustrador e cartunista Junião.

Buscamos, com essa escolha, compreender o *ethos* da D. Isaura, que, inserida em uma sociedade racista e sexista, apresenta-se, nas tiras, como uma mulher forte e persistente, demonstrando um posicionamento crítico frente à dura realidade brasileira². A partir de nosso enfoque sobre essa mulher negra, estabelecemos um diálogo com os estudos do feminismo negro, sobretudo, com o conceito de interseccionalidade³, investigando sua importância para a descrição da imagem da D. Isaura.

Nosso aporte teórico está pautado, ainda, na Análise Semiociológica do discurso, proposta por Charaudeau, de acordo com o qual o ato de linguagem é protagonizado por sujeitos, identificáveis no circuito interno da linguagem, mas também no circuito externo. Nesta pesquisa, interessa o conceito de *ethé*, também de acordo com o teórico, classificada quanto à *credibilidade* e à *identificação*, as quais englobam distintos *ethos* na análise do discurso político.

Em termos metodológicos, a pesquisa é descritiva-interpretativa e qualitativa, voltando-se para a análise das tiras, cada uma composta por dois quadrinhos. Com isso, consideramos os elementos que compõem as linguagens verbal e não-verbal, destacando os elementos linguístico-discursivos responsáveis pela construção dos sentidos. A interpretação das informações obtidas é considerada, tendo em vista as categorias de interseccionalidade e *ethos*.

No tópico, a seguir, intitulado “A análise semiociológica do discurso” será apresentada um pouco da teoria e a proposta de classificação dos *ethé*. Na sequência, o tópico “D. Isaura: a sábia vó-preta” discorre um pouco sobre a mulher e a avó e conceitos caros ao feminismo negro, como interseccionalidade, representatividade e empoderamento e nossa análise é feita no tópico intitulado “Metodologia”.

¹ O Brasil ocupa a 5ª posição no ranking de feminicídio (<https://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/o-que-e-a-violencia-domestica-e-o-feminicidio>)

² De acordo com González (2011, p. 13), alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neo-colonialista da realidade.

³ Conforme Akotirene (2019, p. 73), o termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, após a Conferência Mundial de Durban para explicar a “forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”.

1. A Análise Semi linguística do Discurso

A teoria é interdisciplinar, porque, além dos elementos linguísticos e discursivos, são considerados os aspectos psicossociais dos sujeitos que enunciam um ato de linguagem. De acordo com Charaudeau (2008, p. 124):

A finalidade do ato de linguagem não deve ser buscada apenas em sua configuração verbal, mas, no jogo, que um dado sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito. Tal jogo depende da relação dos protagonistas entre si e da relação dos mesmos com as circunstâncias.

Assim, o reconhecimento das marcas linguísticas possibilita a interpretação dos sentidos, a partir da sua relação com o contexto situacional e os papéis exercidos pelos sujeitos da linguagem, tendo em vista uma finalidade. Portanto, para a compreensão dessa “intencionalidade” depende da apreensão dos papéis sociais desses sujeitos. Dessa forma, “quando definimos as circunstâncias de discurso, vimos que o ato de linguagem, como evento de produção ou de interpretação, depende dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 44).

São esses saberes que possibilitam organizar o *ethos* em duas grandes categorias, denominadas: ***ethé de identificação*** e ***credibilidade***. Charaudeau (2008, 118) explica que “os primeiros são fundados em um discurso da razão e os segundos, em um discurso do afeto. Embora essas propostas refiram-se aos discursos construídos por sujeitos políticos, objetivamos avaliar, na personagem D. Isaura, sua natureza “crível”, relativa à sua credibilidade, e seu “suporte de identificação, porque para aderir às suas ideias é preciso aderir à sua pessoa” (CHARAUDEAU, 2008, p. 118).

A escolha pela análise do *ethos* da D. Isaura deve-se ao objetivo de se reconhecer a imagem da personagem em consonância com os diferentes sujeitos implicados no ato de linguagem. Charaudeau (2008, p. 137) afirma que

toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente., portador de uma imagem ideal de referência. No discurso político, as figuras do *ethos* são voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. É assim com os *ethé* de credibilidade, e também com os de identificação, cujas imagens, dessa vez, são extraídas do afeto social: o cidadão, mediante um processo de identificação irracional, funda sua identidade na do político.

Dessa forma, o conceito de *ethos* contribui para o presente estudo por possibilitar a apreensão da imagem da D. Isaura, e dos valores de referência, reconhecíveis no seu ato de linguagem (ou de seu autor Junião). Chararaudeau (2008) propõe a classificação do *ethos* em duas grandes categorias, conforme já mencionado, e a seguir apresentamos o Quadro I, com a sua proposta de classificação:

Quadro I: Classificação dos *Ethé*

<i>Ethé</i> de identificação	<i>Ethé</i> de credibilidade
<i>Ethos</i> de potência (energia física)	<i>Ethos</i> de sério
<i>Ethos</i> de caráter (vituperação, provocação, polêmica, coragem e moderação)	<i>Ethos</i> de virtude (honestidade e lealdade)
<i>Ethos</i> de inteligência (admiração e respeito, astúcia e malícia)	<i>Ethos</i> de competência
<i>Ethos</i> de humanidade (sentimento, confissão, intimidade)	
<i>Ethos</i> de chefe	
<i>Ethos</i> de solidariedade	

Fonte: Adaptação de Charaudeau (2008)

Não é possível descrever todas as categorias, neste breve artigo, contudo, essas categorias relativas às imagens, originalmente atribuídas a sujeitos políticos, servirão de reflexão para a compreensão da personagem D. Isaura, visando ao reconhecimento dos *ethé* e, respectivos, *ethos*, perceptíveis em sua imagem. Para isso, é importante abordar um pouco das perspectivas teóricas, advindas dos Feminismos negros, fundamentalmente, por intelectuais brasileiras, como González (2011), Berth (2019) e Akotirene (2019), as quais apontam debates importantes sobre interseccionalidade, representatividade e empoderamento.

2. D. Isaura: a Sábia Vó-Preta

D. Isaura é uma senhora de meia idade, avó, negra, feminista e politizada. A personagem evoca o arquétipo da mulher sábia, descrito por Estés (2007, p. 10), na obra *Ciranda das Mulheres sábias* como:

Falar da imagem profunda da grande avó como um dos principais aspectos do arquétipo da mulher sábia não é falar de alguma idade cronológica ou de algum estágio na vida das mulheres. A *grande* perspicácia, a *grande* capacidade de premonição, a *grande* paz, expansividade, sensualidade, a *grande* criatividade, argúcia e coragem para o aprendizado, ou seja, *ser sábia* não chega de repente perfeitamente formada e se amolda como uma capa sobre os ombros de uma mulher de determinada idade.

D. Isaura é sábia, sobretudo, quando educa os seus netos, posicionando-se contra o racismo, o machismo e as diversas formas de opressão. Estés (2011, p. 12) invoca a mitologia para descrever a grande avó: “representante do arquétipo maior da mulher sábia, tem uma tarefa crucial que é intimidante, ousada, desafiadora e alegre. A tarefa crucial da grande mãe é simplesmente a seguinte, e nada além disto: viver a vida plenamente”. Essa é a

personalidade da D. Isaura, que educa seus netos de maneira crítica, questionando e se posicionando contra todas as formas de opressão.

Portanto, como afirma Estés (2007, p. 19), sua alma, como a de uma mulher “é mais velha que o temo, e seu espírito é eternamente jovem ... sendo que a união desses dois compõe o “ser jovem enquanto velha e velha enquanto jovem”(grifos da autora). Em diversas tiras, D. Isaura aparece como uma mulher à frente de seu tempo, quando utiliza o seu computador para ler e se informar, quando apresenta o seu namorado, mas não são casados, sendo, pois, uma mulher livre e resolvida. Portanto, concepções feministas são importantes para compreender a personagem, como a que destaca González (2011, p. 13):

Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou todo um debate público em que surgiu a tematização de questões totalmente novas - sexualidade, violência, direitos reprodutivos, etc. – que se revelaram articulados as relações tradicionais de dominação/submissão

A autora escreve sobre a mãe-preta e questiona a romantização do legado de amor transmitido pela “bá”. A babá revela-se importante para a sociedade brasileira por ser responsável pela difusão de influências africanas para as crianças. González explica que (1984, p.235): “Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas”. D. Isaura não reproduz o pensamento europeu ou colonizador, pelo contrário, posiciona-se, criticamente, positivando elementos do universo feminino e negro.

Sendo assim, o Feminismo Negro e os movimentos de mulheres negras resgataram conceitos importantes, como a representatividade⁴, interseccionalidade⁵ e empoderamento⁶ que têm impactado a sociedade, e possibilitado ações de combate ao sexismo e ao racismo. Representações, sempre apoiadas, nas noções de interseccionalidade e empoderamento, são destacadas, visibilizando existências que até então não encontravam espaços na mídia e espaços institucionais, como é o caso de Djamila Ribeiro e Majur, dentre muitas outras, em diversos setores da sociedade.

Essas personalidades exercem um papel importante em termos de representatividade e empoderamento, assim como personagens fictícias. Mafalda, de Quino, conquistou leitores com sua visão crítica do capitalismo e sexismo. D. Isaura é um exemplo importante de representatividade, pois, põe em prática o que defende Berth (2019, p. 124): “precisamos nos ver de forma positiva, literalmente, pois essas imagens vão ressignificar o imaginário que será abalado e simultaneamente reconstruído”. É o que pretendemos mostrar, a seguir, na análise das tiras de Junião.

⁴ Conforme Berth (2019, p. 124), “precisamos nos ver de forma positiva, literalmente, pois essas imagens vão ressignificar o imaginário que será abalado e simultaneamente reconstruído”.

⁵ Leonel *apud* Akotirene (2019, p. 45) explica que “a encruzilhada das várias categorias nas dinâmicas sociais forma uma complexa rede de desigualdade que se perpetua e se reestrutura”.

⁶ Berth (2019, p. 153) propõe que “inspirados em Freire, hooks, Collins, Davis, Batliwala, partimos daqueles e daquelas que entendem empoderamento como a aliança entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, algo contestar e revolucionário na sua essência”.

3. Metodologia e Análise das Tiras *Dona Isaura*

Nossa pesquisa, por contemplar elementos políticos, raciais e de gênero, possui um caráter interseccional e interdisciplinar de investigação, com base em nosso objetivo de dialogar sobre gênero, raça e feminismo negro, explorando mais especificamente o que se refere ao *ethos* da personagem principal das tiras, intituladas *Dona Isaura*.

No concernente à política, consideramos seu conceito aristotélico de participação social, posicionamentos e criticidade relativos a direitos, deveres e igualdade cível. Em nosso *corpus*, a dimensão política da personagem está ligada à discussão de interseccionalidade, já que esta contempla aspectos de desigualdade a partir da raça, gênero, etnia e classes.

As três tiras, a seguir, são analisadas considerando-se as categorias de análise supracitadas e as linguagens verbal e não-verbal, características das tiras.

3.1. Análise I

Figura 1



Fonte: www.juniao.com.br

Na presente tira, retirada da coleção *Biografia* de nossa personagem, somos apresentados à infância da Isaura, na qual, a partir de duas situações de aprendizagem, constrói-se uma comparação entre a educação formal, mediada pela escola, e a educação recebida em casa, pela mãe da personagem. A crítica à escola ou à educação formal está evidenciada na compreensão dos sentidos comparados entre o primeiro e o segundo quadrinhos. Para isso, a personagem destaca o ensino conteudista da escola, em oposição, conforme podemos observar na marca linguística da conjunção adversativa “mas”, à “educação básica”. Essa, de maior importância, teria como prioridade o ensino da cultura e estudos raciais. Portanto, o uso sintático da conjunção adversativa “mas” no segundo quadrinho, deixa clara a oposição entre as orações e os dois tipos de educação (escolar *versus* familiar).

Dessa forma, no segundo quadrinho, a expressão “educação básica” mostra-se ambígua, porque teria o seu sentido formal, correspondente à educação fundamental e ao ensino médio, ressignificado como aquela “significativa”. Esta educação de “maior

importância” lhe foi dada por sua mãe, voltado para o conhecimento de escritoras negras. Além disso, o emprego do advérbio de natureza restritiva “só” revela uma crítica explícita da personagem, uma criança, à aprendizagem descontextualizada da escola.

As duas agências de letramentos⁷ (escola e família) são importantes para compreender a formação da personagem, o que explica o título “biografia”, destacado no primeiro quadrinho na linguagem verbal. Entretanto, a concepção “conteudista” desse ensino escolar é criticado por se caracterizar como tradicional e desconsiderar o contexto social da(o)s estudantes.

Para Isaura, educação básica consiste em uma aprendizagem significativa, aquela que desperta interesse e faz sentido para o meio sociocultural vivenciado por ela junto à sua família, reafirmada na tira pela presença de um livro, cuja capa estampa o título “História negra”. O conteúdo verbal, dentro do imagético, menciona importantes personalidades da cultura negra, que se destacaram por questionar a desigualdade racial, como Zumbi, Rosa Parks e Carolina de Jesus, mencionados de forma empolgada na fala da Isaura criança.

Pensamos que a ausência da abordagem de pessoas negras como protagonistas de uma história tem a estratégia de invisibilizar essas personagens, impossibilitando o reconhecimento e a representatividade desses grupos. Podemos destacar algumas diferenças, no que diz respeito à interseccionalidade marcada no primeiro quadrinho, tanto na linguagem verbal, como não-verbal, de uma estudante, negra, com o *ethos* de conhecedora do conteúdo formal, ensinado nas escolas, e interessada por ele, como pode ser observado no sorriso.

A linguagem verbal do segundo quadrinho faz referência à Carolina de Jesus, zumbi dos Palmares e Rosa Parks, personalidades importantes para a compreensão da história de lutas e resistências da história e cultura afro-brasileira, com exceção da Rosa Parks. Dessa forma, sua mãe é responsável pelo *ethos* de empoderamento da filha, pois a ensina em casa sobre sua própria história, bem como sendo também exemplo de representatividade para a criança.

Nesse segundo quadrinho, a interseccionalidade acrescenta à identidade de criança negra a de filha, visível no âmbito da linguagem não-verbal pela presença da mãe. Dessa vez, a personagem infantil não está na escola, por isso não é mais uma estudante, mas uma estudiosa da história e cultura afro-brasileira que tem a sua mãe como educadora que desperta o seu interesse. Logo, a relação entre família, escola e letramentos escolares e não escolares é algo determinante para a cultura das crianças, dos jovens negros cujas identidades e descendências são invisibilizadas em detrimento de culturas hegemônicas, brancas, e, portanto, discriminatórias e excludentes em relação ao negro, que permanece na história como “o outro”.

⁷ Segundo Kleiman (1995), a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se, fundamentalmente, com um tipo de prática: a de alfabetização, tida como um processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola" (p. 20).

3.2. Análise II

Figura 2



Fonte: www.juniao.com.br

No primeiro quadrinho da tira, a neta da D. Isaura é excluída do jogo de futebol por ser uma boa jogadora. Já, no segundo quadrinho, D. Isaura utiliza a expressão “mulheres empoderadas” reconhecendo essa situação como corriqueira em que “homens excluem mulheres por se sentirem menores”.

Dessa forma, o *ethos* de mulher sábia de Isaura é facilmente percebido como forma de resistência às práticas opressoras, evidente através de suas posições e falas instrutivas aos netos ou como forma de reflexão, como na tira dois ora analisada. A neta da D. Isaura pode não compreender, mas esse incômodo exteriorizado é, segundo berth (2019) um processo importante de “autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política”.

3.3. Análise III

Figura 3



Fonte: www.juniao.com.br

Essa tira denuncia o racismo contra o cabelo volumoso, estética política reconhecidamente representativa para homens e mulheres: o “*black power*”, sendo este o próprio símbolo do poder negro.

No primeiro quadrinho, a neta da D. Isaura reclama com a avó da “possível” sugestão de que ela alisasse o seu cabelo, o que ela recusa, reafirmando a sua identidade negra com a expressão verbal de que “gosta dele assim”.

Já no segundo enquadramento há a reação de D. Isaura à situação discriminatória pela qual a neta passa e ela presencia. Interessante pontuar que esperávamos, enquanto leitores, uma chateação por parte de D. Isaura, ou uma reação interventiva, mas somos surpreendidos com a reação inesperada da avó, que aparece orgulhosa, e “quebrando” a expectativa com um sorriso e sinais de amor (corações). A fala de D. Isaura revela um posicionamento político, assim como pontua Berth (2019, p. 121):

A inferiorização da aparência e da estética negra em detrimento da branca foi tão somente uma das tecnologias empregadas para sustentar e justificar o sistema de opressão e exploração de sujeitos para acúmulo de privilégios sociais e, exatamente por isso, fica evidente a necessidade de quebrar esse esquema que perdura com eficácia secular.

A autoafirmação da estética negra da tira enfatiza que “esse estigma recai sobre os ombros de mulheres negras desde a mais tenra infância, pois nossos cabelos são alvo

constante de diversas injúrias, rejeições e manifestações racistas, esteja ele alisado ou ao natural” (Berth, 2019, p. 72). D. Isaura apoia a reação da neta, cuja posição é crítica e defende sua africanidade, sentindo-se orgulhosa pela aceitação da sua etni.. Assim, destacamos, nessa tira, o quanto a educação e o apoio familiar funcionam como aliados e como resistência ao preconceito racial e estético.

Considerações Finais

Trouxemos em nosso *corpus*, três perspectivas para fortalecer a discussão acerca da interseccionalidade: uma tira abordou a educação para a diversidade (ou a falta dela), mais voltada para o eixo da **classe social**; outra tira referente ao **machismo**, presente até mesmo em brincadeiras infantis, nas quais as meninas são postas à prova de competência igualitária aos meninos; e a terceira tira tratou do **racismo** estético pelo qual as mulheres e meninas pretas têm de conviver diariamente. A partir de nossas discussões, pensamos ter ido ao encontro de nosso objetivo maior de discutir política, gênero e raça através das tiras da D. Isaura. Com uma personagem negra, pudemos expor e também visualizar uma desigualdade rotineira, com um simples penteado, uma brincadeira de criança ou um dia comum na escola.

O empoderamento das personagens das tiras, D. Isaura, sua mãe e suas netas, revela a importância da valorização da história e cultura negra desde a sua infância, contudo a crítica revela a exclusão desses conhecimentos da educação escolar. O cabelo afro, ou até mesmo o cabelo cacheado nas mulheres gera discussões pertinentes sobre a violação dos corpos negros e o debate sobre a estética. Dia a dia, as mulheres são violadas sob diversas perspectivas, a sexual, a mental, a financeira, e, nesse caso, a estética. Essas práticas de violência contra o corpo da mulher preta revelam-se *consequências* da colonização, sendo historicamente comum à normatização e controle dos corpos pretos, como trouxemos na situação da tira três.

Os *ethé* da D. Isaura mostraram-se diversos ao aliar razão (credibilidade) e afeto (identificação) por questionar as situações-problemas. Podemos destacar o *ethé* de credibilidade a partir do *ethos* de competência e virtude revelados na primeira tira; o *ethé* de identificação e o *ethos* de potência na segunda tira e o *ethé* de identificação, fundamentado no *ethos* de caráter na última tira. Essas imagens se alinham aos conceitos de empoderamento, de Berth, e representatividades, próprias da D. Isaura e seu eixo familiar.

Nesse sentido, Junião, chargista, trabalha a interseccionalidade, com crítica e humor, contra as opressões da sociedade, sejam no âmbito do gênero, da raça, da classe, nos diversos espaços, dentre eles a escola, instituição que deveria formar de maneira questionadora. Empoderar e possibilitar representatividade para as crianças negras é lei, porém, a sua implementação ainda se mostra um desafio a ser alcançado.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.

ESTÉS, Clarice Pinkola. *A ciranda das mulheres sábias: ser jovem enquanto velha, velha enquanto jovem*. Trad. Waldéa Barcelos. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: *Caderno de formação política do círculo palmarino*. Nº 1. Batalha de ideias, 2011

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

KLEIMAN, A.B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A.B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.